

BOLETIM DE PESSOAL E DE **SERVIÇOS**₃

EDIÇÃO N.º 65/2024

Unidade: Reitoria

Publicado em 02 de agosto de 2024



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação: Camilo Sobreira de Santana

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Getúlio Marques Ferreira

Reitora do IFRR: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Adnelson Jati Batista

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Romildo Nicolau
Alves

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Centro: Joseane de Souza Cortez

Diretora-Geral do *Campus* Novo Paraíso: Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

Diretora-Geral do *Campus* Amajari: Pierlângela Nascimento da Cunha

Diretor-Geral do *Campus* Boa Vista Zona Oeste: Isaac Sutil da Silva

Diretor do *Campus* Avançado do Bonfim: Maria Eliana Lima dos Santos

Setor responsável pela publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços na Reitoria
Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O Boletim de Pessoal e de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é destinado a dar publicidade aos atos e aos procedimentos formais desta instituição.

Referências:

- Lei 4.965/1966, de 5 de maio de 1966.

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

- Decreto n.º 4.520/2002, de 16 de dezembro de 2002.

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.

- Resolução n.º 274, de 16 de setembro de 2016.

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para organização e publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

* O conteúdo dos textos publicados neste Boletim de Pessoal e de Serviços é de responsabilidade dos setores/unidades emissoras dos documentos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ÍNDICE

ATOS DA REITORIA

Resolução CONSUP/IFRR N° 796, de 30 de julho de 2024

Resolução CONSUP/IFRR N° 797, de 1 de agosto de 2024

Resolução CONSUP/IFRR N° 798, de 1 de agosto de 2024



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

REITORIA

Conselho Superior

Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , gabinete.reitoria@ifrr.edu.br
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 796, de 30 de julho de 2024.

Aprova a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio do IFRR Campus Avançado Bonfim.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, *Ad referendum*, deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Resolução nº 716/CONSELHO SUPERIOR, de 04 de Janeiro de 2023 (Organização Didática do IFRR), a Resolução nº 682/CONSELHO SUPERIOR, de 16 de julho de 2022 (Regulamento sobre elaboração de projeto pedagógico de cursos do IFRR), bem como o constante no Processo n.º 23231.000797.2024-11.

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio do IFRR *Campus Avançado Bonfim*, conforme Anexo.

Art. 2.º Fica revogada a Resolução 711/2022 - CONSUP/IFRR, de 26 de dezembro de 2022.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 30 de julho de 2024.

Nilra Jane Figueira Bezerra
Presidente do CONSUP

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Getúlio Marques Ferreira

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORA DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Aline Cavalcante Ferreira

DIRETORA DO *CAMPUS* AVANÇADO BONFIM

Maria Eliana Lima dos Santos

DIRETORA ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO DO *CAMPUS* AVANÇADO BONFIM

Claudete Correa dos Santos

COORDENADORA DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

Karla Cristina Tabosa Machado

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

André Ferreira Silva

Claudete Correa dos Santos

Clinton Junior George

Edineide Cristina Alexandre de Souza

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação dos cinco *campi* do IFRR e a Reitoria

Figura 2: Mapa de Roraima Identificando os Cinco *Campi* do IFRR e os Polos de EAD

Figura 3: Linha de Representação Temporal das Cinco Etapas da História do IFRR.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura do *Campus* Avançado Bonfim

Quadro 2: Equipamentos disponíveis para o curso

SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. Perfil Institucional
- 1.2 Missão, visão de futuro e valores do IFRR
 - 1.2.1 Missão
 - 1.2.2 Visão de Futuro
 - 1.2.3 Valores
 - 1.2.4 Propósito
- 1.3 Representação temporal das cinco etapas da história do IFRR
- 1.4 Histórico do Campus Avançado Bonfim

2. JUSTIFICATIVA

3. OBJETIVOS

- 3.1 Objetivo Geral
- 3.2 Objetivos Específicos

4. REGIME LETIVO

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

- 5.1 Requisitos de acesso
- 5.2 Requisitos de permanência

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

- 6.1 Área de atuação do egresso
- 6.2 Acompanhamento do egresso

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

- 7.1 Estrutura Curricular
- 7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo
- 7.3 Ementário
- 7.4 Terminalidade - Saídas Intermediárias

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

- 9.1 Prática Profissional Supervisionada
- 9.2 Estágio Profissional Supervisionado
- 9.3 Projetos
- 9.4 Prática Profissional Integrada

10. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCs)

11. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

12. ATIVIDADES A DISTÂNCIA

13. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

14. APOIO AO DISCENTE

- 14.1 Atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas
- 14.2 Assistência Estudantil
- 14.3 Apoio Pedagógico

15. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs)

16. CONSELHO DE CLASSE

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

- 17.1 Do processo de ensino-aprendizagem
- 17.2 Aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

17.3 Procedimentos de avaliação do curso

17.4 Sistema de Avaliação Institucional

18. POLÍTICAS DE INCLUSÃO

18.1 Política de Educação para os Direitos Humanos

18.2 Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais

18.3 Política de Educação Ambiental

18.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

19. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICA E TÉCNICO- ADMINISTRATIVO

20. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

21. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

22. REFERÊNCIAS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/ campus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – *Campus* Avançado Bonfim (CAB)

CNPJ: não possui.

Eixo Tecnológico de atuação do campus: Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação e Recursos Naturais.

Esfera Administrativa: Federal

Endereço completo: Avenida Tuxaua Farias, Quadra G-01, Bairro 13 de Maio, Bonfim, Roraima. CEP: 69.380-000

Telefone(s): (95) 98420-9362.

Site do campus: bonfim.ifrr.edu.br

Reitora: Nilra Jane Figueira Bezerra

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Romildo Nicolau Alves

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Adnelson Jati Batista

Diretora do Campus: Maria Eliana Lima dos Santos

Diretora de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do Campus: Claudete Correa dos Santos

Equipe de Elaboração do PPC:

PORTARIA Nº 2197/GSB-CAB/IFRR, DE 10 DE JULHO DE 2024:

Claudete Correa dos Santos (1089732) - Presidente;

Clinton Junior George (2127227); e

Edineide Cristina Alexandre de Souza (1350960).

PORTARIA Nº 4004/GSB-CAB/IFRR, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023

Claudete Correa dos Santos (1089732) - Presidente;

André Ferreira Silva (1058140); e

Edineide Cristina Alexandre de Souza (1350960).

PORTARIA Nº 0365/GSB-CAB/IFRR, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2024

Karla Cristina Tabosa Machado (1150325) - Presidente;

André Ferreira Silva (1058140);

Claudete Correa dos Santos (1089732);

Edineide Cristina Alexandre de Souza (1350960); e

Rommel Rocha de Sousa (1771431).

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

Modalidades de oferta: Presencial

Turno de funcionamento: Matutino/Vespertino

Periodicidade de oferta: Anual

Número de vagas ofertadas: 35

Carga horária máxima do curso: 800 (oitocentas) horas de componentes curriculares obrigatórios + 40 (quarenta) horas para componente curricular optativo, totalizando 840 (oitocentos e quarenta) horas.

Carga horária total obrigatória: 800 (oitocentas) horas

Regime Letivo: Modular

Título outorgado: Técnico em Administração

Proposta: reformulação

Duração prevista: 06 (seis) semestres

Integralização curricular mínima: 06 (seis) semestres

Integralização curricular máxima: 09 (nove) semestres

Coordenadora do Curso: Karla Cristina Tabosa Machado

Resolução de Autorização de Funcionamento: Resolução 678/2022 - CONSUP/IFRR, de 7 de julho de 2022.

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Perfil Institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada em ofertar formação e qualificação em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino, com a perspectiva de fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Estado de Roraima.

Autarquia criada pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFRR é vinculado ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), e classificado na tipologia 1 (até nove *campi*). É composto por 1 unidade administrativa (Reitoria) e 5 *campi*, representados na figura 1.

Figura 1: Representação dos cinco *campi* do IFRR e a Reitoria



Fonte: IFRR.

Os *campi* são situados em regiões estratégicas para atender aos 15 municípios do Estado de Roraima, distinguindo-se pela capilaridade e interiorização. Dois *campi* estão localizados na capital, o *Campus* Boa Vista e o *Campus* Boa Vista Zona Oeste, sendo o primeiro o mais antigo, com 30 anos de atuação. Outros dois são agrícolas, o *Campus* Novo Paraíso e o *Campus* Amajari, e se encontram, respectivamente, no sul e no norte de Roraima. Há também uma unidade de ensino instalada na região de fronteira com a Guiana: o *Campus* Avançado Bonfim.

Essa localização estratégica do IFRR leva-o a atender a diferentes realidades produtivas, sociais e culturais locais, alcançando aqueles que jamais haviam tido acesso à educação profissional, pública e de qualidade. Dessa forma, a instituição tem estudantes de 8 etnias de Roraima, Ingarikó/Patamona, Macuxi, Taurepang, Wai-Wai, Ye'kuana/Maiongong, Sapará, Wapixana e Yanomami, e de 2 etnias do Amazonas: Baré e Tikuna. Contempla, além disso, ribeirinhos, trabalhadores camponeses da agricultura familiar, extrativistas com viés ecológico e demais populações amazônicas de pertencimento etnoterritorial sustentável.

Com o planejamento do desenvolvimento institucional e da oferta de cursos alicerçados na gestão democrática e participativa, com atuação privilegiada das comunidades, o IFRR alinha ensino, extensão, pesquisa e inovação a fim de atender às especificidades e demandas das comunidades, contribuindo com o desenvolvimento desses arranjos, principalmente, onde não estão consolidados.

A gestão democrática, característica do IFRR, é praticada de forma paritária, considerando os três segmentos da comunidade acadêmica: estudantes, docentes e técnicos administrativos. Os estudantes estão no centro do processo educativo e compõem as principais instâncias colegiadas e os fóruns consultivos e deliberativos. Os planejamentos institucionais são construídos com a participação da comunidade acadêmica, e as decisões orçamentárias realizadas de forma colegiada pelo Comitê Orçamentário, respeitando-se rigorosamente os princípios da administração pública.

No IFRR, a dimensão ensino é orientada filosoficamente pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e operacionalizada por meio da Organização Didática (OD). Por concepção político-pedagógica, a excelência acadêmica é entrelaçada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essas três dimensões devem promover transformação social, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos, socioeconômicos e culturais locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa engloba a inovação e busca a aplicação imediata do conhecimento produzido para a superação de problemas presentes na sociedade, tendo o interesse público como seu orientador principal. Esse conhecimento, contudo, é produzido mediante a interação dialógica com as comunidades e, por isso, está indissociavelmente ligado às atividades de ensino e extensão.

A extensão se consolida mediante a articulação entre a comunidade acadêmica e a sociedade, constituindo-se num processo educativo e investigativo que possibilita a inserção no território, a integração com o mundo do trabalho e com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, promovendo o desenvolvimento de tecnologias socialmente referenciadas e contribuindo com produção de

conhecimento a partir do vínculo entre o saber acadêmico e o saber popular. A extensão também revela a prática social por meio de projetos e programas, com acesso mediante editais, publicados anualmente, beneficiando alunos com bolsas custeadas com orçamento institucional, além de projetos de fluxos contínuos sem auxílio de bolsas.

A pesquisa e a extensão são potencializadas pela Agência de Inovação do IFRR, tendo em vista o desenvolvimento de conhecimentos e de tecnologias por intermédio da articulação entre a instituição e a sociedade, apresentando soluções inovadoras voltadas à economia popular e solidária, ao cooperativismo, ao empreendedorismo e à produção cultural, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento integrado e sustentável de Roraima.

1.2. Missão, visão de futuro e valores do IFRR

A missão, a visão e os valores do IFRR são os elementos que nortearão as ações da instituição por todo o quinquênio de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Por isso, ressalta-se a importância de sua inclusão no perfil institucional.

A missão define o motivo da existência da instituição; a visão, o que ela pretende ser; e os valores, os princípios que guiarão toda a sua atuação. Segue-se a declaração do instituto:

1.2.1 Missão

A missão é a declaração que expressa a razão de existir do IFRR. Mais que isso, ela deve estar traduzida nas pessoas, no trabalho que realizam na instituição e no porquê o fazem.

Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Nessa linha de pensamento, a missão, acima descrita, busca fortalecer e orientar a ação dos principais atores institucionais.

1.2.2 Visão de Futuro

A visão de futuro reflete a transformação que o IFRR deseja alcançar no cumprimento de sua missão. Assim, no fim do quinquênio 2024-2028, a instituição pretende:

Ser excelência na Região Amazônica, como agente de transformação social por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Nesse sentido, a visão de futuro, estabelecida acima, tem as seguintes características: transmitir uma noção de direção, apresentar uma noção de destino, ser positiva e inovadora; ser desafiadora, mas viável, e ser compartilhada e apoiada por todos.

1.2.3 Valores

Os valores são convicções e premissas dominantes da organização que formam o seu código de conduta. Portanto, devem inspirar o comportamento das pessoas e nortear a gestão estratégica. Assim, os valores que foram definidos para este quinquênio e que deverão ser compartilhados pela instituição são:

- Inclusão Social
- Ética e Transparência
- Responsabilidade Socioambiental
- Gestão Democrática
- Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana.

Seguem-se as interpretações gerais desses conceitos:

Inclusão Social:

Criar condições equitativas para que o público-alvo tenha acesso às oportunidades disponibilizadas pela instituição, independentemente de suas diferenças sociais, econômicas, culturais ou físicas, promovendo a diversidade e mitigando as barreiras que possam excluir determinados grupos.

Ética e Transparência:

Atuar com princípios morais e comportamentos corretos e justos, assim como prestar informações relevantes, de forma clara e acessível, garantindo que as ações e as decisões sejam compreendidas pelo público, construindo a confiança, promovendo a responsabilidade e mantendo padrões elevados de conduta.

Responsabilidade Socioambiental:

Incluir, nas vivências do instituto, práticas que promovam a sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e o respeito às comunidades locais, buscando equilibrar o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente, praticando a gestão responsável dos impactos sociais e ambientais decorrentes das atividades da instituição.

Gestão Democrática:

Promover práticas administrativas e de tomadas de decisão que envolvam a participação ativa e representativa de diversos membros da comunidade acadêmica, incluindo seus diferentes atores, nos processos decisórios, garantindo que a gestão seja realizada de maneira colaborativa e justa.

Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana:

Comprometer-se com o respeito e a valorização da diversidade de identidades, culturas, opiniões e características individuais, preservando a dignidade humana, assegurando que todas as pessoas sejam tratadas com igualdade, justiça e respeito, independentemente de suas diferenças.

1.2.4 Propósito

Outro elemento norteador que fará parte das práticas de gestão do IFRR é o propósito institucional. A declaração do propósito, que vem a seguir, é a contribuição que a área ou a organização traz para a vida dos outros e o impacto dessa contribuição ao longo do tempo:

Formar pessoas e disseminar inovação e tecnologia para transformar a sociedade de forma inclusiva e sustentável.

1.3 Representação temporal das cinco etapas da história do IFRR

A educação profissional no Brasil teve início em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou as Escolas de Aprendizes Artífices.

Com o decorrer dos anos, várias foram as mudanças ocorridas, até que, em 2008, o Ministério da Educação instituiu, por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 2018, a Rede Federal já era composta por 38 institutos federais, incluindo o IFRR, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 25 escolas técnicas vinculadas a universidades federais, a Universidade Federal Tecnológica do Paraná e o Colégio Pedro II.

Ao longo de 30 anos de existência, o IFRR tem sua trajetória marcada por várias mudanças, que agregaram aprendizagens importantes para o desenvolvimento institucional, tornando-o referência na oferta de educação pública gratuita de qualidade em todos os rincões do Estado de Roraima, promovendo a inclusão social de jovens e adultos por meio de ações de formação e qualificação profissional.

Figura 2: Mapa de Roraima Identificando os Cinco *Campi* do IFRR e os Polos de EAD



Fonte: IFRR.

A figura 2 apresenta a localização estratégica das seis unidades do IFRR ao longo do território roraimense. O texto a seguir traz, de forma resumida, a história da instituição ao longo de 30 anos de contribuição. Ela se divide em cinco etapas:

Etapas 1: Escola Técnica de Roraima Integrante da Rede de Ensino do Território Federal de Roraima

Implantado como Escola Técnica em 1986, o IFRR começa suas atividades em 1987 com apenas dois cursos técnicos: Eletrotécnica, com 105 alunos, e Edificações, com 70 estudantes. As instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério.

Etapa 2: Escola Técnica de Roraima Integrante do Sistema de Ensino do Estado de Roraima

Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer 26/89, o Conselho Territorial de Educação (CTE-RR) autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima; aprova o Regimento Interno desta e as grades curriculares dos dois cursos técnicos ofertados por ela, validando todos os atos escolares anteriores ao regimento. Até 1993, a instituição funcionava nas instalações da Escola Técnica de Roraima. O quadro funcional era composto por 12 docentes e 11 técnicos administrativos.

Etapa 3: Escola Técnica Federal de Roraima

Em 30 de junho de 1993, sob a Lei 8.670, publicada no Diário Oficial da União 123, de 1.º de julho de 1993, no governo do então presidente da República, Itamar Franco, é criada a Escola Técnica Federal de Roraima, cuja implantação, na prática, se dá pela transformação da Escola Técnica do ex-Território Federal de Roraima.

O quadro funcional era composto por 226 servidores, sendo 113 professores e 113 técnicos. A partir de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima, por meio do Programa de Expansão de Cursos, implanta os cursos Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª série –, atendendo 213 alunos, distribuídos em seis turmas. Em 1999, essa modalidade de ensino foi extinta.

Etapa 4: Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima

Com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (Cefet-RR), por meio do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, a comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes nos níveis básico, técnico e superior.

O curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta de implantação vinculada à de transformação da ETF-RR em Cefet-RR. Em 2005, o governo federal, por intermédio do Ministério da Educação, institui o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de unidades descentralizadas (Uneds) em diversas unidades da Federação, sendo o Estado de Roraima contemplado, na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracará, sul do estado.

Em agosto de 2007, iniciam-se as atividades pedagógicas da unidade com 210 alunos matriculados no curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, incluindo uma turma do Proeja. Já na segunda fase do plano de expansão, o Cefet-RR foi contemplado com outra Uned, desta vez no Município do Amajari, no norte do estado.

Etapa 5: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

No dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República sanciona a Lei nº 11.892, criando 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação.

A partir dessa data, o Cefet-RR é transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), com três campi: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari. Em 2011, por meio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, a instituição é contemplada com mais um campus: o Boa Vista Zona Oeste, com sede na capital. O último a ser implantado foi o Campus Avançado Bonfim, cuja autorização para funcionamento se deu em 2015. As cinco etapas descritas acima estão representadas na figura 3:

Figura 3: Linha de Representação Temporal das Cinco Etapas da História do IFRR.



Fonte: IFRR.

1.4 Histórico do Campus Avançado Bonfim

O processo de criação do Campus Avançado Bonfim (CAB), iniciou-se em outubro de 2012, quando o MEC solicitou à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) a realização de um estudo detalhado acerca de critérios para a distribuição de 40 (quarenta) Unidades de Educação Profissional da Rede Federal. Após a realização deste estudo, o IFRR apresentou os municípios com potencialidades para receberem as Unidades de Educação Profissional, por ordem de prioridade: Bonfim, Rorainópolis, Mucajaí, Cantá e Pacaraima.

Na noite do dia 25 de junho de 2013, o Reitor do IFRR, Prof. Ademar de Araújo Filho, participou de uma sessão plenária, na Câmara de Vereadores do Município de Bonfim, para apresentar o Projeto de Implantação do CAB, destacando que, de acordo com as características do município e de seu entorno, o *campus* seria projetado para desenvolver atividades e ações voltadas para a realidade dos arranjos produtivos locais, tendo em vista a melhoria qualitativa dos serviços. Após a explanação, foi aberta a votação para os vereadores, que decidiram, por unanimidade, pela doação de um terreno contendo uma estrutura mínima de edificação para o IFRR construir o CAB.

Em 23 de julho de 2013, para dar continuidade aos trâmites da doação, o reitor do IFRR recebeu no Gabinete da Reitoria, a prefeita do Município de Bonfim, Senhora Lizete Spies, para oficializar a assinatura do termo de cessão do terreno onde seria construído o prédio do Campus Avançado Bonfim. Após a assinatura do termo de cessão de doação de terreno entre a Prefeitura Municipal de Bonfim e o IFRR, foi apresentada à comunidade do Município, a previsão de início das atividades de oferta de cursos técnicos para o segundo semestre de 2014 e que o mesmo funcionaria provisoriamente na Escola Estadual Argentina Castelo Branco, cedida pelo Governo do Estado de Roraima, por meio da Secretaria Estadual de Educação e Desporto.

Conforme havia sido previsto, no segundo semestre de 2014, tiveram início as atividades de oferta de cursos técnicos pelo CAB. Mais precisamente em agosto de 2014, foi publicado um edital ofertando vagas para o Curso Técnico em Comércio Exterior Subsequente, Eixo Tecnológico Gestão e Negócios. Importante destacar que o MEC publicou a autorização de funcionamento do CAB através da Portaria nº. 27, de 30 de janeiro de 2015 (BRASIL, 2015), sendo que neste período o *campus* estava vinculado ao *Campus Boa Vista* (CBV). No entanto, a partir de 26 de julho de 2016, através da Portaria nº. 1326/2016/REITORIA/IFRR (IFRR, 2016), o CAB passou a ser vinculado administrativamente à Reitoria/IFRR.

Nos anos seguintes o CAB ofertou vagas nos seguintes cursos: Técnico em Agronegócio, Técnico em Agente Comunitário de Saúde e Técnico em Administração Subsequente. Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC: Língua Brasileira de Sinais - Libras, Auxiliar de Secretaria Escolar, Assistente de Vendas, Operador de Computador e Auxiliar de Administração dentre outros.

Em 2021, no primeiro semestre o CAB ofertou os cursos Técnicos em Agricultura e Guia de Turismo, também ofertou diversos Cursos de Formação Inicial e Continuada de 40 horas: Marketing Pessoal, Conhecendo o Comércio Exterior, Qualidade no atendimento ao Turista, A Arte de Falar em Público e Técnicas de Vendas e Negociação. No segundo semestre de 2021 foram ofertados Cursos de Formação Inicial e Continuada de 160 horas: Piscicultor e Assistente Financeiro e o curso Técnico em Administração no município de Normandia/RR.

Até o primeiro semestre de 2022, o CAB já formou mais de 800 (oitocentos) estudantes em cursos técnicos na forma subsequente e em cursos de Formação Inicial e Continuada. Além do desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, acordos de cooperação técnica para o desenvolvimento de cursos com outros campi, prefeituras municipais e com a Secretaria Estadual de Educação. Com o estabelecimento de sua sede e melhoria das instalações físicas e fortalecimento do quadro de profissionais, é esperado aumento de vagas e funcionamento nos três turnos, oferta de cursos de graduação e maior diversidade formativa. O Eixo tecnológico em que se insere o curso é o de Eixo de Gestão e Negócios.

2. JUSTIFICATIVA

A área de atuação do Técnico em Administração é abrangente e variada, podendo atuar em comércios, indústrias, hospitais, órgãos públicos, entidades, entre outras organizações que desenvolvam atividades técnicas relacionadas a pessoal, material, patrimônio, orçamento, finanças e mercado, além de atividades ligadas à rotina administrativa, as quais proporcionam condições de funcionamento regular e eficiente de atividades fins de uma determinada organização.

De acordo com o censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a cidade de Bonfim-RR tem uma população de 10.943 habitantes, e, conforme dados apresentados pela Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima (SEPLAN), a população estimada, para o ano de 2018, foi de 12.257 habitantes. Dessa população, verificou-se que em 2018 o município matriculou 3.317 estudantes no Ensino Fundamental e 457 estudantes no Ensino Médio. Conforme informações da SEPLAN sobre a economia do município de Bonfim, em 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) foi de R\$ 248.000.000,00 (duzentos e quarenta e oito milhões de reais) e o PIB per capita alcançou R\$ 20.899,00 (vinte mil e oitocentos e noventa e nove reais). As principais atividades econômicas que se

destacam são as seguintes: agropecuária, com a criação de rebanho de bovinos, galináceos e suínos; e agricultura, com a produção de arroz, soja, mandioca, melancia, milho e banana. Para os produtos de origem animal destaca-se a produção de mel, de leite e de ovos. Também possuem relevância os produtos do extrativismo vegetal, tais como lenha e madeira em tora.

Quanto às informações sobre o trabalho e rendimento de Bonfim, em 2017 o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6,8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 3 de 15 e 6 de 15, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3607 de 5570 e 4502 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 47,7% da população nessas condições, isto o colocava na posição 9 de 15 entre as cidades do estado e na posição 1779 de 5570 entre as cidades do Brasil (IBGE, 2019).

É importante destacar que o município de Bonfim interliga as cidades de Manaus-AM e Boa Vista-RR a Lethem e Georgetown, estas últimas na República Cooperativista da Guiana. Além disso, Bonfim faz parte de Área de Livre Comércio (ALC) criada pela Lei Federal nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, e regulamentada pelo Decreto nº 6.614, de 23 de outubro de 2008, a qual tem por objeto promover o desenvolvimento dessa região por meio do fortalecimento das relações comerciais entre as cidades e os países envolvidos e também pelos incentivos fiscais para implantação de indústrias.

Diante deste cenário de potencial desenvolvimento econômico, é pertinente que o CAB, que se insere neste contexto, ofereça cursos técnicos de nível médio no Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, área de Administração, os quais contribuirão para os egressos atuarem no mundo do trabalho e por consequência que os mesmos obtenham renda.

O *campus* possui, em seu quadro técnico, profissionais qualificados para atender esta demanda e proporcionar o desenvolvimento dos estudantes por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável, local e regional.

Foi orientando-se por esse contexto socioeconômico e cultural que, no ano de 2015, foi aprovada a proposta pedagógica do curso Técnico em Administração Subsequente do CAB, por meio da Resolução nº 222 – Conselho Superior, de 2 de junho de 2015. A referida proposta justificava a criação do curso pela possibilidade que se apresentava ao IFRR de estender suas ações até o município de Bonfim e às comunidades de seu entorno e devido aos baixos índices socioeconômicos e altos índices de desigualdades persistentes na região, que demandam o desenvolvimento de ações para a inserção produtiva no mundo do trabalho e a inclusão social de seus cidadãos.

Considerando essas proposições, o campus tem se empenhado desde 2018 em proporcionar cursos técnicos concomitantes, forma articulada de Educação Profissional Técnica de Nível Médio que, conforme a Organização Didática (IFRR, 2023), consiste em sua oferta a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino.

Nessa perspectiva, considerando que a cidade de Bonfim possui apenas uma escola de Ensino Médio, a qual demonstrou interesse na implantação de cursos técnicos concomitantes, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima nº 03/2022 celebrado entre o IFRR/CAB e a Secretaria de Estado da Educação e Desporto (SEED) com o objetivo de ofertar vagas para o ingresso em cursos técnicos, na modalidade concomitante, para estudantes regularmente matriculados na primeira série do Ensino Médio do Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara (CEM XVII AJA).

Ademais, é importante destacar que a oferta dos cursos concomitantes contribui para a realização da missão do IFRR, proporcionando formação humana integral a esses estudantes no decorrer da realização do Ensino Médio, com vistas a oferecer formação profissional aos jovens que concluem a etapa da educação básica, facilitando o ingresso no mundo do trabalho de estudantes que necessitam contribuir com a renda familiar.

Assim, a oferta de cursos técnicos concomitantes permite aos estudantes que ao concluírem o Ensino Médio, concluírem também um curso técnico profissionalizante. Atualmente os estudantes egressos do Ensino Médio possuem como opções, além do ingresso no mundo do trabalho – que em muitos casos não se dá de forma imediata, o que contribui para os índices de desemprego e/ou informalidade, ou ocorre de forma precarizada –, a realização de cursos técnicos subsequentes ou de formação inicial e continuada no IFRR/CAB, o ingresso em um dos cursos superiores ofertados na modalidade à distância na sede de Bonfim ou o deslocamento para a capital Boa Vista para cursar a Educação Superior nas instituições ali sediadas, o que gera mudanças na vida do jovem para as quais nem sempre está adequadamente preparado.

No caso de ingresso no mundo do trabalho, os dados apresentados anteriormente demonstram que o setor de comércio, ainda pouco desenvolvido na cidade de Bonfim, o que frequentemente obriga os jovens a buscarem trabalho na Guiana, é o que mais absorve essas pessoas.

Nesse sentido, o CAB possui a oportunidade de se antecipar e agir como agente indutor de desenvolvimento ao ofertar o curso Técnico em Administração Concomitante para os jovens que saem do Ensino Fundamental, disponibilizando melhor qualificação profissional a esses jovens que precisam ingressar no mundo do trabalho logo após a conclusão do Ensino Médio.

Portanto, a proposta deste curso técnico concomitante é agregar valor à formação do estudante, otimizando também seu tempo, para que, ao final do período de 1 (um) ano e 6 (seis) meses, receba o certificado do Ensino Médio com formação técnica em Administração, habilitando-o para o ingresso no mundo de trabalho em condições mais adequadas para o seu futuro profissional e às demandas apresentadas pelas organizações.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Formar profissionais com conhecimentos, habilidades e atitudes para atuar na administração de organizações públicas e privadas ou como gestor de seu próprio negócio, com capacidade de executar processos e rotinas administrativas, além de avaliar e auxiliar na tomada de decisões.

3.2 Objetivos Específicos

- a. Proporcionar uma visão sistêmica do ambiente administrativo das organizações e suas interrelações com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- b. Realizar funções de apoio, execução e controle administrativo em organizações;
- c. Desenvolver possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos, reconhecendo-os como cidadãos e agentes do mundo do trabalho.

4. REGIME LETIVO

- a) número total de vagas anuais: 35
- b) número de turmas: 01 (uma)
- c) carga horária do curso (em horas-relógio): 800h obrigatórias
- d) período letivo: modular
- e) tempo mínimo e máximo para a integralização do curso: 6 (seis) e 9 (nove) semestres, respectivamente.

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

5.1 Requisitos de acesso

A oferta de vagas para o ingresso no Curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio, destina-se a alunos que estejam devidamente matriculados na primeira série do Ensino Médio no Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara (CEM XVII AJA).

Conforme o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2022, são responsabilidades da SEED por intermédio do Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara realizar processo seletivo para ingresso dos estudantes, que será realizado por ordem de inscrição.

O IFRR/CAB ofertará os componentes curriculares da área profissional do curso técnico concomitante no contra turno em que o estudante estiver cursando os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular, no Ensino Médio Regular.

5.2 Requisitos de permanência

Com a finalidade de garantir a permanência e o êxito acadêmico, o *Campus* Avançado Bonfim alocará recursos em sua matriz orçamentária para o desenvolvimento de ações previstas nas políticas de permanência e êxito do IFRR, as quais visam propiciar condições necessárias a uma formação técnica de qualidade, socialmente referenciada, cidadã e em diálogo com o mundo do trabalho.

De acordo com o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, a Política de Assuntos Estudantis dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes implementados por meio de programas, projetos e ações que visam assegurar aos estudantes a permanência e o êxito acadêmico, na perspectiva de formar cidadãos, críticos, reflexivos, políticos e éticos, para atuarem no mundo do trabalho e na

construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

A Política de Assistência Estudantil será estruturada pelo Comitê de Assistência Estudantil e pelo Grupo de Trabalho da Assistência Estudantil (GTAE), que são órgãos de apoio à Diretoria de Políticas de Assistência Estudantil e às equipes de Assistência Estudantil dos campi.

Segundo o artigo 11 da Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, a Política de Assistência Estudantil do IFRR será operacionalizada por meio dos seguintes programas:

- I. Programa de Auxílio Moradia Estudantil;
- II. Programa de Auxílio Alimentação;
- III. Programa de Auxílio Transporte;
- IV. Programa de Atenção e Promoção à Saúde;
- V. Programa de Inclusão Digital;
- VI. Programa de Incentivo ao Esporte;
- VII. Programa de Incentivo e Promoção à Cultura e Arte
- VIII. Programa de Auxílio Creche;
- IX. Programa de Apoio à Participação em Eventos;
- X. Programa de Auxílio a Material Didático-Pedagógico;
- XI. Programa de Apoio Pedagógico;
- XII. Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação;
- XIII. Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD.

O acesso aos programas de Assistência Estudantil com repasse de auxílio financeiro ou da utilização de serviços, dar-se-á mediante processo seletivo de caráter socioeconômico, cuja análise poderá ser realizada por equipe interdisciplinar, disponível em cada campus, respeitando as atribuições privativas e éticas de cada área de conhecimento, sem prejuízo dos demais requisitos estabelecidos em regulamentação específica.

O *campus* ainda dispõe da possibilidade de concorrer a bolsas de fomento interno ou externo a projetos de pesquisa e inovação, monitoria e extensão comunitária, cabendo à DEPEI o desenvolvimento das ações da política de assistência estudantil na esfera da unidade.

5.3 Requisitos de mobilidade acadêmica

No âmbito do IFRR, a mobilidade acadêmica é regida por meio da Resolução n.º 157 – Conselho Superior, de 10 de junho de 2014, que estabelece as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica nacional e internacional por intermédio de convênios celebrados com instituições de ensino brasileiras e estrangeiras.

Segundo a referida Resolução, por meio da mobilidade acadêmica o estudante regularmente matriculado no curso poderá desenvolver atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação em outro campus do IFRR, mantendo o vínculo de matrícula no campus de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade intercampi”, ou em outra instituição de ensino, em âmbito nacional (Mobilidade Acadêmica Nacional) ou internacional (Mobilidade Acadêmica Internacional).

Desse modo, o Art. 11 da referida Resolução dispõe que, nos casos de mobilidade acadêmica no âmbito dos cursos técnicos, caberá à coordenação de curso:

- Indicar os professores que orientarão estudantes do IFRR na elaboração do plano de estudo e acompanhamento no programa de mobilidade;
- Designar professores para acompanharem estudantes estrangeiros participantes de mobilidade acadêmica no IFRR;
- Avaliar os pedidos de aproveitamento de estudos, emitindo o devido parecer.

Ainda conforme a Resolução n.º 157 – Conselho Superior, de 10 de junho de 2014, na ausência do Coordenador de Curso, caberá à

Comissão Gestora do campus, desenvolver as competências atribuídas a ele acerca dos processos de mobilidade acadêmica.

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CNCT (2020), o profissional egresso do Curso Técnico em Administração estará apto a executar operações administrativas de planejamento, pesquisas, análise e assessoria no que tange à gestão de pessoal, de materiais e produção, de serviços, gestão financeira, orçamentária e mercadológica; utilizar sistemas de informação e aplicar conceitos e modelos de gestão em funções administrativas, seja operacionais, de coordenação, de chefia intermediária seja de direção superior, sob orientação; elaborar orçamentos, fluxos de caixa e demais demonstrativos financeiros; elaborar e expedir relatórios e documentos diversos e auxiliar na elaboração de pareceres e laudos para tomada de decisões.

6.1 Área de atuação do egresso

De acordo com o CNCT (2020), o egresso do curso terá como campo de atuação indústrias e/ou comércios em geral; prestadores de serviços e organizações do terceiro setor.

6.2. Acompanhamento do egresso

A Resolução CONSUP/IFRR nº 608/2021, que dispõe sobre a Política de Acompanhamento dos Egressos (PAE) do Instituto Federal de Roraima, aborda sobre os mecanismos que propiciam o relacionamento contínuo entre a instituição e seus egressos, que são:

I. A promoção de encontros, seminários, cursos, palestras e outras atividades voltadas para o contato, a atualização cadastral e o envolvimento dos egressos;

II. A promoção de atividades de integração entre egressos e estudantes em formação, visando à troca de informações e experiências;

III. A divulgação de oportunidades de atualização e formação continuada para os egressos, assim como de oportunidades de inserção no mundo do trabalho.

IV. A elaboração e a disseminação de material impresso ou digital com as principais orientações aos egressos sobre a PAE do IFRR.

O acompanhamento do egresso será realizado conforme dispõe a Resolução 608/2021 - CONSUP/IFRR, de 26 de outubro de 2021, a qual objetiva o planejamento e a execução das ações da Política de extensão a serem realizadas em cada campi, sob a responsabilidade do setor de extensão de forma articulada com os setores de pesquisa e ensino.

Nesse sentido, conforme dispõe a referida Resolução, caberá ao Comitê Gestor da Política de Acompanhamento de Egressos (CGPAE) o planejamento e execução da Política de Acompanhamento de Egressos, com acompanhamento, avaliação e assessoria da Pró-Reitoria de Extensão do IFRR (PROEX). O objetivo das ações abrangem a coleta de dados para um banco de dados institucional, suporte contínuo para inserção no mundo do trabalho, integração com a comunidade acadêmica e manutenção do vínculo institucional.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Administração Concomitante observa as determinações legais presentes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC), nas diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRR, na Resolução CNE/CP nº 1/2021 e na Lei nº 9.394/1996.

O curso está organizado em 6 (seis) módulos, concebidos para proporcionar ao discente oportunidades de formação integral por meio de processos de ensino-aprendizagem que possibilitem a aquisição de competências, o desenvolvimento de habilidades e o fomento a valores éticos, morais, culturais e políticos que propiciem sua inserção no mundo do trabalho, com capacidade de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamentos posteriores.

O curso está estruturado com base em sólidos conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos, com uma carga horária total de 800 (oitocentas) horas para componentes curriculares obrigatórios e 40 horas para componente curricular optativo. Destarte, convém destacar que esse quantitativo de horas segue o padrão da hora-relógio, de 60 (sessenta) minutos, enquanto que as aulas ministradas seguem padrão estabelecido pela direção do CAB/IFRR, sendo 50 (cinquenta) minutos cada hora-aula, a fim de atender especificidades relacionadas à realidade da localidade em que está instalado o *campus* e seu horário limite de funcionamento.

Para o desenvolvimento das competências necessárias à formação técnica, considerar-se-á a relação entre a teoria e a prática. Além disso, o enriquecimento de conhecimentos dar-se-á, também, por meio de visitas técnicas e participação em feiras, congressos e outros

eventos relacionados à área.

A proposta curricular do curso foi desenvolvida com o objetivo de garantir a formação integral do discente, por meio da formação técnica, e a sua inserção no mundo do trabalho. Dessa forma, o currículo deve oportunizar aos discentes a aquisição das competências e habilidades previstas no perfil profissional, como também o desenvolvimento de valores éticos, morais, culturais, sociais e políticos.

Nessa perspectiva, o currículo será desenvolvido por meio de diferentes procedimentos didáticos pedagógicos, incluindo atividades teóricas, demonstrativas, projetos, utilização de laboratórios, estudos dirigidos na biblioteca e nas visitas técnicas, objetivando o diálogo constante com os estudantes, a troca e o fortalecimento de experiências.

As atividades didático-pedagógicas de caráter interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar serão previstas nos planos de ensino dos componentes curriculares do curso, com objetivo de organizar a relação teoria e prática, a fim de solidificar a aprendizagem técnica e o enriquecimento sociocultural dos estudantes, por meio de aulas regulares; atividades práticas e visitas técnicas; atividades e/ou eventos (palestras, seminários, mini-cursos, oficinas, painéis, apresentações de trabalhos em feiras, exposições e outros) de cunho científico, cultural, social e esportivo.

Atividades integradas com outros Componentes Curriculares/Área de Conhecimento/Eixo Tecnológico podem ser realizadas por meio de Projeto Integrador, considerando-os uma proposta de atuação pedagógica interdisciplinar, ou mesmo multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, que se proponham aos fins pedagógicos dos componentes curriculares.

O Curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio prevê a oferta do componente curricular optativos de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS à distância, correspondendo ao percentual de 4,76% da carga horária total do curso, em consonância com o limite estabelecido no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT).

O *campus* fica obrigado a ofertar o componente curricular de LIBRAS na modalidade de Educação a Distância (EAD), com matrícula optativa para o estudante. O componente curricular será ofertado preferencialmente nos últimos módulos do curso, podendo ser formada turma com estudantes de cursos e *campi* diferentes.

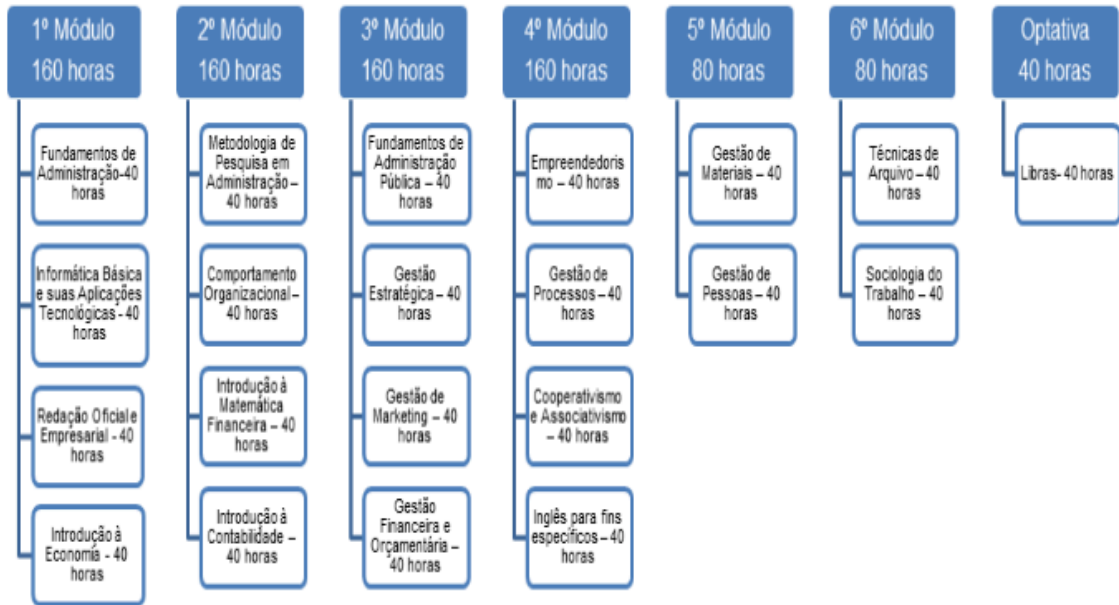
A carga horária destinada à oferta do componente curricular optativo de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS será de 40 horas, o mesmo não faz parte da carga horária mínima do curso estipulada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. No caso de o estudante optar por fazer o componente curricular de LIBRAS, deverão ser registrados no histórico escolar do estudante a carga horária cursada, bem como a frequência e o aproveitamento. O período de oferta e vagas, bem como demais disposições sobre a matrícula no componente optativo serão regidas em edital próprio a ser publicado pelo *campus*.

7.1 Estrutura Curricular

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO CONCOMITANTE					
Mód.	Código	Componentes Curriculares	C/H (Hora relógio)	C/H (Hora aula)	EaD
1º	CON.0001	Fundamentos de Administração	40	48	
	SUB.0324	Informática Básica e suas Aplicações Tecnológicas	40	48	
	SUB.0329	Redação Oficial e Empresarial	40	48	
	CON.0002	Introdução à Economia	40	48	
<i>Total</i>			160	192	
2º	SUB.0327	Metodologia de Pesquisa em Administração	40	48	
	SUB.0330	Comportamento Organizacional	40	48	
	CON.0005	Introdução à Matemática Financeira	40	48	
	CON.0008	Introdução à Contabilidade	40	48	
<i>Total</i>			160	192	
3º	CON.0006	Fundamentos de Administração Pública	40	48	
	CON.0011	Gestão Estratégica	40	48	
	CON.0007	Gestão de Marketing	40	48	
	CON.0012	Gestão Financeira e Orçamentária	40	48	
<i>Total</i>			160	192	
4º	CON.0009	Empreendedorismo	40	48	
	SUB.0342	Gestão de Processos	40	48	
	CON.0013	Cooperativismo e Associativismo	40	48	
	CON.0010	Inglês para fins específicos	40	48	
<i>Total</i>			160	192	
5º	CON.0014	Gestão de Materiais	40	48	
	CON.0004	Gestão de Pessoas	40	48	
<i>Total</i>			80	96	

6°	CON.0015	Técnicas de Arquivo	40	48	
	CON.0003	Sociologia do Trabalho	40	48	
<i>Total</i>			80	96	
CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA TOTAL DO CURSO			800	960	
COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS					
	SUB.0343	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS (EAD)			40
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (OBRIGATÓRIA + OPTATIVA)				960	40

7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo



7.3 Ementário

Módulo 1

Cód.		Componente Curricular			
CON.0001		Fundamentos da Administração			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	1º módulo
Ementa					
Perfil, habilidades e áreas de atuação do profissional de administração. Conceitos de organização e de gestão. Evolução histórica das escolas de administração.					
Área de Integração					
Introdução à Economia.					
Bibliografia Básica					
CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração . 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014. MAXIMIANO, A. C. A. Teoria Geral da Administração . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. SOBRAL, F.; PECL, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.					
Bibliografia Complementar					
CHIAVENATO, I. Administração nos novos tempos: os novos horizontes em administração . 3.ed. São Paulo: Manole, 2015. LACOMBE, F. J. M. Teoria geral da administração . São Paulo: Saraiva, 2012. BRASIL. Lei n.º4.769, de 9 de setembro de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências . KWASNICKA, E. L. Introdução à administração . 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012. VIEIRA, M. M. F. Teoria Geral da Administração . Rio de Janeiro: FGV, 2012. OLIVEIRA, D. P. R. Teoria geral da administração: uma abordagem prática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.					

Cód.		Componente Curricular			
SUB.0324		Informática Básica e suas Aplicações Tecnológicas			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	1º módulo
Ementa					
Fundamentos da Informática: histórico e evolução. Compreensão do funcionamento de um computador. Sistema computacional: definição e caracterização de hardware, software e peopleware. Representação da informação no meio digital. Conhecimentos de editores de texto, planilhas eletrônicas e softwares de apresentação. Introdução a Rede de computadores. Internet: definição, risco e sua aplicabilidade no mundo da pesquisa e no trabalho. Processamento de dados e Sistemas de Informações nas Organizações. Arquiteturas de Informação Corporativa. Aspectos da Gestão da tecnologia, aquisição, serviços, suporte, projetos e implementação de sistemas. Gestão de Processos. Automatização de Processos de Negócios. Frameworks de gestão de TIC. Aspectos ambientais e "Informática Verde".					
Área de Integração					
Redação Oficial e Empresarial.					
Bibliografia Básica					
<p>ARAUJO, Ismael Souza. Sistemas operacionais Windows. Brasília, DF: NT Editora, 2014.</p> <p>CASTELLS, M. A. Sociedade em rede. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.</p> <p>NORTON, Peter. Introdução à informática. São Paulo: Pearson Makron Books, 2007.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>AKABANE, Getúlio K. Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação: Conceitos, Metodologias, Planejamento e Avaliações. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>FERNANDEZ, Salvador. Informática básica. São Paulo: Makron Books, 2004. BONI, Jan Van. ITIL: guia de referência. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.</p> <p>BROOKSHEAR, J. G. Ciência da Computação: uma visão abrangente. 7ª Ed., Porto Alegre, Bookman, 2004.</p> <p>CAPRON, H.L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.</p> <p>CORNACCHIONE JUNIOR, Edgard Bruno. Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>COX, Joyce; PREPPERNAU, Joan. Passo a passo Microsoft Office PowerPoint 2007. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p> <p>IDANKAS, Rodney. Informática para concursos. 2. ed. São Paulo (SP): Método, 2009.</p> <p>LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de informação gerenciais: Administrando a empresa digital. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>MOLINARO, L. F. R., RAMOS, K. H. C. Gestão de Tecnologia da Informação: Governança de TI - Arquitetura e Alinhamento entre Sistemas de Informação e o Negócio. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.</p> <p>NORTON, P. Introdução à Informática. 1. ed. Rio de Janeiro: Makron Books. 1997.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. Tecnologia da Informação aplicada a Sistemas de Informação Empresariais. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>VELLOSO, Fernando de C. Informática: conceitos básicos. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
SUB.0329		Redação Oficial e Empresarial			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	1º Módulo
Ementa					
Características e produção, texto administrativo e a linguagem oficial aplicada na produção de documentos, correspondências oficiais e empresariais.					
Área de Integração					
Informática Básica e suas Aplicações Tecnológicas.					
Bibliografia Básica					
<p>BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa – Atualizada pelo novo Acordo Ortográfico. Petrópolis: Lucerna, 2010.</p> <p>BELTRÃO, O. BELTRÃO, M. Correspondência: linguagem e comunicação. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>TOMASI, C.; MEDEIROS, J. B. Comunicação empresarial. São Paulo: Atlas, 2010.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. 3. ed. rev. atual. e amp. Brasília: Presidência da República, 2018.</p> <p>BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. Manual de Redação. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.</p> <p>BUSUTH, M. F. Redação técnica empresarial. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.</p> <p>CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Gramática – Texto, Reflexão e uso. 5. ed. São Paulo: Atual, 2016.</p> <p>FARACO, C. A.; TEZZA, C. Oficina de texto. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>GOLD, M. Redação Empresarial. São Paulo, Editora Pearson, 2010.</p> <p>GRION, L. Manual de redação para executivos. São Paulo: Madras, 2002.</p> <p>MORAES, F. F. Manual prático de redação oficial. Vol. 2. Rio de Janeiro: LR, 2006.</p> <p>PERINI, M. A. Gramática descritiva do português. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001.</p> <p>SACCONI, L. A. Nossa Gramática Completa: Teoria e Prática – De acordo com a nova ortografia. São Paulo: Ed. Nova Geração Paradid. 2010.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0002		Introdução à Economia			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	1º módulo
Ementa					
Fundamentos de economia: conceito, objeto, objetivos e problemas econômicos fundamentais. Fluxos da atividade econômica. Noções de microeconomia: curva de demanda, curva de oferta, equilíbrio geral de mercado e estruturas de mercado. Noções de macroeconomia.					
Área de Integração					
Fundamentos de Administração.					
Bibliografia Básica					
MANKIWI, N. G. Introdução à economia . Tradução da 6.ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2014.					
VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.					
VASCONCELLOS, M. S.; BENEVIDES, P. D. Manual de Economia . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.					
Bibliografia Complementar					
GIAMBIAGI, F. et al (Org.). Economia Brasileira Contemporânea . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.					
PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. MICROECONOMIA . 7. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.					
MARIANO, J. Manual de Introdução à Economia – adaptado à realidade socioeconômica brasileira . Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.					
GREGORY, M. Princípios de microeconomia . Tradução da 6.ª edição norte- americana. São Paulo: Cengage Learning, 2014.					
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 7. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.					

Módulo 2

Cód.		Componente Curricular			
SUB.0327		Metodologia de Pesquisa em Administração			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	2º módulo
Ementa					
Noção de Pesquisa Científica; Redação Técnica e Científica; Estrutura de projetos de pesquisa e de extensão; Elaboração de relatórios, artigos científicos e exposição de resultados de pesquisas e práticas profissionais.					
Área de Integração					
Comportamento Organizacional.					
Bibliografia Básica					
<p>BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. 10. ed. Petrópolis. RJ. Vozes. 2012.</p> <p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ALYRIO, R. D. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Administração. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. Disponível em: https://canalcederj.cecierj.edu.br/recurso/6448. Acesso em: 9 abr. 2019.</p> <p>FURASTÉ, P. A. Normas técnicas para o trabalho científico. 18. ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2016.</p> <p>GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf. Acesso em: 9 abr. 2019.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico. Métodos científicos. Teoria, hipóteses e variáveis. Metodologia jurídica. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Disponível em: http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em: 9 abr. de 2019.</p> <p>THIOLLENT, M. J. M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. 5. ed. São Paulo: Editora Polis, 1987.</p> <p>YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Tradução Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damacena. Porto Alegre: Bookman, 2010.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
SUB.0330		Comportamento Organizacional			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	2º módulo
Ementa					
Introdução ao Comportamento Organizacional. Indivíduos nas Organizações. Grupos e Equipes nas Organizações. Cultura e Clima Organizacional. Liderança e Motivação. Mudança e Desenvolvimento Organizacional. Poder, Conflito e Negociação. Diversidade nas Organizações.					
Área de Integração					
Metodologia de Pesquisa em Administração.					
Bibliografia Básica					
BERGAMINI, C.W. Psicologia aplicada à administração de empresas : psicologia do comportamento organizacional. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.					
BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F. Elementos de comportamento organizacional . São Paulo: Cengage Learning, 2016.					
ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento Organizacional : teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.					
Bibliografia Complementar					

CARPILOVSKY, M. P. et al. **Liderança e motivação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CHANLAT, J-F. **Gestão Empresarial: uma perspectiva antropológica**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CHANLAT, J.-F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. Vol. 1. 2. ed. Organização Ofélia de Lanna Sette Torres. São Paulo: Atlas, 1993.

FIORELLI, J. O. **Psicologia para administradores: integrando teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

FRIEDMAN, H. S.; SCHUSTACK, M. W. **Teorias da personalidade**. 2. ed. Boston: Pearson Education, 2004

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. 1. ed. Tradução Cecília Whitaker Bergamini, Roberto Coda. São Paulo: Atlas, 1996.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo**. 14. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

PAGÉS, M. et al. **O Poder das Organizações – A dominação das multinacionais sobre os indivíduos**. São Paulo: Atlas, 2008.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A. **Fundamentos do comportamento organizacional**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.

VECCHIO, R. P. **Comportamento Organizacional: conceitos básicos**. Revisão técnica Ana Maria Limongi-França; Tradução Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

WAGNER, J. A.; HOLLENBECK, J. R. **Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Orgs.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0005		Introdução à Matemática Financeira			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	2º módulo
Ementa					
Sistema de capitalização simples e composto. Sistemas de Amortizações. Séries de Pagamentos e Noções de Aplicações Financeiras.					
Área de Integração					
Introdução à Contabilidade.					
Bibliografia Básica					
<p>HAZZAN, S; POMPEO, J. N. Matemática financeira . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>PUCCINI, A. L. Matemática Financeira: objetiva e aplicada. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.</p> <p>VERAS, L. L. Matemática financeira: uso de calculadoras financeiras, aplicações no mercado financeiro, introdução à engenharia econômica, 300 exercícios resolvidos e propostos com respostas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>CRESPO, A. A. Matemática comercial e financeira fácil. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>VIEIRA SOBRINHO, J. D. Matemática Financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>BAUER, U. R. Matemática financeira fundamental. Ed. Atlas. SP 2003.</p> <p>ASSAF NETO, A. Matemática financeira e suas aplicações. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>HARSHBARGER, R. J. Matemática aplicada: administração, economia, ciências sociais e biológicas. 7. ed. São Paulo: Mcgraw-Hill, 2006.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0008		Introdução à Contabilidade			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	2º módulo
Ementa					
<p>Conceito, objetivo e finalidade da Contabilidade. Representação gráfica do patrimônio. Contas patrimoniais e de resultados. Métodos de escrituração. Demonstrações contábeis. Noções básicas de Contabilidade de Custos.</p>					
Área de Integração					
<p>Introdução à Matemática Financeira.</p>					
Bibliografia Básica					
<p>MARION, J. C. Contabilidade básica. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. MARTINS, E. Contabilidade de custos. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018. RIBEIRO, O. M. Contabilidade Básica Fácil. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>MARION, J. C. Contabilidade empresarial. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015. IUDICIBUS, S. de. Contabilidade introdutória. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>CREPALDI, S. A. Curso básico de contabilidade de custos. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>FRANCO, H. Contabilidade geral. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>PADOVEZE, C. L. Introdução À Contabilidade Com Abordagem Para Não Contadores – 2. ed. 2015.</p> <p>ALMEIDA, S. F.; ESPENSER, V. W. Contabilidade com Ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas. 3. ed. 2014. no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>PEREIRA, J. M. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>SANTOS, C. S. Introdução à gestão pública. Saraiva, 2012.</p>					

Módulo 3

Cód.		Componente Curricular			
CON.0006		Fundamentos de Administração Pública			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	3º módulo
Ementa					
Evolução da Administração Pública. Elementos fundamentais do Estado. Formas e Sistemas de Governo. Funções e Formas de Administração Pública. Reformas Administrativas no Brasil. Importância e limites da atuação da administração pública. Instrumentos de planejamento. Órgãos fiscalizadores.					
Área de Integração					
Gestão Estratégica.					
Bibliografia Básica					
CHRISPINO, A. Introdução ao Estudo das Políticas Públicas . Rio de Janeiro: FGV, 2015.					
DIAS, R. Gestão Pública – Aspectos Atuais e Perspectivas para Atualização. São Paulo: Atlas, 2017.					
ZOGHBI, J. Eficiência na Gestão Pública . Rio de Janeiro: BRASPORT, 2016.					
Bibliografia Complementar					
DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. Políticas Públicas . Princípios, Propósitos e Processos. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.					
MAXIMIANO, A. C. A.; NOHARA, I. P. Gestão Pública : abordagem integrada à administração e ao direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2017.					
OLIVEIRA, R. Gestão Pública : Democracia e Eficiência. Rio de Janeiro: FGV, 2012.					
PALUDO, Augustinho. Administração Pública . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier — Campus, 2015.					
PEIXOTO, J. P. M. Governando o Governo : Modernização da Administração Pública.					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0011		Gestão Estratégica			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	3º módulo
Ementa					
Estratégia no ambiente de negócios: conceitos e tipos de estratégia. Formulação e implementação de estratégia. Caracterização do negócio: missão; visão; objetivos; valores e crenças. Análise ambiental. Planejamento estratégico. Principais escolas do pensamento estratégico. Principais Ferramentas de Gestão Estratégica.					
Área de Integração					
Fundamentos de Administração Pública. Gestão de Marketing. Gestão Financeira e Orçamentária.					
Bibliografia Básica					
<p>PORTER, M. E. Competição: estratégias competitivas essenciais. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.</p> <p>SANTINI JUNIOR, N.; ALMEIDA, S. R. P. A. Princípios e ferramentas da estratégia empresarial. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>TAVARES, M. C. Gestão Estratégica. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ALMEIDA, M. I. R. Manual do planejamento estratégico. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>COSTA, E. A. Gestão Estratégica: da empresa que temos para a empresa que queremos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>FISCHMANN, A. A.; ALMEIDA, M. I. R. Planejamento Estratégico na Prática. 2. ed. 22. reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. Administração Estratégica – Tradução da 7ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2007.</p> <p>MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.</p> <p>MINTZBERG H et al. O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas. 33. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0007		Gestão de Marketing			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	3º módulo
Ementa					
Histórico e conceitos básicos de marketing. Gestão estratégica de marketing. Composto de marketing. Estudo do Ciclo de vida de produtos. Estudo do desenvolvimento de produtos e de serviços. Plano de marketing.					
Área de Integração					
Gestão Estratégica.					
Bibliografia Básica					
<p>COBRA, M. H. N. Administração de marketing. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.</p> <p>LAS CASAS, A. L. Administração de Marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. Ed. Atlas, 2013.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>CALDER, B. J.; TYBOUT, A. M. Marketing. São Paulo: Saraiva, 2013. COUTO, K. M. B. Marketing sob medida. Brasília: Editora Fortium, 2008.</p> <p>CROCCO, Luciano et al. Fundamentos de marketing: conceitos básicos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>DIAS, S. R. (Coord.). Gestão de marketing. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>HOOLEY, G. J.; PIERCY, N. F.; NICOLAUD, B. Estratégia de marketing e posicionamento competitivo. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.</p> <p>KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Princípios de Marketing. 15. ed. São Paulo: Pearson Education, 2015. KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. Marketing 4.0. São Paulo: Actual, 2017.</p> <p>MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012.</p> <p>TURCHI, S. R. Estratégias de Marketing Digital E-commerce. 1. Ed. Brasil: Atlas, 2012.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0012		Gestão Financeira e Orçamentária			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	3º módulo
Ementa					
Proporcionar ao estudante condições para conhecer os fundamentos da gestão financeira e compreender a sua integração com outras áreas das organizações.					
Área de Integração					
Gestão Estratégica.					
Bibliografia Básica					
<p>FORTUNA, E. Mercado financeiro, produtos e serviços. 21. ed. São Paulo: Qualitymark, 2017.</p> <p>HOJI, M. Administração financeira: uma abordagem pratica: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira . 12. ed. São Paulo: Harbra, 2010.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ROSS,S. A.; WESTERFIELD, R. W. Administração Financeira (português). 10. ed. Amgh Editora. MARTINS, E. Contabilidade de custos. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>ASSAF, N.; ALEXANDRE, S.; CÉSAR A. T. Administração do capital de giro. 4. ed. São Paulo: Atlas.</p> <p>BORNIA, A. C. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>SANTOS, E. O. Administração Financeira da pequena e média empresa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>					

Módulo 4

Cód.		Componente Curricular			
CON.0009		Empreendedorismo			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	4º módulo
Ementa					
Empreendedorismo: conceitos, histórico e evolução. Empreendedor: Competências, características e habilidades. Empreendedorismo, inovação e desenvolvimento regional. Identificação e avaliação de oportunidades de negócio. Modelo de negócios. Gestão de pequenos negócios. Plano de Negócio.					
Área de Integração					
Gestão de Processos. Cooperativismo e Associativismo. Inglês para fins específicos.					
Bibliografia Básica					
<p>BERNARDI, L. A. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>GARCIA, A. L. FASSA; JUSTINIANO, L. S. Inovação, Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional. São Paulo: Boreal, 2016.</p> <p>HISRICH, R. D. Empreendedorismo. Porto Alegre: AMGH, 2014.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>DEGEN, R. J. O empreendedor: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.</p> <p>HASHIMOTO, M.; L., R. M. A.; ANDREASSI, T.; NASSIF, V. M. J. Práticas de Empreendedorismo: casos e planos de negócios. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, D. de P. R. de. Empreendedorismo: vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios. – São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>PORTO, G. S. Gestão da Inovação e Empreendedorismo. Editora Elsevier – Campus, 2013.</p> <p>SARKAR, S. Empreendedorismo e Inovação. – 3ª Edição – Lisboa, Portugal: Escola Editora, 2014. PORTUGAL, M. N. Empreendedorismo: gestão estratégica. Goiânia, GO: Escola Editora, 2016.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
SUB.0342		Gestão de Processos			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	4º módulo
Ementa					
<p>Conceitos básicos da gestão de processos. Principais processos organizacionais. Gerência de processos. Técnicas de gestão de processos. Modelagem de Processos. Método de avaliação de processos. Otimização de Processos. Estrutura organizacional. Gráficos organizacionais.</p>					
Área de Integração					
Empreendedorismo.					
Bibliografia Básica					
<p>ALVES FILHO, B. de F. Processos Organizacionais: simplificação e racionalização. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>ARAUJO, L. C. G. de.; GARCIA, A. A.; MARTINES, S. Gestão de Processos: melhores resultados e excelência organizacional. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>CURY, A. Organização e métodos: uma visão holística. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>DE SORDI, J. O. Gestão por processos: uma abordagem da moderna administração. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, D. de P. R. de. Administração de Processos: Conceitos, Metodologia, Práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>OLIVEIRA, S. B. de. Gestão por processos: fundamentos, técnicas e modelos de implementação. 2. ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, S. B. de. Análise e Melhoria de Processos de Negócios. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>ROCHA, A. V., MOTA, E. B.; JUNIOR, I. M.; QUINTELLA, O. M. Gestão da qualidade e processos. Rio de Janeiro: FGV, 2012.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0013		Cooperativismo e Associativismo			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	4º módulo
Ementa					
Cooperativismo e associativismo: antecedentes históricos; evolução do pensamento cooperativo; o cooperativismo contemporâneo; Teoria econômica da cooperação; evolução do cooperativismo brasileiro; Especificidades regionais do movimento cooperativo; Identidade social e jurídica do cooperativismo brasileiro; Ramos de atuação das cooperativas Brasileiras; Cooperativismo autogestionário e solidário; Diferenças entre microempresa, associação, cooperativa, condomínios, OSCIP, fundação e sindicato; Etapas para fundação de cooperativas e associações.					
Área de Integração					
Empreendedorismo.					
Bibliografia Básica					
<p>JOCHEM, L.; RONKOSKI, J.; JOCHEM, V. Cooperativismo: uma abordagem histórico-filosófica. Curitiba: Viena, 2010.</p> <p>SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.</p> <p>VIEIRA, P. G. L. Cooperativismo passo a passo. Curitiba: Editora Juruá, 2014.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ABRANTES, J. Associativismo e cooperativismo. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.</p> <p>ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.</p> <p>BIALOSKORSKI NETO, S. Economia e gestão de organizações cooperativas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>CEFAÏ, D. et al. (Org.). Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.</p> <p>CENZI, N. L. Cooperativismo: desde as origens do projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro. Curitiba: Juruá, 2009.</p> <p>CRUZIO, H. de O. Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.</p> <p>DAGNINO, E. (Org.). Sociedade civil e espaço público no Brasil. São Paulo: Paze Terra, 2002.</p> <p>GAIGER, L. I. (org.). Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.</p> <p>OLIVEIRA, D. P. R. Manual de Gestão das Cooperativas: uma abordagem prática. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.</p> <p>OLSON, M. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: EDUSP, 2011.</p> <p>PINHO, D. B. O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.</p> <p>PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 4. ed. São Paulo: Editora FGV, 2005.</p> <p>VEIGA, S. M.; FONSECA, I. Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.</p> <p>WICKERT, S. Associativismo. Porto alegre: Emater/RS-ASCAR, 2004.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0010		Inglês para fins específicos			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	4º módulo
Ementa					
<p>Inglês instrumental com foco na leitura e na compreensão de textos escritos em língua inglesa. Desenvolvimento de competências e habilidades sociocomunicativas no uso da língua inglesa na área técnica objeto deste curso. Estratégias de leitura; aspectos morfológicos e gramaticais necessários à compreensão.</p>					
Área de Integração					
Empreendedorismo.					
Bibliografia Básica					
<p>DICIONÁRIO Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês. Oxford: University Press, 2007.</p> <p>HUTCHINSON, T., A. WATERS. English for Specific Purposes - a learning-centred approach. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.</p> <p>MURPHY, R. English Grammar in Use. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>BARUM, G. Inglês essencial para negócios: uma ferramenta para aprimorar o inglês profissional. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>DREY, R. F. et al. Inglês: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015.</p> <p>MUNHOZ, R. Inglês Instrumental: estratégias de leitura. Módulo 1. 3. ed. São Paulo: Heccus, 2019.</p> <p>NUNAN, D. Second Language Teaching & Learning. Massachusetts: Heinle & Heinle Publishers, 1999.</p> <p>SOUZA, A. G. F. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005.</p>					

Módulo 5

Cód.		Componente Curricular			
CON.0014		Gestão de Materiais			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	5º módulo
Ementa					
<p>Histórico e objetivos da Gestão de Materiais. Fundamentos da Gestão de Materiais. O sistema de administração de material e seus subsistemas de normalização. Gestão e controle de estoque. Aquisição/compras e armazenamento/almoxarifado. Políticas de Estoques. Planejamento de Estoques. Inventário de estoques. Centro de Distribuições. Controle de Patrimônio e Inventário de Patrimônio. Processo logístico. Organização da logística de suprimentos.</p>					
Área de Integração					
Gestão de Pessoas.					
Bibliografia Básica					
<p>BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento, organização e logística. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.</p> <p>DIAS, M. A. P. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>VIANA, J. J. Administração de Materiais. Um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2001.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ALT, P. R. C. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 3. São Paulo: Saraiva 2009.</p> <p>ALVARENGA, A. C.; NOVAES, A. G. N. Logística Aplicada: suprimento e distribuição física. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 2000.</p> <p>BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Abastecimento. São Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>BOWERSOX, D. J. et. al. Logística empresarial: da cadeia de suprimento. Porto Alegre, RS: AMGH, 2014.</p> <p>DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>GURGEL, F. A. Administração de materiais e do patrimônio. São Paulo: Cengage Learning, 2012. PAOLESCHI, B. Estoques e Armazenagem. São Paulo: Érica, 2014.</p> <p>POZO, H. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>WANKE, P. F. Logística para micro e pequenas empresas. São Paulo Atlas 2011.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0004		Gestão de Pessoas			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	5º módulo
Ementa					
Evolução da Gestão de Pessoas. As organizações e as pessoas. Processos de gestão de pessoas. Relações trabalhistas. Ética nas relações de trabalho. Relações de gênero no trabalho. Higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho.					
Área de Integração					
Gestão de Materiais.					
Bibliografia Básica					
<p>BOHLANDER, G. W.; SNELL, S. Administração de recursos humanos. 3 ed. São Paulo: Cengage, 2014.</p> <p>DUTRA, J. S.; DUTRA, T. A.; DUTRA, G. A. Gestão de pessoas: realidade atual e desafios futuros. Ed. Atlas. 2016.</p> <p>SCOFANO, A. H.; PACHECO, L. S.; BECKERT, M. C. P.; SOUZA, V. de. Capacitação e Desenvolvimento de pessoas. Rio de Janeiro: FGV, 2012.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>DEMO, G. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>FAISSAL, R.; PASSOS, A. E. V. M.; MENDONÇA, M. da C. F. de; ALMEIDA, W. M. da C. de. Atração e seleção de pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015.</p> <p>GIL, A. C. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>LUZ, R. S. Gestão do clima organizacional. Rio de Janeiro: QualityMark, 2012.</p> <p>MACÊDO, I. I. de; RODRIGUES, D. F.; JOHANN, M. E. P.; CUNHA, N. M. M. da. Gestão de pessoas. Rio de Janeiro: FGV, 2012.</p>					

Módulo 6

Cód.		Componente Curricular			
CON.0015		Técnicas de Arquivo			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	6º módulo
Ementa					
Arquivo, arquivística e gestão de documentos: histórico dos arquivos e conceitos básicos de arquivologia. Classificação dos documentos. Ciclo de vida dos documentos. Tabela de temporalidade. Tipos de arquivo e materiais de consumo em arquivística. Métodos de arquivamento básicos e padronizados. Gestão eletrônica de Documentos – GED.					
Área de Integração					
Sociologia do Trabalho.					
Bibliografia Básica					
<p>MEDEIROS, J. B.; HERNANDES, S. Manual da secretária. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>PAES, M. L. Arquivo: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.</p> <p>SHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: Princípios e Técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>BELLOTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.</p> <p>CASTRO, A. M.; CASTRO, A. M. Arquivos: físicos e digitais. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.</p> <p>MARIZ, A. C. A. A informação na internet: arquivos públicos brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.</p> <p>BARTALO, L.; MORENO, N. A. Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas. Londrina: EDUEL, 2008.</p> <p>LOPES, A. M. N. et. al. Restauração e conservação de documentos. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora SENAC Nacional, 1998.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0003		Sociologia do Trabalho			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	6º módulo
Ementa					
A categoria trabalho na perspectiva sociológica. Origem e desenvolvimento da sociologia do trabalho. Abordagens contemporâneas da organização do trabalho. Processos de trabalho na Amazônia. Novos temas da sociologia do trabalho.					
Área de Integração					
Técnicas de Arquivo.					
Bibliografia Básica					
<p>ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.</p> <p>ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.</p> <p>TRAGTENBERG, Maurício. Administração, poder e Ideologia. 3. ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2005.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, Unicamp, 2006.</p> <p>ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes (Org.). O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2010.</p> <p>BLASS, Leila. Trabalho: lugares e significados. Revista da ABET, João Pessoa, v. IV, n. 2, p. 7-24, jul.-dez. 2004. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15844/9068>. Acesso em: 7 mar. 2020.</p> <p>LOURENÇO, Edvânia et alli. O avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, FAPESP, 2010.</p> <p>CASTRO, Edna. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 2, n. 1, p. 31-50, dez. 1999. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/nctn/article/view/200/284>. Acesso em: 7 mar. 2020.</p> <p>GAULEJAC, Vincent de. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.</p> <p>MARK, Karl. Capítulo 1 – A mercadoria. In: MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.</p> <p>POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.</p>					

Optativa

Cód.		Componente Curricular			
SUB.0343		Língua Brasileira de Sinais			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	Optativo
Ementa					
Comunicação básica em Libras que visa um diálogo funcional, entre pessoas surdas e ouvintes dentro e fora do ambiente acadêmico.					
Área de Integração					
Bibliografia Básica					
<p>ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo, Summus, 2007.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº. 10.426, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2005.</p> <p>Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acessibilidade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.</p> <p>BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002.</p> <p>HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Editora: Ciranda Cultural, 2010.</p> <p>SACKS, Oliver W. Vendo vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.</p> <p>SLOMSKI, Vilma Geni. Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2010.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ALMEIDA, E. C. Atividades Ilustradas em Sinais de LIBRAS. 2. ed. São Paulo: Revinter, 2013. BRASIL, Ministério da Educação – SEESP/INES. Dicionário Digital de LIBRAS.</p> <p>BRASIL. Dicionário Digital de LIBRAS. Site do MEC www.dicionariolibras.com.br</p> <p>BRASIL. Dicionário Enciclopédico Ilustrado trilingue de LIBRAS. Sites do MEC: www.ines.org.br/libras; www.feneis.com.br e www.surdosol.com.br</p> <p>CAPOVILLA, F. C. et al. Novo Deit–Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. Vol. 1, 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.</p> <p>QUADROS, R. M.; KARNOP, L. B. Língua dos Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2003. 222p.</p> <p>R. M. de & KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004</p> <p>SILVA, Márcia Cristina Amaral da. Os surdos e as notações numéricas. Maringá: Eduem: 2010</p> <p>COUTINHO, Denise. Libras e Língua Portuguesa (semelhanças e diferenças) \ Volume I \ 3ª Ed. Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015. Libras e Língua Portuguesa (semelhanças e diferenças) \ Volume II \ 3ª Ed. Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015.</p>					

* Hora relógio.

** Hora aula de 50 minutos.

7.4 Terminalidade - Saídas Intermediárias

Este curso não prevê certificações intermediárias.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Este curso não prevê Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

A realização de práticas profissionais configura-se como elemento constitutivo e organizador do currículo deste PPC, concretizando-se como metodologia de ensino que contextualiza competências e põe em ação o aprendizado de forma socialmente referenciada, flexível e interdisciplinar, por meio da utilização de estratégias educacionais que favorecem a compreensão de significados e a integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, com o envolvimento das múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas.

Assim, em cada módulo deverão ser realizadas práticas profissionais em diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, as quais devem vir especificadas no Plano de Ensino do componente curricular e devem convergir à identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso e ao desenvolvimento de conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, culturais, econômicas e ambientais.

Além de contemplar a realização de estágio curricular supervisionado não obrigatório e de práticas interdisciplinares, tais atividades podem ser:

I - Prática na Educação Profissional: compreende diferentes situações de vivência, de aprendizagem e de trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, as quais compreendem:

Experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como empresas pedagógicas, oficinas, laboratórios e outros;

Simulações de situações-problema;

Estudos de caso;

Investigação sobre atividades profissionais;

Seminários;

Projetos de pesquisa e/ou extensão;

Visitas técnicas;

Outras.

II - Prática Profissional Supervisionada: configura-se como prática profissional em situação real de trabalho a atividade de estágio profissional supervisionado, assumido como ato educativo da instituição educacional, devendo ser proposto a partir da verificação das possibilidades de sua efetivação e em conformidade com a realidade do entorno social e disponibilidade do corpo docente.

9.1 Prática Profissional Supervisionada

A prática profissional supervisionada compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações.

A prática profissional supervisionada será desenvolvida com o apoio de diferentes recursos tecnológicos em oficinas, laboratórios ou salas ambientes na própria instituição de ensino ou em entidade parceira, conforme disposto na Resolução CNE/CP nº 01/2021.

A realização de práticas profissionais configura-se como elemento constitutivo e organizador do currículo deste PPC, concretizando-se como metodologia de ensino que contextualiza competências e põe em ação o aprendizado de forma socialmente referenciada, flexível e interdisciplinar, por meio da utilização de estratégias educacionais que favorecem a compreensão de significados e a integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, com o envolvimento das múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas.

Assim, em cada módulo deverão ser realizadas práticas profissionais em diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho,

as quais devem vir especificadas no Plano de Ensino do componente curricular e devem convergir à identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso e ao desenvolvimento de conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, culturais, econômicas e ambientais.

De acordo com a Organização Didática do IFRR, a prática profissional deverá ser caracterizada por meio de atividades presenciais, tais como:

I. Prática na Educação Profissional: compreende diferentes situações de vivência, de aprendizagem e de trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, as quais compreendem:

- a) Experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como empresas pedagógicas, oficinas, laboratórios e outros;
- b) Simulações de situações-problema;
- c) Estudos de caso;
- d) Investigação sobre atividades profissionais;
- e) Seminários;
- f) Projetos de pesquisa e/ou extensão;
- g) Visitas técnicas;
- h) Outras.

II. Prática Profissional Supervisionada: configura-se como prática profissional em situação real de trabalho a atividade de estágio profissional supervisionado, assumido como ato educativo da instituição educacional, devendo ser proposto a partir da verificação das possibilidades de sua efetivação e em conformidade com a realidade do entorno social e disponibilidade do corpo docente.

O estágio supervisionado não obrigatório somente poderá ser realizado em Instituição que tenha condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estudante. Deverá ficar sob a responsabilidade dos setores de extensão do campus e das Coordenações de Curso a indicação da supervisão do acompanhamento e avaliação do estágio supervisionado.

9.2 Estágio Profissional Supervisionado

A articulação entre os conteúdos teóricos e a prática realizar-se-á transversalmente ao longo do curso, pois este curso não prevê a realização de estágio curricular obrigatório.

É facultada aos estudantes a possibilidade de, caso assim desejarem, realizarem estágio curricular não obrigatório, com carga horária não especificada, além da carga horária mínima do curso, desde que estabelecido convênio e termos de compromisso entre as empresas ou instituições e o IFRR que garantam as condições legais necessárias e estejam em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, a Resolução CONSUP/IFRR nº 418/2018, a Resolução CONSUP/IFRR nº 292/2017 e Organização Didática em vigência.

9.3 Projetos

Os projetos integradores poderão permear todos os períodos dos cursos, devendo contemplar a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso, tendo em vista a intervenção no mundo do trabalho e na realidade social, contribuindo para o desenvolvimento local e a solução de problemas.

Os projetos integradores deverão ser articulados com a pesquisa e/ou a extensão, de modo que possam contribuir para a prática profissional. Os projetos integrados serão propostos pelos docentes durante a realização dos componentes curriculares, planejados para a vivência de uma experiência profissional, objetivando a aplicação de conhecimentos adquiridos ou ao desenvolvimento de uma competência, a fim de preparar os estudantes para os desafios no exercício da profissão.

As atividades desenvolvidas por meio dos Projetos Integradores serão previstas pelos docentes nos planos de ensino dos componentes curriculares. A metodologia de desenvolvimento deverá ser detalhada em formato de projeto, de acordo com sua natureza, podendo se caracterizar como Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão e Projetos de Ensino Integrado, objetivando a aplicação de conhecimentos adquiridos ou o desenvolvimento de uma competência, a fim de preparar os estudantes para os desafios no exercício da profissão. Os docentes titulares dos componentes curriculares serão responsáveis pela orientação, acompanhamento e supervisão das atividades desenvolvidas pelos discentes.

As atividades relativas ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou extensão serão, preferencialmente, ofertadas no *campus* e proporcionarão a integração entre teoria e prática, com base na interdisciplinaridade, resultando em relatórios sob o acompanhamento e

supervisão de um orientador.

9.4 Prática Profissional Integrada

A prática profissional integrada (PPI) é o espaço/tempo destinado, por excelência, para promover a articulação entre os conhecimentos trabalhados nas diferentes disciplinas do curso, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

A PPI será desenvolvida ao longo do curso, a fim de promover o contato real e/ou simulado com a prática profissional pretendida pela habilitação específica e articular a integração horizontal e vertical entre os conhecimentos da formação geral e da formação específica com foco no trabalho como princípio educativo.

A PPI será articulada entre as disciplinas dos períodos letivos correspondentes. A adoção de tais práticas possibilitam efetivar uma ação interdisciplinar e o planejamento integrado entre os componentes curriculares. Nesse contexto, a PPI será desenvolvida com o apoio de diferentes recursos tecnológicos em oficinas, laboratórios ou salas ambientes na própria instituição de ensino ou em entidade parceira, conforme Resolução CNE/CP nº 01/2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

A integração entre teoria e prática perpassa toda a concepção do Curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio. Logo, o planejamento dos docentes deve contemplar metodologias que objetivem essa indissociabilidade.

A organização dessas atividades práticas no Curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio prevê que deve ocorrer a cada semestre, correspondendo a, pelo menos, a construção de um projeto onde os estudantes deverão aplicar todos os conhecimentos adquiridos até então no desenvolvimento de uma aplicação.

10. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCs)

A realização de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) para fins de integralização no curso não estão previstas.

11. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

As atividades didático pedagógicas de caráter interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, registradas nos planos de ensino dos docentes, serão desenvolvidas com objetivo de organizar a relação entre teoria e prática a fim de solidificar a aprendizagem técnica e o enriquecimento sociocultural dos estudantes. Além das aulas regulares, entre as atividades que serão desenvolvidas, estão previstas atividades práticas; visitas técnicas; eventos (palestras, seminários, minicursos e oficinas) de cunho científico, cultural, social e esportivo.

Atividades integradas com outros Componentes Curriculares/Área de Conhecimento/Eixo Tecnológico serão realizadas por meio de Projeto Integrador, considerando uma proposta de atuação pedagógica interdisciplinar, ou mesmo multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, que se proponham aos fins pedagógicos dos componentes curriculares, possibilitando a ampliação dos conhecimentos teórico-práticos e a inter-relação entre os conteúdos, conforme preconiza o Artigo 6º e Artigo 25, § 3º da Organização Didática (Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023) e o PDI 2024-2028, que têm a interdisciplinaridade como um dos princípios educacionais da Instituição.

Para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no perfil profissional de conclusão do curso, o docente poderá utilizar da combinação de várias estratégias metodológicas, que proporcionem atividades reflexivas, coletivas, individualizadas e problematizadoras, tais como: aulas expositivas e dialogadas, com uso dos recursos audiovisuais adequados; pesquisas de caráter bibliográfico, para enriquecimento e subsídio ao conjunto teórico necessário à formação dos estudantes; aulas práticas mesmo em disciplinas de caráter mais teórico, tanto para consolidação dos conteúdos apresentados, como para o estímulo à capacidade de experimentação e observação dos alunos; estudo de casos e exibição de filmes, com vistas ao desenvolvimento do poder de análise, contextualização e crítica; estudos dirigidos para facilitação da aprendizagem; dinâmicas de grupo e jogos de empresa, para simular, de modo lúdico, desafios a serem enfrentados no ambiente empresarial; participação, como ouvinte e ou organizador, em eventos acadêmicos que estimulem a capacidade de planejamento e organização, bem como a competência para a expressão oral e escrita; avaliações de caráter prático, que colaborem com o processo de ensino-aprendizagem e indiquem necessidades de ajustes no processo; além de atividades complementares, que enriqueçam a formação e acrescentem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à formação.

Tais estratégias devem estimular o trabalho cooperativo, facilitar a aprendizagem por meio da interação entre os estudantes, integrando novas informações num conhecimento já existente, ou mesmo, de forma cooperativa desenvolvendo novas formas de aprender e ensinar.

Entre as metodologias ativas que podem ser utilizadas, podemos destacar: a sala de aula invertida; gamificação ou educação baseada em jogos; aprendizado por problemas; aprendizado por projetos; design thinking, cultura maker; seminários e discussões.

A seleção das estratégias metodológicas dependerá da característica do componente curricular e será prevista no plano de ensino, de forma que o processo de ensino favoreçam o conhecimento obtido de forma individual e em grupo e que potencialize todas as possibilidades do desenvolvimento de uma aprendizagem contextualizada e significativa, visando à superação das dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

12. ATIVIDADES A DISTÂNCIA

Este curso será desenvolvido de forma presencial, contudo o componente curricular de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS será ofertado na modalidade EaD. A carga horária destinada a EaD, referente ao componente curricular citado, será de 40 horas, o que corresponde a 4,76% da carga horária total do curso.

Os componentes serão ofertados em EaD, sendo que 20% da carga horária poderá ser utilizada para atendimentos presenciais individuais e/ou coletivos, como aula presencial, revisão/reforço e/ou ainda atividades práticas. A oferta será realizada pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem, na plataforma *Moodle*.

Neste sentido, ficarão disponíveis os conteúdos e atividades avaliativas, correspondente à carga horária do componente curricular. Da mesma forma será utilizado o SUAP para o registro das aulas e notas nos diários correspondentes ao componente.

O planejamento, bem como a descrição das atividades dos momentos não presenciais, deverá constar no Plano de Ensino do componente curricular ofertado na modalidade EaD, de forma clara e precisa, especificando a carga horária à distância, a metodologia adotada, critérios de avaliação, cronograma de atividades e mecanismos de atendimento individualizado aos estudantes.

13. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

A articulação do ensino com a pesquisa e extensão no desenvolvimento das atividades curriculares do curso, tem por objetivo estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade, possibilitando a articulação com o mundo do trabalho e dando ênfase à produção, ao segmento ao desenvolvimento e à difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

As atividades deverão ser previstas no plano de ensino ou ser desenvolvidas em formato de projetos de ensino, pesquisa ou extensão, com ou sem fomento por meio de edital institucional, garantindo ao estudante o papel de protagonista do processo de construção de seu conhecimento e de sua formação profissional.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa assegurar aos sujeitos condições de interpretar a realidade e exercer sua cidadania, propiciando - lhes condições de intervir na sociedade de maneira crítica e justa. Nesse sentido, o IFRR apresentará concepções e diretrizes que nortearão as práticas pedagógicas para o período de 2024 a 2028 (PDI IFRR 2024-2028).

As ações desenvolvidas por meio do IF Comunidade, da Semana de Empreendedorismo e Inovação que acontecem todos os anos no *campus*, constituem- se em momentos de transmissão do conhecimento produzido e acumulado pela Instituição, além de também significar uma prestação de contas para a sociedade local. Além de tudo isso, o *campus* prevê a oferta de bolsa de monitoria para os cursos técnicos, possibilitando a prática profissional e um diferencial para a formação do estudante.

As ações de pesquisa e de inovação, que estimulam a busca por soluções científicas para os problemas locais e a participação em projetos de criação e de difusão de tecnologias, e de extensão, que integram a educação aos múltiplos setores da vida em sociedade, serão desenvolvidas mediante alguns programas institucionais, tais como: Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT) e Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão (PBAEX), além de outras formas que docentes e discentes adotarem e que serão estimuladas no início de cada semestre a serem desenvolvidas por meio de Projetos Integradores (PI), conforme descrito no Item 9.3 Projetos.

Poderão ser desenvolvidos projetos de pesquisa partindo de um componente curricular, projetos integradores ou mesmo um projeto de extensão sem estar ligado a um programa, e que ajude a solucionar uma necessidade da comunidade onde o *campus* está inserido. O objetivo é fazer a interface entre ensino, pesquisa, extensão e inovação para enriquecer o conhecimento dos estudantes.

Todo o anteriormente citado pode ser disponibilizado aos estudantes do Curso Técnico em Administração Concomitante, fortalecendo assim o perfil profissional de saída dos estudantes. Dessa forma, o mundo do trabalho de Roraima receberá um profissional com formação diferenciada e com uma formação cidadã, com foco nas necessidades regionais e locais.

14. APOIO AO DISCENTE

No processo de ensino-aprendizagem, o docente, em seu planejamento de ensino, conforme Organização Didática do IFRR, deve assegurar, de acordo com as particularidades do desenvolvimento do componente curricular sob sua responsabilidade, a previsão de atividades que visem à recuperação da aprendizagem, atendimentos individualizados, grupos de estudos, entre outras atividades pedagógicas.

A Coordenação de Curso estabelecerá mecanismos e instrumentos necessários para o funcionamento do curso e prestará orientação acadêmica aos discentes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas), desenvolvidas em especial nas ações de acolhimento a cada início de período letivo. Também dará suporte quanto às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares, possibilitando inclusive a promoção de ações de nivelamento e monitoria para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes.

Para o atendimento ao discente, a Coordenação de Curso conta com o suporte da DEPEI, que dispõe de profissionais, tais como assistente de alunos, psicóloga, Técnico em Assuntos Educacionais (TAE), e tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para possibilitar a permanência e êxito dos estudantes.

Além das ações desenvolvidas pela instituição, a DEPEI trabalha por meio de sua equipe multidisciplinar e em conjunto com a Coordenação de Curso oferecendo serviços para possibilitar o sucesso escolar dos discentes ao longo do curso e para atuar:

- no que se refere à sensibilização dos discentes sobre seus direitos e deveres;
- na implementação das políticas de assistência ao estudante;
- no combate à retenção e à evasão;
- no suporte às demandas psicossociais e de saúde;
- no suporte ao planejamento docente; e
- no acompanhamento do cumprimento do calendário acadêmico, do Projeto Pedagógico do Curso e do desempenho acadêmico.

14.1 Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais

O apoio ao discente com necessidades educacionais especiais será realizado pela Coordenação de apoio a pessoas com necessidades educacionais especiais (CAPNE), que é regulamentada pela Resolução CONSUP/IFRR N° 772, de 25 de janeiro de 2024, que dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições das CAPNE's dos *campi* do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). As competências da CAPNE incluem:

- I. Ofertar o atendimento educacional especializado (AEE), em horário oposto ou alternado ao horário regular das aulas, aos estudantes público-alvo da educação especial com o objetivo de complementar/suplementar a formação com conhecimentos e recursos específicos que eliminam as barreiras, as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino regular.
- II. Promover ações e atividades que favoreçam o acesso, a permanência e a conclusão do processo educacional com êxito, respeitando as especificidades do estudante, em articulação com os poderes públicos e sociedade civil;
- III. Propiciar o envolvimento da família do estudante público-alvo da educação especial nas ações inclusivas, visando sua participação no processo educacional e inserção do educando no mundo do trabalho;
- IV. Zelar para que, na elaboração de documentos institucionais, seja contemplada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão, bem como as Diretrizes de Educação Inclusiva do IFRR no ensino regular, em consonância com a legislação vigente;
- V. Promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação da comunidade escolar e da sociedade civil;
- VI. Requerer percentual mínimo de destinação orçamentária para os *campi* para garantir o desenvolvimento das ações das CAPNEs;
- VII. Gerir a aplicação do orçamento de custeio e do investimento disponibilizados definindo prioridades de ações e aquisição de equipamentos, softwares, materiais didático-pedagógicos e materiais para a Sala de Recursos Multifuncionais;
- VIII. Articular com os diversos setores da Instituição os procedimentos relativos à consolidação da inclusão de pessoas com NEE, definindo prioridades de ações, contratações e compras.
- IX. Solicitar à Direção-Geral do *campus*, por intermédio da Diretoria/Departamento de Ensino, a contratação de profissionais especializados para atuarem junto aos estudantes público-alvo da educação especial, bem como parcerias com outras instituições que possibilitem a estruturação de equipes de apoio educacional especializado;
- X. Assessorar o professor de AEE na elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado de cada estudante.
- XI. Acompanhar o trabalho realizado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) por meio do recebimento mensal dos relatórios de atendimento de cada estudante.
- XII. Zelar pela organização curricular que atenda às necessidades especiais de cada estudante, de modo que contemple a adequação de métodos, técnicas e recursos educativos que promovam a acessibilidade curricular e tecnológica e garanta a sua participação nas atividades acadêmico-científicas e culturais.
- XIII. Assessorar nas ações referentes aos projetos de ensino, pesquisa e de extensão na área da Educação Especial;
- XIV. Participar de reuniões de ensino com demandas referentes aos estudantes público da educação especial;
- XV. Participar das Comissões de Processos Seletivos quanto às adaptações necessárias aos candidatos que apresentem necessidades educacionais especiais, quando solicitado;
- XVI. Solicitar ao Diretor Geral providências quanto aos atendimentos biopsicossociais aos estudantes quando o *campus* não dispuser

de profissionais para tais.

- xvii. Orientar, em articulação com os setores pedagógicos, os docentes quanto às adaptações de materiais didático-pedagógicos para os componentes curriculares, bem como a reestruturação de suas práticas didáticas, acompanhando o processo de elaboração do planejamento e das avaliações para os estudantes com deficiência, com Transtornos globais do desenvolvimento (TGD); Altas Habilidades/Superdotação.
- xviii. Orientar, por meio de documento, os gestores quanto às ações referentes às barreiras arquitetônicas, de acordo com as normas técnicas de acessibilidade, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais, enfrentadas pelos estudantes público-alvo da Educação Especial;
- xix. participar das reuniões do Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil (GTAE).

Esse conjunto abrangente de diretrizes e ações objetivam promover a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais em um ambiente educacional. Tendo por finalidade fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, com a adequada promoção do cumprimento efetivo das Leis n° 10.098/2000, n° 13.146/2015, do Decreto n° 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos, a CAPNE dará apoio, no âmbito do CAB, ao cumprimento das políticas de atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, permitindo, por meio de suas atividades:

- i. a adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica;
- ii. a interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização, bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo;
- iii. a intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais.

14.2 Assistência Estudantil

A Resolução CONSUP/IFRR n° 657/2022, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, tem por objetivo geral contribuir para a redução dos efeitos da desigualdade, para a melhoria do desempenho acadêmico, para a permanência estudantil, para a produção e difusão dos conhecimentos, para êxito educacional e para a melhoria das condições de vida dos estudantes.

São objetivos específicos da Política de Assistência Estudantil do IFRR:

- i. Fortalecer e ampliar programas e projetos de Assistência Estudantil que possibilitem a permanência e o êxito dos estudantes;
- ii. Realizar acompanhamento pedagógico e biopsicossocial dos estudantes, contribuindo com o processo de aprendizagem;
- iii. Proporcionar aos estudantes condições necessárias para seu amplo desenvolvimento acadêmico, incluindo aqueles com necessidades educacionais específicas, conforme legislação vigente;
- iv. Contribuir para a redução dos índices de evasão e de retenção escolar, mediante implementação do Plano de Permanência e Êxito do IFRR;
- v. Possibilitar ao corpo discente igualdade de oportunidades para além da transferência de recursos financeiros, por meio de ações de apoio estudantil promovidas pelo ensino, pesquisa e extensão;
- vi. Promover ações que visem à igualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais;
- vii. Implementar programas, projetos e ações que visem ao respeito às diversidades étnicas, sociais, sexuais, culturais, de gênero, geracionais e religiosas;
- viii. Possibilitar a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, técnico-científicos, artístico-culturais e esportivos;
- ix. Incentivar a produção, circulação, difusão, acessibilidade, veiculação, preservação e publicação de trabalhos artísticos, técnicos-científicos e culturais dos estudantes;
- x. Estimular a participação dos estudantes na discussão e nos processos decisórios referentes à gestão democrática da Assistência Estudantil do IFRR.

Dentre os programas de que trata a Política de Assistência Estudantil, o *Campus* Avançado Bonfim oferece aos estudantes do Curso Técnico em Administração Concomitante ao ensino médio:

- I. Programa de Auxílio Alimentação;

O *campus* conta ainda, com ações realizadas pela Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e sua equipe integrada pelos profissionais da Coordenação Pedagógica com a Equipe Técnico-Pedagógica, composta por Técnicos em Assuntos Educacionais.

14.3 Apoio Pedagógico

Para subsidiar o planejamento das ações dos *campi*, estão previstas na Resolução CONSUP/IFRR n° 477/2019, que dispõe sobre o Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR, as estratégias de intervenção e monitoramento que visam à permanência e o êxito dos estudantes.

A Coordenação do Curso estabelecerá mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas). Também dará suporte quanto às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares. Para o atendimento ao estudante, a Coordenação de Curso conta com a parceria das equipes da Coordenação Pedagógica (COPED) e da Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do Campus.

Dentre as ações desenvolvidas para garantir a permanência e o êxito dos estudantes na instituição, pode-se destacar o acolhimento

realizado todo início de semestre com os estudantes e durante o ano com as famílias, a garantia da acessibilidade metodológica e instrumental por meio da promoção de formação continuada da equipe do ensino, a realização de monitoria, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, o atendimento realizado pela equipe multidisciplinar, a participação nos projetos de pesquisa e extensão, as práticas inovadoras nos projetos Inova e etc.

15. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs)

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) são recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, que potencializam a construção do conhecimento e têm um papel fundamental nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo melhorias na comunicação, ofertando espaços de simulação de atividades práticas que não sejam possíveis de realizar de forma direta por indisponibilidade de espaço e estrutura, entre outras possibilidades de mediação.

As TDICs têm sido incorporadas às práticas docentes como meio para promover aprendizagens mais significativas, com o objetivo de apoiar os docentes na implementação de metodologias de ensino ativas, alinhando o processo de ensino-aprendizagem à realidade dos estudantes e despertando maior interesse e engajamento dos estudantes.

Nesse sentido, visando permitir a utilização das TDICs em seus processos de ensino-aprendizagem, o *Campus* Avançado Bonfim dispõe de 1 (um) laboratório de informática, com 30 (trinta) computadores, e um laboratório móvel, com 18 (dezoito) computadores, que são disponibilizados aos estudantes, com presença de professores, para auxiliá-los em suas atividades acadêmicas, além de 3 (três) computadores instalados na Biblioteca do Campus, para uso em atividades de pesquisa, e 3 (três) computadores instalados na sala de pesquisa, todos com acesso à rede mundial de computadores e com suíte de aplicativos para escritório contendo processador de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica, cliente de e-mails, entre outros.

Além disso, para oferta do Componente Curricular de Língua Brasileira de SINAIS - LIBRAS, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação auxiliarão na realização das atividades síncronas e/ou assíncronas, utilizando-se o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

16. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe, presidido pela DEPEI, é um órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho escolar dos estudantes matriculados nos Cursos Técnicos, tendo sua organização e funcionamento fixados na Organização Didática (IFRR, 2023).

O Conselho de Classe é temporário e ocasional, sendo constituído da seguinte forma:

- I. Diretoria/Departamento de Ensino, que o presidirá;
- II. Coordenação de curso;
- III. Setor Pedagógico;
- IV. Equipe multidisciplinar de Assistência ao Estudante;
- V. Docentes da turma;
- VI. Estudantes representantes ou líderes das turmas.

O Conselho de Classe se reunirá semestralmente, em caráter ordinário, e, em caráter extraordinário, quando seja convocado por determinação da DEPEI em função de assuntos específicos a serem tratados, podendo, nesses casos, reunir-se com:

- I. Toda a turma de estudantes;
- II. Com determinado grupo de estudantes; ou
- III. Sem a presença dos estudantes.

Ao final do período letivo, o Conselho de Classe analisará a situação dos estudantes com reprovação nos componentes curriculares, tendo a prerrogativa de deliberar acerca da homologação da média do componente curricular no módulo atribuída pelos docentes a cada estudante.

São atribuições do Conselho de Classe:

- I. Apresentar as dificuldades da turma quanto à aprendizagem, à relação docente/estudante, ao relacionamento entre os próprios estudantes, e outros assuntos que mereçam ser analisados coletivamente;
- II. Deliberar sobre medidas técnicas, administrativas e pedagógicas a serem tomadas, visando superar dificuldades detectadas;
- III. Despertar nos docentes e estudantes o hábito de reflexão, análise e autoavaliação sobre o seu próprio desempenho, no cumprimento de suas obrigações e responsabilidades;
- IV. Servir como instrumento de aperfeiçoamento da prática pedagógica, buscando alternativas e sugerindo metodologias, procedimentos e recursos didáticos e metodológicos que contribuam para ajustes necessários na condução do processo de ensino-aprendizagem;

- v. Executar os encaminhamentos e decisões tomadas no Conselho de Classe.

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

17.1 Do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação do processo ensino e aprendizagem têm como parâmetro os princípios do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o perfil de conclusão do Curso. A avaliação do ensino compreende o acompanhamento pedagógico no que tange a prática docente para identificar os meios, instrumentos, estratégias de ensino que contribuem para a superação das dificuldades no processo de aprendizagem.

De acordo com a Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, a avaliação da aprendizagem do estudante compreenderá os aspectos cognitivo e social, sendo os critérios e valores estabelecidos em cada instrumento de avaliação, descritos na metodologia do Plano de Ensino dos docentes e previamente apresentados aos estudantes, no início do componente curricular.

O processo avaliativo deverá considerar os aspectos atitudinais, conceituais e procedimentais, não devendo os atitudinais ultrapassar 30% (trinta por cento) do quantitativo da avaliação.

A avaliação do processo de aprendizagem será processual, sistemática, integral, diagnóstica e formativa, envolvendo docentes e estudantes e deve garantir conformidade entre os processos, as técnicas, os instrumentos de avaliação, as bases tecnológicas, as habilidades e as competências a serem desenvolvidas.

A avaliação deverá ser um diagnóstico constante – processo contínuo e formativo – em que os aspectos qualitativos se sobreponham aos quantitativos, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN), considerando as modalidades:

- i. Avaliação Diagnóstica - realizada no início do processo de ensino aprendizagem:
 - a) Detecta o nível de conhecimentos dos estudantes;
 - b) Retroalimenta o processo, indicando os elementos que precisarão ser aprofundados;
- ii. Avaliação Formativa - de caráter contínuo e sistemático:
 - a) Ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem;
 - b) É interna ao processo e centrada no estudante;
 - c) Também tem caráter diagnóstico;
 - d) Possibilita acompanhar o domínio de competência e adequar o ensino aos ajustes na aprendizagem e no desenvolvimento do estudante;
- iii. Avaliação Somativa - possibilita avaliar as competências pretendidas:
 - a) Fornece resultados de aprendizagem;
 - b) Subsidiaria o planejamento do ensino para a próxima etapa;
 - c) Informa o rendimento dos estudantes em termos parciais e finais.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, estimulando o estudante à pesquisa, à reflexão, a acionar outros conhecimentos e habilidades evidenciando iniciativa, criatividade para resolução de problemas.

É de competência do docente a elaboração, a aplicação e o julgamento do trabalho de avaliação da aprendizagem. Quando o conteúdo de qualquer avaliação prevista, discrepar dos objetivos gerais ou específicos constantes no Plano de Ensino, o setor de apoio pedagógico proporá sua adequação.

O docente poderá adotar instrumentos de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-lo no Plano de Ensino. São considerados, dentre outros, os seguintes instrumentos avaliativos:

- i. Fichas de observação com critérios estabelecidos;
- ii. Projetos;
- iii. Estudo de caso;
- iv. Painéis integrados;
- v. Lista de verificação de desempenho e competências;
- vi. Exercícios;

- vii. Questionários;
- viii. Pesquisa;
- ix. Dinâmicas;
- x. Teste/exame/prova escrita ou oral;
- xi. Prática Profissional;
- xii. Relatórios;
- xiii. Portfólio;
- xiv. Atividade prática;
- xv. Jogos pedagógicos;
- xvi. Teatro.

As avaliações devem ser estabelecidas de forma contextualizada, preferencialmente em articulação entre os componentes curriculares que trabalham a mesma competência. Os resultados das avaliações da aprendizagem deverão ser analisados pelo docente junto a turma, visando garantir o melhor aproveitamento dos conteúdos trabalhados.

A avaliação dos estudantes com Deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Superdotação/Altas habilidades deve ser adaptada às suas necessidades educacionais específicas com apoio da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE).

A verificação da aprendizagem dos estudantes será expressa em notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme Sistema Unificado da Administração Pública - SUAP.

As datas das avaliações ficarão a critério do docente, comunicadas previamente aos estudantes, considerando o calendário acadêmico. Os docentes terão um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a realização das avaliações, para apresentar os resultados aos estudantes, de modo a possibilitar a análise do seu desempenho.

Em caso de uso de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), o docente deverá optar por tecnologias disponíveis na instituição ou acessíveis aos estudantes, a fim de propiciar ao estudante a realização das atividades avaliativas.

A nota do componente curricular será composta por uma das seguintes formas:

- i. Somativa;
- ii. Média aritmética simples;
- iii. Média ponderada.

No sistema de avaliação somática a nota do componente curricular será composta pela soma simples dos instrumentos avaliativos.

No sistema de avaliação média aritmética simples a nota do componente curricular será composta pela média aritmética de duas notas (N1 e N2).

No sistema de avaliação média ponderada a nota do componente curricular será composta, levando-se em consideração o peso atribuído para cada nota (N1 e N2).

A nota do componente curricular será composta por no mínimo (02) dois e no máximo (04) quatro instrumentos avaliativos, diferentes entre si, distribuídos entre N1 e N2, quando for o caso.

O processo avaliativo deverá ficar estabelecido no Plano de Ensino, além de ser apresentado aos estudantes nos primeiros dias de aula do componente curricular.

Será considerado aprovado o estudante que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) por componente curricular e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária da série/módulo.

Será considerado reprovado o estudante que obtiver média anual/modular menor que 4,0 (quatro) no componente curricular e/ou frequência menor que 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária da série/módulo.

Os *campi* do IFRR deverão oferecer recuperação, com a finalidade de garantir o êxito acadêmico. Os estudos de recuperação serão desenvolvidos de forma contínua, durante o período letivo, com o objetivo de superar as dificuldades de aprendizagem.

O estudante que obtiver média anual ou média modular igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 6,0 (seis), cuja frequência for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária da série/módulo, terá direito a Exame Final, que será elaborado com base nos conteúdos ministrados, a critério do docente, durante a série/módulo.

Será considerado reprovado no componente curricular o estudante que, após o Exame Final, obtiver média menor que 6,0 (seis). Em caso de reprovação em até 02 (dois) componentes curriculares, o estudante ficará em situação de dependência.

O componente curricular em dependência poderá ser executado conforme uma das opções a seguir:

- Oferta totalmente presencial;
- Oferta com no mínimo 20% (vinte por cento) da carga horária do componente curricular na forma presencial e 80% a distância para os estudantes de 1º e 2º anos;
- Oferta totalmente a distância para os estudantes de 3º ano e para aqueles que se encontram com pendência para conclusão do Ensino Médio, desde que atenda às exigências da modalidade EaD.

Em qualquer das opções de organização, deve-se primar pelo cumprimento do conteúdo programático e da carga horária total, necessários para os estudantes alcançarem a progressão.

Conforme disposto na Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem consiste das análises decorrentes das reuniões de conselho de classe e de reuniões pedagógicas, em que são estabelecidas estratégias pedagógicas de intervenção necessárias que tem a finalidade de:

- I. Identificar progressos;
- II. Detectar dificuldades no processo ensino-aprendizagem;
- III. Detectar as causas e sugerir as medidas didático-pedagógicas a serem adotadas visando à superação das dificuldades;
- IV. Adequar, se necessário, o conteúdo programático dos componentes curriculares para haver maior interdisciplinaridade.

A proposição de possíveis intervenções deverá ocorrer por meio de decisão consensual entre a Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (DEPEI), a Coordenação de Cursos e o setor Pedagógico, podendo ser envolvidos demais setores/profissionais que forem necessários.

O processo de ensino-aprendizagem deve garantir ao estudante a vivência de experiências teóricas e práticas que estimulem:

- I. O exercício da cidadania;
- II. A capacidade crítica;
- III. A solidariedade, a integração social e o convívio grupal;
- IV. A criatividade, a inovação e o raciocínio lógico e científico;
- V. A liderança e a proatividade;
- VI. O exercício cívico, a moral e a ética;
- VII. O respeito às diferenças e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância;
- VIII. A busca contínua de novos conhecimentos;
- IX. O desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à formação profissional;
- X. A valorização da cultura regional roraimense.

Serão realizadas reuniões pedagógicas destinadas a momentos de reflexão, de caráter diagnóstico e prognóstico, com a finalidade de discutir estratégias de intervenção necessárias à continuidade do processo ensino-aprendizagem, bem como de formação continuada.

Além disso, ao final de cada semestre será realizado o Conselho de Classe, com a finalidade de analisar os processos de ensino-aprendizagem da turma e aqueles específicos de cada estudante.

17.2 Aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

Conforme disposto na Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, o aproveitamento de estudos ocorre por meio da dispensa de componente curricular cursado anteriormente. O estudante do IFRR que tenha cursado componente curricular em outra instituição poderá solicitar aproveitamento de estudos ou contabilizar carga horária para Atividades Complementares.

O estudante terá direito a aproveitamento de estudos dos componentes curriculares que tenham sido cursados com êxito em instituições de ensino reconhecidas pelo MEC, desde que do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior. O aproveitamento poderá ser de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária do curso

Para requerer o aproveitamento de estudos no período definido no calendário acadêmico, o estudante deverá observar a compatibilidade de competências e habilidades, conteúdos, cargas horárias entre o componente curricular cursado e o que está sendo ofertado.

A solicitação para aproveitamento de estudos deverá ocorrer via Suap em Central de serviço com abertura de chamado>Registro acadêmico>Aproveitamento, com especificação do(s) componente(s) curricular (es) de que se pleiteia, anexando os seguintes documentos:

- I. Histórico Escolar;

- ii. Ementário dos componentes curriculares estudados, com a especificação de carga horária, conteúdos, unidades de ensino, bibliografia, devidamente assinada pelo responsável do curso.

O pedido de aproveitamento de estudos dará origem no setor de Registro Acadêmico que será despachado para a Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação de Ensino e/ou Coordenação de Curso ao qual o estudante estiver vinculado, que deverá observar, em seu parecer:

- i. Os conteúdos e as cargas horárias devem coincidir em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com o programa dos componentes curriculares do curso pretendido no IFRR;
- ii. Os componentes curriculares cursados com aprovação em outros cursos do mesmo nível de ensino ou de nível superior.

O fluxo para solicitação de aproveitamento e outras situações excepcionais serão regidas conforme normativas nacionais e do IFRR.

17.3 Procedimentos de avaliação do curso

A avaliação do curso será realizada ao fim de cada ciclo de oferta, e terá como parâmetro os princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas do IFRR, conforme exposto no PDI 2024-2028 (IFRR, 2024), além do perfil profissional do curso e do egresso e dos objetivos geral e específicos do curso expostos neste PPC.

A realização dessa avaliação compreenderá a análise das práticas no desenvolvimento do curso e o processo de retroalimentação para o currículo em busca da qualidade de sua oferta educacional, e sua realização ficará a cargo da Coordenação do Curso, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica do *campus*, em data prevista no Calendário Acadêmico.

Para realização dessa avaliação, os estudantes do Curso responderão, por meio da aplicação de instrumentos próprios do *campus*, perguntas referentes aos componentes curriculares e atividades acadêmicas específicas do curso; à avaliação do corpo técnico e do corpo docente do curso; à avaliação dos espaços educativos (sala de aula, laboratórios, biblioteca e ambientes didáticos); e à autoavaliação do estudante. Considerar-se-á, dessa forma, o sistema polidimensional que inclui a avaliação da aprendizagem do discente, a avaliação das estratégias de ensino, e a avaliação do Projeto Pedagógico de Curso e do currículo.

O instrumento de avaliação aplicado aos estudantes deverá ser previamente encaminhado à DEPEI, que o analisará e homologará, devendo, após sua aplicação, ser elaborado relatório de avaliação de curso pela Coordenação do Curso, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica do *campus*, no qual serão consolidados os resultados referentes às dimensões supracitadas e que, posteriormente, também deverá ser encaminhado à DEPEI, a fim de subsidiar ações a serem realizadas conforme os resultados verificados.

17.4 Sistema de Avaliação Institucional

A autoavaliação institucional deve ser entendida como um processo mediante o qual a instituição, com a participação de todos os seus segmentos, se analisa internamente, objetivando relacionar o que realmente é com o que deseja ser, assim como avaliar as suas realizações, o modo como se organiza e atua.

É um processo contínuo que objetiva a identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos da instituição, para que eles subsidiem os planos institucionais de curto e médio prazos e, com isso, haja mudanças que resultem em melhorias efetivas.

A autoavaliação institucional obedece aos princípios norteadores da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sinaes para garantir o processo nacional de avaliação das IES e dos cursos de graduação e da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017 que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

Em atendimento à Lei nº 10.861/2004, o IFRR constituiu a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão responsável por conduzir o processo de autoavaliação institucional, que tem autonomia em relação aos demais conselhos e colegiados.

A CPA é constituída por uma Comissão Própria de Avaliação Central, à qual compete a coordenação geral das atividades e se localiza na Reitoria, e por Comissões Setoriais de Avaliação Locais (CSAs), sendo uma em cada *campus*.

Além da Lei nº 10.861/2004, regulamentada pela Portaria nº 2.051/2004, a CPA fundamenta o seu processo avaliativo no Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Sua atuação se embasa na concepção de avaliação como processo permanente de construção e consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se identifique e se comprometa.

A CPA e as CSAs são compostas por membros das comunidades interna e externa. Os integrantes da comunidade interna são eleitos por seus pares, sendo 2 (dois) representantes docentes, 2 (dois) representantes estudantis e 2 (dois) representantes dos técnicos administrativos. Quanto à comunidade externa, há dois (dois) representantes da sociedade civil organizada, que são indicados pelos dirigentes de suas organizações. Para cada membro titular da CPA existe um membro suplente do mesmo segmento.

A CPA atua em conjunto com as CSAs, que têm a atribuição de desenvolver o processo de autoavaliação, particularmente o trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica e de divulgação a esta de todo o processo.

18. POLÍTICAS DE INCLUSÃO

18.1 Política de Educação para os Direitos Humanos

A Educação para os Direitos Humanos tem como princípio a formação omnilateral, ou seja, para o mundo de trabalho e vida em sociedade a para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regional, nacional e internacional.

Em seu planejamento, o IFRR busca incluir atividades, políticas e programas educacionais visando ofertar uma educação fundamentada nos princípios da equidade e inclusão social, tendo em vista a garantia dos Direitos Humanos.

A Educação para os Direitos Humanos é um dos eixos fundamentais do direito à educação e refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas (CNE, 2012).

Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, as atividades relativas à Educação para os Direitos Humanos estão inseridas no curso de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares, fundamentadas nos seguintes princípios, preconizados pela Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE):

- I. dignidade humana;
- II. igualdade de direitos;
- III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. laicidade do Estado;
- V. democracia na educação;
- VI. transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII. sustentabilidade socioambiental.

No componente curricular de Sociologia do Trabalho, no módulo 6 do curso, será realizada a abordagem dessa temática, por meio de um projeto de extensão.

18.2 Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais

Conforme a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, do CNE, a Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial do Brasil, de modo que os tornem capazes de interagir e garantir o reconhecimento e a igualdade de valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (CNE, 2004).

A Educação das Relações Étnico-Raciais visa, no âmbito do Curso Técnico em Administração Concomitante, promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnicoracial na educação brasileira, conforme preconizam também a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, por meio do enfrentamento estratégico práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas que produzem exclusão e penalizam crianças, jovens e adultos indígenas ou negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas.

Desse modo, a Política de Educação das Relações Étnico-Raciais será efetivada, no Curso Técnico em Administração Concomitante, por meio da realização de atividades que estarão inseridas de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares.

A inclusão dessa temática promoverá a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano e nos sistemas de ensino, que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos indígenas ou negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas.

No componente curricular de Gestão de Pessoas, no módulo 5 do curso, será realizada a abordagem dessa temática, por meio de um projeto de extensão.

Para contribuir ao atendimento das demandas relacionadas à Política de Educação das Relações Étnico-Raciais, o Campus pretende implantar o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas (NEABI/IFRR), cuja finalidade é regulamentar as ações referentes à implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/2008, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas.

Conforme estabelece a Resolução nº 432 – Conselho Superior, de 12 de fevereiro de 2019, o NEABI será um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas inclusivas, pautado na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais, tendo como base temas relacionados à discriminação e desigualdades raciais e ao incentivo ao desenvolvimento de políticas públicas para promoção da igualdade entre as diversas etnias.

18.3 Política de Educação Ambiental

As ações de educação ambiental destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade — ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política — ao desenvolvimento do país. Essas ações têm a intenção de oferecer melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e da participação social na proteção e na conservação ambiental e na manutenção dessas condições a longo prazo. Essas ações serão inseridas no curso de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares.

Buscando assegurar a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade, objetivando fomentar o envolvimento e a participação social na proteção e conservação ambiental, a Política de Educação Ambiental será desenvolvida no âmbito do Curso Técnico em Administração Concomitante mediante a realização de atividades a serem inseridas forma transversal à abordagem dos conteúdos de seus componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares orientadas à Educação Ambiental. Nos componentes curriculares de Fundamentos de Administração Pública, Gestão Estratégica e Gestão de Marketing, no módulo 3 do curso, será realizado um projeto integrado para abordagem dessa temática.

18.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

A compreensão da educação como um direito de todos e do processo de inclusão educacional, numa perspectiva coletiva da comunidade acadêmica, reforça a necessidade da construção de institutos inclusivos que contam com redes de apoio à inclusão social.

O *Campus* Avançado Bonfim atende o que preconiza a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. E ainda atende ao estabelecido no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, promovendo acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, desde o processo de seleção até o acompanhamento do egresso.

No contexto da educação inclusiva, recomenda-se que o ponto de partida seja as particularidades do estudante, com foco em suas potencialidades. A proposta curricular é uma só para todos os estudantes, porém, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada um. Só assim se torna viável a participação efetiva, em igualdade de oportunidades, para o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Algumas tecnologias assistivas poderão ser incluídas no processo de ensino-aprendizagem, com objetivo de proporcionar maior autonomia no atendimento aos estudantes que delas necessitarem. Será assegurado no Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Administração Concomitante do *Campus* Avançado Bonfim o atendimento prioritário à Pessoa com Deficiência (PcD). Esse tratamento inclui, entre outros:

- I. assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- II. mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- III. serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
- IV. pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;

V. disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

VI. sinalização ambiental para orientação das pessoas;

VII. divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

VIII. admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nas dependências do *campus* e nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal.

Ademais, para contribuir ao alcance de um processo de ensino-aprendizagem em perspectiva inclusiva, o *campus* pretende implantar uma Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE).

A CAPNE tem por finalidade fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica transdisciplinar, no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e inovação que promovam o cumprimento efetivo das Leis nº 10.098/2000 e nº 13.146/2015 bem como do Decreto nº 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos.

Dentre as atividades de acompanhamento, pode-se destacar:

I. a adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica;

II. a interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização, bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo; e

III. a intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando.

19. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICA E TÉCNICO- ADMINISTRATIVO

O quadro de servidores docentes é composto por 17 (dezessete) professores, todos pertencentes à carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), em regime de dedicação exclusiva e com formação específica, segundo as áreas de atuação, os níveis de ensino e os cursos a serem implantados, de acordo com os seus respectivos planos e propostas curriculares.

Essas funções também poderão ser exercidas por profissionais que não pertençam ao quadro de servidores da Rede Federal, através de edital de processo de seleção pública simplificada e da comprovação da capacidade técnica e formação adequada para o desempenho das respectivas atribuições. A quantidade, os critérios e requisitos para seleção desses profissionais serão definidos nos editais específicos do IFRR.

a. Corpo Docente

Nº	DOCENTE	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
01	Claudete Correa dos Santos	Administração	Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	Mestrado em Administração		40h - DE
02	André Ferreira Silva	Zootecnia		Mestrado em Ciência Animal		40h - DE
03	Antoniél Almeida de Castro	Análise e desenvolvimento de Sistemas				40h - DE
04	Daiane Machado Sá	Ciências Econômicas	Especialista em Docência no Ensino Superior			40h - DE
05	Eliselda Ferreira Corrêa	Agronomia		Mestrado em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia		40h - DE

06	Jéssica Carolina Faversani	Agronomia		Mestrado em Ciência do Solo		40h - DE
07	Karla Cristina Tabosa Machado	Ciência da Computação	Especialista em Ciência de Dados	Mestrado em Bioinformática		40h - DE
08	Lysne Nozenir de Lima Lira	Licenciatura em Pedagogia	Especialista em Lato Sensu Filosofia da Educação; Especialista em Licenciatura Plena em Historia; Especialista em Licenciatura Plena em Filosofia Geral; Especialista em MBA em Gestão de Pessoas; Especialista em Especialización en Educación Internacional; e Especialista em Planejamento, Inovação Gestão Práticas Educativas.	Mestrado em Educação		40h - DE
09	Lucas Socoloski Gudolle	Administração	Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica; e Especialista em Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento.	Mestrado em Administração	Doutorado em Informática na Educação	40h - DE
10	Raimundo de Almeida Pereira	Agronomia	Especialista Administração e Manejo de Unidades de Conservação; Especialista em Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto	Mestrado em Agronomia		40h - DE
11	Roseane Machado Sá Viana	Ciências Contábeis	Especialista em Controladoria e Finanças			40h - DE
12	Rogério Pinto de Sousa	Graduação em Letras - Inglês	Especialista em em Gênero e Diversidade na Escola; Especialista em em Educação do/no Campo	Mestrado em Linguística		40h - DE
13	Rommel Rocha de Sousa	Graduação em Engenharia de Pesca		Mestrado em Engenharia de Pesca	Doutorado em Engenharia de Pesca	40h - DE
14	Sandra Milena Palomino Ortiz	Graduação em Letras - Espanhol; Graduação em Licenciatura Plena em Letras Habilitação Inglês; Graduação em ECONOMIA	Especialista em Diplomado em Pedagogia y didáctica para la enseñanza de español como lengua; Especialista em Psicopedagogia;	Mestrado em Letras		40h - DE
15	Severino Manuel da Silva	Graduação em Agronomia; Ciências Agrárias; Zootecnia	Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico	Mestrado em Ciência Animal		40h - DE
16	Stéfano Maleski	Comércio Exterior	Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico	Mestrado em Gerenciamento de Projetos	Doutorado em Administração	40h - DE

17	Tiago Santos Barreto Thomaz	Graduação em Processos Gerenciais; Graduação em Administração; Graduação em Gestão de Recursos Humanos;	Especialista em Gestão de Recursos Humanos e Meio Ambiente; Especialista em Psicologia do Trabalho	Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional		40h - DE
----	-----------------------------	---	--	--	--	----------

O quadro de servidores das equipes técnico-pedagógicas e técnico-administrativas do *campus* é composto por 14 (quatorze) servidores, distribuídos entre cargos de nível médio e superior.

b. **Equipe Técnico-Pedagógica**

Nº	TÉCNICO	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
01	Maria Eliana Lima dos Santos	Graduação em PEDAGOGIA;	Especialização em Gestão do Trabalho Pedagógico: Adm., Orien. e Supe; Especialização em ACESSORAMENTO A GESTÃO DE IFES	Mestrado em Educação		40h
02	Isabel Pinto Ferreira	Graduação em LICENCIATURA PLENA EM QUÍMICA	Especialização em GESTÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS; Especialização em Metodologia do Ensino de Biologia e Química			40h
03	Holton Bruno Schuertz Alves	Graduação em Ciências Biológicas;	Especialização em METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E QUÍMICA	Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica		40h

c. **Corpo Técnico-administrativo**

Nº	TÉCNICO	CARGO/FUNÇÃO	TITULAÇÃO					CARGA HORÁRIA
			TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
01	Antonio Evaldo Soares	Técnico em Audiovisual		Comunicação Social - Jornalismo	Gestão Pública	Educação Agrícola		40h
02	Charles da Silva Soares Junior	Assistente em Administração		Direito	Direito Público Aplicado			40h
03	Clinton Júnior Jorge	Técnico em Secretariado	Assistente em Administração; Secretariado;	Comércio Exterior; Relações Internacionais	Gestão Empresarial; Gestão Pública			40h
04	Edineide Cristina Alexandre de Souza	Técnico em Laboratório		Química		Química	Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal	40h
05	José Ribamar Cardoso Oliveira	Assistente de Aluno		Tecnologia em Gestão Pública				40h
06	Jullyandy Coutinho Viana dos Santos	Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais		Graduação em licenciatura em computação-EAD; Graduação em Pedagogia;	Especialização em docência do ensino superior			40h

07	Maria Caroline Romão de Souza			Graduação em Pedagogia	Especialização em Psicopedagogia abrangência Institucional e Clínica	Mestrado em Educação		40h
08	Myriellen Cardoso da Silva	Assistente de Aluno		Graduação em Psicologia	Especialização em Especialização em Saúde mental e Atenção Psicossocial; Especialização em psicologia hospitalar e da saúde			40h
09	Paulo César Sampaio da Silva	Assistente Administrativo		Graduação em Administração	Especialização em PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA			40h
10	Renan Ponciano do Nascimento Dias	Tecnólogo em Gestão Pública		Tecnologia em Gestão Pública				40h
11	Renato Fonseca de Assis Cunha	Bibliotecário - Documentalista						30h

20. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

Para atender aos setores constantes no organograma do CAB e permitir a execução do Curso Técnico em Administração Concomitante com pleno desenvolvimento das atividades com qualidade e de forma que possa efetivamente atender às necessidades da comunidade e do processo de formação técnica e científica dos alunos, as instalações do Campus estão especificadas na Diretoria de Administração e Planejamento e na Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, conforme Quadros 5 e 6 a seguir.

Quadro 1: Estrutura do *Campus* Avançado Bonfim

AMBIENTE	COMPOSIÇÃO
Ambiente Administrativo	Bateria de Banheiros para Discentes
	Bateria de Banheiros para Docentes
	Copa e Refeitório
	Guarita de Vigilância
	Sala da Diretoria de Administração e Planejamento
	Sala de Coordenações
	Sala de Setor de Protocolo
	Sala de Setor de Tecnologia de Informação
Ambiente Pedagógico	Biblioteca
	Laboratório de Informática
	Laboratório móvel
	Sala da Coordenação de Registros Acadêmicos (CORA)
	Sala da Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação

	Sala da Equipe Técnico Pedagógica
	Sala de Coordenações de Cursos
	Sala de Pesquisa
	Sala do Setor de Psicologia
	Salas de Aulas

Quadro 2: Equipamentos disponíveis para o curso

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Aparelho de DVD	5
Armário de Aço	10
Arquivo de Aço Vertical	10
Computador desktop	42
Impressora com scanner	5
Notebook	7
Projetores Multimídia	5
Televisão	5

A Biblioteca do CAB possui uma área de 56,75 m², divididos em três ambientes: área do acervo geral, área administrativa do bibliotecário, área de atendimento ao usuário e ambientes para pesquisa individual e em grupo. O acervo é composto por aproximadamente 1.416 (um mil, quatrocentos e dezesseis) exemplares cadastrados e disponíveis para uso, sendo cada vez mais crescente este número em razão de doações e aquisições.

O salão de pesquisa em grupo possui uma mesa e oito cadeiras; a pesquisa individual pode ser realizada em uma das seis cabines individuais disponíveis, cada qual com uma cadeira, contando, ainda, com tomadas de energia para uso dos pesquisadores. A área de pesquisa virtual possui três computadores em funcionamento, conectados à rede mundial de computadores e disponíveis para pesquisas e elaboração de trabalhos.

21. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Ao estudante que concluir todos os componentes curriculares obrigatórios previstos na matriz curricular, e alcançar a média mínima de 6,0 (seis) para aprovação, com frequência mínima de 75%, será conferido o Diploma de Técnico em Administração.

22. REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)**. Aprovado por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 292, de 5 de maio de 2017**. Aprova o regulamento geral para realização de estágio curricular supervisionado dos cursos do IFRR.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 432, de 12 de fevereiro de 2019**. Aprova regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Roraima.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 434, de 18 de fevereiro de 2019**. Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) do IFRR.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 477, de 30 de outubro de 2019**. Aprova o Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 608/2021, de 26 de outubro de 2021**. Dispõe sobre a Política de Acompanhamento dos Egressos (PAE) do Instituto Federal de Roraima.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, de 10 de maio de 2022**. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 682/2022, de 16 de julho de 2022**. Estabelece procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância, no âmbito do Instituto Federal de Roraima.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 4 de janeiro de 2023**. Organização Didática do IFRR.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 772, de 25 de janeiro de 2024**. Dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições das Coordenações de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 781, de 20 de março de 2024**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2024-2028 do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A)** - CD1 - IFRR, em 30/07/2024 17:22:09.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/07/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 290177

Código de Autenticação: 64aed7b1a6





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

REITORIA
Conselho Superior
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , gabinete.reitoria@ifrr.edu.br
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 797, de 1 de agosto de 2024.

Aprova a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Campus Avançado Bonfim.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, *Ad referendum* deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Resolução nº 716/CONSELHO SUPERIOR, de 04 de Janeiro de 2023 (Organização Didática do IFRR), a Resolução nº 682/CONSELHO SUPERIOR, de 16 de julho de 2022 (Regulamento sobre elaboração de projeto pedagógico de cursos do IFRR), bem como o constante no Processo n.º 23231.001395.2023-44.

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, *Campus Avançado Bonfim*, conforme Anexo.

Art. 2.º Fica revogada a Resolução 713/2022 - CONSUP/IFRR, de 27 de dezembro de 2022.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 1 de agosto de 2024.

Nilra Jane Filgueira Bezerra
Presidente do CONSUP

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Getúlio Marques Ferreira

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORA DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Aline Cavalcante Ferreira

DIRETORA DO *CAMPUS* AVANÇADO BONFIM

Maria Eliana Lima dos Santos

DIRETORA ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO DO *CAMPUS* AVANÇADO BONFIM

Claudete Correa dos Santos

COORDENADORA DO CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA

Rommel Rocha de Sousa

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

André Ferreira Silva

Claudete Correa dos Santos

Edineide Cristina Alexandre de Souza

Karla Cristina Tabosa Machado

Rommel Rocha de Sousa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação dos cinco *campi* do IFRR e a Reitoria

Figura 2: Mapa de Roraima Identificando os Cinco *Campi* do IFRR e os Polos de EAD

Figura 3: Linha de Representação Temporal das Cinco Etapas da História do IFRR.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura do *Campus* Avançado Bonfim

Quadro 2: Equipamentos disponíveis para o curso

SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. Perfil Institucional
- 1.2 Missão, visão de futuro e valores do IFRR
 - 1.2.1 Missão
 - 1.2.2 Visão de Futuro
 - 1.2.3 Valores
 - 1.2.4 Propósito
- 1.3 Representação temporal das cinco etapas da história do IFRR
- 1.4 Histórico do *Campus* Avançado Bonfim

2. JUSTIFICATIVA

3. OBJETIVOS

- 3.1 Objetivo Geral
- 3.2 Objetivos Específicos

4. REGIME LETIVO

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

- 5.1 Requisitos de acesso
- 5.2 Requisitos de permanência

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

- 6.1 Área de atuação do egresso
- 6.2. Acompanhamento do egresso

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

- 7.1 Estrutura Curricular
- 7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo
- 7.3 Ementário
- 7.4 Terminalidade - Saídas Intermediárias

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

- 9.1 Prática Profissional Supervisionada
- 9.2 Estágio Profissional Supervisionado
- 9.3 Projetos
- 9.4 Prática Profissional Integrada

10. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCs)

11. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

12. ATIVIDADES A DISTÂNCIA

13. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

14. APOIO AO DISCENTE

- 14.1 Atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas
- 14.2 Assistência Estudantil
- 14.3 Apoio Pedagógico

15. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs)

16. CONSELHO DE CLASSE

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

- 17.1 Do processo de ensino-aprendizagem
- 17.2 Aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores
- 17.3 Procedimentos de avaliação do curso

17.4 Sistema de Avaliação Institucional

18. POLÍTICAS DE INCLUSÃO

18.1 Política de Educação para os Direitos Humanos

18.2 Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais

18.3 Política de Educação Ambiental

18.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

19. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICA E TÉCNICO- ADMINISTRATIVO

20. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

21. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

22. REFERÊNCIAS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/ campus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – *Campus* Avançado Bonfim (CAB)

CNPJ: não possui.

Eixo Tecnológico de atuação do campus: Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação e Recursos Naturais.

Esfera Administrativa: Federal

Endereço completo: Avenida Tuxaua Farias, Quadra G-01, Bairro 13 de Maio, Bonfim, Roraima. CEP: 69.380-000

Telefone(s): (95) 98420-9362.

Site do campus: bonfim.ifrr.edu.br

Reitora: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Romildo Nicolau Alves

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Adnelson Jati Batista

Diretora do Campus: Maria Eliana Lima dos Santos

Diretora de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do Campus: Claudete Correa dos Santos

Equipe de Elaboração do PPC:

PORTARIA Nº 4003/GSB-CAB/IFRR, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023

André Ferreira Silva (1058140)- Presidente;

Claudete Correa dos Santos (1089732); e

Edineide Cristina Alexandre de Souza (1350960).

PORTARIA Nº 0418/GSB-CAB/IFRR, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2024

Rommel Rocha de Sousa (1771431)- Presidente;

André Ferreira Silva (1058140);

Claudete Correa dos Santos (1089732);

Edineide Cristina Alexandre de Souza (1350960); e

Karla Cristina Tabosa Machado (1150325).

PORTARIA Nº 2295/GSB-CAB/IFRR, DE 18 DE JULHO DE 2024

Rommel Rocha de Sousa (1771431)- Presidente;

André Ferreira Silva (1058140);

Claudete Correa dos Santos (1089732);

Edineide Cristina Alexandre de Souza (1350960); e

Karla Cristina Tabosa Machado (1150325).

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Técnico em Agroecologia Concomitante ao Ensino Médio

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Modalidades de oferta: Presencial

Turno de funcionamento: Matutino/Vespertino

Periodicidade de oferta: Anual

Número de vagas ofertadas: 35

Carga horária máxima do curso: 1.200 (mil e duzentas) horas de componentes curriculares obrigatórios + 40 (quarenta) horas para componente curricular optativo, totalizando 1.240 (mil duzentas e quarenta) horas.

Carga horária total obrigatória: 1.200 (mil e duzentas) horas

Regime Letivo: Modular

Título outorgado: Técnico em Agroecologia

Proposta: reformulação

Duração prevista: 06 (seis) semestres

Integralização curricular mínima: 06 (seis) semestres

Integralização curricular máxima: 09 (nove) semestres

Coordenadora do Curso: Rommel Rocha de Sousa

Resolução de Autorização de Funcionamento: Resolução 678/2022 - CONSUP/IFRR, de 7 de julho de 2022.

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Perfil Institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada em ofertar formação e qualificação em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino, com a perspectiva de fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Estado de Roraima.

Autarquia criada pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFRR é vinculado ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), e classificado na tipologia 1 (até nove *campi*). É composto por 1 unidade administrativa (Reitoria) e 5 *campi*, representados na Figura 1.

Figura 1: Representação dos cinco *campi* do IFRR e a Reitoria



Fonte: IFRR.

Os *campi* são situados em regiões estratégicas para atender aos 15 municípios do Estado de Roraima, distinguindo-se pela capilaridade e interiorização. Dois *campi* estão localizados na capital, o *Campus* Boa Vista e o *Campus* Boa Vista Zona Oeste, sendo o primeiro o mais antigo, com 30 anos de atuação. Outros dois são agrícolas, o *Campus* Novo Paraíso e o *Campus* Amajari, e se encontram, respectivamente, no sul e no norte de Roraima. Há também uma unidade de ensino instalada na região de fronteira com a Guiana: o *Campus* Avançado Bonfim.

Essa localização estratégica do IFRR leva-o a atender a diferentes realidades produtivas, sociais e culturais locais, alcançando aqueles que jamais haviam tido acesso à educação profissional, pública e de qualidade. Dessa forma, a instituição tem estudantes de 8 etnias de Roraima, Ingarikó/Patamona, Macuxi, Taurepang, Wai-Wai, Ye'kuana/Maiongong, Sapará, Wapixana e Yanomami, e de 2 etnias do Amazonas: Baré e Tikuna. Contempla, além disso, ribeirinhos, trabalhadores camponeses da agricultura familiar, extrativistas com viés ecológico e demais populações amazônicas de pertencimento etnoterritorial sustentável.

Com o planejamento do desenvolvimento institucional e da oferta de cursos alicerçados na gestão democrática e participativa, com atuação privilegiada das comunidades, o IFRR alinha ensino, extensão, pesquisa e inovação a fim de atender às especificidades e demandas das comunidades, contribuindo com o desenvolvimento desses arranjos, principalmente, onde não estão consolidados.

A gestão democrática, característica do IFRR, é praticada de forma paritária, considerando os três segmentos da comunidade acadêmica: estudantes, docentes e técnicos administrativos. Os estudantes estão no centro do processo educativo e compõem as principais instâncias colegiadas e os fóruns consultivos e deliberativos. Os planejamentos institucionais são construídos com a participação da comunidade acadêmica, e as decisões orçamentárias realizadas de forma colegiada pelo Comitê Orçamentário, respeitando-se rigorosamente os princípios da administração pública.

No IFRR, a dimensão ensino é orientada filosoficamente pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e operacionalizada por meio da Organização Didática (OD). Por concepção político-pedagógica, a excelência acadêmica é entrelaçada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essas três dimensões devem promover transformação social, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos, socioeconômicos e culturais locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa engloba a inovação e busca a aplicação imediata do conhecimento produzido para a superação de problemas presentes na sociedade, tendo o interesse público como seu orientador principal. Esse conhecimento, contudo, é produzido mediante a interação dialógica com as comunidades e, por isso, está indissociavelmente ligado às atividades de ensino e extensão.

A extensão se consolida mediante a articulação entre a comunidade acadêmica e a sociedade, constituindo-se num processo educativo e investigativo que possibilita a inserção no território, a integração com o mundo do trabalho e com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, promovendo o desenvolvimento de tecnologias socialmente referenciadas e contribuindo com produção de conhecimento a partir do vínculo entre o saber acadêmico e o saber popular. A extensão também revela a prática social por meio de projetos e programas, com acesso

mediante editais, publicados anualmente, beneficiando alunos com bolsas custeadas com orçamento institucional, além de projetos de fluxos contínuos sem auxílio de bolsas.

A pesquisa e a extensão são potencializadas pela Agência de Inovação do IFRR, tendo em vista o desenvolvimento de conhecimentos e de tecnologias por intermédio da articulação entre a instituição e a sociedade, apresentando soluções inovadoras voltadas à economia popular e solidária, ao cooperativismo, ao empreendedorismo e à produção cultural, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento integrado e sustentável de Roraima.

1.2. Missão, visão de futuro e valores do IFRR

A missão, a visão e os valores do IFRR são os elementos que nortearão as ações da instituição por todo o quinquênio de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Por isso, ressalta-se a importância de sua inclusão no perfil institucional.

A missão define o motivo da existência da instituição; a visão, o que ela pretende ser; e os valores, os princípios que guiarão toda a sua atuação. Segue-se a declaração do instituto:

1.2.1 Missão

A missão é a declaração que expressa a razão de existir do IFRR. Mais que isso, ela deve estar traduzida nas pessoas, no trabalho que realizam na instituição e no porquê o fazem.

Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Nessa linha de pensamento, a missão, acima descrita, busca fortalecer e orientar a ação dos principais atores institucionais.

1.2.2 Visão de Futuro

A visão de futuro reflete a transformação que o IFRR deseja alcançar no cumprimento de sua missão. Assim, no fim do quinquênio 2024-2028, a instituição pretende:

Ser excelência na Região Amazônica, como agente de transformação social por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Nesse sentido, a visão de futuro, estabelecida acima, tem as seguintes características: transmitir uma noção de direção, apresentar uma noção de destino, ser positiva e inovadora; ser desafiadora, mas viável, e ser compartilhada e apoiada por todos.

1.2.3 Valores

Os valores são convicções e premissas dominantes da organização que formam o seu código de conduta. Portanto, devem inspirar o comportamento das pessoas e nortear a gestão estratégica. Assim, os valores que foram definidos para este quinquênio e que deverão ser compartilhados pela instituição são:

- Inclusão Social
- Ética e Transparência
- Responsabilidade Socioambiental
- Gestão Democrática
- Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana.

Seguem-se as interpretações gerais desses conceitos:

Inclusão Social:

Criar condições equitativas para que o público-alvo tenha acesso às oportunidades disponibilizadas pela instituição, independentemente de suas diferenças sociais, econômicas, culturais ou físicas, promovendo a diversidade e mitigando as barreiras que possam excluir determinados grupos.

Ética e Transparência:

Atuar com princípios morais e comportamentos corretos e justos, assim como prestar informações relevantes, de forma clara e acessível, garantindo que as ações e as decisões sejam compreendidas pelo público, construindo a confiança, promovendo a responsabilidade e mantendo padrões elevados de conduta.

Responsabilidade Socioambiental:

Incluir, nas vivências do instituto, práticas que promovam a sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e o respeito às comunidades locais, buscando equilibrar o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente, praticando a gestão responsável dos impactos sociais e ambientais decorrentes das atividades da instituição.

Gestão Democrática:

Promover práticas administrativas e de tomadas de decisão que envolvam a participação ativa e representativa de diversos membros da comunidade acadêmica, incluindo seus diferentes atores, nos processos decisórios, garantindo que a gestão seja realizada de maneira colaborativa e justa.

Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana:

Comprometer-se com o respeito e a valorização da diversidade de identidades, culturas, opiniões e características individuais, preservando a dignidade humana, assegurando que todas as pessoas sejam tratadas com igualdade, justiça e respeito, independentemente de suas diferenças.

1.2.4 Propósito

Outro elemento norteador que fará parte das práticas de gestão do IFRR é o propósito institucional. A declaração do propósito, que vem a seguir, é a contribuição que a área ou a organização traz para a vida dos outros e o impacto dessa contribuição ao longo do tempo:

Formar pessoas e disseminar inovação e tecnologia para transformar a sociedade de forma inclusiva e sustentável.

1.3 Representação temporal das cinco etapas da história do IFRR

A educação profissional no Brasil teve início em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou as Escolas de Aprendizes Artífices.

Com o decorrer dos anos, várias foram as mudanças ocorridas, até que, em 2008, o Ministério da Educação instituiu, por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 2018, a Rede Federal já era composta por 38 institutos federais, incluindo o IFRR, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 25 escolas técnicas vinculadas a universidades federais, a Universidade Federal Tecnológica do Paraná e o Colégio Pedro II.

Ao longo de 30 anos de existência, o IFRR tem sua trajetória marcada por várias mudanças, que agregaram aprendizagens importantes para o desenvolvimento institucional, tornando-o referência na oferta de educação pública gratuita de qualidade em todos os rincões do Estado de Roraima, promovendo a inclusão social de jovens e adultos por meio de ações de formação e qualificação profissional.

Figura 2: Mapa de Roraima Identificando os Cinco Campi do IFRR e os Polos de EAD



Fonte: IFRR.

A Figura 2 apresenta a localização estratégica das seis unidades do IFRR ao longo do território roraimense. O texto a seguir traz, de forma resumida, a história da instituição ao longo de 30 anos de contribuição. Ela se divide em cinco etapas:

Etapa 1: Escola Técnica de Roraima Integrante da Rede de Ensino do Território Federal de Roraima

Implantado como Escola Técnica em 1986, o IFRR começa suas atividades em 1987 com apenas dois cursos técnicos: Eletrotécnica,

com 105 alunos, e Edificações, com 70 estudantes. As instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério.

Etapa 2: Escola Técnica de Roraima Integrante do Sistema de Ensino do Estado de Roraima

Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer 26/89, o Conselho Territorial de Educação (CTE-RR) autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima; aprova o Regimento Interno desta e as grades curriculares dos dois cursos técnicos ofertados por ela, validando todos os atos escolares anteriores ao regimento. Até 1993, a instituição funcionava nas instalações da Escola Técnica de Roraima. O quadro funcional era composto por 12 docentes e 11 técnicos administrativos.

Etapa 3: Escola Técnica Federal de Roraima

Em 30 de junho de 1993, sob a Lei 8.670, publicada no Diário Oficial da União 123, de 1.º de julho de 1993, no governo do então presidente da República, Itamar Franco, é criada a Escola Técnica Federal de Roraima, cuja implantação, na prática, se dá pela transformação da Escola Técnica do ex-Território Federal de Roraima.

O quadro funcional era composto por 226 servidores, sendo 113 professores e 113 técnicos. A partir de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima, por meio do Programa de Expansão de Cursos, implanta os cursos Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª série –, atendendo 213 alunos, distribuídos em seis turmas. Em 1999, essa modalidade de ensino foi extinta.

Etapa 4: Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima

Com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (Cefet-RR), por meio do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, a comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes nos níveis básico, técnico e superior.

O curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta de implantação vinculada à transformação da ETF-RR em Cefet-RR. Em 2005, o governo federal, por intermédio do Ministério da Educação, institui o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de unidades descentralizadas (Uneds) em diversas unidades da Federação, sendo o Estado de Roraima contemplado, na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracará, sul do estado.

Em agosto de 2007, iniciam-se as atividades pedagógicas da unidade com 210 alunos matriculados no curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, incluindo uma turma do Proeja. Já na segunda fase do plano de expansão, o Cefet-RR foi contemplado com outra Uned, desta vez no Município do Amajari, no norte do estado.

Etapa 5: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

No dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República sanciona a Lei nº 11.892, criando 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação.

A partir dessa data, o Cefet-RR é transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), com três campi: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari. Em 2011, por meio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, a instituição é contemplada com mais um campus: o Boa Vista Zona Oeste, com sede na capital. O último a ser implantado foi o Campus Avançado Bonfim, cuja autorização para funcionamento se deu em 2015. As cinco etapas descritas acima estão representadas na figura 3:

Figura 3: Linha de Representação Temporal das Cinco Etapas da História do IFRR.



Fonte: IFRR.

1.4 Histórico do Campus Avançado Bonfim

O processo de criação do Campus Avançado Bonfim (CAB), iniciou-se em outubro de 2012, quando o MEC solicitou à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) a realização de um estudo detalhado acerca de critérios para a distribuição de 40 (quarenta) Unidades de Educação Profissional da Rede Federal. Após a realização deste estudo, o IFRR apresentou os municípios com potencialidades para receberem as Unidades de Educação Profissional, por ordem de prioridade: Bonfim, Rorainópolis, Mucajaí, Cantá e Pacaraima.

Na noite do dia 25 de junho de 2013, o Reitor do IFRR, Prof. Ademar de Araújo Filho, participou de uma sessão plenária, na Câmara de Vereadores do Município de Bonfim, para apresentar o Projeto de Implantação do CAB, destacando que, de acordo com as características do município e de seu entorno, o *campus* seria projetado para desenvolver atividades e ações voltadas para a realidade dos arranjos produtivos locais, tendo em vista a melhoria qualitativa dos serviços. Após a explanação, foi aberta a votação para os vereadores, que decidiram, por unanimidade, pela doação de um terreno contendo uma estrutura mínima de edificação para o IFRR construir o CAB.

Em 23 de julho de 2013, para dar continuidade aos trâmites da doação, o reitor do IFRR recebeu no Gabinete da Reitoria, a prefeita do Município de Bonfim, Senhora Lizete Spies, para oficializar a assinatura do termo de cessão do terreno onde seria construído o prédio do Campus Avançado Bonfim. Após a assinatura do termo de cessão de doação de terreno entre a Prefeitura Municipal de Bonfim e o IFRR, foi apresentada à comunidade do Município, a previsão de início das atividades de oferta de cursos técnicos para o segundo semestre de 2014 e que o mesmo funcionaria provisoriamente na Escola Estadual Argentina Castelo Branco, cedida pelo Governo do Estado de Roraima, por meio da Secretaria Estadual de Educação e Desporto.

Conforme havia sido previsto, no segundo semestre de 2014, tiveram início as atividades de oferta de cursos técnicos pelo CAB. Mais precisamente em agosto de 2014, foi publicado um edital ofertando vagas para o Curso Técnico em Comércio Exterior Subsequente, Eixo Tecnológico Gestão e Negócios. Importante destacar que o MEC publicou a autorização de funcionamento do CAB através da Portaria nº. 27, de 30 de janeiro de 2015 (BRASIL, 2015), sendo que neste período o *campus* estava vinculado ao *Campus Boa Vista (CBV)*. No entanto, a partir de 26 de julho de 2016, através da Portaria nº.1326/2016/REITORIA/IFRR (IFRR, 2016), o CAB passou a ser vinculado administrativamente à Reitoria/IFRR.

Nos anos seguintes o CAB ofertou vagas nos seguintes cursos: Técnico em Agronegócio, Técnico em Agente Comunitário de Saúde e Técnico em Administração Subsequente. Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC: Língua Brasileira de Sinais - Libras, Auxiliar de Secretaria Escolar, Assistente de Vendas, Operador de Computador e Auxiliar de Administração dentre outros.

Em 2021, no primeiro semestre o CAB ofertou os cursos Técnicos em Agricultura e Guia de Turismo, também ofertou diversos Cursos de Formação Inicial e Continuada de 40 horas: Marketing Pessoal, Conhecendo o Comércio Exterior, Qualidade no atendimento ao Turista, A Arte de Falar em Público e Técnicas de Vendas e Negociação. No segundo semestre de 2021 foram ofertados Cursos de Formação Inicial e Continuada de 160 horas: Piscicultor e Assistente Financeiro e o curso Técnico em Administração no município de Normandia/RR.

Até o primeiro semestre de 2022, o CAB já formou mais de 800 (oitocentos) estudantes em cursos técnicos na forma subsequente e em cursos de Formação Inicial e Continuada. Além do desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, acordos de cooperação técnica para o desenvolvimento de cursos com outros campi, prefeituras municipais e com a Secretaria Estadual de Educação. Com o estabelecimento de sua sede e melhoria das instalações físicas e fortalecimento do quadro de profissionais, é esperado aumento de vagas e funcionamento nos três turnos, oferta de cursos de graduação e maior diversidade formativa. O Eixo tecnológico em que se insere o curso é o de Eixo de Gestão e Negócios.

2. JUSTIFICATIVA

O Técnico em Agroecologia é um profissional habilitado para atuar de forma integrada e sustentável na produção agrícola, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais. Sua formação permite planejar, organizar e dirigir a produção agropecuária e agroextrativista, aplicando Boas Práticas de Produção Agrícola (BPA) e métodos agroecológicos. Esse profissional é responsável por executar e monitorar projetos que envolvem o manejo do solo, das matas e das florestas, bem como a produção de mudas, sementes e o gerenciamento de programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos. Além disso, ele elabora laudos, pareceres, relatórios técnicos e projetos, incluindo a incorporação de novas tecnologias e práticas sustentáveis.

A atuação do Técnico em Agroecologia vai além da produção agrícola, abrangendo também a assistência técnica e assessoria em projetos e pesquisas tecnológicas, a certificação agroecológica e a gestão de propriedades agroecológicas. Esse profissional tem um papel crucial na promoção da sustentabilidade e na preservação dos recursos naturais, sendo capaz de aplicar práticas de conservação do solo e da água, métodos de controle de pragas e doenças, e garantir a qualidade dos produtos agroecológicos. Sua competência em operar máquinas, implementos e equipamentos agrícolas, bem como sua habilidade em trabalhar em equipe, são fundamentais para o sucesso de iniciativas integradas de agricultura familiar e a implementação de programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção agroindustrial.

Bonfim é um município situado no estado de Roraima, na fronteira com a Guiana. Com uma população estimada de 13.287 habitantes, segundo os dados mais recentes do IBGE, Bonfim se destaca pela sua diversidade cultural e econômica. A cidade cobre uma área territorial

de 8.095,408 km², resultando em uma densidade demográfica baixa, de aproximadamente 1,6 habitantes por km², o que reflete a predominância de áreas rurais e uma significativa presença de espaços naturais. A localização estratégica na BR-401, que conecta Boa Vista, a capital do estado, à fronteira com a Guiana, é um ponto crucial para o comércio e a integração regional (IBGE, 2022).

A economia de Bonfim é fortemente baseada na agropecuária, com destaque para a criação de gado bovino e a produção de culturas como arroz e milho. Essa vocação agrícola é complementada por práticas de agroextrativismo e sistemas de produção agroecológicos, especialmente relevantes para o curso técnico oferecido no município. O PIB per capita de Bonfim é de R\$ 41.131,03, e a taxa de ocupação da população é de 8,39%, colocando o município de Bonfim na 8ª colocação o estado de Roraima. Estes indicadores refletem desafios e oportunidades no desenvolvimento econômico e social da região, onde a agricultura sustentável pode desempenhar um papel transformador.

Em termos de infraestrutura, Bonfim dispõe de serviços básicos de saúde e educação, essenciais para a qualidade de vida de seus habitantes. A taxa de escolarização entre crianças de 6 a 14 anos é de 91,9%, demonstrando um compromisso com a educação básica. No entanto, o município ainda enfrenta desafios relacionados à expansão e melhoria desses serviços, especialmente nas áreas rurais e comunidades indígenas. A forte presença de povos indígenas na região não só enriquece a diversidade cultural, mas também influencia a economia local e a preservação ambiental, destacando a importância de práticas sustentáveis e inclusivas.

O clima equatorial de Bonfim, com chuvas bem distribuídas ao longo do ano, favorece a agricultura e a criação de animais. Essa condição climática, aliada à localização geográfica e à diversidade de recursos naturais, cria um ambiente propício para o desenvolvimento de sistemas agroecológicos de produção. A implantação do curso técnico em agroecologia no município é uma iniciativa estratégica que visa capacitar os moradores locais, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e fortalecendo a economia regional. Além disso, a formação de técnicos especializados contribuirá para a conservação dos recursos naturais e para a melhoria das condições de vida das comunidades rurais e indígenas de Bonfim.

Os dados do censo agropecuário de Bonfim, IBGE (2017), revelam que o município possui uma área total de 394.361 hectares dedicada aos estabelecimentos agropecuários. Dentro dessa área, uma parte significativa é usada para pastagens e a produção agrícola, com uma subdivisão entre culturas permanentes e temporárias. A diversificação das atividades agrícolas e o manejo sustentável dessas áreas são essenciais para a sustentabilidade econômica e ambiental da região, onde a atuação do Técnico em Agroecologia é fundamental. Esse profissional pode implementar práticas de manejo sustentável e promover a diversificação das atividades, aumentando a resiliência dos sistemas de produção locais.

As lavouras permanentes em Bonfim incluem a produção de frutas e outras culturas que são colhidas continuamente ao longo dos anos. Os destaques das maiores produções incluem culturas como maracujá e a banana, que ocupam áreas significativas e geraram receitas na ordem de R\$ 1.490.199,00 e R\$ 352.930,00 respectivamente, contribuindo significativamente para a economia local. O Técnico em Agroecologia pode atuar na melhoria dessas produções através da introdução de práticas agroecológicas, como o uso de compostagem, controle biológico de pragas e a diversificação de cultivos, que ajudam a aumentar a produtividade e a sustentabilidade das lavouras permanentes.

Nas lavouras temporárias, Bonfim destaca-se pela produção de arroz, soja, milho, mandioca e melancia, que são culturas essenciais para a subsistência e o comércio. Com destaque para o arroz e soja, que juntos somaram mais de R\$ 60.000.000,00 em receitas em 2017. Essas culturas ocupam vastas áreas e demandam um manejo cuidadoso para evitar a degradação do solo e garantir a produção sustentável. O Técnico em Agroecologia pode aplicar técnicas como a rotação de culturas, o uso de adubos verdes e a gestão integrada de pragas, visando a manutenção da fertilidade do solo e a redução do impacto ambiental, promovendo uma agricultura mais sustentável e produtiva.

A pecuária em Bonfim é uma atividade de grande importância, com destaque para a criação de gado bovino, que ocupa uma parte significativa das áreas de pastagem. Com destaque para a produção de leite, sendo uma fonte vital de renda para muitos produtores rurais. A atuação do Técnico em Agroecologia é crucial para a implementação de práticas de manejo sustentável, como a rotação de pastagens, o uso de sistemas silvipastoris e a gestão eficiente da alimentação animal. Essas práticas não só melhoram a produtividade e a saúde dos rebanhos, mas também contribuem para a conservação dos recursos naturais e a sustentabilidade a longo prazo das atividades pecuárias no município.

Diante deste cenário de potencial desenvolvimento econômico, é pertinente que o CAB, que se insere neste contexto, ofereça cursos técnicos de nível médio no Eixo Tecnológico de Recursos Naturais, área de Agroecologia, os quais contribuirão para os egressos atuarem no mundo do trabalho e por consequência que os mesmos obtenham renda.

O campus possui, em seu quadro técnico, profissionais qualificados para atender esta demanda e proporcionar o desenvolvimento dos estudantes por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável, local e regional.

Foi orientando-se por esse contexto socioeconômico e cultural que, no ano de 2022, foi aprovada a proposta pedagógica do curso Técnico em Agroecologia Concomitante do CAB, por meio da Resolução Resolução 713/2022 - CONSUP/IFRR, de 27 de dezembro de 2022. A referida proposta justificava a criação do curso pela possibilidade que se apresentava ao IFRR de estender suas ações até o município de Bonfim e às comunidades de seu entorno e devido aos baixos índices socioeconômicos e altos índices de desigualdades persistentes na região, que demandam o desenvolvimento de ações para a inserção produtiva no mundo do trabalho e a inclusão social de seus cidadãos.

Considerando essas proposições, o campus tem se empenhado desde 2018 em proporcionar cursos técnicos concomitantes, forma articulada de Educação Profissional Técnica de Nível Médio que, conforme a Organização Didática (IFRR, 2023), consiste em sua oferta a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino.

Nessa perspectiva, considerando que a cidade de Bonfim possui apenas uma escola de Ensino Médio, a qual demonstrou interesse na implantação de cursos técnicos concomitantes, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima nº 03/2022 celebrado entre o IFRR/CAB e a Secretaria de Estado da Educação e Desporto (SEED) com o objetivo de ofertar vagas para o ingresso em cursos técnicos, na modalidade concomitante, para estudantes regularmente matriculados na primeira série do Ensino Médio do Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara (CEM XVII AJA).

Ademais, é importante destacar que a oferta dos cursos concomitantes contribui para a realização da missão do IFRR, proporcionando formação humana integral a esses estudantes no decorrer da realização do Ensino Médio, com vistas a oferecer formação profissional aos jovens que concluem a etapa da educação básica, facilitando o ingresso no mundo do trabalho de estudantes que necessitam contribuir com a renda familiar.

Assim, a oferta de cursos técnicos concomitantes permite aos estudantes que ao concluírem o Ensino Médio, concluíam também um curso técnico profissionalizante. Atualmente os estudantes egressos do Ensino Médio possuem como opções, além do ingresso no mundo do trabalho – que em muitos casos não se dá de forma imediata, o que contribui para os índices de desemprego e/ou informalidade, ou ocorre de forma precarizada –, a realização de cursos técnicos subsequentes ou de formação inicial e continuada no IFRR/CAB, o ingresso em um dos cursos superiores ofertados na modalidade à distância na sede de Bonfim ou o deslocamento para a capital Boa Vista para cursar a Educação Superior nas instituições ali sediadas, o que gera mudanças na vida do jovem para as quais nem sempre está adequadamente preparado.

No caso de ingresso no mundo do trabalho, os dados apresentados anteriormente demonstram que o setor do agronegócio, apresenta grandes oportunidades para profissionais que atuam nessa área. Dessa forma, a formação de Técnicos em Agroecologia torna-se crucial para atender à demanda por práticas agrícolas sustentáveis e inovadoras. Esses profissionais são capacitados para implementar técnicas de manejo integrado, promover a sustentabilidade ambiental e aumentar a produtividade das culturas e criações. A presença de um técnico qualificado pode transformar a realidade das propriedades rurais, introduzindo métodos que preservam os recursos naturais, melhoram a qualidade do solo e reduzem a dependência de insumos químicos. Com a aplicação de práticas agroecológicas, o Técnico em Agroecologia pode contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável do agronegócio em Bonfim, impulsionando a economia local e garantindo a viabilidade a longo prazo das atividades agrícolas e pecuárias.

Nesse sentido, o CAB possui a oportunidade de se antecipar e agir como agente indutor de desenvolvimento ao ofertar o curso Técnico em Agroecologia Concomitante para os jovens que saem do Ensino Fundamental, disponibilizando melhor qualificação profissional a esses jovens que precisam ingressar no mundo do trabalho logo após a conclusão do Ensino Médio.

Portanto, a proposta deste curso técnico concomitante é agregar valor à formação do estudante, otimizando também seu tempo, para que, ao final do período de 3 (três) anos, receba o certificado do Ensino Médio com formação técnica em Agroecologia, habilitando-o para o ingresso no mundo de trabalho em condições mais adequadas para o seu futuro profissional e às demandas apresentadas pelas organizações.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Oferecer qualificação profissional técnica em Agroecologia fundamentada nas multidimensões da sustentabilidade - econômica, social, ambiental, cultural, política e ética – capaz de planejar, elaborar, executar, comunicar e avaliar práticas agrícolas adequadas às necessidades socioambientais contemporâneas que promovam o desenvolvimento rural sustentável no município de Bonfim-RR.

3.2 Objetivos Específicos

Formar profissionais capazes de:

- a. Atuar em processos de desenvolvimento local, como técnicos, que consigam dinamizar as unidades de produção; Administrar os conhecimentos científicos e tecnológicos atendendo à demanda na área da Agroecologia;
- b. Desenvolver ações com senso crítico em relação aos diferentes modelos de agricultura, atentos as novas propostas de projetos para o campo;
- c. Propor formas de produção e organização baseadas na solidariedade, na ética, na cultura, no respeito ao ser humano e ao meio ambiente, fortalecendo o espírito cooperativo e associativo;
- d. Desenvolver ações voltadas à produção de alimentos saudáveis e de elevado valor biológico, isentos de resíduos de agroquímicos e outros contaminantes intencionais;
- e. Atuar conscientes da importância do uso sustentável dos recursos naturais, por meio da preservação ambiental, da economia solidária e

da valorização cultural, também na perspectiva das políticas públicas para ações iniciadas e sustentadas pelas entidades e movimentos sociais do campo;

f. Discutir os fundamentos da produção ecológica tais como manejo da biodiversidade, visão sistêmica da unidade produtiva, conversão, fertilidade, trofobiose, diversificação, manejo ecológico do solo, de culturas e animais.

4. REGIME LETIVO

a) número total de vagas anuais: 35

b) número de turmas: 01 (uma)

c) carga horária do curso (em horas-relógio): 1.200h obrigatórias

d) período letivo: modular

e) tempo mínimo e máximo para a integralização do curso: 6 (seis) e 9 (nove) semestres, respectivamente.

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

5.1 Requisitos de acesso

A oferta de vagas para o ingresso no Curso Técnico em Agroecologia Concomitante ao Ensino Médio, destina-se a alunos que estejam devidamente matriculados na primeira série do Ensino Médio no Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara (CEM XVII AJA).

Conforme o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2022, são responsabilidades da SEED por intermédio do Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara realizar processo seletivo para ingresso dos estudantes, que será realizado por ordem de inscrição.

O IFRR/CAB ofertará os componentes curriculares da área profissional do curso técnico concomitante no contra turno em que o estudante estiver cursando os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular, no Ensino Médio Regular.

5.2 Requisitos de permanência

Com a finalidade de garantir a permanência e o êxito acadêmico, o *Campus* Avançado Bonfim alocará recursos em sua matriz orçamentária para o desenvolvimento de ações previstas nas políticas de permanência e êxito do IFRR, as quais visam propiciar condições necessárias a uma formação técnica de qualidade, socialmente referenciada, cidadã e em diálogo com o mundo do trabalho.

De acordo com o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima,, a Política de Assuntos Estudantis dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes implementados por meio de programas, projetos e ações que visam assegurar aos estudantes a permanência e o êxito acadêmico, na perspectiva de formar cidadãos, críticos, reflexivos, políticos e éticos, para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

A Política de Assistência Estudantil será estruturada pelo Comitê de Assistência Estudantil e pelo Grupo de Trabalho da Assistência Estudantil (GTAE), que são órgãos de apoio à Diretoria de Políticas de Assistência Estudantil e às equipes de Assistência Estudantil dos campi.

Segundo o artigo 11 da Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, a Política de Assistência Estudantil do IFRR será operacionalizada por meio dos seguintes programas:

- I. Programa de Auxílio Moradia Estudantil;
- II. Programa de Auxílio Alimentação;
- III. Programa de Auxílio Transporte;
- IV. Programa de Atenção e Promoção à Saúde;
- V. Programa de Inclusão Digital;
- VI. Programa de Incentivo ao Esporte;
- VII. Programa de Incentivo e Promoção à Cultura e Arte
- VIII. Programa de Auxílio Creche;
- IX. Programa de Apoio à Participação em Eventos;

X. Programa de Auxílio a Material Didático-Pedagógico;

XI. Programa de Apoio Pedagógico;

XII. Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação;

XIII. Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD.

O acesso aos programas de Assistência Estudantil com repasse de auxílio financeiro ou da utilização de serviços, dar-se-á mediante processo seletivo de caráter socioeconômico, cuja análise poderá ser realizada por equipe interdisciplinar, disponível em cada campus, respeitando as atribuições privativas e éticas de cada área de conhecimento, sem prejuízo dos demais requisitos estabelecidos em regulamentação específica.

O *campus* ainda dispõe da possibilidade de concorrer a bolsas de fomento interno ou externo a projetos de pesquisa e inovação, monitoria e extensão comunitária, cabendo à DEPEI o desenvolvimento das ações da política de assistência estudantil na esfera da unidade.

5.3 Requisitos de mobilidade acadêmica

No âmbito do IFRR, a mobilidade acadêmica é regida por meio da Resolução n.º 157 – Conselho Superior, de 10 de junho de 2014, que estabelece as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica nacional e internacional por intermédio de convênios celebrados com instituições de ensino brasileiras e estrangeiras.

Segundo a referida Resolução, por meio da mobilidade acadêmica o estudante regularmente matriculado no curso poderá desenvolver atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação em outro campus do IFRR, mantendo o vínculo de matrícula no campus de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade intercampi”, ou em outra instituição de ensino, em âmbito nacional (Mobilidade Acadêmica Nacional) ou internacional (Mobilidade Acadêmica Internacional).

Desse modo, o Art. 11 da referida Resolução dispõe que, nos casos de mobilidade acadêmica no âmbito dos cursos técnicos, caberá à coordenação de curso:

- Indicar os professores que orientarão estudantes do IFRR na elaboração do plano de estudo e acompanhamento no programa de mobilidade;
- Designar professores para acompanharem estudantes estrangeiros participantes de mobilidade acadêmica no IFRR;
- Avaliar os pedidos de aproveitamento de estudos, emitindo o devido parecer.

Ainda conforme a Resolução n.º 157 – Conselho Superior, de 10 de junho de 2014, na ausência do Coordenador de Curso, caberá à Comissão Gestora do campus, desenvolver as competências atribuídas a ele acerca dos processos de mobilidade acadêmica.

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CNCT (2020), o profissional egresso do Curso Técnico em Agroecologia estará apto a: Planejar, organizar, dirigir e controlar a produção agrícola de forma sustentável, analisando as características econômicas, sociais e ambientais; Elaborar e executar projetos de sistemas agroecológicos de produção agropecuária e agroextrativista e sistemas orgânicos de produção, aplicando as Boas Práticas de Produção Agrícola (BPA); Planejar, organizar e monitorar atividades de exploração e manejo do solo, das matas e das florestas de acordo com suas características, com as alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais; Produzir mudas e sementes, em propagação, em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação; Planejar, organizar e monitorar programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos; Planejar, organizar e monitorar o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais; Elaborar orçamentos, laudos, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias; Orientar projetos de recomposição florestal em propriedades rurais; Aplicar métodos e programas de melhoramento genético; Aplicar práticas sustentáveis no manejo de conservação do solo e da água; Prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento, consultoria, laudos, pareceres e relatórios técnicos; Prestar assistência técnica nas áreas de crédito rural e agroindustrial, topografia na área rural, impacto ambiental, paisagismo, jardinagem e horticultura, construção de benfeitorias rurais, drenagem e irrigação; Interpretar a análise de solos e aplicar fertilizantes e corretivos nos tratamentos culturais em sistema agroecológico; Identificar os processos simbióticos de absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratamentos das culturas; Prestar assistência técnica à aplicação, à comercialização e ao manejo de produtos especializados; Selecionar e aplicar métodos agroecológicos de controle de vetores e pragas, doenças e plantas daninhas; Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita; Supervisionar o armazenamento, a conservação, a comercialização e a industrialização dos produtos agroecológicos; Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal, vegetal e

agroindustrial; Emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos agroecológicos de origem vegetal, animal e agroindustrial; Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agroecológica; Treinar e conduzir equipes nas suas modalidades de atuação profissional; Aplicar as legislações pertinentes ao processo produtivo e ao meio ambiente; Executar a gestão econômica e financeira da produção agroecológica; Administrar e gerenciar propriedades agroecológicas; Operar e manejar máquinas, implementos e equipamentos agrícolas, veículos aéreos remotamente pilotados e equipamentos de precisão para monitoramento remoto inerentes ao sistema de produção agroecológico; Organizar ações integradas de agricultura familiar e Atuar na certificação agroecológica.

6.1 Área de atuação do egresso

De acordo com o CNCT (2020), o egresso do curso Técnico em Agroecologia terá como campo de atuação propriedades rurais; empresas comerciais agropecuárias; estabelecimentos agroindustriais; empresas públicas e privadas que atuam no desenvolvimento de soluções tecnológicas para o setor agrícola; instituições de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; agências de defesa sanitária; empresas de máquinas, de equipamentos e implementos agrícolas; agroindústrias; parques e reservas naturais; cooperativas e associações rurais; empresas de certificação agroecológica e empresas de certificação orgânica.

6.2. Acompanhamento do egresso

A Resolução CONSUP/IFRR nº 608/2021, que dispõe sobre a Política de Acompanhamento dos Egressos (PAE) do Instituto Federal de Roraima, aborda sobre os mecanismos que propiciam o relacionamento contínuo entre a instituição e seus egressos, que são:

I. A promoção de encontros, seminários, cursos, palestras e outras atividades voltadas para o contato, a atualização cadastral e o envolvimento dos egressos;

II. A promoção de atividades de integração entre egressos e estudantes em formação, visando à troca de informações e experiências;

III. A divulgação de oportunidades de atualização e formação continuada para os egressos, assim como de oportunidades de inserção no mundo do trabalho.

IV. A elaboração e a disseminação de material impresso ou digital com as principais orientações aos egressos sobre a PAE do IFRR.

O acompanhamento do egresso será realizado conforme dispõe a Resolução 608/2021 - CONSUP/IFRR, de 26 de outubro de 2021, a qual objetiva o planejamento e a execução das ações da Política de extensão a serem realizadas em cada campi, sob a responsabilidade do setor de extensão de forma articulada com os setores de pesquisa e ensino.

Nesse sentido, conforme dispõe a referida Resolução, caberá ao Comitê Gestor da Política de Acompanhamento de Egressos (CGPAE) o planejamento e execução da Política de Acompanhamento de Egressos, com acompanhamento, avaliação e assessoria da Pró-Reitoria de Extensão do IFRR (PROEX). O objetivo das ações abrangem a coleta de dados para um banco de dados institucional, suporte contínuo para inserção no mundo do trabalho, integração com a comunidade acadêmica e manutenção do vínculo institucional.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante observa as determinações legais presentes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC), nas diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRR, na Resolução CNE/CP nº 1/2021 e na Lei nº 9.394/1996.

O curso está organizado em 6 (seis) módulos, concebidos para proporcionar ao discente oportunidades de formação integral por meio de processos de ensino-aprendizagem que possibilitem a aquisição de competências, o desenvolvimento de habilidades e o fomento a valores éticos, morais, culturais e políticos que propiciem sua inserção no mundo do trabalho, com capacidade de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamentos posteriores.

O curso está estruturado com base em sólidos conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos, com uma carga horária total de 1.200 (mil e duzentas) horas para componentes curriculares obrigatórios e 40 horas para componente curricular optativo. Destarte, convém destacar que esse quantitativo de horas segue o padrão da hora-relógio, de 60 (sessenta) minutos, enquanto que as aulas ministradas seguem padrão estabelecido pela direção do CAB/IFRR, sendo 50 (cinquenta) minutos cada hora-aula, a fim de atender especificidades relacionadas à realidade da localidade em que está instalado o *campus* e seu horário limite de funcionamento.

Para o desenvolvimento das competências necessárias à formação técnica, considerar-se-á a relação entre a teoria e a prática. Além disso, o enriquecimento de conhecimentos dar-se-á, também, por meio de visitas técnicas e participação em feiras, congressos e outros eventos relacionados à área.

A proposta curricular do curso foi desenvolvida com o objetivo de garantir a formação integral do discente, por meio da formação técnica, e a sua inserção no mundo do trabalho. Dessa forma, o currículo deve oportunizar aos discentes a aquisição das competências e habilidades previstas no perfil profissional, como também o desenvolvimento de valores éticos, morais, culturais, sociais e políticos.

Nessa perspectiva, o currículo será desenvolvido por meio de diferentes procedimentos didáticos pedagógicos, incluindo atividades teóricas, demonstrativas, projetos, utilização de laboratórios, estudos dirigidos na biblioteca e nas visitas técnicas, objetivando o diálogo constante com os estudantes, a troca e o fortalecimento de experiências.

As atividades didático-pedagógicas de caráter interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar serão previstas nos planos de ensino dos componentes curriculares do curso, com objetivo de organizar a relação teoria e prática, a fim de solidificar a aprendizagem técnica e o enriquecimento sociocultural dos estudantes, por meio de aulas regulares; atividades práticas e visitas técnicas; atividades e/ou eventos (palestras, seminários, mini-cursos, oficinas, painéis, apresentações de trabalhos em feiras, exposições e outros) de cunho científico, cultural, social e esportivo.

Atividades integradas com outros Componentes Curriculares/Área de Conhecimento/Eixo Tecnológico podem ser realizadas por meio de Projeto Integrador, considerando-os uma proposta de atuação pedagógica interdisciplinar, ou mesmo multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, que se proponham aos fins pedagógicos dos componentes curriculares.

O Curso Técnico em Agroecologia Concomitante ao Ensino Médio prevê a oferta do componente curricular optativos de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS à distância, correspondendo ao percentual de 3,22% da carga horária total do curso, em consonância com o limite estabelecido no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT).

O *campus* fica obrigado a ofertar o componente curricular de LIBRAS na modalidade de Educação a Distância (EAD), com matrícula optativa para o estudante. O componente curricular será ofertado preferencialmente nos últimos módulos do curso, podendo ser formada turma com estudantes de cursos e *campi* diferentes.

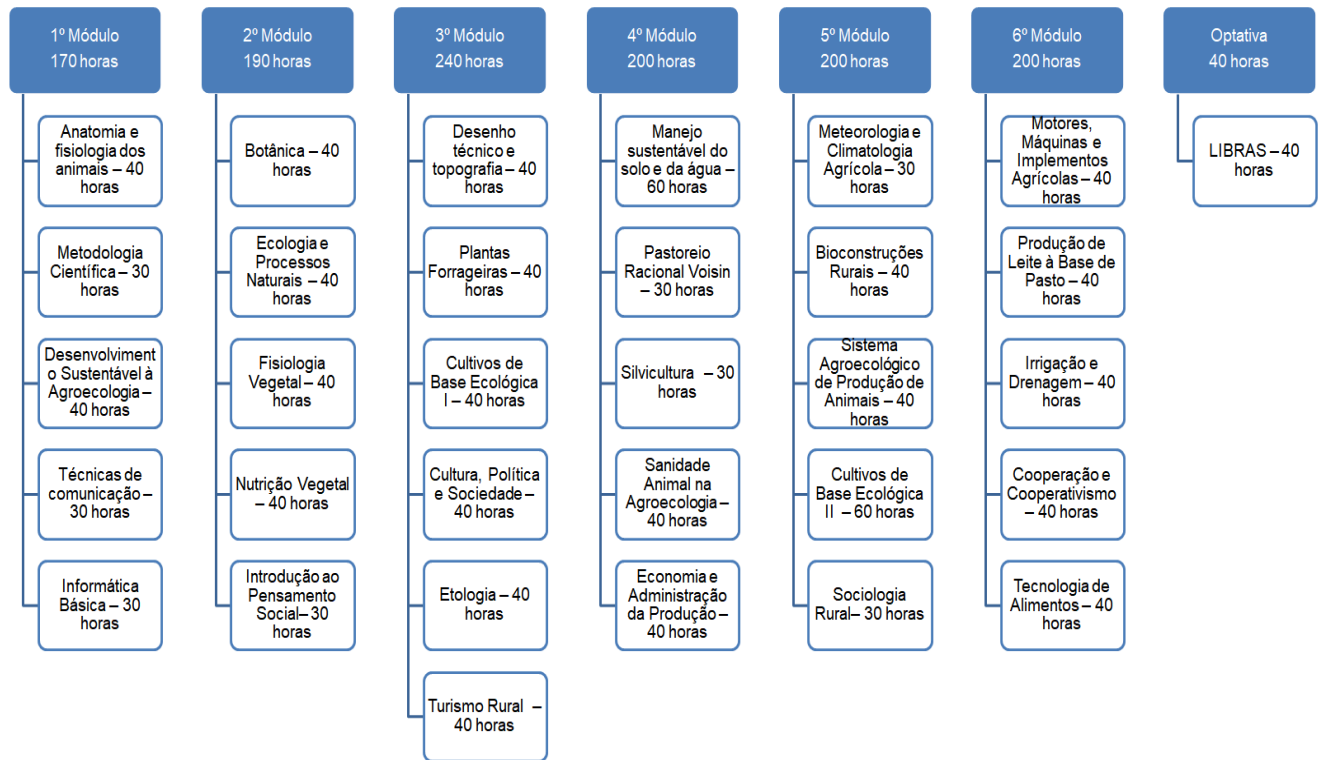
A carga horária destinada à oferta do componente curricular optativo de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS será de 40 horas, o mesmo não faz parte da carga horária mínima do curso estipulada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. No caso de o estudante optar por fazer o componente curricular de LIBRAS, deverão ser registrados no histórico escolar do estudante a carga horária cursada, bem como a frequência e o aproveitamento. O período de oferta e vagas, bem como demais disposições sobre a matrícula no componente optativo serão regidas em edital próprio a ser publicado pelo *campus*.

7.1 Estrutura Curricular

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA CONCOMITANTE					
Mód.	Código	Componentes Curriculares	C/H (Hora relógio)	C/H (Hora aula)	EaD
1º	CON.0016	Anatomia e fisiologia dos animais	40	48	
	CON.0017	Metodologia Científica	30	36	
	CON.0018	Desenvolvimento Sustentável à Agroecologia	40	48	
	CON.0019	Técnicas de comunicação	30	36	
	CON.0020	Informática Básica	30	36	
Total			170	204	
2º	CON.0021	Botânica	40	48	
	CON.0022	Ecologia e Processos Naturais	40	48	
	CON.0023	Fisiologia Vegetal	40	48	
	CON.0024	Nutrição Vegetal	40	48	
	CON.0025	Introdução ao Pensamento Social	30	36	
Total			190	228	
3º	CON.0026	Desenho técnico e topografia	40	48	
	CON.0027	Plantas Forrageiras	40	48	
	CON.0028	Cultivos de Base Ecológica I	40	48	
	CON.0029	Cultura, Política e Sociedade	40	48	
	CON.0030	Etologia	40	48	
	CON.0031	Turismo Rural	40	48	
Total			240	288	
4º	CON.0032	Manejo sustentável do solo e da água	60	72	
	CON.0033	Pastoreio Racional Voisin	30	36	
	CON.0034	Silvicultura	30	36	

	CON.0035	Sanidade Animal na Agroecologia	40	48	
	CON.0036	Economia e Administração da Produção	40	48	
Total			200	240	
5º	CON.0037	Meteorologia e Climatologia Agrícola	30	36	
	CON.0038	Bioconstruções Rurais	40	48	
	CON.0039	Sistema Agroecológico de Produção de Animais	40	48	
	CON.0040	Cultivos de Base Ecológica II	60	72	
	CON.0041	Sociologia Rural	30	36	
Total			200	240	
6º	CON.0042	Motores, Máquinas e Implementos Agrícolas	40	48	
	CON.0043	Produção de Leite à Base de Pasto	40	48	
	CON.0044	Irrigação e Drenagem	40	48	
	CON.0045	Cooperação e Cooperativismo	40	48	
	CON.0046	Tecnologia de Alimentos	40	48	
Total			200	240	
CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA TOTAL DO CURSO			1.200	1.440	
COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS					
	CON.0047	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS (EAD)	40	48	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (OBRIGATÓRIA + OPTATIVA)				1.240	

7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo



7.3 Ementário

Módulo 1

Cód.		Componente Curricular			
CON.0016		Anatomia e fisiologia dos animais			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
—	34	06	40	48	1º módulo
Ementa					
Caracterização dos principais órgãos e tecidos dos animais de produção; Funcionamento dos sistemas respiratório, digestivo, circulatório e reprodutor dos animais de produção.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Sustentável à Agroecologia • Informática Básica 					
Bibliografia Básica					
<p>HORST ERICHLIEBICH, König; LIEBCHI, Hans-georg. Anatomia dos Animais Domésticos: Texto e Atlas Colorido. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. 824 p. v. 6.</p> <p>SCHMIDT-NIELSEN, Knut. Fisiologia Animal: Adaptação e Meio Ambiente. 5. ed. São Paulo: Santos, 2002. 620 p.</p> <p>WILLIAM O, REECE. Anatomia Funcional e Fisiologia dos Animais Domésticos. 3ª ed. ed. rev. [S. l.]: Roca, 2008. 480 p.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>C. CUNNINGHAM, James. Tratado de Fisiologia Veterinária . 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 624 p.</p> <p>K.M, Dyce. Tratado de Anatomia Veterinária. 4. ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2010. 856 p.</p> <p>P. COLVILLE, Thomas. Anatomia e Fisiologia Clínica Para Medicina Veterinária. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 568 p.</p> <p>SCHMIDT-NIELSEN, Knut. Atlas Colorido de Anatomia Veterinária: Adaptação e Meio Ambiente. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 272 p.</p> <p>SISSON, S.; GROSMAN, J. D.; GETTY, R. Anatomia dos animais domésticos. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 1986. 2v.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0017		Metodologia Científica			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		

—	26	04	30	36	1º módulo
Ementa					
Conhecimento científico; Relação teoria e método; Processos de pesquisa: instrumentos de investigação e preparo dos registros científicos; Elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais de um texto científico; Elaboração de projetos de pesquisas; Técnicas de comunicação oral e escrita.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Técnicas de comunicação • Informática Básica 					
Bibliografia Básica					
<p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. Atlas, 2017. 192 p.</p> <p>MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 390 p.</p> <p>MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 368 p.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia trabalho científico. 23. ed. Rev. e Atual. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>SILVA, Daniel Nascimento. Manual de redação para trabalhos acadêmicos: position paper, ensaios teóricos, artigos científicos e questões discursivas. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>VOLPATO, Gilson Luiz et. al. Dicionário crítico para a redação científica. Botucatu, SP: Best Writing, 2013.</p> <p>VOLPATO, Gilson Luiz. Dicas para a Redação Científica. 4. ed. Rev. e Amp. Botucatu, SP: Best Writing, 2016.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>NBR10520 – Informação e documentação. Citação em Documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>NBR6023 – Informação e documentação. Referências – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>NBR14724 – Informação e documentação. Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.</p> <p>VOLPATO, Gilson Luiz. Pérolas da redação científica. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.</p> <p>VOLPATO, Gilson Luiz. Bases teóricas para redação científica. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0018		Desenvolvimento Sustentável à Agroecologia			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	1º módulo
Ementa					
Origens da Agricultura; evolução da estrutura agrícola e agrária; revolução verde; dimensões da sustentabilidade; introdução a agroecologia; sistemas de produção agroecológicos.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Anatomia e fisiologia dos animais 					
Bibliografia Básica					

BRAUN, Ricardo. **Desenvolvimento ao ponto sustentável**: novos paradigmas ambientais: ecologia profunda, ecovilas, comunidades sustentáveis, permacultura, dinheiro alternativo, energia-do-ponto-zero, espiritualidade. 2. ed. atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DUARTE, L. G.; THEODORO, S. H. **Agroecologia**: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Garamond, 2009. 236 p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: FAURGS, 2000.

SUZI, H. T.; DUARTE, L. G.; **Agroecologia**: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Bibliografia Complementar

ALTIERI, M. **Agroecologia**: as bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS. 2009. 117 p.

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de (Ed.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica, RJ: Embrapa Agrobiologia, 2005.

EHLERS, E. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2009. 96 p.

MEDAETS, J. P.; FONSECA, M. F de A. C. **Produção Orgânica**: Regulamentação Nacional e Internacional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005.

PHILIPPI, Arlindo Jr. et al. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Manole, 2007.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0019		Técnicas de comunicação			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	26	04	30	36	1º módulo
Ementa					
Língua, Linguagem e fala; Níveis de Linguagem, Variações linguísticas e Vícios de linguagem; Elementos da Comunicação; Coesão e Coerência Textuais; Tipologia Textual; Ortografia; Oratória: princípios e aplicação.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia Científica • Informática Básica 					
Bibliografia Básica					
BLIKSTEN, I. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Contexto, 2016. 96 p.					
ILARI, Rodolfo. Introdução à semântica : brincando com a gramática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 208 p.					
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto : leitura e redação. 16. ed. São Paulo: Ática, 2000. 433 p.					
KOCH, I. V. Ler e Compreender os sentidos do texto . São Paulo: Contexto, 2006. 216 p.					
KOCH, I.V. ELIAS, V.M. Ler e Escrever – Estratégias de Produção Textual . 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 220 p.					
Bibliografia Complementar					

ABREU, A. S. **A Arte de Argumentar**: gerenciando razão e emoção. Cotia: Ateliê Editorial, 2009. 144 p.

CARNEIRO, A. D. **Redação em construção: a escritura do texto**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 2002. 288 p.

INFANTE, U. **Do texto ao texto**: curso prático de leitura e redação. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2000. 312 p.

MARTINS, D.S. **Português instrumental de acordo com as atuais normas da ABNT**. São Paulo: Atlas, 2010. 560 p.

MARCUSCHI, L. A. **Produção Textual**, Análise de Gêneros e Compreensão. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2008. 296 p.

SARMENTO, L. L.; TUFANO, D. **Português**: literatura, gramática, produção de texto: volume único. São Paulo: Moderna, 2004. 447 p.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0020		Informática Básica			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	22	08	30	36	1º módulo
Ementa					
<p>Histórico e evolução dos Computadores; Tecnologias e aplicações de computadores; Definição de computadores; Capacidade de processamento e armazenamento; Componentes de um sistema de computação: Conceitos e características de Software e Hardware; A linguagem do computador, representação digital de dados; A importância da informática para a comunicação contemporânea; Sistemas operacionais livres e/ou proprietários; Manejo e utilização de editores de textos, planilhas eletrônicas e apresentações; Aplicação de ferramentas eletrônicas para busca de informação na Internet, navegação na web e envio e e-mails com arquivos em anexo; Ferramentas utilitárias; Utilização de softwares específicos da área de agricultura.</p>					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Anatomia e fisiologia dos animais • Metodologia Científica • Técnicas de comunicação 					
Bibliografia Básica					
<p>ARAUJO, Ismael Souza. Sistemas operacionais Windows. Brasília: NT, 2014. ARAUJO, Ismael Souza. Informática Básica. Brasília: NT, 2014.</p> <p>CASTELLS, M. A. Sociedade em rede. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.</p> <p>LOPES, Thálisson de Oliveira. Introdução às redes de computadores. Brasília, DF: NT Editora, 2014.</p> <p>VELLOSO, F. C. de. Informática: conceitos básicos. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ARAÚJO, José Ricardo Moreira de. Internet e suas ferramentas. Brasília, DF: NT Editora, 2014.</p> <p>BONI, Jan Van. ITIL: guia de referência. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.</p> <p>CAPRON, H.L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.</p> <p>IDANKAS, Rodney. Informática para concursos. 2. ed. São Paulo (SP): Método, 2009.</p> <p>LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de informação gerenciais: Administrando a empresa digital. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>MOLINARO, L. F. R., RAMOS, K. H. C. Gestão de Tecnologia da Informação: Governança de Ti - Arquitetura e Alinhamento entre Sistemas de Informação e o Negócio. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.</p>					

Módulo 2

Cód.		Componente Curricular			
CON.0021		Botânica			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	2º módulo
Ementa					
Organografia da raiz, Caule e folha; Organografia da flor, fruto e semente; Ecologia vegetal; Estresse ambiental; Fitofisionomias; Taxonomia vegetal e sistemas de classificação; principais características das gimnospermas e angiospermas (monocotiledôneas e dicotiledôneas).					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Fisiologia Vegetal • Nutrição Vegetal 					
Bibliografia Básica					
LORENZI, H. Introdução a Botânica : morfologia. Viçosa: Plantarum, 2013. 300 p. RAVEN, P. H.; EVERT, R. F. & EICHHORN, S. E. Biologia Vegetal . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. SOUZA, V. C.; LORENZI, H. Botânica Sistemática . 4. ed. Viçosa: Plantarum, 2019. 768 p.					
Bibliografia Complementar					
BARROSO, G. M. et. al. Sistemática de angiospermas do Brasil . Vol 1. Viçosa: UFV, 2002. JOLY, A. B. Botânica : Introdução à Taxonomia Vegetal. 13. ed. São Paulo, SP: Nacional, 2002. 777 p. JUDD, W.S. et. al. Sistemática Vegetal – um enfoque filogenético. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. OLIVEIRA, E.C. Introdução à Biologia Vegetal . 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. VIDAL, W. N. E VIDAL, M. R. R. Botânica Organografia . 4. ed. Viçosa: UFV, 2007. 124 p.					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0022		Ecologia e Processos Naturais			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	2º módulo
Ementa					

Conceitos fundamentais da ecologia. Definição, estrutura e componentes do ecossistema. Seres vivos e o meio ambiente. Fatores bióticos e abióticos que influenciam os ecossistemas. Transferência de matéria e energia nos ecossistemas. Desenvolvimento de comunidades e biomas. Processos naturais fundadores da Ciência Agroecológica. Sucessão ecológica. Efeitos das ações antrópicas no equilíbrio e dinâmica dos ecossistemas.

Área de Integração

- Introdução ao Pensamento Social
- Fisiologia Vegetal

Bibliografia Básica

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de (Ed.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica, RJ: Embrapa Agrobiologia, 2005.

CHABOUSSOU, F. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: a teoria da trofobiose** São Paulo: Expressão Popular, 2006. 323p.

GLIESSMANN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável** 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

Bibliografia Complementar

AGUIAR, L. M. de S.; CAMARGO, A. J. A. de (Ed.). **Cerrado: ecologia e caracterização**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2004. 249 p. il.

LOVATO, P. E.; SCHMIDT, W. (Org.). **Agroecologia e sustentabilidade no meio rural: experiências e reflexões de agentes de desenvolvimento local**. Chapecó: Argos, 2006.

HAMMES, V. S.; HELENO, G. **Amigos por natureza**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

PRIMAVESI, O.; PRIMAVESI, A. C. **Fundamentos ecológicos para o manejo efetivo do ambiente rural nos trópicos: educação ambiental e produtividade com qualidade ambiental**. São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2003. 84p.

PENTEADO, S. R. **Manual de fruticultura ecológica: cultivo de frutas orgânicas**. 2. ed. Campinas: Via Orgânica, 2010.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0023		Fisiologia Vegetal			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	2º módulo
Ementa					
Célula vegetal de procariontes e eucariontes; composição molecular e movimentação de substância nas células; fluxo de energia, respiração e fotossíntese; reprodução das células; regulação do crescimento e desenvolvimento de vegetais por nutrientes essenciais e hormônios e fisiologia do estresse.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Botânica • Ecologia e Processos Naturais • Nutrição Vegetal 					
Bibliografia Básica					

KERBAUY, G.B. **Fisiologia Vegetal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 431 p.

LARCHER, W. **Ecofisiologia vegetal**; São Carlos: Rima, 2001. 531 p.

RAVEN, P. H.; EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. **Biologia Vegetal**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 856 p.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. **Fisiologia e Desenvolvimento Vegetal**, 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. 888 p.

Bibliografia Complementar

CASTRO, P. R. C.; KLUGE, R. A.; PERES, L.E.P. **Manual de Fisiologia Vegetal (Teoria e Prática)**. São Paulo: Agronômica Ceres, 2005. 650 p.

CASTRO, P.R.C.; VIEIRA, E.L. **Aplicações de reguladores vegetais na agricultura tropical**. Gauíba: Agropecuária, 2001.

FLOSS, E.L.; **Fisiologia das plantas cultivadas: o estudo que está por trás do que se vê**. Passo Fundo: UPF, 2004. 528p.

MARENCO, R.A.; LOPES, N. F. **Fisiologia vegetal: fotossíntese, respiração, relações hídricas e nutrição mineral**. 3. ed. Viçosa: UFV, 2009. 486 p.

SALISBURY, F. B.; CLEON, W. R. **Fisiologia das plantas**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 774 p.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0024		Nutrição Vegetal			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	2º módulo
Ementa					
Composição mineral e funções dos nutrientes para as plantas; absorção, transporte e redistribuição de nutrientes na planta; cultivo de plantas em solução nutritiva; diagnose do estado nutricional de plantas; nutrição foliar; nutrição e qualidade de produtos agrícolas.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Botânica • Fisiologia Vegetal 					
Bibliografia Básica					
<p>FERNANDES, M. S.; Souza; S. R. de; SANTOS, L. A. Nutrição mineral de plantas. 2. ed. Viçosa, MG: SBCS, 2018. 670 p.</p> <p>FONTES, Paulo Cezar Rezende. Nutrição mineral de plantas: anamnese e diagnóstico. Viçosa, MG: Editora UFV, 2016. 315 p.</p> <p>MALAVOLTA, E. Manual de nutrição mineral de plantas. 1. Ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 2006. 638 p.</p> <p>PRADO, Renato de Mello. Nutrição de plantas. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010. 408 p.</p>					
Bibliografia Complementar					

FERNÁNDEZ, Victoria; SOTIROPOULOS, Thomas; BROWN, Patrick. **Adubação Foliar: fundamentos científicos e técnicas de campo**. Abisolo, São Paulo. 2015.

MALAVOLTA, E.; PIMENTEL-GOMES, F.; J.; ALCARDE C. **Adubos e adubações**. 1.ed. Editora Nobel, 2003. 200 p.

MARENCO, Ricardo.; LOPES, Nei Fernandes. **Fisiologia vegetal: fotossíntese, respiração, relações hídricas e nutrição mineral**. 3. ed. Viçosa, MG: Editora UFV, 2009. 486 p.

SAVIOLI, G. **Nutrição, saúde e fertilidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Canção Nova, 2017. 256 p.

DECHEN, Antônio Roque.; et al. **Nutrição mineral de plantas**. 1. ed. Viçosa, MG: Editora Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2006. 432 p.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0025		Introdução ao Pensamento Social			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	30	0	30	36	2º módulo
Ementa					
O pensamento social e a pré-sociologia; Contextos históricos do desenvolvimento da sociologia; Paradigmas teóricos e correntes do pensamento sociológico; Sociologia: teorias e ideologias; Teoria e ciência. A teoria e o modo de produção.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> Ecologia e Processos Naturais 					
Bibliografia Básica					
BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia ; tradução Alexandre Werneck. - Rio de Janeiro: Zahar, 2010. CASTRO, Anna Maria de.; DIAS, Edmundo Fernandes. Introdução ao Pensamento Sociológico . Ed. Eldorado, 2001. GUARESHI, Pedrinho A. Sociologia crítica: alternativas de mudança . 63. ed., ver. ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.					
Bibliografia Complementar					
COMPARATO, Bruno Konder. Sociologia Geral . 2. ed. São Paulo: Escala Educacional, 2010. DURKHEIM, E. As regras do método sociológico . SP: Martins Fontes, 2002. GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo – 2ª edição , tradução - Cibele Saliba Rizek. Ed. Unesp, 2011. SILVA, Silvana; SANTOS, C. L. Introdução ao pensamento social clássico . Curitiba: Ed. Intersaberes, 2019. QUITANEIRO, Tânia, BARBOSA, Mª L. de O., OLIVEIRA, Márcia G. de. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber . 2a.ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.					

Módulo 3

Cód.	Componente Curricular
CON.0026	Desenho técnico e topografia

Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
—	30	10	40	48	3º módulo
Ementa					
Instrumentos de desenho técnico; leitura e representação das projeções ortográficas, hierarquia de linhas, tipos de tracejados e linhas de construção; introdução à NBR6492/1994 – representação de projetos de arquitetura; formatação do papel série “A”, trabalho em escalas de representação; projeções cilíndricas ortogonais e perspectiva isométrica; noções de desenho arquitetônico; introdução à topografia; escalas; grandezas; tipos de erros; equipamentos de topografia; determinação de ângulos; goniometria: rumos e azimutes; medidas de distâncias horizontais e verticais; planilha de cálculo; representação gráfica de levantamento topográfico; planialtimetria: nivelamento, perfis, levantamentos planialtimétricos, interpretação de plantas planialtimétricas; locação de curva de nível; sistema de posicionamento global (GPS).					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Plantas Forrageiras • Turismo Rural 					
Bibliografia Básica					
<p>CRUZ, Eduardo Cesar Alves; CRUZ, Michele David da; MORIOKA, Carlos Alberto. Desenho técnico: medidas e representação gráfica. 1. ed. São Paulo: Editora Érica, 2018. 270 p.</p> <p>MATOS, J. L.; CASACA, J. M.; DIAS, J. M. B. Topografia Geral. 4. ed. São Paulo: Editora LTC, 2007. 220 p.</p> <p>MCCORMAC, Jack. Topografia. 5. ed. São Paulo: Editora LTC, 2010. 391 p.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>DAIBERT, J. D. Topografia: técnicas e práticas de campo. 2. ed. São Paulo: Editora Érica, 2013. 120p.</p> <p>GONÇALVES, J. A.; MADEIRA, S.; SOUZA, J. J. Topografia: Conceito e aplicações. 3. ed. São Paulo: Editora Lidel, 2012. 368 p.</p> <p>TULER, M. O.; SARAIVA, S. L.; TEIXEIRA, A. C. Manual de práticas de topografia. 1. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2016. 144 p.</p> <p>TULER, M.; SARAIVA, S. Fundamentos da topografia. 1. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2013. 324 p.</p> <p>CARDÃO, C. Topografia. Belo Horizonte, Ed. Engenharia e Arquitetura, 1970.</p>					

Cód.	Componente Curricular				
CON.0027	Plantas Forrageiras				
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	30	10	40	48	3º módulo
Ementa					
Introdução à Forragicultura; Terminologias na forragicultura; Botânica de gramíneas e leguminosas; Características gerais das plantas forrageiras (gramíneas e leguminosas); Formação e estabelecimento do pasto; Processos, causas e estratégias de recuperação de pastos degradados; Calagem e adubação de forrageiras; Sistemas de pastejo; Manejo das pastagens; Conservação de forragens (feno e silagem).					

Área de Integração
<ul style="list-style-type: none"> • Desenho técnico e topografia • Etologia
Bibliografia Básica
<p>ALCÂNTARA, P.B. Plantas forrageiras: gramíneas e leguminosas. 3 ed. 1985.</p> <p>MORAES, Y.J. B. Forrageiras: conceitos, formação e manejo. 1995.</p> <p>PUPO, N.I.H. Manual de pastagens e forrageiras: formação, conservação e utilização. 1995.</p>
Bibliografia Complementar
<p>HEINRICH, R.; SOARES FILHO, C. V. Adubação e manejo de pastagem. 3ed. 2014. 180p.</p> <p>LEPSCH, I. F. Formação e conservação do solo. 2. ed. São Paulo: Oficina de textos, 2010. [Bibliografia Virtual]</p> <p>PEIXOTO, A.M. et al. Pastagens: fundamentos da exploração racional. Piracicaba: FEALQ, 1994. 908 p.</p> <p>PRIMAVESI, A. Manejo ecológico de pastagem em regiões tropicais e subtropicais.5. ed. São Paulo: Nobel, 1999.</p> <p>SILVA, S. Plantas forrageiras de A a Z. Viçosa: Aprenda Fácil, 2009. 225 p.</p>

Cód.	Componente Curricular				
CON.0028	Cultivos de Base Ecológica I				
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	3º módulo
Ementa					
<p>Origem e evolução das plantas cultivadas; Culturas do milho, feijão caupi, arroz; cana-de-açúcar; Tratos culturais e variedades; Clima, solo, adubação e semeadura das principais culturas anuais; Formas de colheita, armazenamento, beneficiamento e comercialização; Principais pragas, doenças e plantas espontâneas, sua identificação, controle e erradicação; Rotação de culturas.</p>					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Turismo Rural • Cultura, Política e Sociedade 					
Bibliografia Básica					
<p>CRUZ, J. C.; CRUZ, I. M. da; PEREIRA FILHO, I. A. A cultura do milho irrigado. Sete Lagoas: EMBRAPA, 2003. 61 p.</p> <p>FONSECA, E. M. DOS S.; ARAUJO, R. C DE. Fitossanidade: princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas vegetais. Série Eixos. São Paulo: ÉRICA, 2014. 136 p.</p> <p>FORNASIERI FILHO, D. Manual da cultura do milho. Jaboticabal: FUNEP, 2007. 574 p.</p> <p>FREIRE FILHO, F. R. Melhoramento de feijão-caupi no Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DE FEIJÃO-CAUPI, 4. 2016, Sorriso. Feijão-caupi: avanços e desafios tecnológicos e de mercado: resumos. Brasília, DF: Embrapa, 2016. p. 235.</p>					
Bibliografia Complementar					

FERREIRA FILHO, J. R.; et all. **Cultivo, processamento e uso da mandioca**: instruções práticas. 1ª. edição. Embrapa Mandioca e Fruticultura. 2013. 34p.

PENTEADO, S. R. **Defensivos alternativos e naturais**. Campinas: Via Orgânica, 2007. 174 p.

LORENZI, H. **Manual de identificação e controle de plantas daninhas**: plantio direto e convencional. 7. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2014. 379 p.

OLIVEIRA, E. de; OLIVEIRA, C. M. de. **Doenças em milho**: mollicutes, vírus, vetores, mancha por Phaeosphaeria. Sete Lagoas: EMBRAPA, 2004.

276 p.

SANTOS, F. Cana-de-açúcar do plantio a colheita. 1. ed. Viçosa, MG: Editora UFV, 2016. 290 p.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0029		Cultura, Política e Sociedade			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	40	0	40	48	3º módulo
Ementa					
Conceitos básicos de Antropologia; formação e contemporaneidade da sociedade brasileira; Identidade e expressões culturais regionais; questões contemporâneas; levantamento e análise de configuração cultural; Principais abordagens em Ciência Política; ética e cidadania; autonomia local e poder; instituições sociais e movimentos sociais; levantamento e análise de configuração política.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none">• Etologia• Cultivos de Base Ecológica I					
Bibliografia Básica					
LARAIA, R. B. Cultura : um conceito antropológico. 24. reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.					
MARTINS, J. S. O cativo da terra . 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.					
SANTOS, M. O espaço do cidadão . São Paulo: Nobel, 2000.					
Bibliografia Complementar					

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3.ed.rev.ampl. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

GEERTZ, C. **O Saber local**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1995.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

ROSA FILHO, A.; BESERRA NETA, L. C. **Bonfim**: um olhar geográfico. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

SILIPRANDI, E. **Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais**. Revista Brasileira de Agroecologia, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 845-849, 2007.

VIEIRA, J. G. (Org.). **O Rio Branco se enche de história**. 2. ed. rev. ampl. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016.

VITAL, M. J. S. **Formação Socioeconômica do Estado de Roraima**. In: CASTRO, E. M. R.; CAMPOS, I. (Org.) **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. p. 533-579.

Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br>.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0030		Etologia			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	3º módulo
Ementa					
História do estudo do comportamento animal: conceitos, métodos e principais abordagens. Filogenia, aptidão e função adaptativa aplicadas a comportamentos individuais e sociais. Inter-relação entre pré-disposições inatas e processos de aprendizagem. Etologia aplicada.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none">• Plantas Forrageiras• Cultura, Política e Sociedade					
Bibliografia Básica					
ALCOCK, J. Comportamento animal : uma abordagem evolutiva. 9. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011. 606 p. CADERNOS TÉCNICOS DE VETERINÁRIA E ZOOTECNIA . (Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária da UFMG). Disponível em: https://vet.ufmg.br/ARQUIVOS/FCK/file/editora/caderno%20tecnico%2067%20Bem%20Estar%20Animal%20ok.pdf DEL-CLARO, K.. DEL-CLARO, K. Introdução à ecologia comportamental : um manual para o estudo do comportamento animal. 1. ed. Rio de Janeiro: Technical Books, 2010. 128 p.					
Bibliografia Complementar					

MATEUS J.R, Paranhos da Costa. **Etologia e produtividade animal**. Disponível em: https://www.esalq.usp.br/departamentos/leb/iran/intranet_pos/intra_pg_LEB5002/Texto%2004%20-%20Etologia%20animal.pdf

MENDONÇA, Andréia Tenório Aufran. **Bem-estar animal**: conceitos, importância e aplicabilidade para animais de companhia e de produção. Belém, 2019. Disponível em: https://veterinaria.ufrpa.edu.br/images/tcc-defendidos/TCC_Andria_Tenrio_Aufran_Mendonca.pdf

PINHEIRO, Alice Andrioli; BRITO, Ismênia França de. **Bem-estar e Produção Animal**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Embrapa Caprinos e Ovinos Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Documentos on line. Dezembro 2009. Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/748310/1/doc93.pdf>

FERRAZ, Marcos Rochedo. **Manual do comportamento animal**. Editora Rubio. Rio de Janeiro. 2011. 42 p.

YAMAMOTO, Maria Emilia; VOLPATO, Gilson Luiz. **Comportamento animal 2ª**. Editora da UFRN Edição. 2011. 520 p.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0031		Turismo Rural			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	3º módulo
Ementa					
Turismo Rural: origens e características. Produção Turística no meio rural. Aspectos econômicos e socioculturais. Os impactos ambientais. Clientela e mercado do Turismo Rural; Implantação de projetos. Planejamento turístico: fatores intervenientes no desenvolvimento do turismo: fatores socioeconômicos determinantes, fatores culturais e psicossociológicos, fatores técnicos determinantes. Turismo agroecológico e subatividades do turismo.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Desenho técnico e topografia • Cultivos de Base Ecológica I 					
Bibliografia Básica					
<p>ABREU, Lucimar Santiago. Impactos sociais e ambientais na agricultura: uma abordagem histórica de um estudo de caso. Brasília: Embrapa-SPI, 1994.</p> <p>OLIVEIRA, Antônio Pereira. Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Iniciativas voluntárias para o turismo sustentável. Roca, 2005</p> <p>RUSCHMANN, DORIS. Turismo e planejamento sustentável a proteção do meio ambiente. Campinas: Papyrus, 1997.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ALMEIDA, Joaquim A. FROELICH, José M. RIEDL. Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Papyrus, 2000.</p> <p>BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Embratur. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Brasília, DF, 1994. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - ICEPA.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: HUCITEC, 2000.</p> <p>LAGE, Beatriz H. G; MILONE, Paulo C. Economia do turismo. Campinas: Papyrus, 2000.</p>					

Módulo 4

Cód.		Componente Curricular			
CON.0032		Manejo sustentável do solo e da água			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	50	10	60	72	4º módulo
Ementa					
Formação, classificação, capacidade de uso e aptidão agrícola dos solos; conhecimento e manejo da biologia, química e física do solo. Manejo e conservação da água e das mudanças ambientais.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Silvicultura • Pastoreio Racional Voisin 					
Bibliografia Básica					
<p>BERTOL, I.; MARIA, I. C. de; SOUZA, L. da S.; Manejo e conservação do solo e da água. SBCS, 2019. 1355 p.</p> <p>BRASIL. Manejo e conservação do solo e da água no contexto das mudanças ambientais/ Embrapa. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/859117/manejo-e-conservacao-do-solo-e-da-agua-no-contexto-das-mudancas-ambientais, 2010. Acesso em 22/07/2020.</p> <p>DIAS, G. F. Educação e gestão ambiental. São Paulo: Gaia, 2006.</p> <p>GATTO, Alcides. Solo, planta e água na formação de paisagem. Aprenda fácil. Viçosa, MG, 2002.</p> <p>GUERRA, A. J. T.; JORGE, M. C. O. Processos erosivos e recuperação de áreas degradadas. São Paulo: Oficina de textos, 2013. 192 p.</p> <p>LEPSCH, I. F. et al. Manual para levantamento utilitário e classificação de terras. No sistema de capacidade de uso. SBCS, 2015. 170 p.</p> <p>LEPSCH, I. F. et al. Formação e conservação dos solos. 2. ed. São Paulo: Oficina de textos, 2010. 216 p.</p> <p>PRIMAVESI, O.; PRIMAVESI, A. C. Fundamentos ecológicos para o manejo efetivo do ambiente rural nos trópicos: educação ambiental e produtividade com qualidade ambiental. São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2003. 84p.</p> <p>VARGAS, M. A. T.; HUNGRIA, M. (Ed.). Biologia dos solos dos cerrados. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1997. 524 p.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F.; Conservação do solo. 7. ed. Ícone, 2010. 355 P.</p> <p>DRUGOWICH, M. I.; Boas Práticas em conservação do solo e da água. Manual técnico nº 81. Campinas-SP: CATI, 2014. 38 p.</p> <p>HERMES, L. C.; SILVA, A. de S. Avaliação da qualidade das águas: manual prático. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004. 55p. il.</p> <p>PES, L. Z.; GIACOMINI, D. A. Conservação do solo. Santa Maria - RS: UFSM, 2017. 69 p.</p> <p>TIECHER, T.; Manejo e conservação do solo e da água em pequenas propriedades rurais no sul do Brasil: Contextualizando as atividades agropecuárias e os problemas erosivos. Frederico Westphalen-RS: URI, 2015. 152 p.</p> <p>TIECHER, T.; Manejo e conservação do solo e da água em pequenas propriedades rurais no sul do Brasil: Práticas alternativas de manejo visando a conservação do solo e da água. Porto Alegre - RS: UFRGS, 2016. 186 p.</p> <p>SANTOS, H. G. dos; et. al. Sistema brasileiro de classificação de solos. 2. ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006. 306 p. il.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0033		Pastoreio Racional Voisin			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	26	04	30	36	4º módulo
Ementa					
Fundamentos do pastoreio racional voisin; conceitos fundamentais; as leis universais do pastoreio racional voisin; principais vantagens; a prática de manejo e o sistema pastoreio voisin para outros animais.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Manejo sustentável do solo e da água • Sanidade Animal na Agroecologia 					
Bibliografia Básica					
<p>MACHADO, L. C. P. Pastoreio Racional Voisin. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 376 p.</p> <p>PRIMAVESI, A. Manejo ecológico de pastagem em regiões tropicais e subtropicais. São Paulo: Expressão Popular, 2019. 450 p.</p> <p>MELADO, J. Pastoreio Racional Voisin: Fundamentos, Aplicações e Projetos. 2 ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2014. 313 p.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>FONSECA, D. M; MARTUSCELLO, J. A. Plantas Forrageiras. Viçosa, MG: UFV, 2010. 537 p.</p> <p>SILVA, S. Plantas forrageiras de A a Z. Viçosa: Aprenda Fácil, 2014. 329 p.</p> <p>SILVA, S. Pragas e doenças de Plantas forrageiras. Viçosa: Aprenda Fácil, 2011. 263 p.</p> <p>VILELA, H. Pastagem: Seleção de plantas forrageiras, implantação e adubação. Viçosa: Aprenda Fácil, 2017. 349 p.</p> <p>BELOLI, I.G.C.; BRANDINI, N.J.M. Manejo Sanitário para Aves de Subsistência. 1.ed. Brasília: LK Editora, 2007, 136p.</p> <p>FORTES, E. Parasitologia Veterinária. 4.ed. São Paulo: Icone Editora, 2004. 686p.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0034		Silvicultura			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	26	04	30	36	4º módulo
Ementa					

Introdução à silvicultura. Importância da atividade florestal no Brasil. Classificação dos tipos de coberturas florestais. Escolha de espécie e propagação. Viveiro florestal e produção de mudas. Preparo do terreno, plantio e tratamentos silviculturais. Formação e condução de povoamentos florestais com espécies de rápido crescimento. Plantações de espécies nativas. Noções de sistemas agrossilvipastoris. Fomento florestal. Rentabilidade de povoamento florestais. Manejo florestal sustentado.

Área de Integração

- Manejo sustentável do solo e da água
- Economia e Administração da Produção

Bibliografia Básica

SUELENE G. S. A.; WALDETE G. S. C. **Produção de mudas em viveiro florestal**. 3. ed. São Paulo: LK, 2012. 60 p.

OLIVEIRA, Ivanoel Marques de; ALVES, Ketiane dos Santos; ARAUJO, Iraciara Santos de. **Silvicultura: conceitos, regeneração da mata ciliar, produção de mudas florestais e unidades de conservação ambiental**. 1. ed., São Paulo: Érica, 2014. 128 p.

WENDLING, Ivar; GATTO, Alcides. **Planejamento e instalação de viveiros**. 2. ed Viçosa: Aprenda Fácil, 2012.

Bibliografia Complementar

LORENZI, Henri. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Plantarum, 2016. 384 p.

LORENZI, Henri. **Árvores exóticas no Brasil: madeiras, ornamentais e aromáticas**. Nova Odessa. São Paulo: Plantarum, 2018. 464 p.

LORENZI, Henri. **Arvores brasileiras**. 6. ed. V.1. São Paulo: Plantarum, 2016. 384 p.

LORENZI, Henri. **Arvores brasileiras**. 5. ed. V.2. São Paulo: Plantarum, 2016. 352 p.

LORENZI, Henri. **Arvores brasileiras**. 2. ed. V.3. São Paulo: Plantarum, 2016. 384 p.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0035		Sanidade Animal na Agroecologia			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	4º módulo
Ementa					
Conceitos básicos sobre sanidade e higiene animal; Saúde, doença e bem estar animal; Prevenção e controle de enfermidades; Conceituação de infecção e epizootologia; Desinfecção; Vacinação e aplicações de medicamentos: profilaxia das principais doenças dos animais domésticos; Zoonoses.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Pastoreio Racional Voisin • Economia e Administração da Produção 					
Bibliografia Básica					

BELOLI, I.G.C.; BRANDINI, N.J.M. **Manejo Sanitário para Aves de Subsistência**. 1.ed. Brasília: LK Editora, 2007, 136p. FORTES, E. **Parasitologia Veterinária**. 4.ed. São Paulo: Icone Editora, 2004. 686p.

BRASIL, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. **Manual de Higiene e Sanidade Animal**. DIAS A. S.; PEREIRA, C. D.; C O S T A et. al. 2012. Disponível em: <https://www.bibliotecaagpatea.org.br/zootecnia/sanidade/livros/MANUAL%20DE%20HIGIENE%20E%20SANIDADE%20ANIMAL.pdf>. Acesso em: 20/7/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

EMBRAPA INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA (Ed). **Sanidade Animal**. 1.ed. Embrapa, 2006. 232p.

Bibliografia Complementar

ABREU MATOS, F. J.; HARRI LORENZI; LÚCIA F. LOPES DOS SANTOS et al. **Plantas Tóxicas**. 1.ed. São Paulo: Plantarum, 2011. 247p.

BERCHIERI Jr, A. **Doenças das Aves**. 1.ed. São Paulo: FACTA, 2009. 1104p.

NETO, S.L. **Saúde de Rebanhos de Corte**. 1.ed. Viçosa, Minas Gerais: Aprenda Fácil, 2001. 132p.

SCHILD, A.; RIET-CORREA, F.; MENDEZ, M.C. et al. **Doenças dos Ruminantes e Equinos**. 2.ed. São Paulo: Varela, 2002. 999p.

TAYLOR, M. A.; COOP, R.L.; WALL, R. L. **Parasitologia Veterinária**. 3.ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2010. 768p.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0036		Economia e Administração da Produção			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	36	04	40	48	4º módulo
Ementa					
A Empresa rural; O ambiente e os fatores que influem na renda agropecuária; Fatores de produção; as funções da administração. Fundamentos da economia rural. Teoria de desenvolvimento agrícola. Inovações tecnológicas na agricultura. Setor agrícola e mercado de trabalho. Análise das políticas agrícolas no Brasil. Política agrícola atual: critérios e perspectivas. Comercialização e política agrícola. Teoria econômica: oferta e demanda agrícola. Gestão ambiental e da qualidade. Custos da produção agropecuária. Mercado Futuros.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Silvicultura • Sanidade Animal na Agroecologia 					
Bibliografia Básica					
CALLADO, A.A.C. Agronegócio . São Paulo: Atlas, 2011.					
LOPES, L.M.; VASCONCELLOS, M.A.S. Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário . São Paulo: Atlas, 2013.					
ROCHA, J.H.M.V. Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e educação técnica: uma reflexão . Boa Vista: UFRR, 2010.					
Bibliografia Complementar					
FLORES, A.W.; RIES, L. R.; ANTUNES, L. M. Gestão rural . Rio de Janeiro: Planejar, 2006.					
SILVA, A.G. O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais . Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.					
SILVA, R.A.G. Administração rural: teoria e prática . CD-ROM. Curitiba: Juruá, 2009.					
VASCONCELLOS, M.A.S. Economia: micro e macro teoria e exercícios glossário com os 300 principais conceitos econômicos . São Paulo: Atlas, 2011.					
RICKLEFFS, R.E. A economia da natureza . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.					

Módulo 5

Cód.		Componente Curricular			
CON.0037		Meteorologia e Climatologia Agrícola			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	26	04	30	36	5º módulo
Ementa					
Estudo da atmosfera; Elementos meteorológicos; Equipamentos e instrumentos Meteorológicos; Aplicações da meteorologia e climatologia à produção agrícola; Estudo dos climas.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> Bioconstruções Rurais 					
Bibliografia Básica					
<p>ABREU, J. P. M. Agrometeorologia. 1ª edição. Editora: Agrobook. 2018, 360 p.</p> <p>MENDONÇA, F. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficinas de Textos, 2007.</p> <p>PEREIRA, A.R.; ANGELOCCI, L.R.; SENTELHAS, P.C. Agrometeorologia: fundamentos e aplicações práticas. Guaíba: Agropecuária, 2002.</p> <p>TORRES, F. T. P.; MACHADO, P. J. O. Introdução à climatologia. 1ª edição. São Paulo: Cengage Learning. 2012. 280 p.</p> <p>VIANELLO, R. L.; ALVES, A. R. Meteorologia básica e aplicações. 2ª edição. Viçosa. Editora UFV, 2013. 460 p.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>AYOADE, J.O. Introdução à climatologia para os trópicos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.</p> <p>BISCARO, G.A. Meteorologia agrícola básica. 1ª ed. UNIGRAF.2007, 83 p.</p> <p>FERREIRA, R.A. Maior produção com melhor ambiente para aves, suínos e bovino Viçosa: Aprenda Fácil, 2011.</p> <p>GOULART, A. Á.; FOGAÇA, T. K.: Introdução À Climatologia: Conceitos, Pesquisas e Ensino. São Paulo: InterSaberes, 2018. 338 p.</p> <p>MENDONÇA, F.; OLIVEIRA, I. M. D. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. Paraná: Oficina de textos, 2007. 351 p.</p> <p>PEREIRA, A. R.; ANGELOCCI, L.R. SENTELHAS, P. C. Meteorologia Agrícola. São Paulo: ESALQ, 2007. 192 p.</p> <p>RESENDE, H; CAMPOS, A.T.; PIRES, M.F.A. Dados climáticos e sua utilização na atividade leiteira. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2003.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0038		Bioconstruções Rurais			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	5º módulo

Ementa
Introdução à Bioconstruções; Permacultura; Materiais de construção; Utilização de resíduos na bioconstrução; Técnicas de Bioconstruções; Uso de Bambu na agricultura; Construções rurais e Estufas agrícolas.
Área de Integração
<ul style="list-style-type: none"> • Meteorologia e Climatologia Agrícola • Sistema Agroecológico de Produção de Animais
Bibliografia Básica
<p>COSTA, Baêta, Fernando da. Ambiência em edificações rurais: conforto animal. 2. ed. Viçosa: UFV, 2010. 269 p.</p> <p>FREIRE, W. J.; BERALDO, A. L. Tecnologia e materiais alternativos de construção. Campinas: UNICAMP, 2003.</p> <p>PROMPT, C. Curso de Bioconstrução. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2008.</p> <p>ROCHA, José L. Vasconcellos. Guia do técnico agropecuário: construções e instalações rurais. 1. ed. São Paulo: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 2014. 158 p.</p>
Bibliografia Complementar
<p>AZZINI, A.; SANTOS, R. L. dos e PETTINELLI JUNIOR, A. Bambu: material alternativo para construções rurais. Campinas: Instituto Agrônomo, 1997. (Boletim técnico, 171), 18 p.</p> <p>BAUER, L.A.F. Materiais de construção. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1992. 892p.</p> <p>BARREIRA, Paulo. Biodigestores: energia, fertilidade e saneamento para a zona rural. 3. ed. São Paulo: Ícone, 2011. 108 p.</p> <p>MACIEL, Nelson Fernandes; LOPES, José Dermeval Saraiva. Cerca elétrica: equipamentos, instalação e manejo. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000. 154 p.</p> <p>MATOS, Antonio Teixeira de. Barragens de terra de pequeno porte - Série Didática. Viçosa: UFV, 2012. 136 p.</p> <p>TIMMERMANN, J.; ORTIZ, P. M.; RODRIGUES, J; MARQUES, M; BECKAUSER, R. Curso de construções alternativas, construção da zona 1. São José do Cerrito: IPAB - Instituto de Permacultura Austro Brasileiro, 2003.</p>

Cód.		Componente Curricular			
CON.0039		Sistema Agroecológico de Produção de Animais			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	5º módulo
Ementa					
Introdução à criação de bovinos de corte; bovinos de leite; Bovinos; bubalinos; ovinos; caprinos; suínos; aves caipiras; apicultura cunicultura; animais silvestres; Raças, cruzamentos e seleção; Manejo produtivo e reprodutivo; Manejo sanitário; Instalações bioclimatologia e ambiência; Nutrição e alimentação.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Bioconstruções Rurais • Cultivos de Base Ecológica II 					
Bibliografia Básica					

CRIAÇÃO DE ABELHAS: APICULTURA . Embrapa Informação Tecnológica; Embrapa Meio Norte. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 113p. (ABC da Agricultura Familiar, 18). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/126300/1/00081610.pdf>

CRIAÇÃO DE GALINHAS CAIPIRAS. Embrapa Informação Tecnológica. Embrapa Meio Norte. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 73 p. (ABC da Agricultura Familiar, 20). Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/11946/2/00081600.pdf>

ELOY, A. M. X.; et all. **Criação de caprinos e ovinos.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. Sobral. Embrapa Caprinos. 2007. 91 p.(ABC da agricultura familiar, 19). Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/11945/2/00081710.pdf>

MATOS, Emerson José Alves; et all. **Boas práticas de manejo apícola.** Petrolina, 2014. 20 p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/102193/1/Cartilha-Boas-Praticas-de-Manejo-Apicola.pdf>

Bibliografia Complementar

Avicultura agroecológica orgânica. Embrapa Suínos e Aves. 2003. 10 p. Disponível em: http://www.cnpsa.embrapa.br/sgc/sgc_publicacoes/avicultura_agroecologica.pdf

AVILA, V. S. de.; et all. **Unidades de observação sobre a criação de frangos coloniais em pequenas propriedades de agricultura familiar.** Concordia: Embrapa Suínos e Aves. 2004. 22 p. (Boletim de pesquisa e desenvolvimento no. 6) disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/73499/1/CUsersPiazonDocumentsunidades.pdf>

BARBOSA, Firmino José Vieira et all. **Sistema alternativo de criação de galinhas caipiras.** Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2007. 68 p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/80710/1/sistemaproducao-4.PDF>

BONETT, Lucimar Pereira; Cicero.; MONTICELLI, Juliano. **Suínos: o produtor pergunta, a Embrapa responde.** 2. ed., rev. – Brasília, DF: Embrapa-SPI; Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 1998. 243 p. Disponível em: <https://mais500p500r.sct.embrapa.br/view/pdfs/90000029-ebook-pdf.pdf>

BRASIL. Instrução Normativa IBAMA Nº 07, de 30 de abril de 2015. Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro, e define, no âmbito do IBAMA, os procedimentos autorizativos para as categorias estabelecidas. CARRIJO JÚNIOR, Osmar Alves; MURAD, Júlio César Bertolucci. **Bovinocultura e Bubalinocultura.** 1. ed. Brasília: NT Editora, 2016. 146 p. disponível em: https://avant.grupont.com.br/dir/Virtuall_MS/arquivos/arquivosPorRange/000000447/texto/e3cc154fe8ae43dfbaee0c7adac1b407.pdf acessado em: 23/10/20

COSTA, Osmar Antônio Dalla et all. **Sistema intensivo de suínos criados ao ar livre - Siscal: dimensionamento de um sistema.** Comunicado Técnico No. 289. Embrapa Suínos e Aves. Agosto. 200. p. 1-5. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/58286/1/CUsersPiazonDocuments289.pdf> acessado em: 23/10/20.

COTTA, T. **Galinha Produção de Ovos.** Viçosa: Aprenda Fácil, 2002.

COTTA, TADEU. **Frangos de corte: criação, abate e comercialização.** Viçosa, MG: Aprenda fácil, 2003. 2308p. DUARTE, Ricardo P.C onsiderações para melhoramento em bovinos de corte. Guaíba: Agropecuária, 2000.

FERREIRA, Walter Motta et all. **Manual prático de cunicultura.** Bambuí -MG – Brasil 2012. 75 p. Disponível em: <https://abwrsa.files.wordpress.com/2014/11/manual-prc3a1tico-de-cunicultura.pdf>

FIALHO, E. T. **Alimentos Alternativos para Suínos.** Editora UFLA, 2009. 232p.

LIMA, J. A. F.; OLIVEIRA, A. I. G.; FIALHO, E. T. **Produção de suínos.** Lavras: UFLA - FAEPE, 2004. 199 p.

MANÇO, Carolina. **Pecuária orgânica leiteira.** Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura. 2017. 34 p. Disponível em: https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Pecuarria-Organica-Leiteira_web.pdf

MARQUES, José Ribamar Felipe (Ed.) **Búfalos: o produtor pergunta, a Embrapa responde.** Embrapa Amazônia Oriental. Belém, PA. Brasília : Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000. 176p. (Coleção 500 Perguntas, 500 Respostas). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/103213/1/500perguntasbufalos.pdf> acessado em: 23/10/20

ROSTAGNO, H.S.; SILVA, D.J.; COSTA, P.M.A.; FONSECA, J.B.; SOARES, P.R.; PEREIRA, J.A.A.; SILVA, M.A. **Composição de alimentos e exigências nutricionais de aves e suínos.** (Tabelas Brasileiras). Imprensa Universitária, UFV, Viçosa, Minas Gerais. 2005. 60 p.

SEGANFREDO, M. A. **Gestão ambiental na suinocultura.** Brasília: EMBRAPA – CNPSA, 2007. 302 p.

SILVEIRA, F.A.; MELO, G.A.R.; ALMEIDA, E.A.B . **Abelhas brasileiras: sistemática e identificação.** Belo Horizonte: Min. Meio Ambiente/Fund. Araraucária, 2002. 253 p.

Sistema de Produção para Coelho. Belo Horizonte – MG. 1980. 16 p. (Sistema de Produção. Boletim no 258). Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/44392/1/Coelho.pdf>

VALVERDE, C.C. **250 Maneiras de Preparar Rações Balanceadas para Ovinos.** Viçosa: Aprenda Fácil, 2000. 180ps.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0040		Cultivos de Base Ecológica II			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	50	10	60	72	5º módulo
Ementa					

Sistema de produção agroecológica de hortaliças e frutíferas; planejamento e implantação do pomar; método de formação de mudas; operações culturais (manejo, poda, condução, desbaste, raleio) nutrição e adubação do pomar; proteção das plantas; manejo e controle da mosca das frutas; colheita e pós colheita. informações sobre cultivo de frutíferas e olerícolas para região.

Área de Integração

- Sistema Agroecológico de Produção de Animais
- Sociologia Rural

Bibliografia Básica

ANACLETO, Adilson; FUJIMURA, Cabral, Ana Carolina Bertelli; SILVA, Luciane Franco. **Manual de horticultura orgânica**. Do produtor ao consumidor. 1ª Edição. Paranaguá, 2017. 97p.

CASTRO, R.C. P.; KLUGE, R. A. **Ecofisiologia de fruteiras tropicais**. Abacaxizeiro, marçacujazeiro, mangueira, bananeira, cacauzeiro. São Paulo: Nobel. 1998. 112 p.

FILGUEIRA, F. A. R. **Novo manual de olericultura**. São Paulo: Ceres. 3ª. edição. 2013. 421p

PENTEADO, Silvio Roberto. **Fruticultura orgânica: formação e condução**. Viçosa: Aprenda Fácil... 2 ed. 2010. 309 p.

SOUZA, Jacimar Luis de. **Agricultura orgânica: tecnologias para a produção de alimentos saudáveis**. Vitória, ES. Incaper, 2015. 3v.; 371 p. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/BRT-livro-completo-agricultura-organica-jacimar.pdf>

Bibliografia Complementar

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 117 p.

MEDAETS, J. P.; FONSECA, M. F de A. C. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento

Agrário: NEAD, 2005.

MEDEIROS, Maria Alice de., et al. **Princípios e práticas ecológicas para o manejo de insetos-praga na Agricultura**. Brasília : Emater-DF, 2010. 44p.

SIMÃO, Salim. **Tratado de fruticultura**. Piracicaba: FEALQ. 1998. 760 p.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0041		Sociologia Rural			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	26	04	30	36	5º módulo
Ementa					
Compreender as transformações do mundo do trabalho, considerando relação econômica, políticas e movimentos sociais, em especial no meio rural; valorizar sua identidade e manifestações culturais, fortalecendo a integração social; ser tolerante diante da diversidade; respeitar as diferenças; perceber relações de poder, posicionando-se adequadamente; resolver conflitos a partir do diálogo; realizar procedimentos práticos, partir dos conceitos apreendidos.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Cultivos de Base Ecológica II 					

Bibliografia Básica
<p>BRYM, R. J. et al. Sociologia: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Cengage Learning, 2015.</p> <p>OLIVEIRA, M. R. de. O desenvolvimento rural na agricultura familiar: discussões teóricas. Brasil: Simplíssimo, 2020.</p> <p>PEREIRA, S. A ação coletiva do homem simples na construção da esfera pública: os trabalhadores rurais de Baturité-Ceará. São Paulo: Paco e Littera, 2015.</p>
Bibliografia Complementar
<p>CARVALHO, H. M. de. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p>GIDDENS, A. Sociologia. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.</p> <p>MOREIRA, J. R. (org.). Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio Janeiro: DP&A Editora, 2005.</p> <p>STROPASOLAS, V. L. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis: UFSC, 2006. 346 p.</p> <p>WANDERLEY, M. de N. B. O Mundo Rural como um Espaço de Vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.</p>

Módulo 6

Cód.	Componente Curricular				
CON.0042	Motores, Máquinas e Implementos Agrícolas				
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	6º módulo
Ementa					
<p>Animais domésticos, máquinas, implementos e ferramentas agrícolas. Os sistemas de funcionamento de máquinas e implementos agrícolas, e sua manutenção. Uso de máquinas, implementos e ferramentas agrícolas considerando as normas de segurança.</p>					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Irrigação e Drenagem • Produção de Leite à Base de Pasto 					
Bibliografia Básica					
<p>MACHADO, A.L.T.; TILLMANN, C.A.C.; et al. Motores, tratores, combustíveis e lubrificantes. Pelotas: UFPel, 1999. 315 p.</p> <p>SILVEIRA, G. M. Preparo de solo: técnicas e implementos. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. SILVA, R. C. da. Máquinas e equipamentos agrícolas. 1ª ad. – São Paulo: Érica, 2014.</p> <p>ROSA, D. P. da. Dimensionamento e Planejamento de Máquinas e Implementos Agrícolas. Jundiaí, Paco Editorial, 2017.</p>					
Bibliografia Complementar					

BALASTREIRE, L.A. **Máquinas Agrícolas**. São Paulo. Manole. 2005. SILVA, R. C. da. Máquinas e Equipamentos Agrícolas. 1ª ed. Editora ERICA, 2014.

ROMANO, L. N. Desenvolvimento de Máquinas Agrícolas - Planejamento, Projeto e Produção. 1ª ed. Ed. Edgard Blucher. 2013.

CAMPOS, S.H.C. **Mecanização Agrícola**. Barbacena – MG. Setor de Ensino Distância. 2011. 85p.

MONTEIRO, L. de A.; ALBIERO, D. **Operação e manutenção de tratores agrícola**. Leonardo de Almeida Monteiro e Daniel Albiero – Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Laboratório de Investigações com Máquinas Agrícolas, 2012. Disponível em: <https://acidentestrator.files.wordpress.com/2012/10/apostila-de-operac3a7c3a3o-e-manutenc3a7c3a3o-de-tratores-agrc3adcolas.pdf>. Acesso em 19/07 de 2020.

CASÃO JUNIOR, Ruy; ARAUJO, Augusto Guilherme de; LLANILLO, Rafael Fuentes. Evolução Tecnológica das sementeiras de Plantio Direto no Brasil. Revista Plantio Direto, Passo Fundo-rs, v. 112, n. 1, p.1-3, ago. 2009.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0043		Produção de Leite à Base de Pasto			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	6º módulo
Ementa					
A pecuária de corte e leite no Brasil e no mundo; o mercado de produtos lácteos, aspecto relacionados à produção e à composição do leite; principais raças exploradas no Brasil manejo geral do rebanho (cria, recria, engorda); manejo de ordenha; manejo reprodutivo alimentação de bovinos; melhoramento genético de bovinos; instalações e manejo de bovinos.					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Motores, Máquinas e Implementos Agrícolas • Tecnologia de Alimentos 					
Bibliografia Básica					
<p>BERCHIELLI, T.T.; PIRES, A.V.; OLIVEIRA, S.G. Nutrição de ruminantes. Rio de Janeiro: Finep (Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão), 2006, 583 p.</p> <p>CHAPAVAL, L.; PIEKARSKI, P. R. B. Leite de qualidade: Manejo reprodutivo, nutricional e sanitário. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000. 183 p.</p> <p>FERREIRA, R. P. Cultivo e utilização da alfafa em pastejo para alimentação de vacas leiteiras. Brasília, DF: EMBRAPA, 2015. 160 p.</p> <p>NEIVA, A.C.G.R., NEIVA, J.N.M. Do Campus para o Campo: tecnologias para a produção de leite. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. 320 p.</p> <p>TRONCO, V. M. Manual para a inspeção da qualidade do leite. 5 ed. Santa Maria, RS: UFSM, 2013. 294 p.</p>					
Bibliografia Complementar					

SILVA, J.C.P.M. **Raças de gado leiteiro**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 149 p.

SILVA, J. C. P. M. **Manejo para maior qualidade do leite**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 181 p.

FERREIRA, R. P. **Cultivo e utilização da alfafa em pastejo para alimentação de vacas leiteiras**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2015. 160 p.

SILVA, J. C. P. M. **Principais Doenças em Bovinos**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 184 p.

SILVA, J. C. P. M. **Bem estar do gado leiteiro**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 126 p.

SILVA, J. C. P. M.; VELOSO, C. M. **Manejo de vacas leiteiras a pasto**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 170 p.

SILVA, J. C. P. M. **Melhoramento genético do gado de leite**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 111 p.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0044		Irrigação e Drenagem			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	36	04	40	48	6º módulo
Ementa					
Introdução a Irrigação; qualidade da água e água no solo; relação solo-água-planta; equipamentos, materiais e sistemas de irrigação; drenagem; canais de drenagem; uso da energia renovável na captação da água.					
Área de Integração					
• Motores, Máquinas e Implementos Agrícolas					
Bibliografia Básica					
BERNARDO, S. et. al. Manual de irrigação . 8. ed. Viçosa: UFV, 2009. 545 p.					
FARIA, M.A. et. al. Microirrigação: gotejamento e microaspersão . Maringá: Eduem, 2012. 356 p.					
MANTOVANI, E.C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L.F.: Irrigação Princípios e Métodos . 3. ed. Viçosa, MG: UFV, 2009. 355 p.					
TUBELIS, A. Conhecimentos práticos sobre clima e irrigação . Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2001. 215 p.					
Bibliografia Complementar					
ALBUQUERQUE, P. E. P. et. al. Uso e manejo de irrigação . Sete Lagoas: Embrapa, 2008. 528 p.					
BARRETO, A.N. Irrigação e drenagem na Empresa Agrícola . Aracaju: Embrapa, 2004. 417. p.					
FERREIRA, V.M. Irrigação e drenagem , Florianópolis: EDUFPI, 2011, 126p.					
PRUSKI, F. F. Conservação de solo e água: práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica . Viçosa: UFV, 2009. 279 p.					
VILLAMAGNA, D. R. Irrigação eficiente . Viçosa, MG: Aprenda fácil, 2016. 193 p.					

Cód.	Componente Curricular
------	-----------------------

CON.0045		Cooperação e Cooperativismo			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	36	04	40	48	6º módulo
Ementa					
<p>Cooperação, economia solidária e cooperativismo; O surgimento da doutrina cooperativista; Panorama das cooperativas no mundo e no Brasil; A doutrina cooperativista e a simbologia do cooperativismo; A gestão nas cooperativas; Representação do sistema cooperativo; Os objetivos do cooperativismo; Sistemas cooperativos brasileiros; Formação das cooperativas; As assembleias; Estatuto Social, órgãos de administração e fiscalização da cooperativa; Registros, documentação e subsistência financeira das cooperativas; Direitos, deveres e desenvolvimento intelectual dos cooperados; Atos cooperativos e não cooperativos, resultados e fundos obrigatórios; Cooperativas regionais.</p>					
Área de Integração					
<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia de Alimentos 					
Bibliografia Básica					
<p>ABRANTES, J. Associativismo e cooperativismo. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.</p> <p>OLIVEIRA, D. P. R. Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática. 6 ed, São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>SILVA, M. M. Governança de sociedades cooperativas: Uma visão prática. São Paulo: Fontenele Publicações, 2019. 304 p.</p> <p>VEIGA, S. M.; FONSECA, I. Cooperativismo uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Evolução do cooperativismo no Brasil. Brasília: DENACOOP, 2006. BRASIL.</p> <p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Evolução do cooperativismo no Brasil. Brasília: DENACOOP, 2006.</p> <p>FROELIC, H. J. M.; DIESEL, V. (Orgs.). Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijui, 2006.</p> <p>GUALHARDO, J. H. da S.; LINS, P. G. Cooperativismo Lei 5.764/71: Lei da Política Nacional de Cooperativismo acompanha a LC 130/2009 e a Lei 12.690/2012. Brasília: Juruá, 2014. 70 p.</p> <p>LIMA, C. C.; QUINTINO, S. M. O Cooperativismo e a Gestão Agropecuária: Reflexões acerca que envolvem a agricultura familiar em Rondônia. Clube de Autores, 2013. 94 p.</p> <p>MONZONI, M. Impacto em renda do microcrédito. São Paulo: Petrópolis. 2008.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0046		Tecnologia de Alimentos			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	6º módulo
Ementa					

Introdução ao estudo da tecnologia de alimentos, métodos de conservação, alterações decorrentes de processamentos de matérias-primas animais e vegetais (frutas e hortaliças, leite derivados, carnes, cereais, raízes e oleaginosas).

Área de Integração

- Produção de Leite à Base de Pasto
- Cooperação e Cooperativismo

Bibliografia Básica

CRUZ, G. A. **Desidratação de alimentos**: frutas, vegetais, ervas, temperos, carnes, peixes, nozes, sementes. 2. ed. São Paulo: Globo, 1990.

FELLOWS, P.J. **Tecnologia do processamento de alimentos** - Princípios e prática. 2ª edição. Artmed: Porto Alegre, 2006.

GAVA, A. J. **Princípios de tecnologia de alimentos**. São Paulo: Nobel, 1998.

ORDONEZ, J.A. e col. **Tecnologia de Alimentos**. Vol. 1 - Componentes dos alimentos e processos. Artmed: Porto Alegre, 2005.

ORDONEZ, J.A. e col. **Tecnologia de Alimentos**. Vol. 2 - Alimentos de origem animal. Artmed: Porto Alegre, 2005.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Ana Paula Colares de. **Tecnologia dos alimentos**. Rio de Janeiro: SESES, 2018

CHITARRA, M. I. F. CHITARRA, A.B. **Pós colheita de frutos e hortaliças**: Fisiologia e manuseio. Lavras: ESAL/FAEPE, 1990.

CONWAY, G. (Org.). **Uma agricultura sustentável para a segurança alimentar mundial**. Brasília, DF: EMBRAPA-SPI; Petrolina: EMBRAPA-CPATSA, 1998. 68 p.

JACKIX, M. H. **Doces, geleias e frutas em calda**: teórico e prática. Campinas: Ícone, 1988

NESPOLO, Cássia Regina...[et al.]. **Práticas em tecnologia de alimentos**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

Optativa

Cód.		Componente Curricular			
CON.0047		Língua Brasileira de Sinais			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	Optativo
Ementa					
Comunicação básica em Libras que visa um diálogo funcional, entre pessoas surdas e ouvintes dentro e fora do ambiente acadêmico.					
Área de Integração					
Bibliografia Básica					

ARANTES, Valéria Amorim. (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo, Summus, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº. 10.426, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**, e o art. da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Brasília: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2005.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade** – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005. 160p.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. Editora: Ciranda Cultural, 2010.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas**. Curitiba: Juruá, 2010. 124 p.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, E. C. **Atividades Ilustradas em Sinais de LIBRAS**. 2. ed. São Paulo: Revinter, 2013. 242p.

BRASIL, Ministério da Educação – SEESP/INES. **Dicionário Digital de LIBRAS**.

BRASIL. **Dicionário Digital de LIBRAS**. Site do MEC www.dicionariolibras.com.br

BRASIL. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado trilingue de LIBRAS**. Sites do MEC: www.ines.org.br/libras; www.feneis.com.br e www.surdosol.com.br

CAPOVILLA, F. C. et al. **Novo Deit–Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. Vol. 1, 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. 2800p.

COUTINHO, Denise, **Libras e Língua Portuguesa (semelhanças e diferenças) \ Volume I**

\ 3ª Ed. Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015. 77 p.: il.

COUTINHO, Denise, **Libras e Língua Portuguesa (semelhanças e diferenças) \ Volume II \ 3ª Ed.** Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015. 161 p.: il.

QUADROS, R. M.; KARNOP, L. B. **Língua dos Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 222p.

R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

SILVA, Márcia Cristina Amaral da. **Os surdos e as notações numéricas**. Maringá: Eduem: 2010.

* Hora relógio.

** Hora aula de 50 minutos.

7.4 Terminalidade - Saídas Intermediárias

Este curso não prevê certificações intermediárias.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Este curso não prevê Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

A realização de práticas profissionais configura-se como elemento constitutivo e organizador do currículo deste PPC, concretizando-se como metodologia de ensino que contextualiza competências e põe em ação o aprendizado de forma socialmente referenciada, flexível e interdisciplinar, por meio da utilização de estratégias educacionais que favorecem a compreensão de significados e a integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, com o envolvimento das múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas.

Assim, em cada módulo deverão ser realizadas práticas profissionais em diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, as quais devem vir especificadas no Plano de Ensino do componente curricular e devem convergir à identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso e ao desenvolvimento de conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, culturais, econômicas e ambientais.

Além de contemplar a realização de estágio curricular supervisionado não obrigatório e de práticas interdisciplinares, tais atividades podem ser:

I - Prática na Educação Profissional: compreende diferentes situações de vivência, de aprendizagem e de trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, as quais compreendem:

Experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como empresas pedagógicas, oficinas, laboratórios e outros;

Simulações de situações-problema;

Estudos de caso;

Investigação sobre atividades profissionais;

Seminários;

Projetos de pesquisa e/ou extensão;

Visitas técnicas;

Outras.

II - Prática Profissional Supervisionada: configura-se como prática profissional em situação real de trabalho a atividade de estágio profissional supervisionado, assumido como ato educativo da instituição educacional, devendo ser proposto a partir da verificação das possibilidades de sua efetivação e em conformidade com a realidade do entorno social e disponibilidade do corpo docente.

9.1 Prática Profissional Supervisionada

A prática profissional supervisionada compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações.

A prática profissional supervisionada será desenvolvida com o apoio de diferentes recursos tecnológicos em oficinas, laboratórios ou salas ambientes na própria instituição de ensino ou em entidade parceira, conforme disposto na Resolução CNE/CP nº 01/2021.

A realização de práticas profissionais configura-se como elemento constitutivo e organizador do currículo deste PPC, concretizando-se como metodologia de ensino que contextualiza competências e põe em ação o aprendizado de forma socialmente referenciada, flexível e interdisciplinar, por meio da utilização de estratégias educacionais que favorecem a compreensão de significados e a integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, com o envolvimento das múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas.

Assim, em cada módulo deverão ser realizadas práticas profissionais em diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, as

quais devem vir especificadas no Plano de Ensino do componente curricular e devem convergir à identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso e ao desenvolvimento de conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, culturais, econômicas e ambientais.

De acordo com a Organização Didática do IFRR, a prática profissional da deverá ser caracterizada por meio de atividades presenciais, tais como:

I. Prática na Educação Profissional: compreende diferentes situações de vivência, de aprendizagem e de trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, as quais compreendem:

- a) Experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como empresas pedagógicas, oficinas, laboratórios e outros;
- b) Simulações de situações-problema;
- c) Estudos de caso;
- d) Investigação sobre atividades profissionais;
- e) Seminários;
- f) Projetos de pesquisa e/ou extensão;
- g) Visitas técnicas;
- h) Outras.

II. Prática Profissional Supervisionada: configura-se como prática profissional em situação real de trabalho a atividade de estágio profissional supervisionado, assumido como ato educativo da instituição educacional, devendo ser proposto a partir da verificação das possibilidades de sua efetivação e em conformidade com a realidade do entorno social e disponibilidade do corpo docente.

O estágio supervisionado não obrigatório somente poderá ser realizado em Instituição que tenha condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estudante. Deverá ficar sob a responsabilidade dos setores de extensão do campus e das Coordenações de Curso a indicação da supervisão do acompanhamento e avaliação do estágio supervisionado.

9.2 Estágio Profissional Supervisionado

A articulação entre os conteúdos teóricos e a prática realizar-se-á transversalmente ao longo do curso, pois este curso não prevê a realização de estágio curricular obrigatório.

É facultada aos estudantes a possibilidade de, caso assim desejarem, realizarem estágio curricular não obrigatório, com carga horária não especificada, além da carga horária mínima do curso, desde que estabelecido convênio e termos de compromisso entre as empresas ou instituições e o IFRR que garantam as condições legais necessárias e estejam em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, a Resolução CONSUP/IFRR nº 418/2018, a Resolução CONSUP/IFRR nº 292/2017 e Organização Didática em vigência.

9.3 Projetos

Os projetos integradores poderão permear todos os períodos dos cursos, devendo contemplar a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso, tendo em vista a intervenção no mundo do trabalho e na realidade social, contribuindo para o desenvolvimento local e a solução de problemas.

Os projetos integradores deverão ser articulados com a pesquisa e/ou a extensão, de modo que possam contribuir para a prática profissional. Os projetos integrados serão propostos pelos docentes durante a realização dos componentes curriculares, planejados para a vivência de uma experiência profissional, objetivando a aplicação de conhecimentos adquiridos ou ao desenvolvimento de uma competência, a fim de preparar os estudantes para os desafios no exercício da profissão.

As atividades desenvolvidas por meio dos Projetos Integradores serão previstas pelos docentes nos planos de ensino dos componentes curriculares. A metodologia de desenvolvimento deverá ser detalhada em formato de projeto, de acordo com sua natureza, podendo ser caracterizar como Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão e Projetos de Ensino Integrado, objetivando a aplicação de conhecimentos adquiridos ou o desenvolvimento de uma competência, a fim de preparar os estudantes para os desafios no exercício da profissão. Os docentes titulares dos componentes curriculares serão responsáveis pela orientação, acompanhamento e supervisão das atividades desenvolvidas pelos discentes.

As atividades relativas ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou extensão serão, preferencialmente, ofertadas no *campus* e proporcionarão a integração entre teoria e prática, com base na interdisciplinaridade, resultando em relatórios sob o acompanhamento e supervisão de um orientador.

9.4 Prática Profissional Integrada

A prática profissional integrada (PPI) é o espaço/tempo destinado, por excelência, para promover a articulação entre os conhecimentos trabalhados nas diferentes disciplinas do curso, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

A PPI será desenvolvida ao longo do curso, a fim de promover o contato real e/ou simulado com a prática profissional pretendida pela habilitação específica e articular a integração horizontal e vertical entre os conhecimentos da formação geral e da formação específica com foco no trabalho como princípio educativo.

A PPI será articulada entre as disciplinas dos períodos letivos correspondentes. A adoção de tais práticas possibilitam efetivar uma ação interdisciplinar e o planejamento integrado entre os componentes curriculares. Nesse contexto, a PPI será desenvolvida com o apoio de diferentes recursos tecnológicos em oficinas, laboratórios ou salas ambientes na própria instituição de ensino ou em entidade parceira, conforme Resolução CNE/CP nº 01/2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

A integração entre teoria e prática perpassa toda a concepção do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante ao Ensino Médio. Logo, o planejamento dos docentes deve contemplar metodologias que objetivem essa indissociabilidade.

A organização dessas atividades práticas no Curso Técnico em Agroecologia Concomitante ao Ensino Médio prevê que deve ocorrer a cada semestre, correspondendo a, pelo menos, a construção de um projeto onde os estudantes deverão aplicar todos os conhecimentos adquiridos até então no desenvolvimento de uma aplicação.

10. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCs)

A realização de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) para fins de integralização no curso não estão previstas.

11. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

As atividades didático pedagógicas de caráter interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, registradas nos planos de ensino dos docentes, serão desenvolvidas com objetivo de organizar a relação entre teoria e prática a fim de solidificar a aprendizagem técnica e o enriquecimento sociocultural dos estudantes. Além das aulas regulares, entre as atividades que serão desenvolvidas, estão previstas atividades práticas; visitas técnicas; eventos (palestras, seminários, minicursos e oficinas) de cunho científico, cultural, social e esportivo.

Atividades integradas com outros Componentes Curriculares/Área de Conhecimento/Eixo Tecnológico serão realizadas por meio de Projeto Integrador, considerando uma proposta de atuação pedagógica interdisciplinar, ou mesmo multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, que se proponham aos fins pedagógicos dos componentes curriculares, possibilitando a ampliação dos conhecimentos teórico-práticos e a inter-relação entre os conteúdos, conforme preconiza o Artigo 6º e Artigo 25, § 3º da Organização Didática (Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023) e o PDI 2024-2028, que têm a interdisciplinaridade como um dos princípios educacionais da Instituição.

Para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no perfil profissional de conclusão do curso, o docente poderá utilizar da combinação de várias estratégias metodológicas, que proporcionem atividades reflexivas, coletivas, individualizadas e problematizadoras, tais como: aulas expositivas e dialogadas, com uso dos recursos audiovisuais adequados; pesquisas de caráter bibliográfico, para enriquecimento e subsídio ao conjunto teórico necessário à formação dos estudantes; aulas práticas mesmo em disciplinas de caráter mais teórico, tanto para consolidação dos conteúdos apresentados, como para o estímulo à capacidade de experimentação e observação dos alunos; estudo de casos e exibição de filmes, com vistas ao desenvolvimento do poder de análise, contextualização e crítica; estudos dirigidos para facilitação da aprendizagem; dinâmicas de grupo e jogos de empresa, para simular, de modo lúdico, desafios a serem enfrentados no ambiente empresarial; participação, como ouvinte e ou organizador, em eventos acadêmicos que estimulem a capacidade de planejamento e organização, bem como a competência para a expressão oral e escrita; avaliações de caráter prático, que colaborem com o processo de ensino-aprendizagem e indiquem necessidades de ajustes no processo; além de atividades complementares, que enriqueçam a formação e acrescentem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à formação.

Tais estratégias devem estimular o trabalho cooperativo, facilitar a aprendizagem por meio da interação entre os estudantes, integrando novas informações num conhecimento já existente, ou mesmo, de forma cooperativa desenvolvendo novas formas de aprender e ensinar.

Entre as metodologias ativas que podem ser utilizadas, podemos destacar: a sala de aula invertida; gamificação ou educação baseada em jogos; aprendizado por problemas; aprendizado por projetos; design thinking, cultura maker; seminários e discussões.

A seleção das estratégias metodológicas dependerá da característica do componente curricular e será prevista no plano de ensino, de forma que o processo de ensino favoreçam o conhecimento obtido de forma individual e em grupo e que potencialize todas as possibilidades

do desenvolvimento de uma aprendizagem contextualizada e significativa, visando à superação das dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

12. ATIVIDADES A DISTÂNCIA

Este curso será desenvolvido de forma presencial, contudo o componente curricular de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS será ofertado na modalidade EaD. A carga horária destinada a EaD, referente ao componente curricular citado, será de 40 horas, o que corresponde a 3,22% da carga horária total do curso.

Os componentes serão ofertados em EaD, sendo que 20% da carga horária poderá ser utilizada para atendimentos presenciais individuais e/ou coletivos, como aula presencial, revisão/reforço e/ou ainda atividades práticas. A oferta será realizada pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem, na plataforma *Moodle*.

Neste sentido, ficarão disponíveis os conteúdos e atividades avaliativas, correspondente à carga horária do componente curricular. Da mesma forma será utilizado o SUAP para o registro das aulas e notas nos diários correspondentes ao componente.

O planejamento, bem como a descrição das atividades dos momentos não presenciais, deverá constar no Plano de Ensino do componente curricular ofertado na modalidade EaD, de forma clara e precisa, especificando a carga horária à distância, a metodologia adotada, critérios de avaliação, cronograma de atividades e mecanismos de atendimento individualizado aos estudantes.

13. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

A articulação do ensino com a pesquisa e extensão no desenvolvimento das atividades curriculares do curso, tem por objetivo estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade, possibilitando a articulação com o mundo do trabalho e dando ênfase à produção, ao segmento ao desenvolvimento e à difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

As atividades deverão ser previstas no plano de ensino ou ser desenvolvidas em formato de projetos de ensino, pesquisa ou extensão, com ou sem fomento por meio de edital institucional, garantindo ao estudante o papel de protagonista do processo de construção de seu conhecimento e de sua formação profissional.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa assegurar aos sujeitos condições de interpretar a realidade e exercer sua cidadania, propiciando - lhes condições de intervir na sociedade de maneira crítica e justa. Nesse sentido, o IFRR apresentará concepções e diretrizes que nortearão as práticas pedagógicas para o período de 2024 a 2028 (PDI IFRR 2024-2028).

As ações desenvolvidas por meio do IF Comunidade, da Semana de Empreendedorismo e Inovação que acontecem todos os anos no *campus*, constituem- se em momentos de transmissão do conhecimento produzido e acumulado pela Instituição, além de também significar uma prestação de contas para a sociedade local. Além de tudo isso, o *campus* prevê a oferta de bolsa de monitoria para os cursos técnicos, possibilitando a prática profissional e um diferencial para a formação do estudante.

As ações de pesquisa e de inovação, que estimulam a busca por soluções científicas para os problemas locais e a participação em projetos de criação e de difusão de tecnologias, e de extensão, que integram a educação aos múltiplos setores da vida em sociedade, serão desenvolvidas mediante alguns programas institucionais, tais como: Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT) e Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão (PBAEX), além de outras formas que docentes e discentes adotarem e que serão estimuladas no início de cada semestre a serem desenvolvidas por meio de Projetos Integradores (PI), conforme descrito no Item 9.3 Projetos.

Poderão ser desenvolvidos projetos de pesquisa partindo de um componente curricular, projetos integradores ou mesmo um projeto de extensão sem estar ligado a um programa, e que ajude a solucionar uma necessidade da comunidade onde o *campus* está inserido. O objetivo é fazer a interface entre ensino, pesquisa, extensão e inovação para enriquecer o conhecimento dos estudantes.

Todo o anteriormente citado pode ser disponibilizado aos estudantes do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante, fortalecendo assim o perfil profissional de saída dos estudantes. Dessa forma, o mundo do trabalho de Roraima receberá um profissional com formação diferenciada e com uma formação cidadã, com foco nas necessidades regionais e locais.

14. APOIO AO DISCENTE

No processo de ensino-aprendizagem, o docente, em seu planejamento de ensino, conforme Organização Didática do IFRR, deve assegurar, de acordo com as particularidades do desenvolvimento do componente curricular sob sua responsabilidade, a previsão de atividades que visem à recuperação da aprendizagem, atendimentos individualizados, grupos de estudos, entre outras atividades pedagógicas.

A Coordenação de Curso estabelecerá mecanismos e instrumentos necessários para o funcionamento do curso e prestará orientação acadêmica aos discentes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas), desenvolvidas em especial nas ações de acolhimento a cada início de período letivo. Também dará suporte quanto às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares, possibilitando inclusive a promoção de ações de nivelamento e monitoria para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes.

Para o atendimento ao discente, a Coordenação de Curso conta com o suporte da DEPEI, que dispõe de profissionais, tais como assistente de alunos, psicóloga, Técnico em Assuntos Educacionais (TAE), e tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para possibilitar a permanência e êxito dos estudantes.

Além das ações desenvolvidas pela instituição, a DEPEI trabalha por meio de sua equipe multidisciplinar e em conjunto com a Coordenação de Curso oferecendo serviços para possibilitar o sucesso escolar dos discentes ao longo do curso e para atuar:

- no que se refere à sensibilização dos discentes sobre seus direitos e deveres;
- na implementação das políticas de assistência ao estudante;
- no combate à retenção e à evasão;
- no suporte às demandas psicossociais e de saúde;
- no suporte ao planejamento docente; e
- no acompanhamento do cumprimento do calendário acadêmico, do Projeto Pedagógico do Curso e do desempenho acadêmico.

14.1 Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais

O apoio ao discente com necessidades educacionais especiais será realizado pela Coordenação de apoio a pessoas com necessidades educacionais especiais (CAPNE), que é regulamentada pela Resolução CONSUP/IFRR N° 772, de 25 de janeiro de 2024, que dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições das CAPNE's dos *campi* do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). As competências da CAPNE incluem:

- i. Ofertar o atendimento educacional especializado (AEE), em horário oposto ou alternado ao horário regular das aulas, aos estudantes público-alvo da educação especial com o objetivo de complementar/suplementar a formação com conhecimentos e recursos específicos que eliminam as barreiras, as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino regular.
- ii. Promover ações e atividades que favoreçam o acesso, a permanência e a conclusão do processo educacional com êxito, respeitando as especificidades do estudante, em articulação com os poderes públicos e sociedade civil;
- iii. Propiciar o envolvimento da família do estudante público-alvo da educação especial nas ações inclusivas, visando sua participação no processo educacional e inserção do educando no mundo do trabalho;
- iv. Zelar para que, na elaboração de documentos institucionais, seja contemplada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão, bem como as Diretrizes de Educação Inclusiva do IFRR no ensino regular, em consonância com a legislação vigente;
- v. Promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação da comunidade escolar e da sociedade civil;
- vi. Requerer percentual mínimo de destinação orçamentária para os *campi* para garantir o desenvolvimento das ações das CAPNEs;
- vii. Gerir a aplicação do orçamento de custeio e do investimento disponibilizados definindo prioridades de ações e aquisição de equipamentos, softwares, materiais didático-pedagógicos e materiais para a Sala de Recursos Multifuncionais;
- viii. Articular com os diversos setores da Instituição os procedimentos relativos à consolidação da inclusão de pessoas com NEE, definindo prioridades de ações, contratações e compras.
- ix. Solicitar à Direção-Geral do *campus*, por intermédio da Diretoria/Departamento de Ensino, a contratação de profissionais especializados para atuarem junto aos estudantes público-alvo da educação especial, bem como parcerias com outras instituições que possibilitem a estruturação de equipes de apoio educacional especializado;
- x. Assessorar o professor de AEE na elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado de cada estudante.
- xi. Acompanhar o trabalho realizado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) por meio do recebimento mensal dos relatórios de atendimento de cada estudante.
- xii. Zelar pela organização curricular que atenda às necessidades especiais de cada estudante, de modo que contemple a adequação de métodos, técnicas e recursos educativos que promovam a acessibilidade curricular e tecnológica e garanta a sua participação nas atividades acadêmico-científicas e culturais.
- xiii. Assessorar nas ações referentes aos projetos de ensino, pesquisa e de extensão na área da Educação Especial;
- xiv. Participar de reuniões de ensino com demandas referentes aos estudantes público da educação especial;
- xv. Participar das Comissões de Processos Seletivos quanto às adaptações necessárias aos candidatos que apresentem necessidades educacionais especiais, quando solicitado;
- xvi. Solicitar ao Diretor Geral providências quanto aos atendimentos biopsicossociais aos estudantes quando o *campus* não dispuser de profissionais para tais.

- xvii. Orientar, em articulação com os setores pedagógicos, os docentes quanto às adaptações de materiais didático-pedagógicos para os componentes curriculares, bem como a reestruturação de suas práticas didáticas, acompanhando o processo de elaboração do planejamento e das avaliações para os estudantes com deficiência, com Transtornos globais do desenvolvimento (TGD); Altas Habilidades/Superdotação.
- xviii. Orientar, por meio de documento, os gestores quanto às ações referentes às barreiras arquitetônicas, de acordo com as normas técnicas de acessibilidade, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais, enfrentadas pelos estudantes público-alvo da Educação Especial;
- xix. participar das reuniões do Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil (GTAE).

Esse conjunto abrangente de diretrizes e ações objetivam promover a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais em um ambiente educacional. Tendo por finalidade fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, com a adequada promoção do cumprimento efetivo das Leis nº 10.098/2000, nº 13.146/2015, do Decreto nº 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos, a CAPNE dará apoio, no âmbito do CAB, ao cumprimento das políticas de atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, permitindo, por meio de suas atividades:

- i. a adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica;
- ii. a interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização, bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo;
- iii. a intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais.

14.2 Assistência Estudantil

A Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, tem por objetivo geral contribuir para a redução dos efeitos da desigualdade, para a melhoria do desempenho acadêmico, para a permanência estudantil, para a produção e difusão dos conhecimentos, para êxito educacional e para a melhoria das condições de vida dos estudantes.

São objetivos específicos da Política de Assistência Estudantil do IFRR:

- i. Fortalecer e ampliar programas e projetos de Assistência Estudantil que possibilitem a permanência e o êxito dos estudantes;
- ii. Realizar acompanhamento pedagógico e biopsicossocial dos estudantes, contribuindo com o processo de aprendizagem;
- iii. Proporcionar aos estudantes condições necessárias para seu amplo desenvolvimento acadêmico, incluindo aqueles com necessidades educacionais específicas, conforme legislação vigente;
- iv. Contribuir para a redução dos índices de evasão e de retenção escolar, mediante implementação do Plano de Permanência e Êxito do IFRR;
- v. Possibilitar ao corpo discente igualdade de oportunidades para além da transferência de recursos financeiros, por meio de ações de apoio estudantil promovidas pelo ensino, pesquisa e extensão;
- vi. Promover ações que visem à igualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais;
- vii. Implementar programas, projetos e ações que visem ao respeito às diversidades étnicas, sociais, sexuais, culturais, de gênero, geracionais e religiosas;
- viii. Possibilitar a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, técnico-científicos, artístico-culturais e esportivos;
- ix. Incentivar a produção, circulação, difusão, acessibilidade, veiculação, preservação e publicação de trabalhos artísticos, técnico-científicos e culturais dos estudantes;
- x. Estimular a participação dos estudantes na discussão e nos processos decisórios referentes à gestão democrática da Assistência Estudantil do IFRR.

Dentre os programas de que trata a Política de Assistência Estudantil, o *Campus* Avançado Bonfim oferece aos estudantes do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante ao ensino médio:

- I. Programa de Auxílio Alimentação;

O *campus* conta ainda, com ações realizadas pela Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e sua equipe integrada pelos profissionais da Coordenação Pedagógica com a Equipe Técnico-Pedagógica, composta por Técnicos em Assuntos Educacionais.

14.3 Apoio Pedagógico

Para subsidiar o planejamento das ações dos *campi*, estão previstas na Resolução CONSUP/IFRR nº 477/2019, que dispõe sobre o Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR, as estratégias de intervenção e monitoramento que visam à permanência e o êxito dos estudantes.

A Coordenação do Curso estabelecerá mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas). Também dará suporte quanto às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares. Para o atendimento ao estudante, a Coordenação de Curso conta com a parceria das equipes da Coordenação Pedagógica (COPEP) e da Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do Campus.

Dentre as ações desenvolvidas para garantir a permanência e o êxito dos estudantes na instituição, pode-se destacar o acolhimento realizado todo início de semestre com os estudantes e durante o ano com as famílias, a garantia da acessibilidade metodológica e instrumental por meio da promoção de formação continuada da equipe do ensino, a realização de monitoria, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, o atendimento realizado pela equipe multidisciplinar, a participação nos projetos de pesquisa e extensão, as práticas inovadoras nos projetos Inova e etc.

15. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs)

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) são recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, que potencializam a construção do conhecimento e têm um papel fundamental nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo melhorias na comunicação, ofertando espaços de simulação de atividades práticas que não sejam possíveis de realizar de forma direta por indisponibilidade de espaço e estrutura, entre outras possibilidades de mediação.

As TDICs têm sido incorporadas às práticas docentes como meio para promover aprendizagens mais significativas, com o objetivo de apoiar os docentes na implementação de metodologias de ensino ativas, alinhando o processo de ensino-aprendizagem à realidade dos estudantes e despertando maior interesse e engajamento dos estudantes.

Nesse sentido, visando permitir a utilização das TDICs em seus processos de ensino-aprendizagem, o *Campus* Avançado Bonfim dispõe de 1 (um) laboratório de informática, com 30 (trinta) computadores, e um laboratório móvel, com 18 (dezoito) computadores, que são disponibilizados aos estudantes, com presença de professores, para auxiliá-los em suas atividades acadêmicas, além de 3 (três) computadores instalados na Biblioteca do Campus, para uso em atividades de pesquisa, e 3 (três) computadores instalados na sala de pesquisa, todos com acesso à rede mundial de computadores e com suíte de aplicativos para escritório contendo processador de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica, cliente de e-mails, entre outros.

Além disso, para oferta do Componente Curricular de Língua Brasileira de SINAIS - LIBRAS, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação auxiliarão na realização das atividades síncronas e/ou assíncronas, utilizando-se o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

16. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe, presidido pela DEPEI, é um órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho escolar dos estudantes matriculados nos Cursos Técnicos, tendo sua organização e funcionamento fixados na Organização Didática (IFRR, 2023).

O Conselho de Classe é temporário e ocasional, sendo constituído da seguinte forma:

- i. Diretoria/Departamento de Ensino, que o presidirá;
- ii. Coordenação de curso;
- iii. Setor Pedagógico;
- iv. Equipe multidisciplinar de Assistência ao Estudante;
- v. Docentes da turma;
- vi. Estudantes representantes ou líderes das turmas.

O Conselho de Classe se reunirá semestralmente, em caráter ordinário, e, em caráter extraordinário, quando seja convocado por determinação da DEPEI em função de assuntos específicos a serem tratados, podendo, nesses casos, reunir-se com:

- i. Toda a turma de estudantes;
- ii. Com determinado grupo de estudantes; ou
- iii. Sem a presença dos estudantes.

Ao final do período letivo, o Conselho de Classe analisará a situação dos estudantes com reprovação nos componentes curriculares, tendo a prerrogativa de deliberar acerca da homologação da média do componente curricular no módulo atribuída pelos docentes a cada estudante.

São atribuições do Conselho de Classe:

- i. Apresentar as dificuldades da turma quanto à aprendizagem, à relação docente/estudante, ao relacionamento entre os próprios estudantes, e outros assuntos que mereçam ser analisados coletivamente;

- ii. Deliberar sobre medidas técnicas, administrativas e pedagógicas a serem tomadas, visando superar dificuldades detectadas;
- iii. Despertar nos docentes e estudantes o hábito de reflexão, análise e autoavaliação sobre o seu próprio desempenho, no cumprimento de suas obrigações e responsabilidades;
- iv. Servir como instrumento de aperfeiçoamento da prática pedagógica, buscando alternativas e sugerindo metodologias, procedimentos e recursos didáticos e metodológicos que contribuam para ajustes necessários na condução do processo de ensino-aprendizagem;
- v. Executar os encaminhamentos e decisões tomadas no Conselho de Classe.

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

17.1 Do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação do processo ensino e aprendizagem têm como parâmetro os princípios do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o perfil de conclusão do Curso. A avaliação do ensino compreende o acompanhamento pedagógico no que tange a prática docente para identificar os meios, instrumentos, estratégias de ensino que contribuem para a superação das dificuldades no processo de aprendizagem.

De acordo com a Resolução CONSUP/IFRR n° 716/2023, a avaliação da aprendizagem do estudante compreenderá os aspectos cognitivo e social, sendo os critérios e valores estabelecidos em cada instrumento de avaliação, descritos na metodologia do Plano de Ensino dos docentes e previamente apresentados aos estudantes, no início do componente curricular.

O processo avaliativo deverá considerar os aspectos atitudinais, conceituais e procedimentais, não devendo os atitudinais ultrapassar 30% (trinta por cento) do quantitativo da avaliação.

A avaliação do processo de aprendizagem será processual, sistemática, integral, diagnóstica e formativa, envolvendo docentes e estudantes e deve garantir conformidade entre os processos, as técnicas, os instrumentos de avaliação, as bases tecnológicas, as habilidades e as competências a serem desenvolvidas.

A avaliação deverá ser um diagnóstico constante – processo contínuo e formativo – em que os aspectos qualitativos se sobreponham aos quantitativos, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN), considerando as modalidades:

i. Avaliação Diagnóstica - realizada no início do processo de ensino aprendizagem:

- a) Detecta o nível de conhecimentos dos estudantes;
- b) Retroalimenta o processo, indicando os elementos que precisarão ser aprofundados;

ii. Avaliação Formativa - de caráter contínuo e sistemático:

- a) Ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem;
- b) É interna ao processo e centrada no estudante;
- c) Também tem caráter diagnóstico;
- d) Possibilita acompanhar o domínio de competência e adequar o ensino aos ajustes na aprendizagem e no desenvolvimento do estudante;

iii. Avaliação Somativa - possibilita avaliar as competências pretendidas:

- a) Fornece resultados de aprendizagem;
- b) Subsidiar o planejamento do ensino para a próxima etapa;
- c) Informa o rendimento dos estudantes em termos parciais e finais.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, estimulando o estudante à pesquisa, à reflexão, a acionar outros conhecimentos e habilidades evidenciando iniciativa, criatividade para resolução de problemas.

É de competência do docente a elaboração, a aplicação e o julgamento do trabalho de avaliação da aprendizagem. Quando o conteúdo de qualquer avaliação prevista, discrepar dos objetivos gerais ou específicos constantes no Plano de Ensino, o setor de apoio pedagógico proporá sua adequação.

O docente poderá adotar instrumentos de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-lo no Plano de Ensino. São considerados, dentre outros, os seguintes instrumentos avaliativos:

- i. Fichas de observação com critérios estabelecidos;
- ii. Projetos;

- iii. Estudo de caso;
- iv. Painéis integrados;
- v. Lista de verificação de desempenho e competências;
- vi. Exercícios;
- vii. Questionários;
- viii. Pesquisa;
- ix. Dinâmicas;
- x. Teste/exame/prova escrita ou oral;
- xi. Prática Profissional;
- xii. Relatórios;
- xiii. Portfólio;
- xiv. Atividade prática;
- xv. Jogos pedagógicos;
- xvi. Teatro.

As avaliações devem ser estabelecidas de forma contextualizada, preferencialmente em articulação entre os componentes curriculares que trabalham a mesma competência. Os resultados das avaliações da aprendizagem deverão ser analisados pelo docente junto a turma, visando garantir o melhor aproveitamento dos conteúdos trabalhados.

A avaliação dos estudantes com Deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Superdotação/Altas habilidades deve ser adaptada às suas necessidades educacionais específicas com apoio da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE).

A verificação da aprendizagem dos estudantes será expressa em notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme Sistema Unificado da Administração Pública - SUAP.

As datas das avaliações ficarão a critério do docente, comunicadas previamente aos estudantes, considerando o calendário acadêmico. Os docentes terão um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a realização das avaliações, para apresentar os resultados aos estudantes, de modo a possibilitar a análise do seu desempenho.

Em caso de uso de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), o docente deverá optar por tecnologias disponíveis na instituição ou acessíveis aos estudantes, a fim de propiciar ao estudante a realização das atividades avaliativas.

A nota do componente curricular será composta por uma das seguintes formas:

- i. Somativa;
- ii. Média aritmética simples;
- iii. Média ponderada.

No sistema de avaliação somática a nota do componente curricular será composta pela soma simples dos instrumentos avaliativos.

No sistema de avaliação média aritmética simples a nota do componente curricular será composta pela média aritmética de duas notas (N1 e N2).

No sistema de avaliação média ponderada a nota do componente curricular será composta, levando-se em consideração o peso atribuído para cada nota (N1 e N2).

A nota do componente curricular será composta por no mínimo (02) dois e no máximo (04) quatro instrumentos avaliativos, diferentes entre si, distribuídos entre N1 e N2, quando for o caso.

O processo avaliativo deverá ficar estabelecido no Plano de Ensino, além de ser apresentado aos estudantes nos primeiros dias de aula do componente curricular.

Será considerado aprovado o estudante que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) por componente curricular e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária da série/módulo.

Será considerado reprovado o estudante que obtiver média anual/modular menor que 4,0 (quatro) no componente curricular e/ou frequência menor que 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária da série/módulo.

Os *campi* do IFRR deverão oferecer recuperação, com a finalidade de garantir o êxito acadêmico. Os estudos de recuperação serão desenvolvidos de forma contínua, durante o período letivo, com o objetivo de superar as dificuldades de aprendizagem.

O estudante que obtiver média anual ou média modular igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 6,0 (seis), cuja frequência for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária da série/módulo, terá direito a Exame Final, que será elaborado com

base nos conteúdos ministrados, a critério do docente, durante a série/módulo.

Será considerado reprovado no componente curricular o estudante que, após o Exame Final, obtiver média menor que 6,0 (seis). Em caso de reprovação em até 02 (dois) componentes curriculares, o estudante ficará em situação de dependência.

O componente curricular em dependência poderá ser executado conforme uma das opções a seguir:

- Oferta totalmente presencial;
- Oferta com no mínimo 20% (vinte por cento) da carga horária do componente curricular na forma presencial e 80% a distância para os estudantes de 1º e 2º anos;
- Oferta totalmente a distância para os estudantes de 3º ano e para aqueles que se encontram com pendência para conclusão do Ensino Médio, desde que atenda às exigências da modalidade EaD.

Em qualquer das opções de organização, deve-se primar pelo cumprimento do conteúdo programático e da carga horária total, necessários para os estudantes alcançarem a progressão.

Conforme disposto na Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem consiste das análises decorrentes das reuniões de conselho de classe e de reuniões pedagógicas, em que são estabelecidas estratégias pedagógicas de intervenção necessárias que tem a finalidade de:

- I. Identificar progressos;
- II. Detectar dificuldades no processo ensino-aprendizagem;
- III. Detectar as causas e sugerir as medidas didático-pedagógicas a serem adotadas visando à superação das dificuldades;
- IV. Adequar, se necessário, o conteúdo programático dos componentes curriculares para haver maior interdisciplinaridade.

A proposição de possíveis intervenções deverá ocorrer por meio de decisão consensual entre a Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (DEPEI), a Coordenação de Cursos e o setor Pedagógico, podendo ser envolvidos demais setores/profissionais que forem necessários.

O processo de ensino-aprendizagem deve garantir ao estudante a vivência de experiências teóricas e práticas que estimulem:

- I. O exercício da cidadania;
- II. A capacidade crítica;
- III. A solidariedade, a integração social e o convívio grupal;
- IV. A criatividade, a inovação e o raciocínio lógico e científico;
- V. A liderança e a proatividade;
- VI. O exercício cívico, a moral e a ética;
- VII. O respeito às diferenças e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância;
- VIII. A busca contínua de novos conhecimentos;
- IX. O desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à formação profissional;
- X. A valorização da cultura regional roraimense.

Serão realizadas reuniões pedagógicas destinadas a momentos de reflexão, de caráter diagnóstico e prognóstico, com a finalidade de discutir estratégias de intervenção necessárias à continuidade do processo ensino-aprendizagem, bem como de formação continuada.

Além disso, ao final de cada semestre será realizado o Conselho de Classe, com a finalidade de analisar os processos de ensino-aprendizagem da turma e aqueles específicos de cada estudante.

17.2 Aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

Conforme disposto na Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, o aproveitamento de estudos ocorre por meio da dispensa de componente curricular cursado anteriormente. O estudante do IFRR que tenha cursado componente curricular em outra instituição poderá solicitar aproveitamento de estudos ou contabilizar carga horária para Atividades Complementares.

O estudante terá direito a aproveitamento de estudos dos componentes curriculares que tenham sido cursados com êxito em instituições de ensino reconhecidas pelo MEC, desde que do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior. O aproveitamento poderá ser de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária do curso

Para requerer o aproveitamento de estudos no período definido no calendário acadêmico, o estudante deverá observar a compatibilidade de competências e habilidades, conteúdos, cargas horárias entre o componente curricular cursado e o que está sendo ofertado.

A solicitação para aproveitamento de estudos deverá ocorrer via Suap em Central de serviço com abertura de chamado>Registro

acadêmico>Aproveitamento, com especificação do(s) componente(s) curricular (es) de que se pleiteia, anexando os seguintes documentos:

- i. Histórico Escolar;
- ii. Ementário dos componentes curriculares estudados, com a especificação de carga horária, conteúdos, unidades de ensino, bibliografia, devidamente assinada pelo responsável do curso.

O pedido de aproveitamento de estudos dará origem no setor de Registro Acadêmico que será despachado para a Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação de Ensino e/ou Coordenação de Curso ao qual o estudante estiver vinculado, que deverá observar, em seu parecer:

- i. Os conteúdos e as cargas horárias devem coincidir em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com o programa dos componentes curriculares do curso pretendido no IFRR;
- ii. Os componentes curriculares cursados com aprovação em outros cursos do mesmo nível de ensino ou de nível superior.

O fluxo para solicitação de aproveitamento e outras situações excepcionais serão regidas conforme normativas nacionais e do IFRR.

17.3 Procedimentos de avaliação do curso

A avaliação do curso será realizada ao fim de cada ciclo de oferta, e terá como parâmetro os princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas do IFRR, conforme exposto no PDI 2024-2028 (IFRR, 2024), além do perfil profissional do curso e do egresso e dos objetivos geral e específicos do curso expostos neste PPC.

A realização dessa avaliação compreenderá a análise das práticas no desenvolvimento do curso e o processo de retroalimentação para o currículo em busca da qualidade de sua oferta educacional, e sua realização ficará a cargo da Coordenação do Curso, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica do *campus*, em data prevista no Calendário Acadêmico.

Para realização dessa avaliação, os estudantes do Curso responderão, por meio da aplicação de instrumentos próprios do *campus*, perguntas referentes aos componentes curriculares e atividades acadêmicas específicas do curso; à avaliação do corpo técnico e do corpo docente do curso; à avaliação dos espaços educativos (sala de aula, laboratórios, biblioteca e ambientes didáticos); e à autoavaliação do estudante. Considerar-se-á, dessa forma, o sistema polidimensional que inclui a avaliação da aprendizagem do discente, a avaliação das estratégias de ensino, e a avaliação do Projeto Pedagógico de Curso e do currículo.

O instrumento de avaliação aplicado aos estudantes deverá ser previamente encaminhado à DEPEI, que o analisará e homologará, devendo, após sua aplicação, ser elaborado relatório de avaliação de curso pela Coordenação do Curso, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica do *campus*, no qual serão consolidados os resultados referentes às dimensões supracitadas e que, posteriormente, também deverá ser encaminhado à DEPEI, a fim de subsidiar ações a serem realizadas conforme os resultados verificados.

17.4 Sistema de Avaliação Institucional

A autoavaliação institucional deve ser entendida como um processo mediante o qual a instituição, com a participação de todos os seus segmentos, se analisa internamente, objetivando relacionar o que realmente é com o que deseja ser, assim como avaliar as suas realizações, o modo como se organiza e atua.

É um processo contínuo que objetiva a identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos da instituição, para que eles subsidiem os planos institucionais de curto e médio prazos e, com isso, haja mudanças que resultem em melhorias efetivas.

A autoavaliação institucional obedece aos princípios norteadores da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sinaes para garantir o processo nacional de avaliação das IES e dos cursos de graduação e da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017 que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

Em atendimento à Lei nº 10.861/2004, o IFRR constituiu a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão responsável por conduzir o processo de autoavaliação institucional, que tem autonomia em relação aos demais conselhos e colegiados.

A CPA é constituída por uma Comissão Própria de Avaliação Central, à qual compete a coordenação geral das atividades e se localiza na Reitoria, e por Comissões Setoriais de Avaliação Locais (CSAs), sendo uma em cada *campus*.

Além da Lei nº 10.861/2004, regulamentada pela Portaria nº 2.051/2004, a CPA fundamenta o seu processo avaliativo no Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Sua atuação se embasa na concepção de avaliação como processo permanente de construção e consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se

identifique e se comprometa.

A CPA e as CSAs são compostas por membros das comunidades interna e externa. Os integrantes da comunidade interna são eleitos por seus pares, sendo 2 (dois) representantes docentes, 2 (dois) representantes estudantis e 2 (dois) representantes dos técnicos administrativos. Quanto à comunidade externa, há dois (dois) representantes da sociedade civil organizada, que são indicados pelos dirigentes de suas organizações. Para cada membro titular da CPA existe um membro suplente do mesmo segmento.

A CPA atua em conjunto com as CSAs, que têm a atribuição de desenvolver o processo de autoavaliação, particularmente o trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica e de divulgação a esta de todo o processo.

18. POLÍTICAS DE INCLUSÃO

18.1 Política de Educação para os Direitos Humanos

A Educação para os Direitos Humanos tem como princípio a formação omnilateral, ou seja, para o mundo de trabalho e vida em sociedade a para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regional, nacional e internacional.

Em seu planejamento, o IFRR busca incluir atividades, políticas e programas educacionais visando ofertar uma educação fundamentada nos princípios da equidade e inclusão social, tendo em vista a garantia dos Direitos Humanos.

A Educação para os Direitos Humanos é um dos eixos fundamentais do direito à educação e refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas (CNE, 2012).

Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, as atividades relativas à Educação para os Direitos Humanos estão inseridas no curso de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares, fundamentadas nos seguintes princípios, preconizados pela Resolução n.º 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE):

- I. dignidade humana;
- II. igualdade de direitos;
- III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. laicidade do Estado;
- V. democracia na educação;
- VI. transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII. sustentabilidade socioambiental.

No componente curricular de Cultura, Política e Sociedade, no módulo 3 do curso, será realizada a abordagem dessa temática, por meio de um projeto de ensino.

18.2 Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais

Conforme a Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004, do CNE, a Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial do Brasil, de modo que os tornem capazes de interagir e garantir o reconhecimento e a igualdade de valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (CNE, 2004).

A Educação das Relações Étnico-Raciais visa, no âmbito do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante, promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnicoracial na educação brasileira, conforme preconizam também a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e a Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, por meio do enfrentamento estratégico práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas que produzem exclusão e penalizam crianças, jovens e adultos indígenas ou negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas.

Desse modo, a Política de Educação das Relações Étnico-Raciais será efetivada, no Curso Técnico em Agroecologia Concomitante, por meio da realização de atividades que estarão inseridas de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares.

A inclusão dessa temática promoverá a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano e nos sistemas de ensino, que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos indígenas ou negros e comprometem a garantia do direito à educação de

qualidade de todos e todas.

No componente curricular de Cultura, Política e Sociedade, no módulo 3 do curso, será realizada a abordagem dessa temática, por meio de um projeto de ensino.

Para contribuir ao atendimento das demandas relacionadas à Política de Educação das Relações Étnico-Raciais, o Campus pretende implantar o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas (NEABI/IFRR), cuja finalidade é regulamentar as ações referentes à implementação das Leis n° 10.639/03 e n° 11.645/2008, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas.

Conforme estabelece a Resolução n.º 432 – Conselho Superior, de 12 de fevereiro de 2019, o NEABI será um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas inclusivas, pautado na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais, tendo como base temas relacionados à discriminação e desigualdades raciais e ao incentivo ao desenvolvimento de políticas públicas para promoção da igualdade entre as diversas etnias.

18.3 Política de Educação Ambiental

As ações de educação ambiental destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade — ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política — ao desenvolvimento do país. Essas ações têm a intenção de oferecer melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e da participação social na proteção e na conservação ambiental e na manutenção dessas condições a longo prazo. Essas ações serão inseridas no curso de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares.

Buscando assegurar a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade, objetivando fomentar o envolvimento e a participação social na proteção e conservação ambiental, a Política de Educação Ambiental será desenvolvida no âmbito do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante mediante a realização de atividades a serem inseridas forma transversal à abordagem dos conteúdos de seus componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares orientadas à Educação Ambiental. Nos componentes curriculares Desenvolvimento Sustentável à Agroecologia e Anatomia e Fisiologia dos Animais, no módulo 1 do curso será realizado um projeto integrado para abordagem dessa temática.

18.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

A compreensão da educação como um direito de todos e do processo de inclusão educacional, numa perspectiva coletiva da comunidade acadêmica, reforça a necessidade da construção de institutos inclusivos que contam com redes de apoio à inclusão social.

O *Campus* Avançado Bonfim atende o que preconiza a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. E ainda atende ao estabelecido no Decreto n° 5.296, de 2 de dezembro de 2004, promovendo acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, desde o processo de seleção até o acompanhamento do egresso.

No contexto da educação inclusiva, recomenda-se que o ponto de partida seja as particularidades do estudante, com foco em suas potencialidades. A proposta curricular é uma só para todos os estudantes, porém, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada um. Só assim se torna viável a participação efetiva, em igualdade de oportunidades, para o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Algumas tecnologias assistivas poderão ser incluídas no processo de ensino-aprendizagem, com objetivo de proporcionar maior autonomia no atendimento aos estudantes que delas necessitarem. Será assegurado no Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Agroecologia Concomitante do *Campus* Avançado Bonfim o atendimento prioritário à Pessoa com Deficiência (PcD). Esse tratamento inclui, entre outros:

- I. assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- II. mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- III. serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
- IV. pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;

V. disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

VI. sinalização ambiental para orientação das pessoas;

VII. divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

VIII. admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nas dependências do *campus* e nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal.

Ademais, para contribuir ao alcance de um processo de ensino-aprendizagem em perspectiva inclusiva, o *campus* pretende implantar uma Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE).

A CAPNE tem por finalidade fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica transdisciplinar, no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e inovação que promovam o cumprimento efetivo das Leis nº 10.098/2000 e nº 13.146/2015 bem como do Decreto nº 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos.

Dentre as atividades de acompanhamento, pode-se destacar:

I. a adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica;

II. a interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização, bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo; e

III. a intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando.

19. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICA E TÉCNICO- ADMINISTRATIVO

O quadro de servidores docentes é composto por 17 (dezessete) professores, todos pertencentes à carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), em regime de dedicação exclusiva e com formação específica, segundo as áreas de atuação, os níveis de ensino e os cursos a serem implantados, de acordo com os seus respectivos planos e propostas curriculares.

Essas funções também poderão ser exercidas por profissionais que não pertençam ao quadro de servidores da Rede Federal, através de edital de processo de seleção pública simplificada e da comprovação da capacidade técnica e formação adequada para o desempenho das respectivas atribuições. A quantidade, os critérios e requisitos para seleção desses profissionais serão definidos nos editais específicos do IFRR.

a. Corpo Docente

Nº	DOCENTE	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
01	Claudete Correa dos Santos	Administração	Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	Mestrado em Administração		40h - DE
02	André Ferreira Silva	Zootecnia		Mestrado em Ciência Animal		40h - DE
03	Antoniél Almeida de Castro	Análise e desenvolvimento de Sistemas				40h - DE
04	Daiane Machado Sá	Ciências Econômicas	Especialista em Docência no Ensino Superior			40h - DE

05	Eliselda Ferreira Corrêa	Agronomia		Mestrado em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia		40h - DE
06	Jéssica Carolina Favarsani	Agronomia		Mestrado em Ciência do Solo		40h - DE
07	Karla Cristina Tabosa Machado	Ciência da Computação	Especialista em Ciência de Dados	Mestrado em Bioinformática		40h - DE
08	Lysne Nozenir de Lima Lira	Licenciatura em Pedagogia	Especialista em Lato Sensu Filosofia da Educação; Especialista em Licenciatura Plena em História; Especialista em Licenciatura Plena em Filosofia Geral; Especialista em MBA em Gestão de Pessoas; Especialista em Especialización en Educación Internacional; e Especialista em Planejamento, Inovação Gestão Práticas Educativas.	Mestrado em Educação		40h - DE
09	Lucas Socoloski Gudolle	Administração	Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica; e Especialista em Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento.	Mestrado em Administração	Doutorado em Informática na Educação	40h - DE
10	Raimundo de Almeida Pereira	Agronomia	Especialista Administração e Manejo de Unidades de Conservação; Especialista em Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto	Mestrado em Agronomia		40h - DE
11	Roseane Machado Sá Viana	Ciências Contábeis	Especialista em Controladoria e Finanças			40h - DE
12	Rogério Pinto de Sousa	Graduação em Letras - Inglês	Especialista em em Gênero e Diversidade na Escola; Especialista em em Educação do/no Campo	Mestrado em Linguística		40h - DE
13	Rommel Rocha de Sousa	Graduação em Engenharia de Pesca		Mestrado em Engenharia de Pesca	Doutorado em Engenharia de Pesca	40h - DE

14	Sandra Milena Palomino Ortiz	Graduação em Letras - Espanhol; Graduação em Licenciatura Plena em Letras Habilitação Inglês; Graduação em ECONOMIA	Especialista em Diplomado en Pedagogía y didáctica para la enseñanza de español como lengua; Especialista em Psicopedagogia;	Mestrado em Letras		40h - DE
15	Severino Manuel da Silva	Graduação em Agronomia; Ciências Agrárias; Zootecnia	Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico	Mestrado em Ciência Animal		40h - DE
16	Stéfano Maleski	Comércio Exterior	Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico	Mestrado em Gerenciamento de Projetos	Doutorado em Administração	40h - DE
17	Tiago Santos Barreto Thomaz	Graduação em Processos Gerenciais; Graduação em Administração; Graduação em Gestão de Recursos Humanos;	Especialista em Gestão de Recursos Humanos e Meio Ambiente; Especialista em Psicologia do Trabalho	Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional		40h - DE

O quadro de servidores das equipes técnico-pedagógicas e técnico-administrativas do *campus* é composto por 14 (quatorze) servidores, distribuídos entre cargos de nível médio e superior.

b. Equipe Técnico-Pedagógica

Nº	TÉCNICO	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
01	Maria Eliana Lima dos Santos	Graduação em PEDAGOGIA;	Especialização em Gestão do Trabalho Pedagógico: Adm., Orien. e Supe; Especialização em ASSESSORAMENTO A GESTÃO DE IFES	Mestrado em Educação		40h
02	Isabel Pinto Ferreira	Graduação em LICENCIATURA PLENA EM QUÍMICA	Especialização em GESTÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS; Especialização em Metodologia do Ensino de Biologia e Química			40h
03	Holtton Bruno Schuertz Alves	Graduação em Ciências Biológicas;	Especialização em METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E QUÍMICA	Mestrado Profissional em Educação Profissional e tecnológica		40h

c. Corpo Técnico-administrativo

Nº	TÉCNICO	CARGO/FUNÇÃO	TITULAÇÃO	CARGA HORÁRIA

			TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
01	Antonio Evaldo Soares	Técnico em Audiovisual		Comunicação Social - Jornalismo	Gestão Pública	Educação Agrícola		40h
02	Charles da Silva Soares Junior	Assistente em Administração		Direito	Direito Público Aplicado			40h
03	Clinton Júnior Jorge	Técnico em Secretariado	Assistente em Administração; Secretariado;	Comércio Exterior; Relações Internacionais	Gestão Empresarial; Gestão Pública			40h
04	Edineide Cristina Alexandre de Souza	Técnico em Laboratório		Química		Química	Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal	40h
05	José Ribamar Cardoso Oliveira	Assistente de Aluno		Tecnologia em Gestão Pública				40h
06	Jullyandry Coutinho Viana dos Santos	Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais		Graduação em licenciatura em computação-EAD; Graduação em Pedagogia;	Especialização em docência do ensino superior			40h
07	Maria Caroline Romao de Souza			Graduação em Pedagogia	Especialização em Psicopedagogia abrangência Institucional e Clínica	Mestrado em Educação		40h
08	Myriellen Cardoso da Silva	Assistente de Aluno		Graduação em Psicologia	Especialização em Especialização em Saúde mental e Atenção Psicossocial; Especialização em psicologia hospitalar e da saúde			40h
09	Paulo César Sampaio da Silva	Assistente Administrativo		Graduação em Administração	Especialização em PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA			40h
10	Renan Ponciano do Nascimento Dias	Tecnólogo em Gestão Pública		Tecnologia em Gestão Pública				40h
11	Renato Fonseca de Assis Cunha	Bibliotecário - Documentalista						30h

20. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

Para atender aos setores constantes no organograma do CAB e permitir a execução do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante com pleno desenvolvimento das atividades com qualidade e de forma que possa efetivamente atender às necessidades da comunidade e do processo de formação técnica e científica dos alunos, as instalações do Campus estão especificadas na Diretoria de Administração e Planejamento e na Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, conforme Quadros 5 e 6 a seguir.

Quadro 1: Estrutura do *Campus* Avançado Bonfim

AMBIENTE	COMPOSIÇÃO
Ambiente Administrativo	Bateria de Banheiros para Discentes
	Bateria de Banheiros para Docentes
	Copa e Refeitório
	Guarita de Vigilância
	Sala da Diretoria de Administração e Planejamento
	Sala de Coordenações
	Sala de Setor de Protocolo
	Sala de Setor de Tecnologia de Informação
Ambiente Pedagógico	Biblioteca
	Laboratório de Informática
	Laboratório móvel
	Sala da Coordenação de Registros Acadêmicos (CORA)
	Sala da Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação
	Sala da Equipe Técnico Pedagógica
	Sala de Coordenações de Cursos
	Sala de Pesquisa
	Sala do Setor de Psicologia
	Salas de Aulas

Quadro 2: Equipamentos disponíveis para o curso

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Aparelho de DVD	5
Armário de Aço	10
Arquivo de Aço Vertical	10
Computador desktop	42
Impressora com scanner	5
Notebook	7
Projetores Multimídia	5
Televisão	5

A Biblioteca do CAB possui uma área de 56,75 m², divididos em três ambientes: área do acervo geral, área administrativa do bibliotecário, área de atendimento ao usuário e ambientes para pesquisa individual e em grupo. O acervo é composto por aproximadamente 1.416 (um mil, quatrocentos e dezesseis) exemplares cadastrados e disponíveis para uso, sendo cada vez mais crescente este número em razão de doações e aquisições.

O salão de pesquisa em grupo possui uma mesa e oito cadeiras; a pesquisa individual pode ser realizada em uma das seis cabines individuais disponíveis, cada qual com uma cadeira, contando, ainda, com tomadas de energia para uso dos pesquisadores. A área de pesquisa virtual possui três computadores em funcionamento, conectados à rede mundial de computadores e disponíveis para pesquisas e elaboração de trabalhos.

21. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Ao estudante que concluir todos os componentes curriculares obrigatórios previstos na matriz curricular, e alcançar a média mínima de 6,0 (seis) para aprovação, com frequência mínima de 75%, será conferido o Diploma de Técnico em Agroecologia.

22. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEBnº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)**. Aprovado por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 292, de 5 de maio de 2017**. Aprova o regulamento geral para realização de estágio curricular supervisionado dos cursos do IFRR.
- IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 432, de 12 de fevereiro de 2019**. Aprova regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Roraima.
- IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 434, de 18 de fevereiro de 2019**. Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) do IFRR.
- IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 477, de 30 de outubro de 2019**. Aprova o Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR.
- IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 608/2021, de 26 de outubro de 2021**. Dispõe sobre a Política de Acompanhamento dos Egressos (PAE) do Instituto Federal de Roraima.
- IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, de 10 de maio de 2022**. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.
- IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 682/2022, de 16 de julho de 2022**. Estabelece procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância, no âmbito do Instituto Federal de Roraima.
- IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 4 de janeiro de 2023**. Organização Didática do IFRR.
- IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 772, de 25 de janeiro de 2024**. Dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições das Coordenações de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).
- IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 781, de 20 de março de 2024**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2024-2028 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nira Jane Figueira Bezerra, REITOR(A)** - CD1 - IFRR, em 01/08/2024 08:10:19.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 31/07/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 290552

Código de Autenticação: 8c13e78de2





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA

Conselho Superior

Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , gabinete.reitoria@ifrr.edu.br

www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 798, de 1 de agosto de 2024.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Design Gráfico Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima Campus Boa Vista Zona Oeste.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, *Ad referendum* deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Resolução nº 716/CONSELHO SUPERIOR, de 04 de Janeiro de 2023 (Organização Didática do IFRR), a Resolução nº 682/CONSELHO SUPERIOR, de 16 de julho de 2022 (Regulamento sobre elaboração de projeto pedagógico de cursos do IFRR), bem como o constante no Processo n.º 23482.000238.2024-41.

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Design Gráfico Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima *Campus* Boa Vista Zona Oeste, conforme Anexo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 1 de agosto de 2024.

Nilra Jane Filgueira Bezerra
Presidente do CONSUP



INSTITUTO FEDERAL
Roraima

PPC

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM

DESIGN GRÁFICO

SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

BOA VISTA ~ 2023

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marcelo Bregagnoli

REITORA DO IFRR

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Aline Cavalcante Ferreira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Roseli Bernardo Silva dos Santos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Romildo Nicolau Alves

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Adnelson Jati Batista

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Emanuel Alves de Moura

DIRETOR-GERAL DO *CAMPUS* AMAJARI

Rodrigo Luiz Neves Barros

DIRETORA-GERAL DO *CAMPUS* BOA VISTA

Joseane de Souza Cortez

DIRETOR-GERAL DO *CAMPUS* BOA VISTA ZONA OESTE

Isaac Sutil da Silva

DIRETORA-GERAL DO *CAMPUS* NOVO PARAÍSO

Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

DIRETORA DO *CAMPUS* AVANÇADO BONFIM

Maria Eliana Lima dos Santos

SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. Apresentação da Instituição
- 1.2. Histórico do IFRR
- 1.3. Missão, Visão e Valores do IFRR
 - 1.3.1. Missão
 - 1.3.2. Visão
 - 1.3.3. Valores

- 1.4 Histórico do *Campus Boa Vista Zona Oeste*

2. JUSTIFICATIVA

3. OBJETIVOS

- 3.1. Objetivo Geral
- 3.2. Objetivos Específicos

4. REGIME LETIVO

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

- 7.1 Estrutura Curricular
- 7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo
- 7.3 Ementário
- 7.4 Terminalidade- Saída Intermediárias

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

- 9.1 Prática Profissional Supervisionada
- 9.2 Estágio Profissional Supervisionado
- 9.3 Projetos
- 9.4 Prática Profissional Integrada

10. ATIVIDADES ACADÊMICAS-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCS)

11. ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

12. ATIVIDADES A DISTÂNCIA

13. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO E INOVAÇÃO

14. APOIO AO DISCENTE

- 14.1. Atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas
- 14.2. Assistência Estudantil

15. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs)

16. CONSELHO DE CLASSE

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

- 17.1 Do processo de ensino-aprendizagem
- 17.2 Aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores
- 17.3 Procedimentos de avaliação do curso
- 17.4 Sistema de avaliação institucional

18. POLÍTICAS DE INCLUSÃO

- 18.1 Política de Educação para os Direitos Humanos
- 18.2 Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais
- 18.3 Política de Educação Ambiental
- 18.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou

Mobilidade Reduzida

19 PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO PEDAGÓGICA E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

- 19.1 Pessoal Docente
- 19.2 Equipe Técnico-Pedagógica

19.3 Equipe Técnico-Administrativa

20 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

21. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

REFERÊNCIAS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/*Campus*: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima / *Campus* Boa Vista Zona Oeste.**

CNPJ: **10.839.508/0005-65**

Eixos Tecnológicos de Atuação do *Campus*: **Produção Cultural e Design e Gestão e Negócios**

Esfera Administrativa: **Federal**

Endereço completo: **Rua Prof. Nonato Chacon, Nº 1976, Bairro Laura Moreira (Conjunto Cidadão), Boa Vista - RR / CEP: 69.318-000**

Telefone(s): **(95) 3194-2700**

Site do *Campus*: **<https://boavistazonaoeste.ifrr.edu.br/>**

Reitora: **Nilra Jane Filgueira**

Pró-Reitora de Ensino: **Aline Cavalcante Ferreira**

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: **Romildo Nicolau Alves**

Pró-Reitora de Extensão: **Roseli Bernardo Silva dos Santos**

Pró-Reitor de Administração: **Emanuel Alves de Moura**

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: **Adnelson Jati Batista**

Diretor-Geral do *Campus*: **Isaac Sutil da Silva**

Diretora de Ensino do *Campus*: **Rafaela dos Santos Morgade**

COMISSÃO DE REFORMULAÇÃO - INSTITUÍDA PELA PORTARIA PORTARIA Nº 1715/GAB-CBVZO/IFRR, DE 27 DE MAIO DE 2024.

Simone Sibebe Schuertz Souza - Presidente

Paulo Sergio Romeu Alvarenga

Tatyanne Rezende Costa

Cicero Thiago Monteiro Dantas dos Reis

Mariana Lima da Silva

Vagner Basqueroto Martins

Ellem Carmen da Silva

Luana Firmino Lobo

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso: **Técnico em Design Gráfico Subsequente ao Ensino Médio**

Eixo Tecnológico: **Produção Cultural e Design**

Modalidade de oferta: **Presencial**

Turno de Funcionamento: **Noturno**

Periodicidade de Oferta: **Anual**

Número de Vagas: **40 (quarenta) por turma**

Carga Horária Total Obrigatória: **1000h**

Carga Horária Total (CH Obrigatória + CH Componente Curricular Optativo): **1040h**

Regime Letivo: **Modular**

Título Outorgado: **Técnico em Design Gráfico**

Proposta de Aprovação

Duração Prevista: **01 ano e meio**

Integralização Curricular Mínima e Máxima: **1 ano e 6 meses (mínima) / 2 anos e 3 meses (máxima).**

Coordenador (a): **a definir**

Resolução de Autorização de Funcionamento:

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Apresentação da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma instituição pública da administração indireta federal que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino, com a perspectiva de fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Estado de Roraima.

Autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), o IFRR tem uma Reitoria e cinco *campi*, sendo um deles um *campus* avançado. São estes os *campi*: Amajari, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Novo Paraíso e Avançado Bonfim. Eles estão situados em regiões estratégicas para atender aos 15 (quinze) municípios do Estado de Roraima.

1.2. Histórico do IFRR

A educação profissional no Brasil teve início em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou as Escolas de Aprendizes Artífices. Com o decorrer dos anos, várias foram as mudanças ocorridas, até que, em 2008, o Ministério da Educação instituiu, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 2018, a Rede Federal já era composta por 38 (trinta e oito) institutos federais, incluindo o IFRR, 2 (dois) Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 25 (vinte e cinco) escolas técnicas vinculadas às universidades federais, à Universidade Federal Tecnológica do Paraná e ao Colégio Pedro II.

O IFRR é um centro de referência educacional e vem contribuindo, há 30 anos, para o processo de desenvolvimento do Estado de Roraima ao promover a inclusão social de jovens e adultos por meio de ações de formação profissional, estando inserido nos arranjos produtivos regionais e locais.

Desde sua criação até esta data, a instituição passou por várias mudanças. A história do IFRR se divide em cinco etapas. São elas:

> Escola Técnica de Roraima, integrante da rede de ensino do Território Federal de Roraima

Implantada como Escola Técnica em 1986, a instituição começou suas atividades em 1987 com apenas dois cursos técnicos: Eletrotécnica, atendendo 105 estudantes, e Edificações, 70 estudantes. Suas instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério.

> Escola Técnica de Roraima, integrante do sistema de ensino do Estado de Roraima

Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer nº 26/89, o Conselho Territorial de Educação autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima, aprova o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos dois cursos técnicos, tornando válidos todos os atos escolares anteriores ao regimento. O seu quadro funcional era então composto por 12 docentes e 11 técnicos administrativos.

> Escola Técnica Federal de Roraima

Em 30 de junho de 1993, por meio da Lei nº 8.670, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 123, de 1º de julho de 1993, no governo do então presidente da República Itamar Franco, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR), cuja implantação, na prática, se deu pela transformação da Escola Técnica do ex-Território Federal de Roraima.

Seu quadro de pessoal era composto por 226 servidores, sendo 113 professores e 113 técnicos administrativos. A partir de 1994, por intermédio do Programa de Expansão de Cursos,

são implantados os cursos Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª série, atendendo 213 estudantes distribuídos em seis turmas. Gradativamente essa modalidade de ensino foi sendo extinta.

> **Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima**

Com a transformação da instituição em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (Cefet-RR), por meio do Decreto Presidencial, de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, à comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes nos níveis básico, técnico e superior.

O curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo é o primeiro a ser implantado e tem sua orientação de implantação vinculada à proposta de transformação da ETFRR em Cefet-RR.

Em 2005, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), institui o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de Unidades de Educação Descentralizadas (Uneds) em diversas unidades da Federação, sendo o Estado de Roraima contemplado na fase I com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, região Sul.

Em agosto de 2007, iniciam-se as atividades pedagógicas dessa unidade com 210 estudantes matriculados no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, incluindo uma turma do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Já na segunda fase do plano, o Cefet-RR é contemplado com outra Uned, desta vez no Município do Amajari, no norte do estado.

> **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima**

No dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República sancionou a Lei nº 11.892, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação.

A partir dessa data, o Cefet-RR é transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, com três *campi* instituídos pela Resolução MEC/CNE nº 02/2007: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari.

No ano de 2011, por intermédio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, a instituição é contemplada com mais um *campus*: o Boa Vista Zona Oeste, também sediado na cidade de Boa Vista. O *campus* Avançado Bonfim obteve sua autorização para funcionamento apenas no ano de 2015.

1.3. Missão, Visão e Valores do IFRR

A missão, a visão e os valores do IFRR são os elementos que nortearão as ações da instituição por todo o quinquênio de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A missão define o motivo da existência da instituição; a visão, o que ela pretende ser; e os valores, os princípios que guiarão toda a sua atuação.

1.3.1. Missão

Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

1.3.2. Visão

Ser excelência, na Região Amazônica, como agente de transformação social por meio de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

1.3.3. Valores

Ética e transparência; inclusão social; gestão democrática; respeito à diversidade e à dignidade humana; responsabilidade socioambiental.

1.4 Histórico do *Campus Boa Vista Zona Oeste*

O *Campus Boa Vista Zona Oeste* (CBVZO) começou a ser implantado no dia 23 de outubro de 2012, por meio do D.O.U. nº 1.286. O desafio inicial foi o de estabelecer as condições necessárias e suficientes para a concepção, implantação e funcionamento do *campus*.

Em decorrência da falta de infraestrutura própria, o CBVZO funcionou a princípio na Escola Militarizada Estadual Professora Elza Breves de Carvalho, em parceria com o Governo do Estado de Roraima, por meio da Secretaria de Estado de Educação. A criação do CBVZO possibilitou à comunidade dessa região, cursos de formação profissional e atividades de promoção da cidadania, de modo a combater as desigualdades sociais e contribuir para a inserção do trabalhador no processo produtivo e no contexto sociocultural.

Entre os anos de 2017 e 2018, o CBVZO funcionou, em parte, temporariamente no *campus* Boa Vista, até a autorização de mudança para sua sede na Zona Oeste da cidade de Boa Vista em fevereiro de 2018. Atualmente, o CBVZO oferece os seguintes cursos: Técnico em Administração, Técnico em Comércio e Técnico em Publicidade na forma integrada ao Ensino Médio (integral); Técnico em Administração e Técnico em Publicidade na forma subsequente (noturno); Proeja integrado ao Curso FIC de Assistente em Administração (noturno); e o curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (noturno). Cabe destacar que já foram ofertados os cursos Técnico em Serviços Públicos integrado e subsequente ao ensino médio, Técnico em Comunicação Visual e Técnico em Comércio subsequente ao ensino médio, cujas ofertas foram encerradas.

O definitivo estabelecimento da sede do CBVZO ocorreu, no entanto, sem a infraestrutura completa necessária para o seu funcionamento. Há época não havia refeitório e quadra de esportes. Atualmente, o *Campus* contempla essas estruturas para melhor atender seu público. Hoje o *Campus* está apto para aumentar o número de vagas nos três turnos, buscando sempre oferecer ensino de qualidade à comunidade do seu entorno.

O *Campus Boa Vista Zona Oeste* atua hoje em dois eixos, Gestão e negócios e Produção Cultural e Design. O primeiro compreende tecnologias associadas a instrumentos, técnicas, estratégias e mecanismos de gestão. Abrange planejamento, avaliação e gestão de pessoas e de processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações e instituições públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação, busca da qualidade, produtividade e competitividade, utilização de tecnologias organizacionais, comercialização de produtos, e estratégias de marketing, logística e finanças.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados à: leitura e produção de textos técnicos, estatística e raciocínio lógico, línguas estrangeiras, ciência e tecnologia, tecnologias sociais e empreendedorismo, prospecção mercadológica e marketing, tecnologias de comunicação e informação, desenvolvimento interpessoal, legislação, normas técnicas, saúde e segurança no trabalho, responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental, qualidade de vida, e ética profissional.

O eixo de Produção Cultural e Design compreende tecnologias de produção, conservação, difusão, performance e gerenciamento de bens culturais materiais e imateriais, voltadas ao desenvolvimento da economia criativa e da produção cultural em seus vários segmentos, espaços e meios de criação e de fruição artística, com base em: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico e estético; ciência e tecnologia; tecnologias sociais; empreendedorismo; cooperativismo e associativismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação e políticas

públicas; normas técnicas; saúde e segurança do trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

2. JUSTIFICATIVA

O IFRR tem como proposta articular e integrar a formação acadêmica a preparação para o trabalho, bem como promover uma formação contextualizada em princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.

Nesse sentido, o Curso Técnico em Design Gráfico subsequente ao Ensino Médio, ofertado pelo IFRR/*Campus* Boa Vista Zona Oeste, apresenta-se como uma alternativa para diversificar a oferta de cursos do IFRR, bem como atender a uma demanda crescente no estado. Observa-se, inclusive, que tal demanda é expressiva, tendo em vista que na pesquisa realizada, no ano de 2019 e 2023, com a comunidade local (zona oeste do município de Boa Vista) o curso foi um dos mais citados dentre as opções.

Por meio da Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima - Seplan, foram apresentadas as estatísticas de emprego e renda associadas em nível de escolaridade no ano de 2018. De acordo com essas estatísticas, 106 (cento e seis) mil pessoas possuíam o ensino médio completo ou equivalente, desses, a taxa de desocupação era de 14% (quatorze por cento), número menor se comparado ao ensino médio ou equivalente incompleto e ensino superior ou equivalente incompleto (SEPLAN, 2018).

A partir do levantamento de interesse realizado em 2019 e 2023, inclusive por meio de audiências públicas, por cursos profissionalizantes no contexto em que o *Campus* Boa Vista Zona Oeste está inserido, verificou-se que há demanda específica para o Curso Técnico em Design Gráfico, visto que o estado não possui nenhuma instituição pública que oferta este curso presencial e o mundo do trabalho carece de profissionais da área, pois após a sua formação o estudante egresso poderá atuar em agências de Design, Publicidade e Marketing, empresas do setor gráfico, de rádio, televisão e web, produtoras de áudio e vídeo, editoras, veículos de comunicação, departamentos de comunicação, marketing e inovação.

Vale ressaltar que a proposta de criação do Curso Técnico em Design Gráfico está em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos atualizado pela Resolução nº 02, de 15 de dezembro de 2020.

Segundo dados disponibilizados pelo Painel Mapa de Empresas, produzido pelo Ministério da Economia (2022), existem no estado 32.314 empresas ativas de diversos setores. A área de comunicação como um todo, assim como, o design e a publicidade são a base para as interações comerciais e humanas, pois para se comunicar é necessário um processo representado por símbolos que apresentem o que se pensa e sente por meio de sinais verbais ou não verbais. É na comunicação não verbal que o profissional de comunicação assume espaço de destaque no mundo do trabalho, seja pela criação de imagens estáticas, como na criação de campanhas que utilizam as mídias tradicionais (outdoors, pôsteres, jornais, revistas) e digitais (posts de redes sociais, infográficos, banners), ou ainda no formato de vídeos, entre outros. Nesse sentido, os números fornecidos pelo Ministério da Economia projetam a necessidade de profissionais capacitados e que conheçam os arranjos e as dinâmicas locais. Ainda, o CBVZO num estudo realizado por Comissão Interna para identificação do novo eixo tecnológico de atuação – Produção Cultural e Design, no ano de 2019, em alinhamento ao projeto no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, demonstrou que em 510 repostas obtidas via questionário online por meio do Google forms, o curso Técnico em Design Gráfico aparece em 1º lugar no que tange ao interesse, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Compilação de interesse nos cursos técnicos e superiores de tecnologia

Curso Técnico	Interesse alto	Interesse muito alto	Total
Técnico em Design Gráfico	116	190	306
Técnico em Publicidade	132	173	305
Técnico em Produção de Áudio e Vídeo	122	173	295
Técnico em Processos Fotográficos	94	196	290
Técnico em Design de Interiores	133	140	273
Técnico em Comunicação Visual	118	121	239
Técnico em Paisagismo	93	86	179
Técnico em Artesanato	58	61	119

Curso Tecnólogo	Interesse alto	Interesse muito alto	Total
Tecnólogo em Design Gráfico	115	196	311
Tecnólogo em Fotografia	107	202	309
Tecnólogo em Design de Animação	107	171	278
Tecnólogo em Produção Multimídia	117	154	271
Tecnólogo em Produção Publicitária	118	144	262
Tecnólogo em Audiovisual	109	140	249
Tecnólogo em Design de Interiores	96	139	235

Fonte: Relatório da Comissão para definição do novo eixo tecnológico e os respectivos cursos técnicos e tecnológicos para o *Campus Boa Vista Zona Oeste* - Portarias n.º 59/DG e 99/DG(2019).

Assim, justifica-se a necessidade da oferta do Curso de Design Gráfico, pois possibilitará ao estudante egresso a inserção no mundo do trabalho cuja demanda mostra-se expressiva.

A construção deste Projeto Pedagógico de Curso pautou-se na legislação vigente e nos princípios democráticos, contando com a participação dos profissionais da área do curso e da equipe pedagógica. Tal processo objetiva garantir o interesse, os anseios e a qualificação do público atendido, despertando o desejo para o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica e, conseqüentemente, para o prosseguimento vertical dos estudos.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Formar profissionais com habilitação Técnica em Design Gráfico, com conhecimentos interdisciplinares relacionados aos processos de criação, envolvendo pesquisa, idealização, planejamento, execução técnica, fruição e recepção estética. Assim como, competências comunicativas e empreendedoras voltadas à proposição de projetos, ao coletivo, à gestão, à solução de problemas e à resiliência, entre outras competências socioemocionais.

3.2. Objetivos Específicos

- Coordenar e executar projetos de comunicação visual de mídias impressas e digitais seguindo padrões e normas técnicas, referentes à propriedade intelectual, acessibilidade, usabilidade e sustentabilidade.
- Aplicar e implementar sinalizações, ilustrações, tipografias, animações e usabilidade de projetos de design gráfico.
- Analisar, interpretar e propor a produção da identidade visual das peças gráficas.
- Criar, controlar, organizar e armazenar arquivos e materiais de produção gráfica e digital.

4. REGIME LETIVO

a) número total de vagas anuais: de 40 a 80 vagas

b) número de turmas: de 1 a 2 turmas

c) carga horária total do curso: 1.000h (Componentes Curriculares Obrigatórios) + 40h (Componente Curricular Optativo), totalizando 1.040h.

d) período letivo: modular

e) tempos mínimo e máximo para a integralização do curso: mínimo de 1 ano e 6 meses e máximo de 2 anos e 3 meses.

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O acesso ao Curso Técnico em Design Gráfico Subsequente ao Ensino Médio ocorrerá por meio de Processo Seletivo conforme edital, destinado exclusivamente àqueles que tenham concluído o Ensino Médio, obrigatoriamente até a data da matrícula.

O Processo Seletivo será oferecido a candidatos que tenham certificado de conclusão do ensino médio, obtido em cursos regulares; na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; com base no resultado do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino

A realização do Processo Seletivo estará a cargo de comissão específica do IFRR/*Campus* Boa Vista Zona Oeste designada para esse fim. A essa Comissão caberá a responsabilidade de planejar, coordenar, executar e divulgar o Processo Seletivo, bem como de fornecer todas as informações a ele pertinentes por meio de Edital público.

As vagas do Processo Seletivo serão distribuídas da seguinte forma:

- I – Políticas de ações afirmativas;
- II – Ampla concorrência; e
- III – Pessoa com Deficiência.

As vagas destinadas às políticas de ações afirmativas atendem ao Decreto Federal nº 3.298 de 1999, à Lei nº 12.711 de 2012, ao Decreto Federal nº 7.824 de 2012, à Portaria Normativa nº 18 de 2012, à Lei 13.146 de 2015, à Lei nº 13.409 de 2016 e ao Decreto Federal nº 9.034 de 2017.

Assim, do total das vagas ofertadas, 50% (cinquenta por cento) serão reservadas à inclusão social por meio do sistema de política de ações afirmativas, sendo distribuídas da seguinte forma:

50% (cinquenta por cento) destinar-se-ão a candidatos que tenham cursado todo o Ensino Médio em escola pública, respeitando a proporção mínima do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1,5 SM (um salário-mínimo e meio), dentro de cada um dos seguintes grupos de candidatos:

- a) Autodeclarados pretos, pardos e indígenas;
- b) Não autodeclarados pretos, pardos e indígenas; e
- c) Pessoa com deficiência.

Do total de vagas, 50% (cinquenta por cento) são destinadas à ampla concorrência; ou seja, candidatos que não apresentam os requisitos legais e/ou não desejam participar da inclusão social por meio do sistema de cotas de políticas de ações afirmativas.

Serão destinados 10% (dez por cento) do total de vagas à pessoa com deficiência, tanto do grupo de ação afirmativa quanto do grupo de ampla concorrência.

Os benefícios previstos em lei para a pessoa com deficiência deverão ser requeridos por escrito e encaminhados à Comissão responsável pelo Processo Seletivo do IFRR / *Campus* Boa Vista Zona Oeste, no período da inscrição, previsto em cronograma específico. O candidato deverá:

- a) Declarar-se pessoa com deficiência;

b) Entregar à Comissão responsável pelo Processo Seletivo do IFRR / *Campus* Boa Vista Zona Oeste laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, atestando o tipo e o grau da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) e a provável causa da deficiência, garantindo, dessa forma, sua inscrição como pessoa com deficiência.

A inexistência de Laudo Médico para qualquer solicitação de atendimento especial implicará o não atendimento. O candidato pessoa com deficiência que não se inscrever conforme orientações previstas em edital específico do processo seletivo passará a concorrer às vagas de ampla concorrência.

Os requisitos de permanência estabelecidos pelo *Campus* Boa Vista Zona Oeste estão previstos no Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR, que contempla a gestão e o acompanhamento das ações de assistência que visam inclusive à promoção do êxito dos estudantes. As ações que objetivam a permanência dos estudantes estão elencadas neste Plano.

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Técnico em Design Gráfico formado pelo Instituto Federal de Roraima será um profissional capacitado a criar, elaborar e planejar projetos de comunicação visual em diversas mídias. Seu objetivo é divulgar ideias variadas, produtos, serviços e marcas, atendendo às necessidades das pessoas, da sociedade e do mercado.

O Técnico em Design Gráfico será habilitado para:

- Coordenar e executar projetos de comunicação visual de mídias impressas e digitais seguindo padrões e normas técnicas, referentes à propriedade intelectual, acessibilidade, usabilidade e sustentabilidade.
- Aplicar e implementar sinalizações, ilustrações, tipografias, animações e usabilidade de projetos de design gráfico.
- Analisar, interpretar e propor a produção da identidade visual das peças gráficas.
- Criar, controlar, organizar e armazenar arquivos e materiais de produção gráfica e digital.

O profissional formado será detentor de conhecimentos interdisciplinares relacionados aos processos de criação, envolvendo pesquisa, idealização, planejamento, execução técnica, fruição e recepção estética. Ele desenvolverá competências comunicativas e empreendedoras voltadas à proposição de projetos, trabalho coletivo, gestão, solução de problemas e resiliência, entre outras habilidades socioemocionais.

O Técnico em Design Gráfico poderá atuar em diversos locais, incluindo agências de design digital, marketing e publicidade, estúdios fotográficos e empresas de jogos. Essas variadas áreas de atuação evidenciam a flexibilidade e a ampla demanda pelo trabalho desse profissional, permitindo uma carreira dinâmica e repleta de oportunidades.

A identificação do perfil socioeconômico dos candidatos, o acompanhamento dos estudantes selecionados, desde a sua entrada na instituição até a sua saída são fundamentais para o sucesso do programa. Será observado o desenvolvimento dos estudantes no decorrer do curso, identificando aspectos a serem aprimorados nos processos de acesso e permitindo a adequação das matrizes curriculares às dinâmicas tecnológicas.

A Resolução CONSUP/IFRR nº 608/2021, que dispõe sobre a Política de Acompanhamento dos Egressos (PAE) do Instituto Federal de Roraima, aborda sobre os mecanismos que propiciam o relacionamento contínuo entre a instituição e seus egressos, que são:

- I. A promoção de encontros, seminários, cursos, palestras e outras atividades voltadas para o contato, a atualização cadastral e o envolvimento dos egressos;
- II. A promoção de atividades de integração entre egressos e estudantes em formação, visando à troca de informações e experiências;
- III. A divulgação de oportunidades de atualização e formação continuada para os egressos, assim como de oportunidades de inserção no mundo do trabalho.
- IV. A elaboração e a disseminação de material impresso ou digital com as principais orientações aos egressos sobre a PAE do IFRR.

Assim, de forma específica, as ações voltadas ao acompanhamento dos egressos estarão direcionadas às atividades previstas na Política de Acompanhamento de Egressos da Instituição, definidas pelo Plano Anual de Acompanhamento de Egressos do IFRR/CBVZO.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Design Gráfico subsequente ao Ensino Médio observa as determinações legais presentes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (CNCT); na Resolução nº 1/2021 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica; no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRR e na Lei nº 9.394/1996.

O curso está organizado em 01 ano e 06 meses (três Módulos), com uma carga horária total de 1.040 horas, sendo 1.000 horas para componentes curriculares obrigatórios e 40 horas para componente curricular optativo.

A proposta curricular do curso foi desenvolvida com o objetivo de garantir a formação integral do discente, por meio da formação técnica e a sua inserção no mundo do trabalho,

cujo currículo proporcionará as competências previstas no perfil do profissional e o desenvolvimento de valores éticos, morais, sociais, culturais e políticos. A proposta de implementação do curso está organizada por componentes, em regime modular, adotando a hora aula do curso de 60 (sessenta) minutos.

Nessa perspectiva, o currículo será desenvolvido por meio de diferentes procedimentos didáticos pedagógicos, tais como: atividades teóricas, demonstrativas, projetos, utilização de laboratórios, estudos dirigidos na biblioteca e nas visitas técnicas, objetivando o diálogo constante com os estudantes, a troca e o fortalecimento de experiências.

O curso visa garantir ao estudante, no processo de ensino-aprendizagem, vivências de experiências teóricas e práticas que estimulem:

- I. O exercício da cidadania;
- II. A capacidade crítica;
- III. A solidariedade, a integração social e o convívio grupal;
- IV. A criatividade, a inovação e o raciocínio lógico e científico;
- V. A liderança e a proatividade;
- VI. O exercício cívico, a moral e a ética;
- VII. O respeito às diferenças e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância;
- VIII. A busca contínua de novos conhecimentos;
- IX. O desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à formação profissional;
- X. A valorização da cultura regional roraimense.

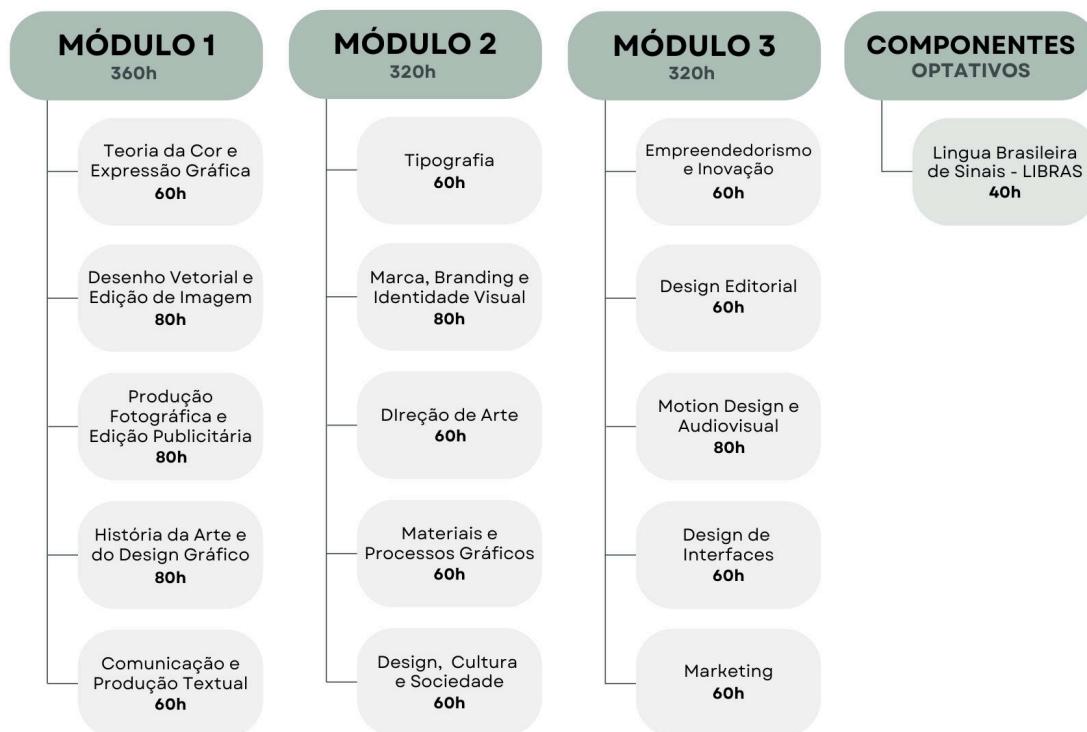
Deste modo, serão promovidas a realização de atividades didático-pedagógicas de caráter interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar e/ou transdisciplinar, desenvolvidas por meio de atividades integradas com outros componentes curriculares, previstas nos planos de ensino dos componentes curriculares do curso e/ou em projetos integrados, com objetivo de organizar a relação teoria e prática, a fim de solidificar a aprendizagem técnica e o enriquecimento sociocultural dos estudantes.

7.1 Estrutura Curricular

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM DESIGN GRÁFICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO				
Mód.	Código	Componentes Curriculares	C/H	EaD
1º	TCE	TEORIA DA COR E EXPRESSÃO GRÁFICA	60	-
	DVE	DESENHO VETORIAL E EDIÇÃO DE IMAGEM	80	-
	PFE	PRODUÇÃO FOTOGRAFICA E EDIÇÃO PUBLICITÁRIA	80	-
	HAD	HISTÓRIA DA ARTE E DO DESIGN GRÁFICO	80	-
	CPT	COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL	60	-
Total			360	-
2º	TIP	TIPOGRAFIA	60	-
	MBI	MARCA, BRANDING E IDENTIDADE VISUAL	80	-
	DDA	DIREÇÃO DE ARTE	60	-
	MPG	MATERIAIS E PROCESSOS GRÁFICOS	60	-
	DCS	DESIGN, CULTURA E SOCIEDADE	60	-
Total			320	-
3º	EIN	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	60	-
	DED	DESIGN EDITORIAL	60	-
	MDA	MOTION DESIGN E AUDIOVISUAL	80	-
	DIN	DESIGN DE INTERFACES	60	-
	MKT	MARKETING	60	-
Total			320	-
		PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA	440	-
CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA TOTAL DO CURSO			1000	-
COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS				
	LBS	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS (EAD)	-	40
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (OBRIGATÓRIA + OPTATIVA)			-	1040

7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo

Curso Técnico em Design Gráfico



Carga Horária Total Obrigatória do Curso: 1000 horas.

Carga Horária Total Obrigatória + Componente Curricular Optativo: 1040 horas.

7.3 Ementário

PRIMEIRO MÓDULO

Cód.		Componente Curricular			
TCE		TEORIA DA COR E EXPRESSÃO GRÁFICA			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)*	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	20	60	60	Módulo 1
Ementa					
Cor e percepção visual. Processos fisiológicos. Princípios básicos da física da cor. Cor-Luz e cor-pigmento. Esquemas de composição cromática: harmonias e contrastes. Sistemas de cores: CMYK, RGB, HSB, PANTONE, características e usos. A cor em displays. Cor de processo e cor especial. O uso da cor no design. A cor no processo de projeto: conceituação x especificação.					
Área de Integração					
Desenho Vetorial e Edição de Imagem; Produção Fotográfica e Edição Publicitária; História da Arte e do Design Gráfico.					
Bibliografia Básica					
FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho Bastos. Psicodinâmica das Cores em Comunicação . São Paulo: Blucher, 2011.					
PEDROSA, Israel. Da Cor à Cor Inexistente . 10 ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010.					
WONG, Wucius. Princípios de forma e desenho . São Paulo: Martins Fontes, 2010.					
Bibliografia Complementar					
BARROS, Lilian Ried Miller. A cor no processo criativo: um estudo sobre a Bauhaus e a teoria de Goethe . São Paulo: Ed. SENAC, 2011.					
CHING, Francis D. K. e JUROSZEK, Steven P. Representação gráfica para desenho e projeto . São Paulo: Gustavo Gili, 2011.					
MUNARI, Bruno. Design e comunicação visual . São Paulo: Martins Fontes, 2009.					
SILVEIRA, Luciana Martha. Introdução a teoria da cor . Curitiba: UTFPR, 2011.					
MARCHI, Sandra Regina. E por falar em cor, um pouco de teoria . 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2022.					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos

Cód.		Componente Curricular			
DVE		DESENHO VETORIAL E EDIÇÃO DE IMAGEM			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)*	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	30	50	80	80	Módulo 1
Ementa					
Elementos Básicos do Desenho: Ponto, linha, plano, forma, luz e sombra, proporção, espaço, Projeções e perspectivas; Introdução ao Desenho Vetorial: Interface e ferramentas básicas de software vetorial, Criação e edição de formas básicas, Cores, texturas e padronagem; Introdução ao Software de Edição de Imagem: Interface e ferramentas básicas do software de edição de imagens, formatos e extensões básicas (jpg, gif, png, eps, tiff), Vetor e bitmap, Rasterização e vetorização; Princípios Básicos de Manipulação de Imagens: Trabalho com camadas, Ferramentas de seleção, Canais de cor, Matiz e saturação, Máscara e recorte de imagens, Correção de manchas e de cores, Coloração de fotos; Técnicas Avançadas de Edição: Mockups, Fotocomposição, colagens e montagens e Fechamento de arquivo para impressão e web.					
Área de Integração					
Teoria da Cor e Expressão Gráfica; Produção Fotográfica e Edição Publicitária; História da Arte e do Design Gráfico.					
Bibliografia Básica					
MARTINS, Nelson. A imagem digital na editoração : manipulação, conversão e fechamento de arquivos. Rio de Janeiro: SENAC, 2009.					
DEL VECHIO, Gustavo. Adobe Illustrator CS4 : o design em suas mãos. São Paulo: Érica, 2011.					
DEL VECHIO, Gustavo. Design gráfico com Adobe Illustrator . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.					
Bibliografia Complementar					
ANDRADE, Marcos Serafim de. Adobe Photoshop CS4 . São Paulo: SENAC, 2009.					
BALDACCI, Janaína Cesar de Oliveira. Design gráfico e integração com Autodesk 3ds max 2010 e Adobe Photoshop CS4 Extended . São Paulo: Érica, 2009.					
TANAKA, Edson. Adobe Illustrator Cs . Editora <i>Campus</i> , 2004.					
PRIMO, Lane. Estudo Dirigido de Adobe Photoshop CS4 . São Paulo : Érica, 2010.					
HORIE, Ricardo Minoru; OLIVEIRA, Ana Cristina Pedrozo. Crie projetos gráficos com Photoshop CS5, CorelDRAW X5 e InDesign CS5 em Português . São Paulo: Érica, 2010.					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
PFE		PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA E EDIÇÃO PUBLICITÁRIA			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	30	50	80	80	Módulo 1
Ementa					
A História da fotografia. Aspectos da linguagem fotográfica. Técnica em fotografia: enquadramento, composição e olhar fotográfico. Instrumentalização para o uso de câmera fotográfica, celular e acessórios. Iluminação em fotografia. Fotografia publicitária: aspectos e técnicas de pré e pós-produção. Prática em fotografia.					
Área de Integração					
Teoria da Cor e Expressão Gráfica; Desenho Vetorial e Edição de Imagem; História da Arte e do Design Gráfico; Comunicação e Produção Textual.					
Bibliografia Básica					
ANG, Tom. Fotografia digital: uma introdução . 3.ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.					
MUSSE, Mariana Ferraz. Narrativas fotográficas no Instagram: autorrepresentação, identidades e novas sociabilidades . Florianópolis-SC: Editora Insular, 2017.					
SONTAG, Susan. Sobre fotografia . Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.					
Bibliografia Complementar					
FATORELLI, Antônio. Fotografia contemporânea: entre o cinema, o vídeo e as novas mídias . Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013.					
GONZALEZ, Rafael C. Processamento de imagens digitais . São Paulo: AddisonWesley, 1993.					
GURAN, Milton. Linguagem fotográfica e informação . Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1999.					
KUBRUSLY, Cláudio A. O que é fotografia . 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.					
RAMALHO, José Antonio. Fotografia digital . Rio de Janeiro: <i>Campus/Elsevier</i> , 2004.					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
HAD		HISTÓRIA DA ARTE E DO DESIGN GRÁFICO			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	60	20	80	80	Módulo 1
Ementa					
Estudo da história da arte e do design. História do design gráfico. As relações entre industrialização, arte, artesanato e design. Arte moderna e o design moderno. Tópicos da arte e do design brasileiro com foco na formação da identidade brasileira e o reconhecimento do país e do design nacional.					
Área de Integração					
Teoria da Cor e Expressão Gráfica; Desenho Vetorial e Edição de Imagem; Produção Fotográfica e Edição Publicitária; Comunicação e Produção Textual.					
Bibliografia Básica					
ARCHER, Michael. Arte Contemporânea: uma história concisa . 2ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2012.					
MELO, Chico Homem de; RAMOS, Elaine (Org.). Linha do tempo do design gráfico no Brasil . São Paulo, SP: Cosac Naify, 2011					
CARDOSO, Rafael. Uma introdução à história do design . 3Ed. São Paulo, SP: Blucher, 2008.					
Bibliografia Complementar					
BORGES, Adélia. Design + artesanato: o caminho brasileiro . São Paulo: Terceiro Nome, 2011.					
CANTON, Katia. Do Moderno ao contemporâneo . São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2009.					
DOMINGOS, Diana. (Org.) A arte no Século XXI: a humanização das tecnologias . São Paulo, SP: Fundação da Editora da UNESP, 1997.					
FORTY, Adrian. Objetos de desejo: design e sociedades de 1750 . São Paulo, SP: Cosac Naify, 2007.					
JANSON, H.W. Historia general del arte: el mundo moderno . Madrid: Alianza Editorial, 1991.					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
CPT		COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	20	60	60	Módulo 1
Ementa					
<p>Concepção de linguagem, fala, norma, língua. Linguagem verbal e não verbal. Conceituação de gênero e sequência textual. Elementos da Comunicação. Funções de Linguagem. Tópicos de gramática normativa: Fonética, Morfologia, Sintaxe, Semântica e Estilística. Revisão textual. Ortografia portuguesa. Prática de leitura e produção textual. Formas de tratamento. Frases e expressões usuais no Design. Inglês aplicado ao Design: Aspectos gramaticais: pronomes, artigos, adjetivos, conjunções, preposições, verbo (presente simples, presente contínuo e futuro simples). Caso genitivo. Vocabulário: cognatos e falsos cognatos. Gêneros textuais: rótulos, charge, propaganda e e-mail.</p>					
Área de Integração					
Produção Fotográfica e Edição Publicitária; História da Arte e do Design Gráfico.					
Bibliografia Básica					
<p>MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental: contém técnicas de elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC). 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020. 448 p. ISBN 9788522485581.</p> <p>PALADINO, Valquíria da Cunha (org.). Coesão e Coerência Textuais. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2011. ISBN 9788579871412.</p> <p>ROCHA, Carlos Alberto de Macedo; ROCHA Carlos Eduardo Penna de M. Dicionário de locuções e expressões da língua portuguesa - 1º Edição. Editora Lexikon 702 ISBN 9788586368868.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>CANO, Márcio Rogério de Oliveira. Língua portuguesa sujeito, leitura e produção. Editora Blucher 169 ISBN 9788521210467. – 2018</p> <p>CARVALHO, Nelly. O texto publicitário na sala de aula. Editora Contexto 130 ISBN 9788572448659. - 2014</p> <p>GIORGIO, Alexandre Augusto. Publicidade e propaganda. Editora Pearson 139 ISBN 9788543016948. -2016</p> <p>SOUZA, Auricênia Benício de. Inglês instrumental. 2.ed. Manaus: Valer, 2019. 170p ISBN 9788575129319.</p> <p>WITTE, Roberto Ewald. Business english: a practical approach. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 270 p. ISBN 8502036165.</p>					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

SEGUNDO MÓDULO

Cód.		Componente Curricular			
TIP		TIPOGRAFIA			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	20	60	60	Módulo 2
Ementa					
<p>Conceitos básicos, história e evolução. Anatomia da fonte e famílias tipográficas. Nomenclatura e classificação dos tipos. Fundamentos da composição tipográfica. Legibilidade e leiturabilidade. A tipografia nos meios impresso e digital.</p>					
Área de Integração					
<p>Marca, Branding e Identidade Visual; Direção de Arte; Materiais e Processos Gráficos.</p>					
Bibliografia Básica					
<p>BRINGHURST, Robert. Elementos do estilo tipográfico: versão 3.2. Tradução de André Stolarski. 2. ed. São Paulo: Cosac Nayfy, 2011.</p> <p>LUPTON, Ellen. Pensar com tipos: guia para designers, escritores, editores e estudantes. Tradução de André Stolarski. São Paulo: Cosac Nayfy, 2006.</p> <p>NIEMEYER, Lucy. Tipografia: uma apresentação. Rio de Janeiro: 2AB Editora, 2000.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>CATAFAL, Jordi; OLIVA, Clara. A gravura. Barcelona: Estampa, 2003.</p> <p>COLARO, Antonio Celso. Produção visual e gráfica. São Paulo: Summus, 2005.</p> <p>DA FONSECA, Joaquim. Tipografia & Design gráfico: Design e produção de impressos e livros. Bookman Editora, 2009.</p> <p>FARIAS, Priscila L. Tipografia Digital. O impacto das novas tecnologias. Rio de Janeiro: Ed. 2AB, 1998.</p> <p>FERLAUTO, Claudio. O livro da gráfica. Rosari, 2001.</p> <p>GRUSZYNSKI, A. C. Do invisível ao ilegível. Rio de Janeiro: 2AB, 2000.</p> <p>PRING, Roger. WWW.tipografia: 300 desenhos tipográficos para sítios web. Barcelona: Gustavo Gili, 2000.</p> <p>WILLBERG, Hans Peter; FORSSMAN, Friedrich. Primeiros Socorros em Tipografia. São Paulo: Rosari, 2007.</p>					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
MBI		MARCA, BRANDING E IDENTIDADE VISUAL			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	50	30	80	80	Módulo 2
Ementa					
História da identidade visual. Marca. Identidade visual: conceito, terminologia e metodologias. Símbolo: psicologia da forma, composição e cor. Manual de identidade visual. Naming e Branding. Análise de identidade visual. Orçamento: custos e prazo. Direitos autorais e de imagem.					
Área de Integração					
Tipografia; Direção de Arte; Materiais e Processos Gráficos; Design, Cultura e Sociedade.					
Bibliografia Básica					
<p>CAMEIRA, Sandra Ribeiro. Branding + design: a estratégia na criação de identidades de marca. São Paulo: Senac, 2016.</p> <p>CARDOSO, Rafael; RAINHO, Maria do Carmo Teixeira; HEYNEMANN, Claudia B. Marcas do progresso: consumo e design no brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora Maud, Arquivo Nacional, 2009.</p> <p>CONSOLO, Cecília. Marcas - Design Estratégico: do Símbolo à Gestão da Identidade Corporativa. São Paulo: Blucher, 2015.</p> <p>COSTA, Joan. A imagem da marca. Um fenômeno social. São Paulo: Edições Rosari, 2008.</p> <p>HEALEY, Mattew. Design de Logotipos. Mais de 300 Cases Internacionais Desconstruídos e Analisados. São Paulo: Rosari, 2012.</p> <p>MUNHOZ, Daniella Michelena. Manual de Identidade Visual Guia Para Construção. Rio de Janeiro: 2AB, 2009.</p> <p>PEON, MARIA LUISA. Sistemas de Identidade Visual. São Paulo: Ed. 2AB, 2003.</p> <p>WHEELER, Alina. Design de Identidade da Marca: Guia Essencial para Toda a Equipe de Gestão de Marcas. São Paulo: Bookman, 2012.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>CARDOSO, Rafael. Impresso No Brasil - 1808-1930 - Destaques da História Gráfica no acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009.</p> <p>CHAMMA, Norberto; PASTORELO, Pedro D. Marcas & sinalização: Prática em design corporativo. São Paulo: Senac, 2007.</p> <p>DONDIS, Donis A. A Sintaxe da Linguagem Visual. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1991.</p> <p>FRUTIGER, Adrian. Sinais & Símbolos. Desenho, projeto e significado. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2001.</p> <p>GUILLERMO, Álvaro. Branding: Design e estratégias de marcas. São Paulo: Ed. A Girafa, 2008.</p> <p>KLEIN Naomi. Sem Logo: a tirania das marcas em um planeta vendido. Edições Record, Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>MUNARI, Bruno. Design e Comunicação Visual. São Paulo: Ed. Martin Fontes, 2006.</p> <p>STRUNCK, Gilberto. Como criar Identidades Visuais para Marcas de Sucesso. Rio de Janeiro: Rio Books, 2007.</p> <p>VILLAS BOAS, André. Identidade e Cultura. Rio de Janeiro: 2AB, 2003.</p>					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
DDA		DIREÇÃO DE ARTE			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	20	40	60	60	Módulo 2
Ementa					
Funções do Diretor de Arte. Planejamento e Criação. Linguagem Visual. Criação Visual para Mídias. Teorias e Técnicas de Criação e Inovação. Criatividade Aplicada ao Design. Ordenações Perceptivas e Apreensões Sensoriais. Técnicas de Elaboração de Layout e Arte Final. Campanhas Publicitárias e Branding.					
Área de Integração					
Tipografia; Marca, Branding e Identidade Visual; Materiais e Processos Gráficos; Design, Cultura e Sociedade.					
Bibliografia Básica					
COLLARO, Antonio Celso. Produção gráfica: arte e técnica na direção de arte . 2. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2012.					
BERTOMEU, João Vicente Cegato. Criação na Propaganda Impressa . 3. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2006.					
VAZ, Adriana; SILVA, Rossano. Fundamentos da linguagem visual . 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016.					
Bibliografia Complementar					
BARRETO, Roberto Menna. Criatividade em Propaganda . 12.ed. São Paulo: Summus, 1982.					
DUAILIBI, Roberto; SIMONSEN, Harry. Criatividade e Marketing . São Paulo: Makron Books, 2009.					
ARNHEIM, Rudolf. Arte e Percepção Visual: Uma Psicologia da Visão Criadora . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1998.					
BARRETO, Roberto Menna. Criatividade no trabalho e na vida . São Paulo: Summus, 2013.					
OSTROWER, Fayga. Criatividade e Processos de Criação . 24.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.					
SANT'ANNA, Armando. Propaganda: Teoria, Técnica e Prática . 8.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2008.					
VESTERGAARD, Torben. A linguagem da Propaganda . São Paulo: Martins Fontes, 2004.					
NEUMEIER, Marty. A empresa orientada pelo Design: Como construir uma cultura de inovação permanente . Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.					
PHILLIPS, Peter L. Briefing: a gestão do projeto do design . 2. ed. São Paulo, SP: Blücher, 2015.					
SEDDON, Tony. Imagens: um fluxo de trabalho digital criativo para designers gráficos . Porto Alegre, RS: Bookman, 2009.					
VASSÃO, Caio Adorno. Metadesign: ferramentas, estratégias e ética para a complexidade: o metadesign é um meio de se construir a simplicidade a partir da complexidade . São Paulo, SP: Blücher, 2010.					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
MPG		MATERIAIS E PROCESSOS GRÁFICOS			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	20	60	60	Módulo 2
Ementa					
Relevância da produção gráfica no ciclo de atuação de profissionais de design. Relação entre suporte, produção, materiais e conteúdo visual. Fabricação e tipos de papel. Produção gráfica e sustentabilidade. Sistemas de impressão. Tipos de materiais e inovação em processos de produção. Criação e planejamento de produtos gráficos. Noções de Sinalética e Design de Embalagens.					
Área de Integração					
Tipografia; Marca, Branding e Identidade Visual; Direção de Arte; Design, Cultura e Sociedade.					
Bibliografia Básica					
AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. Impressão e acabamento . Porto Alegre: Bookman, 2009.					
BAER, Lorenzo. Produção gráfica . São Paulo: Ed. Senac, 2005.					
BANN, David. Novo Manual de Produção Gráfica . Edição revisada e atualizada. São Paulo: Bookman, 2012.					
Bibliografia Complementar					
CAMARGO, Mário de. Gráfica: Arte e indústria no Brasil, 180 anos de história . São Paulo: Bandeirantes / Edusc, 2003.					
CRAIG, James. Produção Gráfica . São Paulo: Nobel, 1987.					
FERLAUTO, Claudio. O tipo da gráfica, uma continuação . Ed. Rosari, 2002.					
MARTINS, Wilson. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca . São Paulo: Editora Ática, 2002.					
PORTA, Frederico. Dicionário de artes gráficas . Porto Alegre: Editora O Globo, 1958.					
RIBEIRO, Milton. Planejamento visual gráfico . 8. ed. Brasília: Linha Gráfica, 2003.					
STATUÉ, Enric. Aldo Manuzio: editor, tipógrafo, livreiro: o design do livro do passado, do presente e, talvez, do futuro . Ateliê Editorial, 2004.					
VILLAS-BOAS, André. Produção gráfica para designers . 3. ed. Teresópolis: 2AB, 2010.					
GATTER, Mark. Produção Gráfica para Designers . Cotia: Ateliê Editorial, 2016.					
CAPELASSO, Evandro Luiz. Produção Gráfica: do projeto ao produto . Editora SENAC, 2018.					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
DCS		DESIGN, CULTURA E SOCIEDADE			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	50	10	60	60	Módulo 2
Ementa					
Relação entre Design, Cultura e Sociedade. Revolução Industrial e o processo de consolidação da cultura de mercado. As visões da sociologia e da antropologia sobre os processos de consumo. A Cultura como sistema de significação. Os estudos de consumo como objeto da cultura. Consumo e representação. As trocas simbólicas e o imaginário do consumo. Práticas, distinção e hierarquia social através do consumo. Os processos de consumo e a mediação social. Aspectos da cultura brasileira e consumo.					
Área de Integração					
Marca, Branding e Identidade Visual; Direção de Arte; Materiais e Processos Gráficos.					
Bibliografia Básica					
BONSIEPE, Gui. Design, Cultura e Sociedade . Blucher, 2011.					
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico . Rio de Janeiro: Zahar. 24 ^a ed., 2009.					
KRENAK, Ailton. A vida não é útil . São Paulo: Companhia das Letras, 2020.					
Bibliografia Complementar					
COELHO NETO. O que é Indústria Cultural . São Paulo: Brasiliense, 2004.					
CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e Cidadãos . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.					
COVALESKI, Rogério. (org.) Da Publicidade ao Consumo: ativismos, reconfigurações, interações . Recife: Editora UFPE, 2020.					
SUDJIC, D. A linguagem das coisas . Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.					
DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. O mundo dos bens para uma antropologia do consumo . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.					
HALL, Stuart. Cultura e representação . Rio de Janeiro - RJ: PUC-Rio-Apicuri, 2016.					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

TERCEIRO MÓDULO

Cód.		Componente Curricular			
EIN		EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	20	40	60	60	Módulo 3
Ementa					
Análise contextual do empreendedorismo no Brasil. Aspectos da prática profissional. Perfil empreendedor. Identificação e análise de oportunidades. Modelos ágeis de negócios. Inovação e tipos de ativos de Propriedade Intelectual (PI). Marcas e patentes. Busca de patentes. Validação de ideias e MPV (Mínimo Produto Viável). Pitch. Startups e incubadoras.					
Área de Integração					
Design Editorial; Motion Design e Audiovisual; Design de Interfaces; Marketing; Libras.					
Bibliografia Básica					
DORNELAS, José Carlos Assis. Plano de negócios: seu guia definitivo : o passo a passo para você planejar e criar um negócio de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.					
OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. Business Model Generation : inovação em modelos de negócios : um manual para visionários, inovadores e revolucionários. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.					
HISRICH, Robert D; PETERS, Michael P; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo . 9. ed. Porto Alegre: AMGH Ed., 2014.					
Bibliografia Complementar					
ALMEIDA, Diego Perez de; DEL MONDE, Isabela Guimarães; PINHEIRO, Patricia Peck (Coord.). Manual de Propriedade Intelectual - Unesp/NEaD – 2013. Disponível em: < https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65802?locale=es_ES >. Acesso em: 01 dez. 2023.					
DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): práticas e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2014.					
JUGEND, Sérgio Luis da Silva. Inovação e desenvolvimento de produtos práticas de gestão e casos brasileiros . Rio de Janeiro LTC 2013.					
KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 3.0 : as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.					
TAJRA, Sanmya Feitosa. Empreendedorismo : conceitos e práticas inovadoras. São Paulo: Érica, 2014.					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
DED		DESIGN EDITORIAL			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	30	30	60	60	Módulo 3
Ementa					
<p>Projetos editoriais com o estudo de diferentes objetos do segmento como: periódicos, livros, institucionais, revistas e catálogos. Tecnologias que dão suporte à publicação na internet e à produção do livro digital (e-books). Estudo do planejamento gráfico e desenvolvimento de publicações. Experimentação em design editorial com a prática em programas de editoração. Projeto gráfico completo para uma publicação (livro, revista, catálogo etc). Publicações digitais: O processo na criação e desenvolvimento dos trabalhos digitais.</p>					
Área de Integração					
Empreendedorismo e Inovação; Marketing; Libras.					
Bibliografia Básica					
<p>MARTINO, Luís Mauro Sá. Teoria Das Mídias Digitais - Linguagens, Ambientes e Redes. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª. Edição, 2014.</p> <p>MARTINS, Guilherme Magalhães; e Longhi, João Victor Rozatti (org). Direito Digital: Direito Privado e Internet. Indaiatuba: Editora Foco, 2ª Edição, 2019.</p> <p>SCHWINGEL, Carla. SEPAC. Mídias digitais: Produção de conteúdos para a web. Série Manuais dos cursos oferecidos pelo SEPAC - Serviço à Pastoral da Comunicação. São Paulo: Editora Paulinas, 1ª Edição, 2012.</p> <p>VAZ, Conrado A. Google Marketing - o guia definitivo de marketing digital. São Paulo: Novatec, 3ª Edição 2010.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>BARBOSA FILHO, André. Comunicação digital: educação, tecnologia e novos comportamentos. São Paulo: Paulinas, 1ª Edição, 2008.</p> <p>KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2011.</p> <p>ROSA, Andreniza Aquino Eluan da. Convergência das mídias. Florianópolis: Ed. do IFSC, 2012.</p> <p>STERNE, Jim. Métricas em Mídias Sociais. Barueri: Editora Nobel. 1ª Edição, 2012. GUEDES, Caroline Lengert. Desenvolvimento de projetos com mídias integradas na educação. Florianópolis: Ed. do IFSC, 2012.</p> <p>VERONEZZI, José Carlos. Mídia de A a Z: os termos de mídia, seus conceitos, critérios e fórmulas, explicados e mostrados graficamente como são utilizados na mídia. São Paulo: Flight Editora, v. 1, 2002.</p>					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
MDA		MOTION DESIGN E AUDIOVISUAL			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	40	80	80	Módulo 3
Ementa					
Breve história do cinema. Processo de planejamento das etapas de realização audiovisual, desde a concepção da ideia, roteirização, produção, captação de imagem e som, edição de vídeo e publicação de vídeos. Breve história do desenho animado e do motion design. Introdução aos princípios de animação e aplicação dos mesmos na pré-produção de peças de animação. Animação gráfica. Estudos de cases de filmes de motion design. Inovação e novas tecnologias.					
Área de Integração					
Empreendedorismo e Inovação; Marketing; Libras.					
Bibliografia Básica					
<p>BARROS FILHO, Clóvis de. Ética na comunicação. São Paulo: Summus, 2008.</p> <p>ALVES, Marcia Nogueira. Mídia e produção audiovisual: uma introdução. Curitiba: InterSaberes, 2012.</p> <p>BAHIA, Ana Beatriz. História da Animação. Curitiba: InterSaberes, 2021.</p> <p>PERUYER, Matias. Laboratório de Artes e Visuais: audiovisual e animação. Curitiba: InterSaberes, 2020.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ALMEIDA, Manuel Faria. Cinema e Televisão: Princípios Básicos. Lisboa: TV Guia Editora, 1990.</p> <p>COMPARATO, Doc. Da criação ao roteiro: teoria e prática. 5ª ed. São Paulo: Summus, 2018.</p> <p>KELLISON, Cathrine. Produção e Direção para TV e Vídeo: Uma Abordagem Prática. Rio de Janeiro: Editora <i>Campus</i>, 2006.</p> <p>PRIMO, Lane. SIDARTA, Nogueira. Produção Audiovisual - Imagem, Som e Movimento. São Paulo: Editora Érica, 2014.</p> <p>SOARES, Wellington. Motion Graphics. Curitiba: InterSaberes, 2021.</p>					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
DIN		DESIGN DE INTERFACES			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	30	30	60	60	Módulo 3
Ementa					
<p>Caracterização das interfaces computacionais: histórico e definição. Elementos de interação e metodologia de projeto de interface. Design de interação e design de interfaces. O processo na criação e desenvolvimento dos trabalhos digitais. Design UX e UI, webdesign, mídias digitais. Inovação e novas tecnologias. Tipografia digital e cores para interfaces digitais. Prototipação de blogs, sites, perfis e aplicativos. Desenvolvimento de projetos de computação gráfica.</p>					
Área de Integração					
Empreendedorismo e Inovação; Marketing; Libras.					
Bibliografia Básica					
<p>WIEDEMANN, Julius (Ed.). Web design: studios 2. Itália: Taschen, 2017.</p> <p>TERUEL, Evandro Carlos. Web total: desenvolva sites com tecnologias de uso livre : prático e avançado. 1. ed. São Paulo: Érica, 2009.</p> <p>ROGERS, Yvonne; SHARP, Helen; PREECE, Jennifer. Design de interação: além da interação humano-computador. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>TOCCI, Ronald J; WIDMER, Neal S; MOSS, Gregory L. Sistemas digitais: princípios e aplicações. 11. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011.</p> <p>MAGRANI, Eduardo. A internet das coisas. Rio de Janeiro: FGV, 2018.</p> <p>MEMÓRIA, Felipe. Design para a internet: projetando a experiência perfeita. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p> <p>RUBIN, J.; CHISNELL, D.; SPOOL, J. Handbook of Usability Testing: How to Plan, Design, and Conduct Effective Tests. Wiley, 2 edition, 2008.</p> <p>CYBIS, W.; BETIOL, A. H.; FAUST, R. Ergonomia e usabilidade: conhecimentos, métodos e aplicações. 3. ed. atual. e ampl. São Paulo: Novatec, 2015. 488 p.</p>					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
MKT		MARKETING			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	20	60	60	Módulo 3
Ementa					
<p>Conceitos e técnicas fundamentais do marketing. O ambiente de marketing, suas variáveis e mudanças. O sistema de marketing. Análise SWOT. Segmentação de mercado. O composto de marketing. Ciclo de vida dos produtos CVP e Matriz BCG. Marketing promocional, merchandising e exibitécnica. Pesquisa de Mercado. Brand, Branding e Brand Equity. Noções de comportamento do consumidor. Influência do design na propaganda e na criação de valor para o consumidor. Conceito de Marketing digital.</p>					
Área de Integração					
<p>Empreendedorismo e Inovação; Design Editorial; Motion Design e Audiovisual; Design de Interfaces; Libras.</p>					
Bibliografia Básica					
<p>KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan ; SETIAWAN, Iwan. Marketing 3.0 - As Forças que Estão Definindo o Novo Marketing Centrado no Ser Humano. Rio de Janeiro: Editora <i>Campus</i>, 2010.</p> <p>KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan ; SETIAWAN, Iwan. Marketing 4.0 - Do Tradicional ao Digital. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2017.</p> <p>BASTA, Darci. Fundamentos de Marketing. Editora FGV, 2015.</p> <p>KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. Administração de Marketing. São Paulo: Editora Pearson, 2013.</p> <p>LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Administração de Marketing: Conceitos, Planejamento e Aplicações à Realidade Brasileira. São Paulo: Editora Atlas, 2012.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>CASTIGLIONI, Ligia. Comunicação e Marketing empresarial. Série Eixos. São Paulo: Editora Erica, 2014.</p> <p>CHURCHILL JR, Gilbert A; PETER J. Paul. Marketing: Criando Valor para os Clientes. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.</p> <p>CROCCO et al. Decisões de Marketing - Os 4 Ps - Coleção de Marketing – v.2, 3.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.</p> <p>LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de Serviços. São Paulo: Editora Atlas, 2012.</p> <p>ZENONE, Luiz Cláudio. Marketing de Relacionamento: Tecnologia, Processos e Pessoas. São Paulo: Editora Atlas, 2010.</p>					

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular			
LBS		LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
40	00	00	40	40	Módulo 3
Ementa					
<p>1. Noções básicas de deficiência auditiva/surdez 2. Historicidade da Linguagem de sinais 2.1 Breve história das pessoas com deficiência auditiva-surdez no mundo e no Brasil 2.2 Breve história das línguas de sinais; 2.3 Língua, linguagem, sinais e gestos 2.4 A língua de sinais na constituição da identidade e cultura surdas. 3. Legislação específica: 3.1 Lei nº 10.436, de 24/04/2002; 3.2 Decreto nº 5.626, de 22/12/2005. 4 Introdução a Libras: 4.1 Parâmetros da Libras: configurações de mão, ponto de articulação/localização, movimento, orientação/direcionalidade da mão, expressões; 4.2 Características da língua, seu uso e variações regionais; 4.3 Alfabeto da Libras, Saudação, Identificação Pessoal: nome, sinal; Pronomes Pessoais, Meses, Números, Família; Material Escolar, Cores; Sentimentos; Verbos; Profissões; 5. Prática introdutória em Libras 5.1 Diálogo e conversação básica; 5.2 Expressão viso-espacial</p>					
Área de Integração					
Empreendedorismo e Inovação; Design Editorial; Motion Design e Audiovisual; Design de Interfaces; Marketing.					
Bibliografia Básica					
<p>ARANTES, Valéria Amorim. (Org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo, Summus, 2007.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº. 10.426, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2005.</p> <p>BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acessibilidade – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005. 160p.</p> <p>BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002.</p> <p>HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Editora: Ciranda Cultural, 2010.</p> <p>SACKS, Oliver W. Vendo vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SLOMSKI, Vilma Geni. Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2010. 124 p.</p>					
Bibliografia Complementar					

ALMEIDA, E. C. **Atividades Ilustradas em Sinais de LIBRAS**. 2. ed. São Paulo: Revinter, 2013. 242p.

BRASIL. Ministério da Educação – SEESP/INES. **Dicionário Digital de LIBRAS**.

BRASIL. **Dicionário Digital de LIBRAS**. Site do MEC www.dicionarioliberal.com.br

BRASIL. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado trilingue de LIBRAS**. Sites do MEC: www.ines.org.br/libras; www.feneis.com.br e www.surdosol.com.br

CAPOVILLA, F. C. et al. **Novo Deit–Libras**: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. Vol. 1, 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. 2800p.

QUADROS, R. M.; KARNOP, L. B. **Língua dos Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2003. 222p.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004

SILVA, Márcia Cristina Amaral da. **Os surdos e as notações numéricas**. Maringá: Eduem: 2010

COUTINHO, Denise, **Libras e Língua Portuguesa** (semelhanças e diferenças) \ Volume I \ 3ª Ed. Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015. 77 p.: il.

COUTINHO, Denise, **Libras e Língua Portuguesa** (semelhanças e diferenças) \ Volume II \ 3ª Ed. Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015. 161 p.: il.

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

A integração dos componentes será desenvolvida por compatibilidade de ementas, por meio de projeto integrador e ficará sob a responsabilidade dos docentes elaborarem os conteúdos que constituirão as bases científicas, instrumentais e tecnológicas dos componentes curriculares, as quais deverão estar articuladas e integradas entre si para o desenvolvimento de determinada competência da área específica ou de outras áreas de conhecimento, visando garantir a interdisciplinaridade.

7.4 Terminalidade - Saídas Intermediárias

Este curso não prevê terminalidades intermediárias.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Este curso não prevê Trabalho de Conclusão de Curso.

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

9.1 Prática Profissional Supervisionada

A prática profissional supervisionada do curso compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações. A prática profissional ocorrerá de forma integrada, contextualizada e inter-relacionando os saberes apreendidos e terá a pesquisa como princípio pedagógico, mantendo-se a relação pesquisa- ensino-extensão e inovação.

As atividades relativas à prática profissional serão previstas pelos docentes nos planos de ensino dos componentes curriculares que deverão estabelecer atividades práticas para o desenvolvimento de atividades que contribuam para a formação profissional.

A carga horária destinada à prática profissional supervisionada é de 440 horas, com atividades desenvolvidas no decorrer do curso, distribuídas em cada componente curricular e módulos que irão contemplar: 160h no Módulo I, 120h no Módulo II e 160h no Módulo III.

9.2 Estágio Profissional Supervisionado

Considerando que a articulação entre os conteúdos teóricos e a prática realizar-se-á transversalmente ao longo do curso, este não prevê a realização de estágio curricular obrigatório.

É facultada aos estudantes a possibilidade de, caso assim desejarem, realizarem estágio curricular não obrigatório, com carga horária não especificada, além da carga horária mínima do curso, desde que estabelecido convênio e termos de compromisso entre as empresas ou instituições e o IFRR, que garantam as condições legais necessárias e estejam em conformidade com a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, a Resolução n.º 418 – Conselho Superior, de 18 de dezembro de 2018, a Resolução CONSUP/IFRR N° 782, de 25 de março de 2024 que *“Dispõe sobre as normas e as diretrizes gerais do estágio e sua padronização nos campi do Instituto Federal de Roraima”* e Organização Didática em vigor.

9.3 Projetos

Os projetos integradores poderão permear todos os períodos dos cursos, devendo contemplar a aplicação dos conhecimentos adquiridos, tendo em vista a intervenção no mundo do trabalho e na realidade social, contribuindo para o desenvolvimento local e a solução de problemas.

Em se tratando de atividades que demandem a execução de projeto integrador, a metodologia de desenvolvimento da prática profissional estará detalhada no formato de projeto, de acordo com sua natureza, podendo se caracterizar como Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão e Projetos de Ensino Integrados.

As atividades relativas ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou extensão serão, preferencialmente, ofertadas no *Campus* e proporcionarão a integração entre teoria e prática, com base na interdisciplinaridade, resultando em relatórios sob o acompanhamento e supervisão de um orientador

Os projetos integrados serão propostos pelos docentes durante a oferta dos componentes curriculares, planejados para a vivência de uma experiência profissional, objetivando a aplicação de conhecimentos adquiridos ou ao desenvolvimento de competências, a fim de preparar os

estudantes para os desafios no exercício da profissão. Tais projetos deverão ser previstos nos planos de ensino e detalhados em instrumento de planejamento próprio.

9.4 Prática Profissional Integrada

A prática profissional integrada (PPI) é o espaço/tempo destinado, por excelência, para promover a articulação entre os conhecimentos trabalhados nos diferentes componentes curriculares do curso, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

A PPI será desenvolvida ao longo do curso, a fim de promover o contato real e/ou simulado com a prática profissional pretendida pela habilitação específica e articular a integração horizontal e vertical entre os conhecimentos da formação geral e da formação específica com foco no trabalho como princípio educativo.

Deste modo, a PPI será realizada ao longo do curso, por meio de projetos integradores que possibilitem a construção de conhecimentos teóricos e práticos, habilidades e competências tanto no ambiente escolar quanto em espaços externos de forma articulada com ensino, pesquisa, extensão e inovação.

10. ATIVIDADES ACADÊMICAS-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCs)

As Atividades Acadêmicas-Científico-Culturais (AACCs) referem-se às vivências acadêmicas e ao enriquecimento do currículo por meio de atividades extracurriculares de natureza acadêmica-científica-cultural definidas em resolução específica. Tem caráter de complementação da prática profissional quando realizadas na área objeto de formação do estudante, desde que haja relação com os conteúdos dos componentes curriculares da matriz e respeitando os objetivos e o perfil profissional de conclusão do curso, bem como sua estrutura curricular.

No Curso Técnico em Design Gráfico Subsequente ao Ensino Médio, não prevê carga horária obrigatória para as AACCs. No entanto, é facultada aos estudantes a possibilidade de, caso assim desejarem, realizarem AACCs.

11. ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

Na perspectiva de flexibilizar a formação de técnicos, por meio das competências necessárias para o mundo do trabalho, o Curso de Design Gráfico será estruturado anualmente, sendo composto de 3 (três) módulos. O curso será oferecido no período noturno, com vistas às demandas do mundo do trabalho e disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros.

Os procedimentos metodológicos visam como habilidade cognitiva fundamental a capacidade de desenvolver competências e possibilitar a aquisição de conhecimentos de forma criativa para a resolução de situações problemas detectados na dinâmica da prática social e produtiva. A metodologia deve ser desenvolvida de forma a contemplar os aspectos envolvidos no desenvolvimento das competências cognitivas, psicomotoras e sócio afetivas, dando ênfase à contextualização e à prática social e produtiva.

A metodologia adotada integra os conteúdos teóricos à prática, sistematizando uma ação conjunta, tornando-os mais compreensivos e significativos. Os docentes buscarão desenvolver um ensino construtivo, orientando a aprendizagem do estudante, a fim de incentivá-lo a conduzir suas competências. Com isso, o estudante irá adquirir conhecimentos aproveitando sua capacidade de partilhar liderança.

No desenvolvimento das atividades, os docentes adotarão várias técnicas de ensino, visando torná-las mais ajustadas à realidade dos estudantes e mais eficientes quanto aos seus resultados. Esses docentes utilizarão metodologias que facilitem o desenvolvimento da área profissional, incluindo aplicação dos conceitos e princípios científico-tecnológicos significativos, envolvendo conseqüentemente o uso inteligente de ferramentas e técnicas, indispensáveis para o processo de profissionalização do estudante.

Caberá ao docente definir no plano de ensino do seu componente as melhores estratégias, técnicas e recursos para o desenvolvimento do processo educativo, mas sempre de acordo com o projeto pedagógico do curso, considerando a proposta do viés integrador e interdisciplinar. Dentre elas, aulas expositivas dialogadas com esquemas e suportes visuais; aulas práticas; estudos de texto; estudos de caso; resumos; mapas conceituais; estudos dirigidos; aulas orientadas; listas de discussão por meios informatizados; filmes; uso de tecnologias de informática; soluções de problemas; resolução de exercícios; grupos de trabalho (GT)/seminários; ensinamentos em pequenos grupos; grupos de verbalização e de observação (GVGO); dramatizações;

seminários; painéis; entrevistas; discussões e debates; oficinas práticas; estudos do meio; pesquisas direcionadas; exposições; visitas técnicas e dinâmicas em grupo.

Considerando a oferta do componente curricular optativo de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS na modalidade a distância, o Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional deverá ser utilizado para a mediação do conhecimento com a utilização dos recursos de promoção das aulas síncronas e assíncronas.

12. ATIVIDADES À DISTÂNCIA

Este curso será desenvolvido de forma presencial, exceto o componente curricular optativo de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS que será ofertado integralmente à distância por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, na plataforma Moodle.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional é organizado para fins pedagógicos, utilizando-se de instrumentos pertinentes à prática pedagógica na modalidade EaD, conforme estabelecido na Organização Didática do IFRR.

Neste sentido, ficarão disponíveis os conteúdos e atividades avaliativas, correspondente à carga horária do componente curricular. Da mesma forma será utilizado o SUAP para o registro das aulas e notas no diário correspondente ao componente curricular.

O planejamento do componente curricular de Libras deverá constar no Plano de Ensino de forma clara e precisa, especificando a metodologia adotada, critérios de avaliação, cronograma de atividades e mecanismos de atendimento individualizado aos estudantes.

As atividades serão colaborativas e/ou individuais, síncronas com uso de webconferências, transmissão de aula, seminários online, webinar, e assíncronas, como fóruns, tarefas, questionários, produções, resoluções de problemas, laboratórios digitais, dentre outras que o docente julgar importante para a execução do componente curricular.

13. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

A articulação do ensino com a pesquisa e extensão no desenvolvimento das atividades curriculares do curso, tem por objetivo estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade, possibilitando a articulação com o mundo do trabalho e dando ênfase à produção, ao segmento ao desenvolvimento e à difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, cujo objetivo é fazer a interface entre ensino, pesquisa, extensão e inovação para enriquecer o conhecimento dos estudantes.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa assegurar aos sujeitos condições de interpretar a realidade e exercer sua cidadania, propiciando-lhes condições de intervir na sociedade de maneira crítica e justa.

As ações de pesquisa e de inovação serão desenvolvidas mediante alguns programas, tais como: Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT) e Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão (PBAEX) ou outras formas que docentes e discentes adotarem.

As ações desenvolvidas por meio do IF Comunidade, da Semana de Empreendedorismo e Inovação que acontecem todos os anos no *campus*, constituem-se em momentos de troca do conhecimento produzido e acumulado pela Instituição, além de também demonstrar a transparência e o compromisso com a sociedade local.

As atividades deverão ser previstas no plano de ensino ou ser desenvolvidas em formato de projetos de ensino, pesquisa ou extensão, com ou sem fomento por meio de edital institucional, garantindo ao estudante o papel de protagonista do processo de construção de seu conhecimento e de sua formação profissional.

14. APOIO AO DISCENTE

O Coordenador de Curso estabelecerá mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas). Também dará suporte quanto às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares. Para o atendimento ao estudante, a Coordenação de Curso conta com a parceria das equipes da Coordenação Pedagógica (COPEP) e da Coordenação de Assistência Estudantil (CAES).

Dentre as ações desenvolvidas para garantir a permanência e o êxito dos estudantes na instituição, pode-se destacar o acolhimento realizado todo início de semestre com os estudantes e durante o ano com as famílias, a garantia da acessibilidade metodológica e instrumental por

meio da promoção de formação continuada da equipe do ensino, a realização de monitoria, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, o atendimento realizado pela equipe multidisciplinar, a participação nos projetos de pesquisa e extensão, as práticas inovadoras nos projetos Inova e etc.

14.1. Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais

A Coordenação de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE) tem o objetivo de definir diretrizes que promovam a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas (PNEEs), buscando o respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades por meio de algumas ações, dentre elas:

- Promover cursos de capacitação no *Campus* Boa Vista Zona Oeste;
- Promover ações socioeducativas sobre as temáticas da inclusão;
- Identificação, verificação e acompanhamento dos discentes com necessidades educacionais específicas;
- Atuar nos colegiados dos cursos, oferecendo suporte no processo de ensino e aprendizagem dos discentes;
- Potencializar o processo ensino e aprendizagem por meio de orientação dos recursos de novas tecnologias assistidas, inclusive mediando projetos de inovação tecnológica assistida, desenvolvidos por discentes e docentes;
- Propor e acompanhar ações de eliminação de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição;
- Incentivar a implantação de conteúdos, componentes curriculares permanentes e/ou optativas referentes à Educação Inclusiva, nos cursos ofertados pelo IFRR; Atuar junto aos professores na adaptação e produção dos materiais didáticos e apoiar os servidores no atendimento de pessoas com necessidades educacionais específicas no ambiente escolar;
- Promover e estimular o desenvolvimento de atividades formativas para a comunidade educativa do IFRR; e
- Articular as atividades desenvolvidas com as ações de outras Instituições voltadas ao trabalho com pessoas com necessidades educacionais específicas.

14.2. Assistência Estudantil

A Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, tem por objetivo geral contribuir para a redução dos efeitos da desigualdade, para a melhoria do desempenho acadêmico, para a permanência estudantil, para a produção e difusão dos conhecimentos, para êxito educacional e para a melhoria das condições de vida dos estudantes.

São objetivos específicos da Política de Assistência Estudantil do IFRR:

- I. Fortalecer e ampliar programas e projetos de Assistência Estudantil que possibilitem a permanência e o êxito dos estudantes;
- II. Realizar acompanhamento pedagógico e biopsicossocial dos estudantes, contribuindo com o processo de aprendizagem;
- III. Proporcionar aos estudantes condições necessárias para seu amplo desenvolvimento acadêmico, incluindo aqueles com necessidades educacionais específicas, conforme legislação vigente;
- IV. Contribuir para a redução dos índices de evasão e de retenção escolar, mediante implementação do Plano de Permanência e Êxito do IFRR;
- V. Possibilitar ao corpo discente igualdade de oportunidades para além da transferência de recursos financeiros, por meio de ações de apoio estudantil promovidas pelo ensino, pesquisa e extensão;
- VI. Promover ações que visem à igualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais;
- VII. Implementar programas, projetos e ações que visem ao respeito às diversidades étnicas, sociais, sexuais, culturais, de gênero, geracionais e religiosas;
- VIII. Possibilitar a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, técnico científicos, artístico-culturais e esportivos;
- IX. Incentivar a produção, circulação, difusão, acessibilidade, veiculação, preservação e publicação de trabalhos artísticos, técnicos-científicos e culturais dos estudantes;
- X. Estimular a participação dos estudantes na discussão e nos processos decisórios

referentes à gestão democrática da Assistência Estudantil do IFRR.

Dentre os programas de que trata a Política de Assistência Estudantil, o *Campus* Boa Vista Zona Oeste oferece aos estudantes do Curso Técnico em Design Subsequente ao ensino médio:

- I. Programa de Auxílio Alimentação;
- II. Programa de Auxílio Transporte.

O *campus* conta, ainda, com ações realizadas pela Coordenação de Apoio ao Estudante (CAES) e sua equipe integrada pelos profissionais do Serviço Social; Psicologia e Enfermagem; e pela Coordenação Pedagógica com a Equipe Técnico-Pedagógica composta por Pedagogo e Técnicos em Assuntos Educacionais.

15. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs)

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) são recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, que potencializam a construção do conhecimento e têm um papel fundamental nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo melhorias na comunicação, ofertando espaços de simulação de atividades práticas que não sejam possíveis de realizar de forma direta por indisponibilidade de espaço e estrutura, entre outras possibilidades de mediação.

As TDICs têm sido incorporadas às práticas docentes como meio para promover aprendizagens mais significativas, com o objetivo de apoiar os docentes na implementação de metodologias de ensino ativas, alinhando o processo de ensino-aprendizagem à realidade dos estudantes e despertando maior interesse e engajamento dos estudantes.

Visando acompanhar o uso cada vez mais intenso da Tecnologia Digital de Informação e Comunicação (TDIC), como recurso do processo de ensino e aprendizagem, o IFRR busca continuamente a melhoria de acessibilidade às novas tecnologias. Neste sentido, a infraestrutura oferecida aos estudantes e docentes contempla laboratórios de informática com programas específicos, aplicáveis ao ensino nas diferentes áreas com o objetivo de atender às demandas dos cursos com livre acesso à internet e a biblioteca virtual. Ao todo, são 02 (dois) laboratórios de informática, com 30 (trinta) computadores cada, e um laboratório na biblioteca, com 18 (dezoito) computadores que são disponibilizados aos estudantes para uso em atividades de pesquisa, todos com acesso à rede mundial de computadores e com suíte de aplicativos para escritório contendo processador de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica, cliente de e-mails, biblioteca virtual com um acervo atualizado com livros referentes às mais diversas áreas.

Além disso, o *Campus* Boa Vista Zona Oeste implementou o Laboratório IF Maker que tem como função primordial estimular o espírito de criação e inovação nos estudantes, integrando novas tecnologias e a sala de aula por meio de ferramentas como impressoras 3D, *scanner* 3D, CNC *Laser*, kit Robótica Arduino e Lego, entre outros equipamentos.

16. CONSELHO DE CLASSE

O IFRR/CBVZO possui Conselho de Classe presidido pelo Departamento de Ensino, que é um órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho escolar dos estudantes matriculados nos cursos técnicos, tendo sua organização e funcionamento fixados pela Organização Didática da instituição.

O Conselho de Classe é temporário e ocasional, sendo constituído pelo Departamento de Ensino, todos os docentes da turma, no período letivo em questão, representantes dos discentes, o coordenador de curso, a equipe multidisciplinar de assistência ao estudante e um representante da equipe técnico-pedagógica.

O Conselho de Classe cuja finalidade é analisar os problemas educacionais da turma integralmente e os referentes às diferenças individuais e ambientais dos discentes, reunir-se-á ao final de cada módulo, em caráter ordinário e estará previsto no calendário acadêmico, assegurando um acompanhamento contínuo e planejado dos estudantes. Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Departamento de Ensino para tratar de assuntos específicos.

Ao final do período letivo, o Conselho de Classe analisará a situação dos discentes com reprovação nos componentes curriculares, tendo a prerrogativa de homologar, ou não, a

média/nota final atribuída pelos docentes.

São atribuições do Conselho de Classe:

- Levantar as dificuldades da turma com relação à aprendizagem, ao relacionamento docente e discente, ao relacionamento entre os próprios discentes e outros assuntos que mereçam ser analisados coletivamente;
- Deliberar sobre medidas técnicas, administrativas e pedagógicas a serem tomadas, visando a superar dificuldades detectadas;
- Despertar nos docentes e nos discentes o hábito de reflexão, de análise e de autoavaliação sobre o seu próprio desempenho, no cumprimento de suas obrigações e responsabilidades;
- Servir como instrumento de aperfeiçoamento da prática pedagógica, buscando alternativas e sugerindo metodologias, procedimentos e recursos didáticos e metodológicos que contribuam para ajustes necessários na condução do processo de ensino-aprendizagem.

Por determinação do Departamento de Ensino, em função de assuntos específicos a serem tratados, o Conselho de Classe poderá ser convocado para reunir-se com:

- Toda a turma de discentes;
- Sem a presença dos discentes; ou
- Com determinado grupo de discentes.

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

O IFRR compreende avaliação de caráter polidimensional e processual que inclui avaliação da aprendizagem do estudante, avaliação das estratégias de ensino e avaliação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para ressignificação do processo educacional.

A avaliação da aprendizagem do estudante deve ser entendida como um meio para acompanhamento da apropriação do conhecimento, da formação de atitudes e do desenvolvimento de habilidades conforme perfil profissional do curso.

Avaliação do ensino compreende o acompanhamento pedagógico no que tange a prática docente para identificar os meios, instrumentos, estratégias de ensino que contribuem para a superação das dificuldades no processo de aprendizagem.

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é entendida como um processo contínuo de monitoramento e/ou de reformulação deste, a partir das necessidades do mundo do trabalho, do processo de ensino e aprendizagem e da avaliação do curso.

17.1 Do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação do processo ensino e aprendizagem têm como parâmetro os princípios do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o perfil de conclusão do Curso.

A avaliação da aprendizagem do estudante compreenderá os aspectos cognitivo e social, sendo os critérios e valores estabelecidos em cada instrumento de avaliação, descritos na metodologia do Plano de Ensino dos docentes e previamente apresentados aos estudantes no início do componente curricular.

O processo avaliativo deverá considerar os aspectos atitudinais, conceituais e procedimentais, não devendo os atitudinais ultrapassar 30% (trinta por cento) do quantitativo da avaliação.

A avaliação do processo de aprendizagem será processual, sistemática, integral, diagnóstica e formativa, envolvendo docentes e estudantes e deve garantir conformidade entre os processos, as técnicas, os instrumentos de avaliação, as bases tecnológicas, as habilidades e as competências a serem desenvolvidas.

A avaliação deverá ser um diagnóstico constante – processo contínuo e formativo – em que os aspectos qualitativos se sobreponham aos quantitativos, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN), considerando as modalidades:

I - Avaliação Diagnóstica - realizada no início do processo de ensino aprendizagem:

- a) Detecta o nível de conhecimentos dos estudantes;
- b) Retroalimenta o processo, indicando os elementos que precisarão ser aprofundados;

II - Avaliação Formativa - de caráter contínuo e sistemático:

- a) Ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem;
- b) É interna ao processo e centrada no estudante;
- c) Também tem caráter diagnóstico;
- d) Possibilita acompanhar o domínio de competência e adequar o ensino aos ajustes na aprendizagem e no desenvolvimento do estudante;

III - Avaliação Somativa - possibilita avaliar as competências pretendidas:

- a) fornece resultados de aprendizagem;
- b) subsidia o planejamento do ensino para a próxima etapa;
- c) informa o rendimento dos estudantes em termos parciais e finais.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, estimulando o estudante à pesquisa, à reflexão, a acionar outros conhecimentos e habilidades evidenciando iniciativa, criatividade para resolução de problemas.

É de competência do docente a elaboração, a aplicação e o julgamento do trabalho de avaliação da aprendizagem. Quando o conteúdo de qualquer avaliação prevista, discrepar dos objetivos gerais ou específicos constantes no Plano de Ensino, o setor de apoio pedagógico proporá sua adequação.

O docente poderá adotar instrumentos de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-lo no Plano de Ensino. São considerados, dentre outros, os seguintes instrumentos avaliativos:

- I - Fichas de observação com critérios estabelecidos;
- II - Projetos;
- III - Estudo de caso;
- IV - Painéis integrados.
- V - Lista de verificação de desempenho e competências;
- VI - Exercícios
- VII - Questionários;
- VIII - Pesquisa;
- IX - Dinâmicas;
- X - Teste/exame/prova escrita ou oral;
- XI - Prática Profissional;
- XII - Relatórios;
- XIII - Portfólio;
- XIV - Atividade prática;
- XV - Jogos pedagógicos;
- XVI - Teatro.

As avaliações devem ser estabelecidas de forma contextualizada, preferencialmente em articulação entre os componentes curriculares que trabalham a mesma competência. Os resultados das avaliações da aprendizagem deverão ser analisados pelo docente junto a turma, visando garantir o melhor aproveitamento dos conteúdos trabalhados.

As avaliações dos estudantes com Deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Superdotação/Altas habilidades devem ser adaptadas às suas necessidades educacionais específicas com apoio da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE).

A verificação da aprendizagem dos estudantes será expressa em notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos conforme o sistema acadêmico adotado.

As datas das avaliações ficarão a critério do docente, comunicadas previamente aos estudantes, considerando o calendário acadêmico. Os docentes terão um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a realização das avaliações, para apresentar os resultados aos estudantes, de modo a possibilitar a análise do seu desempenho.

Em caso de uso de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), o docente deverá optar por tecnologias disponíveis na instituição ou acessíveis aos estudantes, a fim de propiciar ao estudante a realização das atividades avaliativas.

A nota do componente curricular será composta por uma das seguintes formas:

- I - Somativa;
- II - Média aritmética simples;
- III - Média ponderada.

No sistema de avaliação somática a nota do componente curricular será composta pela soma simples dos instrumentos avaliativos.

No sistema de avaliação média aritmética simples a nota do componente curricular será composta pela média aritmética de duas notas (N1 e N2).

No sistema de avaliação média ponderada a nota do componente curricular será composta, levando-se em consideração o peso atribuído para cada nota (N1 e N2).

A nota do componente curricular será composta por no mínimo (02) dois e no máximo (04) quatro instrumentos avaliativos, diferentes entre si, distribuídos entre N1 e N2, quando for o caso.

Será considerado aprovado o estudante que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) por componente curricular e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do módulo.

Será considerado reprovado o estudante que obtiver média modular menor que 4,0 (quatro) no componente curricular e/ou frequência menor que 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do módulo.

Visando garantir o êxito acadêmico, serão promovidos estudos de recuperação. Os estudos de recuperação serão desenvolvidos de forma contínua, durante o período letivo, com o objetivo de superar as dificuldades de aprendizagem.

O estudante que obtiver média modular igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 6,0 (seis), cuja frequência for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária do módulo, terá direito a Exame Final, que será elaborado com base nos conteúdos ministrados, a critério do docente, durante o módulo.

Será considerado reprovado no componente curricular o estudante que, após o Exame Final, obtiver média menor que 6,0 (seis). Em caso de reprovação em até 02 (dois) componentes curriculares, o estudante ficará em situação de dependência.

O componente curricular em dependência poderá ser executado conforme uma das opções a seguir:

- Oferta totalmente presencial;
- Oferta com no mínimo 20% (vinte por cento) da carga horária do componente curricular na forma presencial e 80% a distância;
- Oferta totalmente a distância.

Em qualquer das opções de organização, deve-se primar pelo cumprimento do conteúdo programático e da carga horária total, necessários para os estudantes alcançarem a progressão.

Conforme disposto na Organização Didática do IFRR, o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem consiste das análises decorrentes das reuniões de conselho de classe e de reuniões pedagógicas, em que são estabelecidas estratégias pedagógicas de intervenção necessárias que tem a finalidade de:

- I. Identificar progressos;
- II. Detectar dificuldades no processo ensino-aprendizagem;
- III. Detectar as causas e sugerir as medidas didático-pedagógicas a serem adotadas visando à superação das dificuldades;
- IV. Adequar, se necessário, o conteúdo programático dos componentes curriculares para haver maior interdisciplinaridade.

A proposição de possíveis intervenções deverá ocorrer por meio de decisão consensual entre o Departamento de Ensino, a Coordenação de Cursos e o setor Pedagógico, podendo ser envolvidos demais setores/profissionais que forem necessários.

Serão realizadas reuniões pedagógicas destinadas a momentos de reflexão, de caráter diagnóstico e prognóstico, com a finalidade de discutir estratégias de intervenção necessárias à continuidade do processo ensino-aprendizagem, bem como de formação continuada.

Além disso, ao final de cada módulo, será realizado o Conselho de Classe com a finalidade de analisar os processos de ensino-aprendizagem da turma e aqueles específicos de cada estudante.

O estudante tem direito à avaliação de segunda chamada, desde que realize a abertura de chamado via Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) solicitando à Coordenação de Curso, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a realização da avaliação à qual não se fez presente e mediante a apresentação dos documentos justificativos, abaixo especificados:

- I - Atestado médico ou declaração de comparecimento, comprovando a impossibilidade de participar das atividades escolares do dia;
- II - Declaração da Coordenação de Assistência Estudantil, comprovando que o estudante está temporariamente impossibilitado de comparecer ao *campus*;
- III - Declaração de corporação militar, comprovando que, no horário da realização da primeira chamada, estava em serviço;
- IV - Declaração do Coordenador de Curso, comprovando que o estudante estava representando o IFRR em atividade científica, artística, cultural ou esportiva;
- V - Ordem Judicial.

A realização da avaliação de segunda chamada dependerá do parecer emitido pela Coordenação de Curso que dispõe de 24 (vinte e quatro) horas, para notificar o docente. Cabe ao

docente do componente curricular elaborar e aplicar o instrumento de avaliação de segunda chamada, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis a partir do deferimento do pedido.

Os documentos apresentados não abonarão as faltas do estudante nos períodos indicados, mas lhe darão o direito de realizar as atividades avaliativas que porventura forem aplicadas durante seu afastamento.

Os demais casos, não previstos em Lei, serão avaliados pela Coordenação de Curso. O não comparecimento do estudante, em qualquer etapa de avaliação, decorrido o prazo de pedido de segunda chamada, implica a atribuição de nota 0,0 (zero), desde que não esteja amparado legalmente.

17.2 Aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

O aproveitamento de estudos ocorre por meio da dispensa de componente curricular cursado anteriormente, nos termos desta Organização Didática. O estudante terá direito a aproveitamento de estudos realizados com êxito, desde que do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior.

O período para requerer aproveitamento de estudo será definido no Calendário Acadêmico. Para requerer o aproveitamento de estudos, o estudante deverá observar a compatibilidade de competências e habilidades, conteúdos, cargas horárias entre o componente curricular cursado e o que está sendo ofertado.

O estudante poderá requerer aproveitamento de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária do curso e ocorrerá quando se tratar de cursos legalmente autorizados e realizados em instituições de ensino reconhecidas e credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC).

O estudante do IFRR que tenha cursado componente curricular em outra instituição poderá solicitar aproveitamento de estudos ou contabilizar carga horária para Atividades Complementares. A solicitação para aproveitamento de estudos deverá ocorrer via Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) em Central de serviço com abertura de chamado>Registro acadêmico>Aproveitamento, com especificação do(s) componente(s) curricular (es) de que se pleiteia, anexando os seguintes documentos:

I - Histórico Escolar;

II - Ementário dos componentes curriculares estudados, com a especificação de carga horária, conteúdos, unidades de ensino, bibliografia, devidamente assinada pelo responsável do curso.

O pedido de aproveitamento de estudos dará origem no setor de Registro Acadêmico que será despachado para a/o Diretoria/Departamento de Ensino/Coordenação de Curso ao qual o estudante estiver vinculado, que deverá observar, em seu parecer:

I - Os conteúdos e as cargas horárias devem coincidir em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com o programa dos componentes curriculares do curso pretendido no IFRR;

II - Os componentes curriculares cursados com aprovação em outros cursos do mesmo nível de ensino ou de nível superior.

O aproveitamento de estudos compreenderá apenas componentes curriculares que tenham sido cursados com êxito em instituições de ensino reconhecidas pelo MEC. O docente responsável pelo componente curricular solicitado terá cinco (05) dias úteis para analisar os documentos referentes, em conformidade com as disposições constantes nesta Organização Didática, emitindo parecer para anexar ao processo.

O Coordenador do Curso deverá analisar o processo com o parecer do docente e publicar parecer final em, no máximo, vinte (20) dias após solicitação do estudante, observando o aproveitamento do componente curricular, listando a(s) equivalência(s), a(s) dispensa(s) e as que o estudante deverá cursar.

Após o trâmite, os resultados deverão ser encaminhados ao setor de Registro Acadêmico para encaminhamentos necessários. Até a data de publicação do parecer, o estudante deverá frequentar as aulas regularmente. Para efeito de Registro Acadêmico, constará no Histórico Escolar a indicação de que houve Aproveitamento de Estudos (AE) e a relação de componentes curriculares aproveitados com a respectiva carga horária.

17.3 Procedimentos de avaliação do curso

A avaliação do curso compreende a análise das práticas no desenvolvimento do curso e o processo de retroalimentação curricular em busca da qualidade do ensino ofertado, obtendo informações sobre o funcionamento do Curso, por meio da avaliação da eficiência e eficácia do

processo de ensino e aprendizagem, em cumprimento à Organização Didática do IFRR.

Após o término de cada módulo, os estudantes responderão a um questionário, preferencialmente digital, disponibilizado em plataformas digitais com acesso via computadores (desktops) e dispositivos móveis. Caberá à Direção-Geral homologar o instrumento que deverá ser proposto pelo Departamento de Ensino, em conjunto com sua equipe técnico-pedagógica. A Coordenação de Curso será responsável pela realização da avaliação em data prevista no Calendário Acadêmico, em parceria com o Departamento de Ensino e o Setor Pedagógico.

Dessa forma, constituirá objeto de avaliação permanente do curso: a consecução dos objetivos propostos no projeto pedagógico, tendo em vista o perfil e as competências do egresso, tendo como referência:

a) avaliação dos componentes curriculares e das atividades acadêmicas específicas do curso (visa identificar e diagnosticar o desenvolvimento do currículo, os meios, instrumentos, mecanismos e recursos que melhor se ajustam à aprendizagem do estudante, por meio da avaliação dos seguintes objetos: plano de ensino; projetos orientados pelo docente; produtos desenvolvidos sob a orientação docente e equipe pedagógica; sugestões e críticas dos estudantes, dos docentes, da equipe pedagógica, dos demais servidores técnico administrativos e da comunidade);

b) avaliação do corpo docente do curso (objetiva assumir função diagnóstica para favorecer a percepção da eficácia e eficiência do trabalho docente, no planejamento, organização, aplicação e avaliação das atividades pedagógicas em decorrência da especificidade do curso, verificar a adequação da formação dos docentes aos componentes curriculares por eles ministrados e realizar a autoavaliação docente). Serão avaliados diversos itens relativos à prática em sala de aula, domínio de conteúdo, formas de avaliação, assiduidade, pontualidade, postura profissional, dentre outros;

c) avaliação do corpo técnico do curso (pretende assumir função diagnóstica para favorecer a percepção da eficácia e eficiência do trabalho técnico, no planejamento, organização, aplicação e avaliação de atividades pedagógicas em decorrência da especificidade do curso, verificar o acompanhamento técnico-pedagógico, psicossocial e de saúde junto aos estudantes e realizar a autoavaliação do corpo técnico);

d) avaliação das instalações e equipamentos disponibilizados aos estudantes, corpos técnico e docente: será realizada avaliação dos espaços educativos como salas de aula, laboratórios, biblioteca e demais ambientes didáticos, assim como da disponibilidade, do acesso e da qualidade dos equipamentos existentes para as atividades de ensino, a fim de favorecer a eficácia e eficiência dos trabalhos técnicos e pedagógicos, no planejamento, organização, aplicação e avaliação das atividades do curso em decorrência da especificidade do curso;

e) avaliação dos índices de reprovação, retenção e evasão: realizado por meio de estudos pela equipe de acompanhamento do curso (Coordenadores de Cursos e Equipe Técnico Pedagógica) com vistas a retroalimentação do Plano de Ação de Permanência e Êxito do CBVZO;

f) autoavaliação dos estudantes: será desenvolvida a fim de que permita ao estudante acompanhar seu desempenho no percurso de formação e identifique pontos a serem aprimorados, considerando-se esta prática imprescindível à aprendizagem com autonomia. O resultado do processo da autoavaliação poderá ser expresso em menções como: Ótimo – capaz de desempenhar, com destaque, as competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão; Bom – capaz de desempenhar, a contento, as competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão; e Insuficiente – ainda não capaz de desempenhar as competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão. As menções consideram os critérios e indicadores de desempenho relacionados com as competências profissionais descritas no perfil de conclusão.

Tais ações são necessárias visando atender ao disposto em normativa institucional que determina: *“No acompanhamento do desempenho acadêmico, os cursos ou componente(s) curricular(es) que, repetidamente, apresentarem alto índice de reprovação, deverão ser objeto de acompanhamento pedagógico por parte da Coordenação de Curso e Setor Pedagógico, visando embasar as necessárias intervenções (IFRR, 2023, p.79)”*.

Quando necessário, ocorrerão intervenções administrativas e pedagógicas para auxiliar estudantes, corpos docente e técnico, por parte da Coordenação de Curso e Direção de Ensino.

Os dados serão tabulados e analisados pela Coordenação de Curso e ficarão disponíveis para acesso de todos os envolvidos no processo avaliativo.

17.4 Sistema de avaliação institucional

A autoavaliação institucional deve ser entendida como um processo mediante o qual a instituição, com a participação de todos os seus segmentos, se analisa internamente, objetivando relacionar o que realmente é com o que deseja ser, assim como avaliar as suas realizações, o modo como se organiza e atua.

É um processo contínuo que objetiva a identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos da instituição, para que eles subsidiem os planos institucionais de curto e médio prazos e, com isso, haja mudanças que resultem em melhorias efetivas.

A autoavaliação institucional obedece aos princípios norteadores da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sinaes para garantir o processo nacional de avaliação das IES e dos cursos de graduação e da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017 que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

Em atendimento à Lei nº 10.861/2004, o IFRR constituiu a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão responsável por conduzir o processo de autoavaliação institucional, que tem autonomia em relação aos demais conselhos e colegiados.

A CPA é constituída por uma Comissão Própria de Avaliação Central, à qual compete a coordenação geral das atividades e se localiza na Reitoria, e por Comissões Setoriais de Avaliação Locais (CSAs), sendo uma em cada *campus*.

Além da Lei nº 10.861/2004, regulamentada pela Portaria nº 2.051/2004, a CPA fundamenta o seu processo avaliativo no Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Sua atuação se embasa na concepção de avaliação como processo permanente de construção e consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se identifique e se comprometa.

A CPA e as CSAs são compostas por membros das comunidades interna e externa. Os integrantes da comunidade interna são eleitos por seus pares, sendo 2 (dois) representantes docentes, 2 (dois) representantes estudantis e 2 (dois) representantes dos técnicos administrativos. Quanto à comunidade externa, há dois (dois) representantes da sociedade civil organizada, que são indicados pelos dirigentes de suas organizações. Para cada membro titular da CPA existe um membro suplente do mesmo segmento.

A CPA atua em conjunto com as CSAs, que têm a atribuição de desenvolver o processo de autoavaliação, particularmente o trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica e de divulgação a esta de todo o processo.

O Campus Boa Vista Zona Oeste atende o que preconiza a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. E o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, promovendo acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, desde o processo de seleção até o acompanhamento do egresso. No contexto da educação inclusiva, recomenda-se que o ponto de partida seja as particularidades do estudante, com foco em suas potencialidades. A proposta curricular é uma só para todos os estudantes, porém, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada um. Só assim se torna viável a participação efetiva, em igualdade de oportunidades, para o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

18. POLÍTICAS DE INCLUSÃO

O Instituto Federal de Roraima (IFRR) tem a responsabilidade de oferecer uma educação fundamentada nos princípios da inclusão social e da garantia dos Direitos Humanos. Em seu planejamento, o IFRR inclui atividades, políticas e programas educacionais voltados para responder a essa necessidade. O Campus Boa Vista Zona Oeste possui em sua estrutura os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE).

O NAPNE/IFRR tem por finalidade fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica, no âmbito do ensino, da pesquisa, extensão e inovação, promovendo o cumprimento efetivo das Leis 10.098/2000 e 13.146/2015, bem como do Decreto 5.296/2004 e outros instrumentos legais correlatos.

O NEABI Tem a finalidade de regulamentar as ações referentes à implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/2008, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas, e para atender a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. É um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas inclusivas pautado na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais.

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste atende o que preconiza a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. E o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, promovendo acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, desde o processo de seleção até o acompanhamento do egresso.

No contexto da educação inclusiva, recomenda-se que o ponto de partida sejam as particularidades dos estudantes, com foco em suas potencialidades. A proposta curricular é uma só para todos os estudantes, porém, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada um. Só assim é viável a participação efetiva, em igualdade de oportunidades, para o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Algumas tecnologias assistivas podem ser incluídas no processo de ensino-aprendizagem, visando proporcionar maior autonomia aos estudantes que delas necessitarem. O campus conta atualmente com dois tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), podendo expandir seu quadro profissional técnico conforme a demanda.

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste desenvolve diversas ações para atender às políticas de inclusão, alinhando-se à dinâmica histórico-social da região e buscando intervir por meio de propostas educacionais concretas. Entre essas ações destacam-se: programas de ações afirmativas, como cotas e reservas de vagas para grupos historicamente excluídos; apoio financeiro para estudantes de baixa renda, incluindo auxílios alimentação e transporte, visando garantir sua permanência e sucesso acadêmico; infraestrutura acessível para atender às necessidades de todos os estudantes; e apoio psicossocial, oferecendo serviços de psicologia e assistência social, além de promover ações de igualdade e diversidade.

18.1 Política de Educação para os Direitos Humanos

A Educação para os Direitos Humanos tem como princípio a formação omnilateral, ou seja, para o mundo de trabalho e vida em sociedade a para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regional, nacional e internacional.

Em seu planejamento, o IFRR busca incluir atividades, políticas e programas educacionais visando ofertar uma educação fundamentada nos princípios da equidade e inclusão social, tendo em vista a garantia dos Direitos Humanos.

Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, as atividades relativas à Educação para os Direitos Humanos estão inseridas no curso de maneira transversal, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente, inseridos de maneira contextualizada nos projetos integradores de cada módulo do curso.

18.2 Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais

A inclusão dessa temática promoverá a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano e nos sistemas de ensino, que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos indígenas ou negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas.

O NEABI tem a finalidade de regulamentar as ações referentes implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas, e para atender temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. É um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas inclusivas, pautadas no respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais.

Os temas serão abordados de maneira transversal, por meio de assuntos relacionados a

valorização da identidade étnico-racial principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas, e para atender a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e tratados interdisciplinarmente, inseridos de maneira contextualizada nos projetos integradores de cada módulo do curso.

18.3 Política de Educação Ambiental

As ações de educação ambiental destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade — ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política — ao desenvolvimento do país. Essas ações têm a intenção de oferecer melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e da participação social na proteção e na conservação ambiental e na manutenção dessas condições a longo prazo.

Os temas serão abordados de maneira transversal, por meio de assuntos relacionados às ações de educação ambiental, que destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade — ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política — ao desenvolvimento do país e tratados interdisciplinarmente, inseridos de maneira contextualizada nos projetos integradores de cada módulo do curso.

18.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

A compreensão da educação como um direito de todos e do processo de inclusão educacional, numa perspectiva coletiva da comunidade acadêmica, reforça a necessidade da construção de institutos inclusivos que contam com redes de apoio à inclusão social.

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste atende o que preconiza a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. E ainda atende ao estabelecido no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, promovendo acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, desde o processo de seleção até o acompanhamento do egresso.

No contexto da educação inclusiva, recomenda-se que o ponto de partida seja as particularidades do estudante, com foco em suas potencialidades. A proposta curricular é uma só para todos os estudantes, porém, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada um. Só assim se torna viável a participação efetiva, em igualdade de oportunidades, para o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Algumas tecnologias assistivas poderão ser incluídas no processo de ensino-aprendizagem, com objetivo de proporcionar maior autonomia no atendimento aos estudantes que delas necessitarem. Além disso, o *campus* conta atualmente com equipe multiprofissional e tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), podendo expandir seu quadro profissional técnico, conforme demanda.

19 PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO PEDAGÓGICA E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

19.1 Pessoal Docente

Nº	PROFESSOR	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
1	Adriana Alves do Amaral	Licenciatura Plena em Letras Português/Inglês	Estudos Literários e Língua Portuguesa	-	-	40 – DE
2	Alexandre Soares de Melo	Graduação em Direito e Tecnologia em Gestão Pública	Gestão Pública e em Violência Doméstica	Ciências Jurídicas	-	40 – DE
3	André Maia Lima	Bacharelado e licenciatura em Educação Física	-	Ciências do Esporte	Ciências do Esporte	40 – DE
4	Antonio Ferreira da Silva	Licenciatura em Física	-	Física	-	40 – DE
5	Amarildo Ferreira Júnior	Bacharelado em Administração	-	Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	40 – DE
6	Armando Gomes Neto	Licenciatura em Química	-	Educação	-	40 – DE
7	Bárbara Moraes da Costa de Souza	Bacharelado em Secretariado Executivo	Secretariado Executivo	-	-	40 – DE
8	Caio Felipe Fonseca do Nascimento	Bacharelado em Ciências Contábeis	Auditoria e Perícia Contábil	Contabilidade e Finanças	-	40 – DE
9	Cícero Thiago Monteiro Dantas dos Reis	Bacharelado em Ciências Econômicas	-	Sociedade e Cultura na Amazônia	-	40 – DE
10	Clarice Gonçalves Rodrigues Alves	Licenciatura em História	PROEJA	Educação e Interculturalidade.	-	40 – DE
11	Daniele Sayuri Fujita Ferreira	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas	-	Ciências Ambientais	Ciências	40 – DE
12	Elaine Ramires Pinto	Bacharelado em Administração	Gestão Pública	Engenharia de Produção	-	40 – DE
13	Eliéser Rufino de Souza	Licenciatura em Letras: Língua e Literatura Portuguesa e Inglesa	Ensino-aprendizagem de línguas e literatura	Letras	-	40 – DE
14	Ellem Carmen da Silva	Bacharelado em Comunicação Social - hab. em Publicidade e Propaganda	-	-	-	40 - DE
15	Emerson Almeida Moreira	Bacharelado em Biologia	Didática do Ensino Superior	Ecologia	-	40
16	Fernanda Silva do Casal	Bacharelado em Administração	Docência na Educação Profissional e Tecnológica	Educação Profissional e Tecnológica	-	40 – DE
17	Francisco Oliveira Silva Junior	Licenciatura Plena em Física	-	-	-	40 – DE
18	Gisela Hahn Rosseti	Licenciatura em Educação Física	Educação Inclusiva	Mestrado em Educação	-	40 – DE
19	Gutenberg Leao Brasil	Licenciatura em Matemática	Docência do Ensino Superior	Matemática	-	40 – DE
20	Hudson do Vale de Oliveira	Bacharelado em Engenharia Agrônoma, Administração e Comunicação Social Com habilitação em Jornalismo	MBA em Gestão de Cooperativas	Agronomia	Agronomia	40 – DE
21	Isaac Sutil da Silva	Licenciatura em Ciências Biológicas	Educação Profissionalizante Integrada ao Ensino Médio	Ensino de Ciências	-	40 – DE
22	Jaiandra da Silva Guimarães	Bacharelado em Administração	Mudanças Climáticas	Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia	-	40 – DE
23	Jonierison Alves Pontis	Licenciatura em Química	-	Química	-	40 – DE
24	Jose Lima de Oliveira Junior	Graduação em Engenharia de Produção Mecânica	-	Engenharia Civil e Ambiental	Recursos Naturais	40 – DE

25	Josenildo Rodrigues da Silva	Licenciatura em Matemática	-	Matemática	-	40 – DE
26	Lee Marcos Cruz de Souza	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Gestão Escolar Integrada e Práticas Pedagógicas	Engenharia de Processos	-	40 – DE
27	Marcos Antonio de Oliveira	Bacharelado e licenciatura em História		História Social	Sociologia da Educação	40 – DE
28	Mariana da Silva de Souza	Bacharelado em Ciências Contábeis	Formação do Docente para o Ensino Superior	-	-	40 – DE
29	Mariana Lima da Silva	Bacharelado em Ciências Sociais	Filosofia e Ensino de Filosofia	Sociedade e Fronteiras	-	40 – DE
30	Nielson Honório Caires	Licenciatura em Matemática	Docência do Ensino Superior	Matemática Pura	-	40 – DE
31	Paulo Sergio Romeu Alvarenga	Letras - Licenciatura: Língua Inglesa e Língua Portuguesa	Docência para a Educação Profissional	Engenharia de Produção	-	40 – DE
32	Rafaela dos Santos Morgade	Licenciatura em Língua Espanhola e Literatura Hispânica	Tradução em Espanhol	-	-	40 – DE
33	Regiane Dionizio Lima	Bacharelado em Ciências Sociais	Sociologia e Ensino de Sociologia	Antropologia Social	-	40
34	Renara Kariny Santos de Morais	Licenciatura Plena em Química	-	Engenharia Química	Química e Biotecnologia	40 – DE
35	Sandra Grutzmacher	Licenciatura Plena em Português	Literatura Brasileira e MBA em Recursos Humanos e Marketing	Educação	-	40 – DE
36	Simone Sibebe Schuertzt Souza	Tecnologia em Design Gráfico; Bacharelado em Ciência da Computação	Engenharia de Sistemas	-	-	40 – DE
37	Sueli Souza Martins	Licenciatura em Geografia	Metodologias de Ensino na Educação Superior	-	-	40 – DE
38	Tarsis Araújo Magalhães Ramos	Licenciatura em Língua Portuguesa/Literatura	Educação Ambiental	-	-	40 – DE
39	Tatyanne Rezende Costa	Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda	Gestão de Marketing e Comunicação Integrada	-	-	40 – DE
40	Thais Brito Chacon	Licenciatura em Geografia	-	Agroecologia	-	40
41	Vagner Basqueroto Martins	Bacharelado em Design Gráfico e de Produtos	MBA em Design Thinking	Design		40 – DE
42	Valério Ramalho da Silva	Licenciatura em Educação Artística	Tecnologia em Educação a Distância	Educação	-	40 – DE
43	Veritha Nascimento Pessoa	Licenciatura em Geografia	Educação Ambiental	Geografia	-	40 – DE
44	Vitor Lopes Resende	Bacharelado em Comunicação Social	MBA em Negócios e Empreendimentos e MBA em Gestão Gastronômica e Hoteleira	Comunicação	Comunicação	40 – DE
45	Viviane Paludo Schultz	Bacharelado em Design; Tecnologia em Gestão Pública	Desenvolvimento mobile	-	-	40 – DE
46	Wilson Alves da Silva Filho	Bacharelado em Secretariado Executivo	Educação Empreendedora	-	-	40 – DE

19.2 Equipe Técnico-Pedagógica

Nº	Técnico	CARGO/ FUNÇÃO	TITULAÇÃO					CH
			TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
1	Aldaires Aires da Silva Lima	Técnico em Assuntos Educacionais	-	Licenciatura em Ciências Biológicas	Educação Ambiental e Sustentabilidade; Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva	Educação	-	40
2	Francimeire Sales de Souza	Pedagogo	-	Licenciatura em Pedagogia com Habilitação em Coordenação pedagógica	Gestão Escolar; Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva	Educação	-	40
3	Luana Firmino Lobo	Pedagogo		Pedagogia	Metodologia do Ensino Superior e EAD	Educação Agrícola		40

19.3 Equipe Técnico-Administrativa

Nº	Técnico	CARGO/FUNÇÃO	TITULAÇÃO					CH
			TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
1	Aline Lima Soares da Costa	Auxiliar de Biblioteca	Agroindústria	Licenciatura em Letras - Espanhol	Especialização em Compreensão de Textos e Tradução da Língua Espanhola	-	-	40
2	Antonio Teixeira Linhares Filho	Operador de Máquinas Pesadas	-	-	-	-	-	40
3	Daniel Sanches de Lima	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	-	-	-	-	40
4	Diogo Saul Silva Santos	Administrador	-	Bacharelado em Administração	Gestão e Administração Pública	-	-	40
5	Dumont Camelo Melo	Técnico em Laboratório	-	Bacharelado em Ciência da Computação	Informática e Comunicação na Educação	-	-	40
6	Elisângela Monção Mine	Assistente Social	-	Bacharelado em Serviço Social	Gestão Social: Defesa e Garantia de Direitos.	-	-	40
7	Elivaldo Torreia de Souza	Assistente em Administração	-	Bacharelado em contabilidade	Gestão Pública	-	-	40
8	Enilde Lopes Satelles	Técnico em Secretariado	Secretariado	Bacharelado em Administração	Gestão de Pessoas	-	-	40
9	Eunice Lima de Oliveira Barbosa	Tradutor e Intérprete de LIBRAS	-	Licenciatura em Pedagogia; Bacharelado em Letras-libras	Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva	-	-	40
10	Gabriel Carvalho Gomes	Técnico em Laboratório	Técnico em Biocombustíveis	Tecnologia em Gestão ambiental	-	Agroecologia	-	40
11	Gessiglay Samuel da Silva	Auxiliar em Administração	-	-	-	-	-	40
12	Gildo Sousa dos Santos Junior	Técnico em Audiovisual	-	Tecnologia em Gerência de conteúdo para web	-	-	-	40
13	Igor Sales Gomes de Lima	Tecnólogo em Gestão Pública	-	Tecnologia em Gestão Pública	MBA em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal	-	-	40
14	Ilmara da Silva Ferreira	Assistente de Aluno	-	Tecnologia em Gestão Pública	-	-	-	40
15	João Danilo Souto Maior Nogueira Neto	Técnico em Eletrotécnica	-	Bacharelado em Engenharia Elétrica	-	-	-	40

16	Jonatas Silva Lima	Tecnólogo em Gestão Pública	-	Tecnologia em Gestão Pública	-	-	-	40
17	Jorge Luis Cavalcante de Souza	Assistente em Administração	-	Bacharelado em Direito	Direito Público	-	-	40
18	Jose Gabriel Ribeiro Figueiredo	Tradutor Intérprete de Libras	-	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	MBA em Administração Estratégica; Tradução, Interpretação e Docência da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	-	-	40
19	José Ribamar Cardoso Oliveira	Assistente de Aluno	-	Tecnologia em Gestão Pública	-	-	-	40
20	Joziane Lucas Gomes	Assistente de Aluno	-	Licenciatura em Ciências Biológicas	-	-	-	40
21	Larissa Oliveira Lira	Psicóloga	-	Bacharelado em Psicologia	Saúde pública com ênfase em saúde da família.	-	-	40
22	Leidiane Firmino de Sá	Assistente em Administração	-	Licenciatura Plena em Letras - Espanhol e Literatura Hispânica; Tecnologia em Gestão Ambiental	-	-	-	40
23	Leonardo Pereira Santos	Contador	-	Bacharelado em Ciências Contábeis	Gestão Pública	-	-	40
24	Manaliel Pais Pereira Junior	Técnico em Tecnologia da Informação	-	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Sistemas de Telecomunicações	-	-	40
25	Maria da Conceicao Moraes de Oliveira	Assistente em Administração	-	Administração em Sistema de Informação	PROEJA	Educação	-	40
26	Marta Sabrina Mota	Administradora	-	Bacharelado em Ciências Contábeis e Administração	Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal	-	-	40
27	Marta Silva Sousa	Assistente Social	-	Bacharelado em Serviço Social	Serviço Social na Educação	-	-	40
28	Maycon Diego Silva Ribeiro	Analista de Sistemas de Informação	-	Bacharelado em Sistemas de Informação	Engenharia de Sistemas	-	-	40
29	Nataliana Ribeiro dos Santos	Assistente em Administração	-	Licenciatura Plena e Bacharelado em História	Gestão Escolar	-	-	40

30	Rosana Maria Lima Oliveira	Técnico em Secretariado	-	Gestão Pública	Gestão pública e de pessoas	-	-	40
31	Rosineia Silva da Silva	Bibliotecário/Documentalista	-	Bacharelado em Biblioteconomia	Gestão da Informação em Biblioteca Digital	-	-	40
32	Sheneville Cunha de Araújo	Jornalista	-	Bacharelado em Comunicação Social	Comunicação Social, Assessoria de Comunicação e Novas Tecnologias	Antropologia Social	-	30
33	Thiago dos Santos Cidade	Técnico em Tecnologia da Informação	-	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Projetos de Sistemas de Informação	-	-	40
34	Vivian Alves de Azevedo	Enfermeira	Enfermagem	Bacharelado em Enfermagem	Saúde da Família na atenção primária; Enfermagem do trabalho; Enfermagem Obstétrica	-	-	40

20. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

Os espaços físicos utilizados pelo curso são constituídos por infraestrutura adequada que atende às necessidades exigidas pelas normas legais, institucionais, diretrizes do curso e órgãos oficiais de fiscalização pública. As dependências encontram-se dentro do padrão de qualidade exigido pela Lei de Acessibilidade nº 13.146/2015, sendo que o acesso às salas de aula, bem como a circulação pelo *campus*, é sinalizada por pisos táteis e orientação em braile. Há rampas em espaços que necessitam de deslocamento vertical.

A infraestrutura compõe-se dos seguintes espaços: salas de aula, instalações administrativas, instalações para os docentes, coordenação, laboratórios específicos, auditório, biblioteca etc.

Os mobiliários são adequados para as atividades, todas as salas de aula são dotadas de carteiras móveis em material adequado. A mesa do professor também é adequada ao trabalho do docente, tanto em relação ao material quanto às dimensões e localização. A lousa é feita em vidro e os professores utilizam pincel para o desenvolvimento de suas atividades, fornecidos periodicamente pela instituição. Todas as salas possuem sistema de refrigeração artificial através de aparelhos de ar-condicionado. A limpeza das salas de aula é realizada diariamente. Todas as salas de aula possuem acesso à internet.

Os Laboratórios de Informática, amplamente utilizados pelos docentes e discentes, garantem as condições necessárias para atender às demandas de trabalhos e pesquisas acadêmicas, promovendo também o desenvolvimento de habilidades referentes ao levantamento bibliográfico e à utilização de bases de dados.

O espaço dispõe de novos equipamentos para propiciar conforto e agilidade aos seus usuários, que podem contar com auxílio da equipe de Tecnologia da Informação (TI), nos horários de aulas e em momentos extraclasse, para esclarecer dúvidas e resolver problemas.

A Instituição disponibiliza recursos de informática aos seus discentes (recursos de hardware e software), implementados de acordo com as necessidades do curso. Estão disponibilizados laboratórios específicos e compartilhados de informática entre os vários cursos, todos atendendo às aulas e às monitorias.

Além da biblioteca física, o *campus* possui uma biblioteca virtual que é gerenciada em suas rotinas pelo software Pergamum, programa desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Seu acervo consta não somente livros da bibliografia básica dos componentes curriculares ofertados, mas também da bibliografia complementar, além de livros para consulta interna, dicionários, enciclopédias, periódicos, jornais, mapas e materiais audiovisuais especializados nas áreas de atuação das unidades, e está totalmente inserido no Sistema Pergamum, com possibilidade de acesso ao catálogo on-line para consulta.

A Biblioteca Digital tem como missão disponibilizar ao estudante mais uma opção de acesso aos conteúdos necessários para uma formação acadêmica de excelência por meio de um meio eficiente, acompanhando as novas tendências tecnológicas.

21. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Ao estudante que concluir todos os componentes curriculares obrigatórios previstos na matriz curricular do curso, alcançar a média mínima de 60 (sessenta) pontos e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) será conferido o Diploma de Técnico em Design Gráfico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 292, de 5 de maio de 2017**. Aprova o regulamento geral para realização de estágio curricular supervisionado dos cursos do IFRR.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2024-2028**.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 429, de 6 de fevereiro de 2019**. Aprova Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Roraima.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 432, de 12 de fevereiro de 2019**. Aprova regulamento do Núcleo de Estudos AfroBrasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Roraima.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 434, de 18 de fevereiro de 2019**. Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) do IFRR.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 477, de 30 de outubro de 2019**. Aprova o Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 608/2021, de 26 de outubro de 2021**. Dispõe sobre a Política de Acompanhamento dos Egressos (PAE) do Instituto Federal de Roraima.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, de 10 de maio de 2022**. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 682/2022, de 16 de julho de 2022**. Estabelece procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância, no âmbito do Instituto Federal de Roraima.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 4 de janeiro de 2023**. Organização Didática do IFRR.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 4, de 8 de dezembro de 1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n. 16, de 5 de outubro de 1999**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999b.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 1, de 21 de janeiro de 2004**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação

Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n. 39, de 8 de dezembro de 2004**. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 4, de 27 de outubro de 2005**. Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2, de 4 de abril de 2005**. Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação. Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2, de 15 de dezembro de 2020**. Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília, DF, 2020.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)**. Aprovado por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A)** - CD1 - IFRR, em 01/08/2024 15:39:15.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/08/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 290904

Código de Autenticação: 011afdf7a3

